

Rosa Maria Spinoso de Montandon

**DONA BEJA:
Desfazendo as Teias do Mito**

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-graduação em
História da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre
em História.**

**Orientadora: Prof^o. Dr^o. Vera Lúcia
Puga de Sousa.**

**Uberlândia MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2002**

M764d

Montandon, Rosa Maria Spinoso de.

Dona Beja : desfazendo as teias do mito / Rosa Maria Spinoso de. – Uberlândia, 2002.

204f. : il.

Orientador: Vera Lúcia Puga de Sousa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui bibliografia.

1. História social - Teses. 2. Araxá (MG) – Séc. XIX – História Teses. 3. Mulheres - Brasil - História - Teses. 4. Mito - Teses. I. Sousa, Vera Lúcia Puga de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

981.51(041.3)
CDU: 930.2:316(041.3)
396(81)(091)(041.3)

Dissertação defendida e aprovada, em _____ de _____ de _____, pela
banca examinadora:

Prof^a Dr^a Vera Lúcia Puga de Sousa
Orientadora

Prof^a Dr^a Rachel Sohiet

Prof^a Dr^a Rachel Sohiet

A meus filhos.....

AGRADECIMENTOS

Há fatores intangíveis, mas determinantes, que subjazem a realização de qualquer trabalho, seja ele físico ou intelectual. Por uma questão de "Justiça histórica" devo começar por lembrar as sucessivas gerações de ancestrais meus, no "Velho" e no "Novo" mundo, que precisaram e conseguiram sobreviver para que um dia me fosse possível entrar (ou sair?) de cabeça fiada na vida. Concedo esse "crédito" a meus pais, Rafael e Blanca, assim como a minha família: ao que deram a mim e meus irmãos: Luis Rolando -que perdi ainda jovem-, e Blanca Isabel. Eles constituem a família que recebi. Fazem parte da minha "bagagem de vida", que me equipou para a "experiência de viver". A eles se juntaram, depois, José Augusto, meu companheiro de "viagem" e cúmplice por trinta anos e nossos filhos Rossina, Rafael e Melissa. Eles são a família que formei e pela qual *viviré para siempre*. Todos, são parte de mim, assim como sou parte deles. Além de agradecer-lhes, reitero-lhes meu amor.

Muitos outros foram importantes nesta caminhada que empreendi rumo a superação intelectual, acadêmica e profissional. Lembro com carinho as pessoas e as instituições que me auxiliaram direta ou indiretamente:

As professoras Dr^a Maria Clara Thomas Machado, Coordenadora do Curso de Mestrado e Dr^a Vera Lúcia Puga de Sousa, Pró-reitora de Graduação e minha orientadora, que me acenaram pela primeira vez com a possibilidade de realização de um mestrado.

Os professores, doutores e mestres dos cursos de Especialização em História do Brasil Republicano e do Mestrado em História da UFU: Alcides Freire Ramos, Antonio de Almeida, Gizelda da Costa Silva Simonini, Heloísa Helena Pacheco Cardoso, Hermetes Reis de Araújo, Jacy Alves Seixas, Jane de Fátima Rodrigues, Leila Regina Scalia Gomide, Paulo Roberto de Almeida, Rosa Maria Ferreira, Wenceslau Gonçalves Neto, que me possibilitaram dar o passo inicial e, depois, me franquearam o acesso aos recursos teóricos e metodológicos que deram fundamento a meu trabalho.

Maria Helena, na secretaria do Curso de Mestrado e Magna, na Pró-reitoria de Graduação da UFU; os professores Gislene Neder, da UFF e João Cristeli, da UFMG, pela presteza com que me atenderam.

Ana Cristina Luiz que toma conta de minha família e de minha casa, liberando-me dessas responsabilidades e possibilitando-me orientar meu tempo e atenção para a execução do trabalho acadêmico.

Minha cunhada Marcilia Gontijo Montandon e minha amiga Vera Pedras, que me brindaram sua hospedagem em Uberlândia e Belo Horizonte. Dona Julia Santos, que respondeu a meu pedido no Rio de Janeiro. Eliane e dona Celia, que me acolheram com carinho e pacientemente responderam a minhas indagações em Estrela do Sul. O professor Oliveira Mello, que me abriu as portas de sua biblioteca em Patos de Minas. Eunice e Maria Silvia, pela atenção que me dispensaram no "Museu e Ordem Geral Plínio Travassos dos Santos", em Ribeirão Preto.

Os colegas e amigos Luisa Helena de Castro Rios e Luciano Marcos Curi, companhias constantes e valiosas nas idas e vindas da estrada. As pessoas que gentilmente me concederam entrevistas confiando-me suas memórias e experiências pessoais.

A Universidade Federal de Uberlândia, instituição que me recebeu como aluna e o Centro Universitario do Planalto de Araxá, onde atuo profissionalmente, representado pela reitora professora Maria Auxiliadora Ribeiro, por terem-me proporcionado a oportunidade e os recursos para a realização deste mestrado. A todos *doy las gracias* e repito com o poeta:

*... Gracias a la vida que me ha dado tanto
me ha dado el sonido y el abecedario
con e'l las palabras que pienso y declaro
madre, amigo, hermano y luz alumbrando...*

SUMARIO

LISTA DE ABREVIATURAS

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	9
1 “MITOGÊNESE”: O Mito, a Mulher e o Tempo.....	14
1.1 O relato do Mito.....	15
1.2 Anna Jacintha de São José: o Tempo e a Mulher.....	20
1.3 Mitogênese.....	43
2 A HISTORICIDADE DO MITO.....	64
2.1 Letrados X Coronéis.....	67
2.2 As Estratégias do Mito, o Fator Identitário Regional e os Tempos Modernos.....	74
2.3 Uma Figura “Colunável”	93
2.4 Ambíguas Relações.....	97
2.5 “O Museu da Perene Criatura”.....	103
2.6 Apropriações do Mito: na Passarela e na Telinha.....	108
3 AS VESTES DO MITO: Imagens e Representações.....	115
3.1 Dona Beja em Preto e Branco: o Fator Racial na Estética do Mito.....	117
3.2 Cores e Formas do Mito.....	125
3.3 Sob a Lente das Câmeras.....	131
3.4 Dona Beja em Prosa e Verso.....	135
4 CONJECTURAS SOBRE O MITO: Diálogo com a Documentação.....	157
4.1 Apropriações.....	162
4.2 Transferências.....	166
4.3 Idícios.....	178
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
6 FONTES	194

RESUMO

A historicidade do mito. Com essa frase pode ser resumida a proposta deste trabalho que tem como objeto a construção do mito em torno da figura de Anna Jacinta de São José, Dona Beja, “cortesã” de Minas Gerais, que viveu em Araxá e Estrela do Sul, no século XIX.

É um processo duplo e simultâneo através do qual, ao mesmo tempo em que se reconstitui a história da construção do mito, se promove a sua “desconstrução”. A mesma desconstrução que traz a tona a “tridimensionalidade” do mito: o relato, a personagem e o discurso.

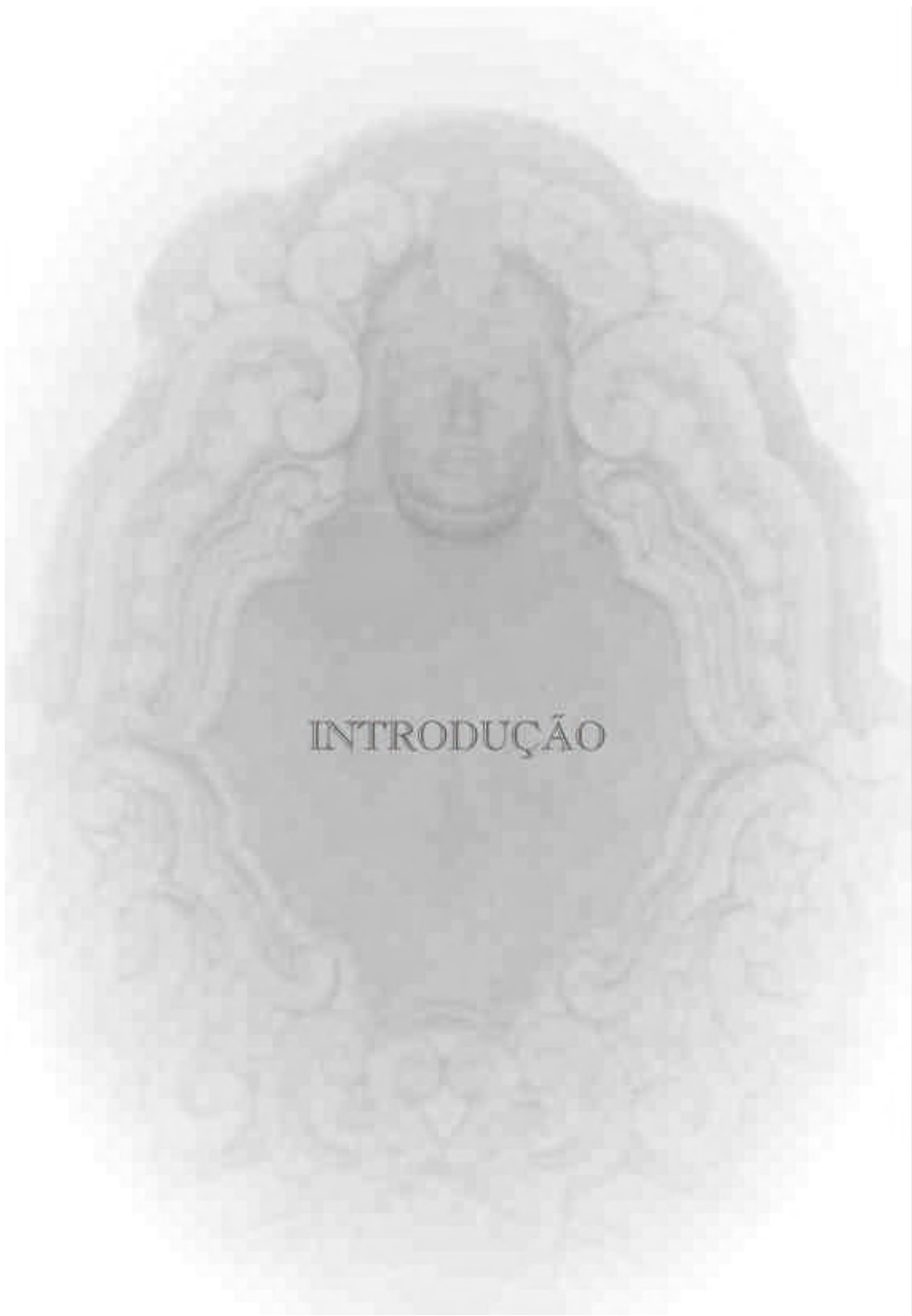
Pelo seu amplo leque de possibilidades temáticas e metodológicas, a autora adotou os caminhos apontados pela História Cultural, através da linha de pesquisa História e Cultura. Apoiando-se em fontes documentais primárias, em sua maioria oriunda dos arquivos locais, em uma diversificada coleção de fontes provenientes da literatura, a iconografia, a mídia, e fundamentada teoricamente em uma farta e variada bibliografia, promove um diálogo entre essas fontes, a partir das quais discute os diferentes fatores que, combinados, deram lugar ao mito e tornaram possível sua sobrevivência.

Faz uma análise de Anna Jacinta de São José, a personagem que inspirou o mito, discutindo os motivos que a teriam tornado uma figura “mitogênica” ou passível de ser mitificada através da memória e do imaginário social. Recupera o contexto histórico, desde uma perspectiva política e sócio-cultural, em que se deu a “criação” do mito e sua utilização para os mais diferentes fins, de políticos e econômicos, até identitários.

Discute os diversos meios de comunicação e as linguagens utilizadas para a divulgação do mito, com a conseqüente apropriação popular através da imprensa, a literatura, a pintura, a televisão e o carnaval.

Ao longo do trabalho, concede espaço ao “Pigmalião” de Dona Beja, apontando o racismo presente na construção de suas imagens. Analisa o relacionamento que a sociedade de Araxá manteve com seu mito, enfatizando o caráter ambíguo e contraditório que permeou esse relacionamento.

Finalmente, em relação à metodologia, e tratando de um objeto com alta carga de subjetividade, quando o tratamento convencional não permite ir além, apela para a conjectura e para método indicial, a fim de dar conta dos cabos que ainda permanecem soltos na história de Anna Jacinta e na construção do mito Dona Beja, destacando a longevidade, a versatilidade das roupagens que lhe vestiram e dos discursos que o apropriaram.



INTRODUÇÃO

O visitante que chega a Araxá certamente será surpreendido pela a presença constante de Dona Beja como marca de uma ampla gama de produtos e serviços que começa a encontrar desde que escolhe o lugar onde se hospedar até o primeiro café do dia.

Essa presença aumentou consideravelmente nas ultimas três décadas, a partir de 1972, quando também ali cheguei, procedente do México, meu país natal e fui surpreendida pela sua figura, que encontrei nos romances que lia tentando preencher meu tempo vago de recém-casada. Tentava arduamente desvendar os “mistérios” da língua portuguesa e percorrer os caminhos que me conduzissem até um povo e um país praticamente desconhecidos.

Após vinte e cinco morando em Araxá, com a informação e experiências adquiridas em anos de pesquisa e observação, desde minha “atalaia” particular, localizada no seio de uma típica família local, meu reencontro com Dona Beja deu-se na escolha de seu mito como tema desta dissertação.

Uma escolha que não foi minha; eu também fui escolhida. Contratada pela direção do, então, Museu Municipal Dona Beja para localizar nos arquivos da cidade evidências documentais para fundamentar os conhecimentos sobre ela, a fim de melhorar o atendimento aos visitantes, sua figura e sua dimensão histórica foram se impondo paulatinamente à medida que essas evidências iam surgindo das pilhas de documentos consultados e espalhados, sem organização e condições ideais de conservação, nas instituições laicas e religiosas locais.

Como seus homens eu também me vi presa à sua teia, embora não fosse pessoalmente ela a me seduzir, mas os motivos da aparição de seu mito em Araxá. Quando, como e porque, se deu a construção de seu mito, e por que uma sociedade de tradicionais valores masculinos criou uma figura feminina “inadequada” para se fazer representar.

Este trabalho propõe desfazer as teias ou a (des)construção do mito em torno de Dona Beja, apelido de Anna Jacintha de São José, figura do século XIX, incorporada à

história pela memória local, como heroína dos mais diversos discursos que vão desde os políticos e identitários até os feministas do século XX.

Não é nosso objetivo fazer uma biografia, embora não possamos descartar a necessidade de traçar um perfil biográfico com base na precária documentação disponível. Tampouco tencionamos estabelecer os graus de “verdade” ou “mentira” que cercam sua “invenção” mas, principalmente, refazer seu processo de mitificação partindo da convicção de que reconstituir esse processo significará também desvelar uma parcela praticamente intocada do passado de Araxá e dar um passo adiante no conhecimento de seus processos históricos.

O que aqui chamamos mito é o relato que organiza e combina livremente elementos históricos e fictícios; fatos, nomes e elementos biográficos retirados da tradição oral e da documentação oficial em torno de uma pessoa real. É tanto a personagem, o que se tem dito sobre ela e os discursos gerados a sua volta desde 1915, quando foi “introduzida” na história de Araxá por um memorialista, e adotada como realidade histórica, adquirindo repercussão nacional a partir da década de 1940.

Diante do desconhecimento e da falta de pesquisas sistematizadas, não é estranho encontrar relatos de lendas e mitos preenchendo as lacunas deixadas pela necessidade de explicar, significar ou representar o passado. Isso não significa que uma pesquisa acadêmica sistematizada, dentro das normas técnicas sancionadas possa, necessariamente, vir a contribuir para o desaparecimento dessas formas de representação. Os mitos, como parte do imaginário e memória socialmente construída, não desaparecem à medida que vão sendo desvelados ou revelados os “mistérios” que cercaram sua criação. Como pudemos conferir durante a realização de nosso trabalho, as tentativas explícitas nesse sentido não deram resultado. Em geral, e sob certas circunstâncias, os povos “constroem” e reconstroem seu passado munidos dos melhores recursos com que podem contar: sua memória - individual ou coletiva- e sua imaginação.

O nosso trabalho de reconstituição histórica focaliza o mito, considerando que os mitos são elementos de grande significado na composição do inventário cultural de um povo, incorporados pelo viés cultural da história, dando-lhes um tratamento proporcional e adequado a sua importância como fenômenos que contribuem para a compreensão da experiência histórica.

Partimos da certeza de que os mitos não contem graus maiores ou menores de verdade ou realidade, mas formas diferentes de expressá-la e, por tanto, são passíveis de serem abordados de um ponto de vista histórico.

Devido a versatilidade de nosso tema, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos diretamente relacionados com a origem, a natureza e a variedade das fontes, utilizadas conforme sua pertinência e oportunidade para o resultado final. Essa mesma versatilidade nos obrigou, às vezes, a adotar abordagens e atitudes tradicionais e outras apoiadas nas novas correntes historiográficas, tentando enfatizar não somente as limitações que as próprias fontes impõem aos historiadores como uma ausência de pretensões de onipotência em nossa busca por respostas.

Ao mesmo tempo, a amplitude de nosso recorte cronológico nos levou a uma abordagem em que constantes recuos e avanços temporais foram necessários para estabelecer as dimensões míticas e históricas de nosso objeto.

Em primeiro lugar, seguindo o modelo tradicional, cronológico e linear discutimos a **“Mitogênese”: O Mito, a Mulher e o Tempo**, estabelecendo a historicidade da personagem que deu origem ao mito, assim como os fatores que contribuíram para torná-la “mitogênica”, possibilitando sua construção. Essa abordagem nos permitiu, ao mesmo tempo, evidenciar as limitações e os escassos resultados provenientes desse tipo de pesquisa, servindo de contraponto e justificativa para aquela que empreendemos nos capítulos seguintes.

Depois nos ocupamos da **Historicidade do Mito**, tendo como pano de fundo o contexto político econômico e social de Araxá; questões de legitimidade e preocupações “identitárias” regionais, nas primeiras décadas do século XX, subjacentes a sua construção. Discutimos a “invenção” do mito após ter sido “capturado” pela linguagem escrita, a trajetória que seguiu desde sua apropriação pelo Estado Novo, o papel da imprensa para tornar Dona Beja “garota propaganda” do complexo hidrotermal do Barreiro, as relações ambíguas que Araxá manteve com seu mito, até lhe ser permitido “debutar” na sociedade local em 1965 tornando-o seu símbolo¹.

¹ O jornal Correio de Araxá noticiou, no dia oito de dezembro de 2001, o concurso “Valorização do Mito Dona Beja”, realizado pelas Secretarias Municipais de Educação, Turismo e Desenvolvimento Econômico, entre alunos da 5ª à 8ª série da rede municipal e particular de ensino.

Na terceira parte inventariamos **As Vestes do Mito: Imagens e Representações** analisando as formas adotadas para se “exibir” através das diversas linguagens da literatura, a iconografia, a festa e a TV, que ao explorá-lo, contribuíram de forma decisiva para sua cristalização no imaginário social. Os paradigmas que inspiraram a figura da moderna Dona Beja, os fatores culturais e psicológicos subjacentes ao processo de criação, dando-se um certo destaque a Sebastião de Afonseca e Silva, o seu “Pigmalião”.

Segundo Henri Moniot deve-se dar maior atenção à origem social, ao estatuto e ao papel dos responsáveis pelas tradições, assim como às condições de sua manutenção e uso já que deles emanam seus caracteres formais, literários e de valor documental².

Encerramos nosso trabalho levantando uma série de **Conjecturas sobre o Mito: Diálogo com a Documentação**. Um exercício a partir de fontes primárias, principalmente documentos oficiais do século XIX, em torno das Apropriações, Transferências e Indícios que encontramos ao procurar o grau de historicidade que elas apresentam. Sua leitura está amparada na metodologia indiciária proposta por Ginzburg, assim como na sua discussão sobre o tratamento e a prática conjectural na emissão de conclusões.

São analisadas referências isoladas, periféricas e aparentemente descontextualizadas da personagem que, mais do que esclarecimentos, muitas vezes levantam outros enigmas que nem sempre nos foi possível esclarecer. Embora não nos dessem respostas, partimos do princípio de que se estão ali é por algum motivo, indicando alguma relação direta ou indireta com a personagem, não podendo, por isso mesmo, ser desprezadas.

Sendo esta uma pesquisa sobre um mito de forte apelo popular, em torno de uma figura feminina, procuramos o arcabouço teórico e metodológico na História Cultural que em sua aproximação com a sociologia, a antropologia, a psicologia e a literatura, incorporou uma série de utensílios importante para sortearmos as dificuldades que surgem ao se tentar uma abordagem histórica de objetos que, como os mitos, constituem manifestações culturais intimamente ligadas à subjetividade ou que mantém em sua estrutura uma forte carga subjetiva.

Campos como os do Mito, Memória, Cultura Popular, Relações de Gênero e de Poder; História das Mulheres, Cotidiano e Vida Privada; Literatura, Carnaval e Mídia,

² MONIOT, Henri. “A história dos povos sem história”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (org.) **História: novos problemas**. 4ª ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.103

“tocados” ou alcançados pelo amplo abraço de nosso objeto, são considerados neste trabalho que, por isso mesmo, amparou-se sob o amplo guarda-chuva da linha de pesquisa História e Cultura, sem que essa amplitude sugira uma atitude leviana ou banal em relação aos objetos de estudo que se acolhem sob sua égide.

Uma das críticas mais freqüentes endereçadas à História Cultural, refere-se aos excessos cometidos e às licenças tomadas em seu nome, o que tem produzido trabalhos recheados de teoria, longas citações e discussões generalizantes, mas de minguada historicidade. Atentas para esse risco e considerando também a versatilidade e riqueza de nossas fontes bibliográficas, assim como os vieses que poderiam ser adotados na interrogação ou na abordagem de nosso objeto, experimentamos uma economia de citações, limitando-as a curtas referências, indispensáveis para avaliar teoricamente nossa proposta historiográfica.

Para as fontes primárias, olhamos com especial atenção os arquivos dos poderes Legislativo e Judiciário locais; os arquivos dos Cartórios de 1º e (antigo) 2º Ofício de Notas, os quais catalogamos com os títulos “Coleção Augusto Eduardo Montandon” e “Coleção Joaquim de Paula Machado”, respectivamente, assim como a coleção particular que pertenceu a Sebastião de Afonseca e Silva, doada à Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá pela família e recolhida sob a denominação de “Arquivo do Museu Dona Beja”.

Finalmente, não podemos deixar de mencionar as informações e dados recolhidos através de recursos tecnológicos como os documentos eletrônicos, vídeos e discos; entrevistas gravadas e filmadas e os depoimentos de pessoas de diferentes faixas etárias. Eles nos permitiram, entre outras coisas, estabelecermos o papel e o poder das imagens na escrita, na oralidade e na mídia como veículos fundamentais para a divulgação do mito e sua cristalização no imaginário social. Através deles é possível analisarmos as representações que foram construídas do mito, sua longevidade e sua assimilação pela sociedade contemporânea.



I

MITOGÊNESE
O Mito, a Mulher e o Tempo

*Mulheres, brancas, puras não há;
a Mãe de Deus não só simboliza
a mulher desejada e perfeita,
como, sem dúvida, seria a figura
mais ouvida pelo Filho de Deus³.*

Seria difícil compreender um mito como o que se construiu em torno de Dona Beja, incorporado à crônica que se adotou como expressão da realidade histórica de uma cidade, sem conhecer, previamente, o caráter memorialista que apresenta a história dessa cidade. Em Araxá, esse memorialismo possibilitou não só o nascimento, como a manutenção do mito, ponte legítima entre a cidade e seu passado. Assim, o Mito Dona Beja foi apropriado e constituído, não precisamente como esclarecimento do passado, mas como uma representação simbólica dele.

Em 1915 a história de Araxá surgiu entremeada por uma coleção de eventos em seqüência, onde a realidade histórica coexiste pacificamente e em harmonia confundindo-se com lendas, mitos e poemas, os quais tem uma função auto-explicativa para a sociedade que os criou e adotou, preenchendo as lacunas e iluminando os lapsos de uma história carente de fontes catalogadas, de pesquisas sistematizadas e de bases metodológicas, que se apoia na memória.

Dessa forma e cobrindo o período anterior à presença do colonizador branco, a população indígena foi representada pela lenda de Catuíra, a princesa filha do cacique da tribo dos Araxás e pivô das disputas entre dois guerreiros que acabaram por facilitar a destruição de seu povo. Do mesmo período, para representar a população negra, resgatou-se

³ VASCONCELLOS, Sylvio de. **Mineiridade. Ensaio de Caracterização**. Belo Horizonte, 1968. p. 144.

a figura lendária do Ambrósio, fundador do quilombo do Tengo-Tengo, incorporado ao elenco de personagens históricos de Araxá⁴. O século XIX aparece dominado pela figura de Dona Beja, incorporada à história como a heroína responsável pela integridade territorial do estado responsável pela reincorporação do antigo Sertão da farinha Podre (atualmente regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) a Minas Gerais, sendo mais tarde, associada também com a Revolução de 1842.

Para o antropólogo Ovídio de Abreu Filho, a história de Araxá tal e como é descrita, é importante por produzir uma visão da cidade que oferece os elementos para se pensar sua identidade⁵. Assim, história e mito estariam inseridos dentro de um mesmo discurso que junto com as águas minerais e o Grande Hotel do Barreiro formariam o tripé a partir do qual seria possível analisar a construção dessa identidade.

O Relato do Mito

Sendo o processo de (des)construção do mito a problemática que moveu este trabalho, é necessário apresentar um relato sucinto do mesmo, contendo os elementos básicos e constantes mantidos nos romances sobre Dona Beja, que possa servir-nos de apoio às reflexões seguintes. Esses romances, por sua vez, estão inspirados no relato “original” ou “fundador” de 1915. O critério para a “originalidade” desse relato se fundamenta em ser o primeiro e o único recolhido, segundo seus autores, diretamente da tradição oral através da memória de pessoas idosas, parentes e descendentes dos protagonistas, entre eles o Dr. Eduardo Augusto Montandon, Dona Gabriela Franco Carneiro e Antônio Machado de Moraes e Castro.

Como ilustração do relato inserimos trechos da canção-tema da telenovela “Dona Beija”. Uma versão alternativa e paralela da história dessa personagem, que já foi contada e cantada em prosa e verso pelos artistas da música e da palavra: cantores, escritores e poetas.

Eis, pois, sua história:

⁴ A Revista do Arquivo Público Mineiro publicou, em 1904, o relato “Os Perseguidos”, de Carmo Gama supostamente recolhida da tradição oral, sobre a história do Ambrósio e a formação do quilombo.

⁵ Cf. ABREU FILHO, Ovídio de. **Raça, sangue e luta: identidade e parentesco em uma cidade do interior**. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social.) Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980. p. 50.

A princípios do século XIX, chegaram a São Domingos de Araxá, procedentes de Formiga MG, Anna Jacintha de São José, ainda criança, e sua mãe, Maria Bernarda dos Santos. Em algumas versões, elas aparecem acompanhadas por um terceiro personagem, que pode ser o pai de Maria Bernarda ou um tio da menina, responsável por ela após a morte prematura de sua mãe.

Filha de mãe solteira, nunca se soube quem foi o pai. Tal segredo foi preenchido por diversas versões, como a de que teria sido filha de um nobre português. Como filha de pai português, também imaginaram uma mãe índia, versão pouco conhecida e que, parece, não teve muita repercussão.

*Beija Flor Beja menina
Quem a fez assim tão divina...*

No Arraial de São Domingos, Anna Jacintha cresceu como qualquer criança normal, mas já se destacava pela sua extraordinária beleza, comparada com o “beijo” nome popular de uma flor silvestre e muito comum na região, ou com o “beija-flor”, pássaro ágil e delicado, de plumagem furta-cor que teriam inspirado o apelido que recebera de seu primeiro namorado ou do povo de Araxá: Beija ou Beja. Esse primeiro amor o conheceu ainda criança, chamava-se Antônio ou Manoel Fernandes de Sampaio, de quem foi separada por um capricho do destino que apareceu disfarçado na figura de um ouvidor.

Joaquim Ignácio Silveira da Mota chegou a São Domingos de Araxá para exercer suas funções como ouvidor, procedente da Vila Boa capital da Província de Goiás, à qual pertencia, então, o Sertão de Farinha Podre. Foi recebido pelo povo, com a devida consideração que seu alto e importante cargo requeria. Em uma das comemorações em sua homenagem conheceu a jovem, de 14 ou 15 anos, que o cativou com sua beleza. Tomado de arrebatadora paixão, nessa mesma noite mandou os homens de sua guarda pessoal raptá-la. Beja foi então arrancada violentamente de seu leito, enquanto seu avô era assassinado ao tentar, inutilmente, impedir o rapto.

O ouvidor fugiu com a ela para a vila de Paracatu do Príncipe, onde estariam a salvo da ira do povo e da perseguição do governador de Goiás, seu inimigo, que não cessaria enquanto não conseguisse levá-lo à justiça pelo crime cometido em sua jurisdição.

Em Paracatu, o ouvidor instalou Beja como sua amante, em um luxuoso palacete mobiliado especialmente para ela. Cobriu-a de jóias, de sedas e veludos; educou-a como uma dama e a treinou conforme os costumes da corte, da qual era freqüentador assíduo e onde tinha importantes amizades, inclusive membros da Família Real.

A fim de livrar-se da constante ameaça da justiça de Goiás e seguindo os conselhos de Beja, o ouvidor usou de suas influências na corte para obter a reintegração do Sertão da Farinha Podre a seus antigos limites, sob a jurisdição de Minas Gerais, de onde havia sido separado em 1766. Dessa forma, o ouvidor ficaria definitivamente livre da justiça e das autoridades de Goiás.

Mas o ouvidor, um homem casado, teve que voltar à corte e considerou inconveniente a presença de Beja junto a ele. Por decisão própria ou do ouvidor, ela retornou para seu lar em Araxá, pensando que seria bem recebida e onde teria acolhida. Após dois anos, voltou rica e refinada, carregada de presentes e com os modos que lhe proporcionou o ouvidor, como recompensa ou compensação pelo tempo que a manteve a seu lado.

*...Quem a fez tão bela e tão fera
Chuva e sol de primavera...*

Porém, ao contrario do que esperava não foi bem recebida. Foi vítima da incompreensão e intolerância do povo, fato que marcou profundamente seu caráter e determinou o rumo que sua vida iria tomar a partir de então. Construiu um palacete na Praça da Matriz, semelhante àquele em que vivia em Paracatu, mobiliou-o com luxo, e nele se instalou como uma rainha, levando uma vida de escândalos e aventuras, para deleite dos homens e desespero das mulheres, fossem senhoras respeitáveis ou mundanas, como suas vizinhas Josefa Pereira, Candinha da Serra e as Candinhas, que lhe declararam guerra. Umas, porque a viam como rival, perigosa para a paz de seus lares, e outras, como uma poderosa concorrente que lhes tomaria a melhor clientela.

*...Senhora de tantos amores
a dona de Araxá
por ela sonham os homens
que a Beja beijará...*

Essas hostilidades inspiraram algumas das anedotas mais conhecidas e repetidas constantemente pelo povo. Em uma ocasião, com o intuito de humilhá-la, as senhoras de São Domingos de Araxá lhe enviaram esterco embrulhado para presente e acompanhado de um cartão com os dizeres “para a rapariga do ouvidor”. Beja respondeu com um belo buquê de rosas, cultivadas em seu jardim, com um cartão que dizia “cada um dá o que tem”. Em outra ocasião, sabendo que suas invejosas concorrentes tinham mandado espioná-la para copiar a roupa que usaria na missa de domingo, teria enganado-as fazendo-as comprar o mesmo tecido com que vestiu as escravas que sempre a acompanhavam.

Ainda assim, sua casa tornou-se o centro da vida social, ponto obrigatório onde se reuniam os homens brancos mais importantes da vila. Os negros, ainda que fossem abonados, ela os desprezava .

*Senhora também das dores
do povo de Araxá
por ela sonham os homens
que a Beja vai desprezar.*

Dona Beja teve duas filhas que nasceram em Araxá. A primeira Thereza Tomazia de Jesus, fruto de seus amores com Antonio ou Manoel Fernandes de Sampaio, seu namorado de infância, com quem retomou o relacionamento, embora ele já estivesse casado com outra moça, Aninha Felizarda. A segunda foi Joana de Deus de São José, filha de João José Carneiro de Mendonça, seu novo amante, membro de uma distinta família e recém chegado da corte onde se formara em direito.

Diz a tradição que anos depois, cansada dos ciúmes de Sampaio e querendo encerrar essa convivência, Beja foi violentamente surrada por ele, ficando à beira da morte, quando, enfurecido pela rejeição, o amante a emboscou no caminho das fontes, por onde ela passava diariamente para tomar seu banho. Quando um ano depois o ex-amante foi assassinado, foi acusada como mandante do crime. Levada a julgamento, foi absolvida por falta de provas.

Perto de Araxá, Beja tinha uma propriedade, a “Chácara do Jatobá”, célebre por ser o lugar onde oferecia festas e saraus para recepcionar os clientes ilustres e convidados especiais, a quem tratava como súditos e de quem recebia tratamento de rainha. Lá, além de pagar um ingresso fixo, independente dos “serviços” que viessem a receber, os clientes

deveriam submeter-se às condições impostas pela senhora, que cada noite escolhia a dedo apenas um deles para passar a noite em sua companhia.

*Que mistério tem
essa tal mulher
Ela vai-nos enfeitiçando
Todo homem
perde o rumo
E se entrega a seu domínio...*

Após casar Thereza com um rico fazendeiro, membro de uma importante família local e desejando levar uma vida respeitável, Beja mudou-se para Bagagem, centro diamantífero onde, na época, tinham encontrado um dos maiores diamantes do mundo batizado como Estrela do Sul. Lá empreendeu a reconstrução de uma ponte destruída pelas últimas enchentes do rio Bagagem, para que a procissão da padroeira do lugar, Nossa Senhora Mãe dos Homens, pudesse passar em frente à sua casa. Além disso, desviou o mesmo rio para procurar os diamantes depositados em seu leito.

Em Bagagem casou Joana com um fazendeiro do lugar e construiu para eles uma casa perto da sua, ambas vizinhas da mesma ponte. A regeneração chegou-lhe com a idade e com os netos. A partir de então levou uma vida exemplar conquistando o respeito e a admiração de todos. De vez em quando, aparecia um ou outro admirador atraído, ainda, pela fama de sua lendária beleza, que após confirmá-la, ia-se surpreso com seu recato e amabilidade. Morreu no seio da Santa Madre Igreja, rodeada pela sua família. Foi sepultada, conforme sua vontade, no cemitério da Igreja Matriz, vestida com o hábito de Nossa Senhora do Carmo, encomendando sua alma a São Francisco de Assis, de quem fora “indigna irmã”.

*Ela ama ela odeia
mas não sei se ela é feliz”⁶.*

⁶TISO, Wagner; BRANT, Fernando; Viva Voz. **Trilha Sonora da Novela Dona Beija**. São Paulo: RCA,

Anna Jacintha de São José: uma mulher do seu tempo.

É muito tênue a fronteira que separa o mito da realidade histórica, não apenas no caso de Araxá como no caso de Dona Beja, o que, por vezes, torna difícil evitar cruzá-la. Ao realizarmos este trabalho constatamos que ao referir-nos ao Mito Dona Beja, tanto podíamos estar aludindo à figura feminina, o relato de suas peripécias, colocado em circulação desde 1915 ou aos discursos que se construíram em torno dela. A personagem, o relato e tudo que se criou e se disse a seu respeito tornaram-se dessa forma únicos e indissolúveis.

Mas essa constatação também nos alertou para outros desdobramentos relacionados ao objeto da pesquisa: o sujeito histórico e o tempo. Embora Anna Jacintha de São José tenha transcendido como o mito Dona Beja, como objeto de pesquisa seria preciso separar o sujeito histórico, que deu lugar ao mito, e o próprio mito originado daquele, e situar cada um em seu respectivo tempo, evitando cair na armadilha de avaliar e discutir a personagem histórica, e supostos traços de sua personalidade, com base na figura popularizada pela literatura produzida no século XX, a partir do relato fundador, reforçada pelo discurso⁷.

A Dona Beja histórica é a que viveu em Araxá e morreu em Estrela do Sul, no século XIX, instalando-se na memória pela suas práticas sociais desviantes; a Dona Beja mito é tudo isso e, ainda, a cortesã de beleza ímpar, da recuperação do Triângulo, que foi raptada e amante do ouvidor. Finalmente, uma outra Dona Beja sobrevive, apropriada pelos discursos atuais como a “mulher à frente de seu tempo”, a feminista precoce que se dava o luxo de escolher sem esperar ser escolhida⁸.

1986. Disco de vinil, 33rpm. Acervo Rádio Imbiara. Araxá, MG

⁷ Exemplo de: FREITAS, Wilcebanda de Oliveira. **Nas Sombras do Poder: estratégias femininas nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX**. Dissertação. (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. A autora ilustra sua discussão com a figura de Bárbara Heliodora e as personagens literárias Chica da Silva e Dona Beja, de Agripa Vasconcelos.

⁸ Maneira, Ana Lúcia Meneses. Entrevista. Araxá: 09/09/2001. Em inúmeras conversas e na entrevista gravada em sua casa, “Lucinha” sempre se declarou “fã” incondicional de Dona Beja, cuja telenovela assistiu as duas vezes em que passou na TV. O que mais a impressionava era, precisamente, a autonomia de suas decisões que lhe permitia a livre escolha, inclusive, de seus parceiros amorosos.

Ainda em relação ao tempo, sabemos que os mitos são intemporais, pertencem aos domínios da memória e, portanto, a um tempo “virtual” que resiste em submeter-se ao “imperialismo” do tempo histórico convencional⁹. Por isso que quase sempre os mitos dispensam datas exatas ou marcos cronológicos. Mas uma reconstituição histórica como a que aqui se pretende, requer uma análise de acordo com esse tempo convencional, sendo necessário, em consequência, estabelecermos o tempo em que viveu a personagem que gerou o mito e o tempo em que se tornou mito, com tudo aquilo que se passou a dizer sobre ela. Tempo histórico para a personagem histórica, o relato do mito e seus discursos.

O século XX, então, é o tempo do nascimento do mito, quando Dona Beja foi “resgatada” da tradição oral pela linguagem escrita, modelada física e moralmente e introduzida com riqueza de detalhes como protagonista em um relato que combina ficção e realidade sendo aceita como verdadeira. O relato anterior pertence a esse tempo.

O século XIX corresponde ao tempo da personagem Anna Jacintha de São José, Dona Beja, em torno de quem se teceu o mito. Tempo em que viveu, morreu e se fixou na memória, passando a circular oralmente ficando presa no imaginário. A esta categoria pertence o perfil biográfico que faremos a seguir, com base na reduzida documentação localizada. Tarefa que parece não ter precedente, motivo pelo qual não se localizou nenhuma biografia.

Lembrando que não é nosso objetivo biografar Dona Beja, mas dar a conhecer alguns dados básicos de sua vida que servirão de apoio para nossa análise, o relato que fazemos não apresenta um exercício crítico com a densidade requerida e própria de uma biografia. Consiste em uma leitura linear e plana das informações extraídas dos documentos oficiais, organizadas cronologicamente e complementadas, quando necessário, pela historiografia. Esse exercício crítico deverá ser realizado no final do capítulo ao analisarmos as possíveis causas de sua “mitogênese”¹⁰.

⁹ Na perspectiva de Pierre Nora, que estabelece uma dicotomia entre memória e história e para quem a memória teria sucumbido sob a ditadura imposta pela história. NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**, Nº 10. São Paulo: EDUC, dez. 1993. pp. 7-28. Ver também: SEIXAS, Jacy A. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In:-----, **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Edunicamp, 2002.

¹⁰ De “mitogênica” ou passível de tornar-se mito por incorporar os estereótipos de vilão ou herói vigentes na sociedade à qual pertence. In: BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp. 79-80.

Consideramos que, para emprendermos essa análise, seria necessário conhecer primeiro e minimamente a personagem que gerou o mito. Para assinalar sua historicidade mantivemos a grafia dos nomes próprios segundo constam, salvo raras exceções, na maioria dos documentos.

*...o quadro em que tais mães e filhas passeavam suas misérias...*¹¹,

A frase de Mary del Priore aludindo à condição de extrema penúria e abandono que quase sempre rondava as mulheres sós, empurradas para a prostituição durante o período colonial, serve de inspiração para dar início ao nosso relato, ilustrando a possível chegada de Maria Bernarda dos Santos e sua filha, Anna Jacintha de São José, ao Arraial de São Domingos de Araxá, ocorrida em algum momento das primeiras décadas do século XIX.

O quadro é completado por Luciano Figueiredo que se refere ao *caráter itinerante da população mineira*¹², ao analisar a dispersão populacional para novas áreas após o declínio da mineração em Minas Gerais, assim como por Laura de Mello e Souza¹³, que discute a falsa riqueza atribuída à capitania e a real pobreza que afligia a maioria de sua população.

Essa dispersão era, certamente, acompanhada pelas mulheres, viúvas, solteiras ou abandonadas que, igual a tantos miseráveis e “desclassificados”, iam e vinham no lastro das caravanas de tropeiros, “pegando carona” e recolhendo os farelos de uma vida marcada pela incerteza e a aventura. E gravitando sempre em torno delas, circulavam, onipresentes, as meretrizes, mulheres pobres a quem a necessidade de prover o sustento para si e seus dependentes e a falta de oportunidade de inserção nas atividades produtivas impeliam para a prostituição.

Assim, para Laura de Mello e Souza, *muitos devem ter sido os casos de mulheres sozinhas, mães solteiras que tinham que sustentar os filhos e a casa com o produto de seu*

¹¹ DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. p. 84.

¹² FIGUEIREDO, Luciano. **O Averso da Memória** Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. pp. 79-80.

¹³ Cf. MELLO e SOUZA, Laura de. **Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. Sobre o mesmo tema, ver também: ----- **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

*trabalho, exercendo esporadicamente a prostituição para complementarem a receita doméstica...*¹⁴

Mãe e filha, de que falamos aqui, saíram provavelmente de Formiga, MG, onde tinha nascido Anna Jacintha, segundo registrou em seu testamento, o mesmo em que menciona um irmão, Antônio Rodrigues, sem que possamos precisar se ele já as acompanhava em sua chegada ou se nasceu depois em Araxá. Antônio desapareceu no silêncio dos documentos junto com sua mãe, contribuindo para aumentar a escuridão que cerca a maior parte da vida de nossa personagem.

É bem possível que Anna Jacintha e sua mãe fizessem parte de alguma das levas de novos povoadores que chegavam atraídos pelas possibilidades que o recente Julgado de São Domingos de Araxá oferecia, graças às boas pastagens e às recém descobertas fontes de águas minerais, elementos que possibilitaram o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. A sesmaria do Barreiro, em cujas terras surgiu o arraial e cujo “marco pião” havia sido plantado no meio dessas fontes, tinha sido medida e demarcada em 1785, incrementando, desde então, a ocupação e a concessão de sesmarias nas áreas de seu entorno¹⁵.

Quando, em 1821, o sistema de sesmarias cessou no Brasil, a região já se destacava como produtora de gado, *a única riqueza da região*, na avaliação de Saint-Hilaire, sendo percorrida pelas caravanas de tropeiros que abasteciam os maiores centros com seus produtos. Saint-Hilaire mesmo cruzou com uma delas em 1819, após deixar Araxá¹⁶, e seguindo essas caravanas, levas de homens, mulheres e crianças, chegavam e se assentavam no arraial.

O fato é que por essa época, Anna Jacintha já se encontrava ali e batizava sua filha “natural”, Thereza Thomazia de Jesus, nascida em 15 de fevereiro de 1819¹⁷. De acordo

¹⁴ MELLO e SOUZA, Laura de. **Desclassificados do Ouro** op. cit. p. 180.

¹⁵ Nos arquivos do Poder Judiciário de Araxá localizamos e transcrevemos parcialmente 109 sesmarias, concedidas nos Julgados de Araxá e Desemboque entre 1772 e 1821. Estão catalogadas em um trabalho ainda inédito, segundo o ano de sua concessão, donatário e localização geográfica; acrescidas de notas complementares.

¹⁶ SAINT-HILAIRE, August. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Tradução de Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. pp. 101-132.

¹⁷ Registro de batismo. 24 de fev. de 1819. Pasta nº 6, folha 54v. Arquivos da Igreja Matriz de São Domingos. Fundação Cultural Calmon Barreto. Araxá, MG. Doravante: AIMSDe FCCB, respectivamente.

com o registro de batismo, foram os padrinhos da menina o quartel-mestre Jerônimo José da Silva e D. Thereza Thomazia de Jesus, mãe do padre batizante, Francisco José da Silva que, anos depois, em 1833, reconheceu e legitimou sua paternidade através de um documento cartorário¹⁸.

Não foi possível estabelecer quando se iniciaram as relações de Anna Jacintha com o padre nem quanto tempo duraram, mas tudo indica que contavam com a cumplicidade familiar, sancionada pela presença da mãe dele, atuando como madrinha no batizado da neta. Por outro lado, e ao que parece, tais relações não incomodavam o resto da família já que, em 1826, a própria Anna Jacintha foi madrinha de batismo de Antônio, filho de Thomé Francisco da Silva Botelho, parente de seu amante¹⁹.

Nada existe de concreto sobre a vida e as atividades desempenhadas por Maria Bernarda e sua filha nos tempos de sua chegada e nas duas décadas seguintes. Fossem elas ilícitas ou não, tudo que se poderia dizer estaria fundado em “evidências circunstanciais”, apoiadas na documentação indireta e na historiografia produzida sobre essa época.

O certo é que por volta de 1832 Anna Jacintha já se encontrava perfeitamente instalada na vila, *no sobrado por ela edificado na Praça da Matriz*²⁰ e se dispunha a aumentar suas propriedades, adquirindo algumas casas vizinhas, entre a sua residência e a do vigário, em um dos becos laterais da praça, o que permitiria que fossem emendadas com o quintal de seu sobrado, formando um L²¹.

Nessa ocasião, Anna Jacintha solicitou e foi atendida pela Câmara Municipal com a indicação de um alinhador, que conferisse o alinhamento dessas propriedades, em função de uma queixa apresentada às autoridades por um vizinho recém-chegado à vila, o suíço

¹⁸ Escritura de perfilhamento. 16 de maio de 1831. Livro nº 4, folha 40. Cartório do 1º Ofício de Notas. Araxá, MG.

¹⁹ Registro de batismo de Antônio, filho legítimo de Thomé Francisco da Silva e Anna Thereza da Rocha. Batizado “a princípios de 1826”. Padrinhos: Anna Jacintha de São José e Antônio Machado de Moraes. O registro foi feito em 25 de fev. de 1854. .Pasta nº 6, folha 50. AIMSD/FCCB. Araxá, MG.

²⁰ Escritura de compra-venda. 25 de jul. de 1864. Livro nº 1, folha 48v. Cartório do 2º Ofício de Notas. Araxá, MG.

²¹ *Digo eu abaixo assignada (sic) que entre os bens que possuo (...) huma morada de casas neste arraial d. S. Dom.ºs de Araxa (...) sendo por hum lado com o Ajud. Ant.º José de Ar. e por outro o Rdo. Vigr.º Franc.º José da S.ª. cujas casas (...) as vendo (...) para todo e sempre a Sr.ª D. Anna Jacintha de S. Je (...) 26 de Fevereiro de 1832...* Documento avulso. Arquivo do Museu Dona Beja. Doravante: AMDB.

Frederico Augusto Montandon, que reclamava dos prejuízos que sua residência sofreria com o estreitamento do beco, justo no local dos imóveis recém adquiridos por ela²². Tudo indica que à raiz desse conflito de interesses iniciou-se uma longa relação de amizade entre os membros de ambas famílias, fortalecida depois pelo parentesco, a julgar pelos casamentos realizados e os batizados em que aparecem juntos como padrinhos.

Voltando às atividades de Anna Jacintha, uma boa pista nos é oferecida, mais uma vez, por Figueiredo que estudou a participação feminina no comércio varejista de Minas Gerais durante a colônia, constatando o domínio das mulheres nesse setor. Ele ainda informa que esse fenômeno foi observado também por outros historiadores como Luis Mott *que fornece amplo panorama do pequeno comércio nos principais núcleos urbanos da América Portuguesa no qual evidencia-se a maciça ocupação feminina, sejam (as mulheres) livres, forras, escravas de qualquer cor, inclusive brancas, em atividades comerciais*²³.

Assim, sua suposta “fortuna”, embora sem o glamour com que sempre esteve rodeada, se realmente existiu, teve uma origem bem mais prosaica, possivelmente derivada das atividades comerciais, das relações amorosas -ou não-, decorrentes daquelas, e da habilidade com que parece havê-las manejado.

A arquitetura de seu sobrado, com cinco portas no térreo, sua localização num local nobre da praça, ao lado da Igreja Matriz de São Domingos, e o nome de Anna Jacintha encabeçando uma relação de 31 moradores estabelecidos com “negócios”, registrados no município, em 1834, dos quais 9 eram mulheres, nos autorizam a considerar o comércio varejista como uma de suas possíveis atividades.

A idéia de que essa Anna Jacintha fosse nossa a personagem é reforçada pelo fato de que nas outras listas de moradores em que encontramos seu nome, ele aparece sempre entre os primeiros, junto com os de vizinhos que, sabidamente, moravam, como ela, na Praça da Matriz. Isso nos permitiu concluir que essas listas deviam começar sempre pelos moradores do quadrilátero central, avançando em direção aos da periferia.

²² Atas da Câmara Municipal. 1833. Livro nº 1, folha 139. Arquivos da Câmara Municipal, doravante ACM/FCCB. Araxá, MG.

²³ FIGUEIREDO, Luciano. op. cit. p. 34.

Mas não se pode omitir que em 1863 esse mesmo nome ainda constava na relação de pessoas registradas com “negócios” na vila, embora por essa época ela já não morasse em Araxá. Ainda assim, existe a possibilidade de, mesmo ausente, haver mantido o negócio em seu nome, porém traspassado ou administrado por terceiros, já que a venda do imóvel somente ocorreu um ano depois, em 1864. Outra possibilidade seria que essa Anna Jacintha fosse uma homônima embora no mapa populacional da província, realizado em 1832, ela fosse a única mulher registrada com esse nome, sem constar, porém, sua ocupação.

Ainda de acordo com Luciano Figueiredo²⁴, o comércio de varejo realizado em vendas e pequenos estabelecimentos, praticamente dominado por mulheres nas Minas Gerais até o fim da colônia, gerava uma série de atividades paralelas e ilícitas, como o contrabando e a prostituição, que se articulavam a sua volta, motivo que nos autoriza a pensar na última como outra das possíveis atividades praticadas não somente por Anna Jacintha, como por sua mãe.

Não seria descabido pensar em mãe e filha se prostituindo para sobreviverem até serem “resgatadas” pelo padre, trampolim para “subir na vida”, fazendo um “pé de meia” com um negócio que a jovem faria prosperar com seu talento e determinação e, quem sabe, com uma ajudazinha dos cavalheiros abonados. Há um longo histórico de prostituição familiar na tradição colonial mineira, segundo a historiografia desse período.

Referências documentais indicam que, além das propriedades na vila, Anna Jacintha pode haver tido outras na zona rural, embora destas não se localizaram escrituras ou documentos em que seu nome e apelido estivessem associados diretamente, como parte interessada. São citadas apenas como referência para se estabelecer a localização daquelas que estavam sendo referidas ou negociadas.

Nos autos do processo movido contra os envolvidos na Revolução de 1842, um dos acusados mencionou um *retiro de Dona Anna Jacintha de São José*²⁵, para onde teria ido acompanhando as forças rebeldes. Lembrando da famosa “Chácara do Jatobá”, propriedade que sempre lhe foi atribuída, situada próxima à vila, “na Sesmaria do Barreiro”, pensamos

²⁴ FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. pp. 141-187. Também em: Mello e Souza, Laura de. **Desclassificados do Ouro** op. cit. p. 184.

²⁵ Autos do Processo da Revolução de 1842. Arquivos da Fundação Cultural Calmon Barreto, doravante AFCCB. Depoimento de Antônio Joaquim de Campos Maranhão. folha 322.

se tal “retiro” não poderia corresponder a essa chácara, ainda que não eliminemos a possibilidade de tratar-se de outra propriedade diferente, como oportunamente se verá.

Um “retiro da Beija” também consta em um documento cartorário onde aparece situado na sesmaria do Barreiro²⁶. É possível que também se trate daquela mesma chácara nas redondezas de Araxá, que foi batizada de “Jatobá” por ser esse o nome que se dá, ainda hoje, à região em que estava localizada.

A célebre chácara somente foi encontrada em uma escritura de compra-venda de 1874, mas sem estar relacionada diretamente com Dona Beja; somente o fato de constar como “Chácara da Beija, no lugar denominado Jatobá”, sugere que lhe tenha pertencido. Pensamos ser a mesma que os vendedores, Joaquim Eulálio Vieira de Sousa e sua mulher, Maria Paula Rodrigues Tavares, herdaram de Joaquim Gregório Rodrigues Tavares, seu sogro e pai, respectivamente. No inventário deste, e entre os bens que couberam a esse casal, constava uma propriedade rural que obedecia à mesma descrição e que recebeu uma avaliação aproximada à soma pela qual estava sendo vendida, embora não constasse sua denominação²⁷.

No documento de venda é denominada “Chácara da Beija” e é descrita como sendo formada por um sobrado, equipada com monjolo, cercada por mil e duzentas braças, de “vallas” e situada nas “cabeceiras do Córrego do Retiro”, logo, bem próxima de Araxá²⁸.

Entre 1888 e 1889, Sancho de Freitas Mourão e sua esposa Ana Augusta Montandon Mourão, realizaram duas transações imobiliárias: a primeira permutando uma casa que tinham na cidade pela “Chácara da Beija”, situada no lugar denominado “Jatobá” e a segunda, um ano depois, permutando somente a casa da chácara por outra na cidade²⁹.

²⁶ Escritura de compra-venda. Livro nº 13, folha 57. Cartório do 1º Ofício de Notas. Araxá, MG.

²⁷ Inventário de Joaquim Gregório Rodrigues Tavares. 1873. Caixa nº 115. Arquivo do Fórum Tito Fulgêncio. Doravante: AFTF. Araxá, MG.

²⁸ Registro. 1873. Livro nº 3 – 1º folha 2. Cartório de Registro de Imóveis. Araxá, MG. Registro. 25 de jul. de 1874. Livro nº 3 – 1º folha 3. Cartório de Registro de Imóveis. Araxá, MG.
Considerando que uma braça equivalia a dez palmos de comprimento ou 2.2 m. as “vallas” que cercavam a propriedade podem ser calculadas em 26,000 m. aproximadamente. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 280.

²⁹ Escritura de compra-venda. 1888. Livro nº 19, folha 21v. Cartório do 1º Ofício de Notas. Araxá, MG.
Escritura de compra-venda. 1889. Livro nº 20, folha 3v. Cartório de 1º Ofício de Notas. Araxá, MG.

Neste documento foi estabelecido que a casa da chácara poderia ser “desmanchada” e reconstruída no local desejado pelo seu novo dono, segundo a prática comum, ainda hoje, de reaproveitar o material de demolição. Neste caso, o fato do negócio envolver apenas a casa, sem os terrenos, e a possibilidade de ser aproveitado seu material de construção, indicam que o mesmo devia ser, no mínimo, de boa qualidade, a ponto de ser objeto de permuta em um negócio imobiliário.

Esses detalhes são necessários pela importância e o espaço que a chácara ocupa no mito Dona Beja, reforçado pela ausência de vestígios materiais e o desconhecimento público da documentação relacionada com a propriedade, o que tem gerado diferentes versões sobre a localização, assim como questionamentos sobre sua existência, tornando-se quase um mito paralelo ao de sua dona.

Acidentes geográficos e lugares situados na zona rural, nas redondezas de Araxá, também aparecem relacionados com seu nome e apelido em outros documentos cartorários: O “Espigão da Beija” e a “Capoeira de Dona Anna Jacintha de São José” são mencionados em algumas escrituras como referências para estabelecer-se a localização exata de parcelas de terra que foram vendidas em fazendas vizinhas³⁰.

Como chefe de família, papel que desempenhava como mulher só, descasada e mãe solteira, no censo provincial de 1832, Anna Jacintha foi relacionada à frente de seu “fogo”, como branca, solteira, de 32 anos e dona de oito escravos. Junto com ela, Maria Bernarda dos Santos, sua mãe, também branca, de 56 anos³¹. Nota-se no documento a ausência de Thereza, que tampouco consta na relação de dependentes do vigário, onde deveria estar, se considerarmos verídicas as afirmações feitas posteriormente em um processo judicial, segundo as quais a filha mais velha não teria sido criada por ela, mas pelo pai. É bem possível que nessa época, Thereza estivesse prestes a casar, ou já casada e vivendo com seu

³⁰ Escritura de compra-venda. Livro nº 42, folha 5v. Cartório do 1º Ofício de Notas. Araxá, MG
Escritura de compra-venda. Livro nº 11, folha 5. Cartório do 1º Ofício de Notas. Araxá, MG.

³¹ “Mappa da Populacao deste Distrito da Villa Viçosa d’ Sam Domingos do Arachá”. 1832. Sessão Colonial, caixa 13, Arquivo Público Mineiro, doravante: APM. Belo Horizonte MG.

marido, Joaquim Ribeiro da Silva Botelho, na fazenda do casal, motivo pelo qual nenhum deles consta, neste censo, entre os moradores da vila³².

O marido de Thereza pertencia ao “grupo da Mandioca”, clã formado por diversas famílias aparentadas entre si, cujo parentesco consanguíneo era reforçado pelos freqüentes casamentos entre seus membros. O nome derivava de uma das propriedades familiares, a Fazenda da Mandioca, centro de operações do grupo. Era um dos 18 irmãos do coronel Fortunato José da Silva Botelho, chefe político local a quem anos depois Anna Jacintha iria enfrentar judicialmente.

Quaisquer que tivessem sido as práticas profissionais ou de caráter particular e pessoal de Anna Jacintha, como mulher, aos 38 anos, ela continuava plena e ativa, exercitando seus atributos femininos, ao mesmo tempo que se iniciava como avó. Assim o indica o nascimento de sua segunda filha, Joana de Deus de São José, nascida e batizada em 1838, mesmo ano em que nasceu e foi batizado também seu neto Joaquim, segundo filho de Thereza que já tinha uma filha, Theodora Jacintha Fortunata, nascida dois anos antes.

Joana não teve nenhum pai que a assumisse oficialmente, mas consta como seu padrinho no registro de batismo o coronel João José Carneiro de Mendonça a quem se poderia atribuir um parentesco com a afilhada ou, ainda, a paternidade, possibilidade extensiva a algum de seus filhos, entre eles o doutor João Carneiro de Mendonça arrolado, no mito, como um dos amantes de Dona Beja.

Tomando-se como exemplo o caso de Thereza, cuja madrinha foi a avó paterna, essa atribuição seria procedente e estaria justificada pela prática comum observada na documentação eclesiástica, cartorária e judicial do século XIX, de se apadrinhar os parentes ou filhos ilegítimos que por motivos diversos não podiam ser assumidos publica e ostensivamente, mas com os quais se desejava manter algum vínculo.

Eni Mesquita de Samara observou a falta de preconceito no caso dos filhos de padres, tão comum na sociedade brasileira, e ao analisar as estratégias utilizadas pelos pais ou parentes para proteger as crianças nascidas fora do matrimônio, fossem ou não reconhecidas, informa sobre o processo, quase natural, de adequação dos filhos ilegítimos,

³² De acordo com a cópia da certidão de casamento de Thereza, anexada ao Processo de Reclamação de Herança movido contra o coronel Fortunato José da Silva Botelho, o casamento ocorreu a 16 de janeiro de 1833. Processo de Reclamação de Herança. 1865. Caixa nº 78. AFTF. Araxá MG.

que lhes permitia uma melhor integração social: *Enquanto uns disfarçavam seus rebentos sob o título de 'afilhados', outros criavam-nos às claras, em sua companhia* ³³.

Gilberto Freyre já tinha observado que no período colonial era mais forte o preconceito de cor que o da ilegitimidade, possibilitando a ascensão social e bons casamentos para os filhos naturais, *quando brancos ou mulatos claros*³⁴. Isso viria a explicar, em parte, que tanto Thereza como Joana, ainda que ilegítimas, filhas de mãe solteira e de conduta “duvidosa” puderam realizar “bons casamentos”, confirmando a credence popular segundo a qual *não há nenhum filho ilegítimo, particularmente filho de padre, que não seja feliz*³⁵

O manejo daquela mesma documentação também nos permitiu perceber que nomes de caráter religioso como de São José, de Deus ou de Jesus, anexados aos de Anna Jacintha, Joana e Thereza Tomazia, funcionavam não como sobrenomes de família, mas justamente como o que eram, nomes complementares do(s) primeiro(s) que os pais davam a suas filhas movidos por um costume que se inspirava na religiosidade. Quando as mulheres recebiam um sobrenome, este provinha, freqüentemente, da mãe, cabendo aos filhos varões o sobrenome paterno. É importante conhecer esses costumes religiosos, inseridos nas relações familiares e de parentesco, para compreender algumas das confusões que envolveram a localização da casa de Anna Jacintha e o uso de alguns nomes reais ou fictícios que aparecem no relato do mito e que serão analisados oportunamente.

Seguindo-se estrita cronologia na análise da documentação relacionada com ela, no ano de 1840 vamos encontrar Anna Jacintha mencionada, desta vez, nas atas da Câmara Municipal, como partícipe da “sedição”³⁶ ocorrida nesse ano na Vila de São Domingos de Araxá, como proprietária da casa onde as “cabeças” da mesma se reuniam para planejar suas ações³⁷.

³³ SAMARA, Eni de Mesquita. **As Mulheres, o Poder e a Família**. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero e Secretaria de Estado de Cultura, 1989. p. 63.

³⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. 35ª ed. São Paulo: Record, 1999. P. 447.

³⁵ Idem. Idem.

³⁶ Perturbação da ordem pública, agitação ou revolta. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. op. cit. p. 1561.

³⁷ Atas da Câmara Municipal. 1840. Livro s/n. Folhas 1v, 2 e 12. ACM.

Para Waldemar de Almeida Barbosa, esses conflitos não tiveram conotação política, teriam sido desordens provocadas pela tentativa de impedir-se o julgamento de um dos homens protegidos pela família Carneiro de Mendonça que, junto com os da Silva Botelho, formava um dos grupos detentores do poder local. Naquela ocasião, ameaçaram o juiz que presidiria o julgamento, obrigando-o a fugir para o vizinho julgado de Desemboque, onde se instalou com a câmara em sessão permanente, enviando relatórios e solicitando reforços militares das autoridades provinciais, contribuindo para dar aos fatos uma dimensão maior da que na realidade tiveram³⁸.

Com relação à sua participação na Revolução de 1842, movimento ocorrido dois anos depois, opondo liberais e conservadores em diversos municípios paulistas e mineiros, a reduzida documentação em que Anna Jacintha é mencionada não permite determinar de forma conclusiva o caráter e a dimensão da mesma.

Já sabemos de sua estreita relação com os Carneiro de Mendonça e com os Botelho, que encabeçavam os rebeldes em Araxá. Mas só isso não é suficiente para definir sua posição, que nos desperta algumas dúvidas, reforçadas pela mesma documentação: ao responder às autoridades legais, vencedoras no conflito, sobre a quantia com que havia contribuído para o movimento, ela declara haver contribuído com cem mil réis que foram entregues às *autoridades dominantes*³⁹, sem que isso ajude a esclarecer se apoiou as forças legalistas ou se os rebeldes, que foram derrotados, chegaram a ser em algum momento a força dominante no município.

Em uma transcrição da relação dos cidadãos que ajudaram com dinheiro e com mantimentos, *com motivo do movimento político de 1842*, enviada para responder ao inquérito das autoridades, seu nome e a quantia são confirmados junto com o de outras pessoas como Ignácio Carneiro de Mendonça, o Tenente Coronel Silvestre Ribeiro Barbosa, entre outros que, sabidamente, faziam parte das fileiras rebeldes. Antônio

³⁸ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. pp. 31-34.

³⁹ *Ilmo. Snrº. Recibi a participação de V.SS. na qual se exige de mim o qto dei as Auturidades Duminantes (sic) em 1842 no tempo do movimento Pulítico (sic): declaro a V.SS. que foi a quantia de cem mil réis em moeda corrente de cujos tenho a declaração em meu poder das m.mas Auturidade (sic). (...) Villa do Araxá. 24 de Agosto de 1846 (...). Por Anna Jacintha de S. José. Joaquim Ribeiro da Silva Botelho. Documento avulso. (Cópia) AMDB.*

Joaquim de Menezes, um dos relacionados no documento, declara haver entregado tudo, *com ordem do Sr. Cel. Juiz de Direito de receber...*⁴⁰, o que bem poderia significar uma ajuda forçada ou um possível confisco dos bens dos liberais que, no final, foram derrotados⁴¹.

Para confundir ainda mais, em uma das atas da Câmara Municipal, em 1844, novamente se faz referência à ajuda que as “forças da legalidade” teriam recebido durante os acontecimentos de dois anos antes e novamente o nome de dona Anna Jacintha de São José é mencionado⁴². É possível também que, havendo-se passados dois anos, na documentação oficial do Município, o confisco sofrido tivesse se transformado em ajuda voluntária à legalidade, como forma de “limpar o nome” dos envolvidos através de um desses “passes de mágica”, tão comuns quando se trata de política ou de (in)justiça em registros oficiais.

Nos autos do processo que se instaurou contra os poucos rebeldes capturados, entre os quais figuravam Josefa Roquete Franco Carneiro de Mendonça, esposa e mãe, respectivamente, do Coronel João José, e Joaquim Carneiro de Mendonça, presa junto com seu genro, o português Antônio Pestana, uma das testemunhas menciona um “retiro” de Dona Anna Jacintha de São José como um dos lugares para onde ele teria ido quando acompanhava os rebeldes que se dirigiam a Araxá⁴³. Isto tampouco esclarece a participação de Anna Jacintha e a favor de quem atuou no movimento. O lugar foi citado como referência para se estabelecer o trajeto que a testemunha fez quando seguiu com os rebeldes para, supostamente, retirar de suas fileiras um de seus filhos, separando-se deles no

⁴⁰ *Cópia do Registro de documentos em resposta dada à Câmara da Vila de Araxá, da coadjuvação prestada por motivos dos movimentos políticos de 1842...* Documento avulso. (Cópia) AMDB.

⁴¹ Autos do Processo da Revolução de 1842. Algumas testemunhas se referiram à apreensão dos bens das pessoas “comprometidas com a rebelião”. Depoimentos de Floro Gonçalves Ramos e José Damaceno Machado. Folhas S/N. AFCCB.

⁴² Atas da Câmara Municipal. Livro s/n de 1844, folha 119v. ACM.

⁴³ Autos do Processo da Revolução de 1842. *Foi-lhe mais perguntado com quem viera elle respondente daquelle distrito da Conceição. Respondeu que estando elle em casa de Francisco Machado de Moraes, e passando por esta aquella força rebelde com a mesma viera athé o retiro de Dona Anna Jacintha de São José, e que daqui retirandosse para a casa de Antônio José de Araújo desta viera entam tirar seu dito filho como já disse* (sic). Depoimento de Antônio Joaquim de Campos Maranhão. folha 322. AFCCB.

“retiro”, o que não significa e nada indica que os rebeldes tivessem permanecido ou recebido acolhida nesse lugar.

A favor de quem ou contra quem Dona Beja ficou naquele episódio não sabemos. O fato é que no ano seguinte seu nome constava numa relação feita pela Câmara Municipal das pessoas que se beneficiavam das águas do córrego “da servidão pública”, destinado ao abastecimento de água potável para a população, onde ela possuía vários canais para seu uso particular⁴⁴. Isso indica que ela levava uma vida sem problemas com as autoridades, ao contrário de outras mulheres como a própria Josefa Roquete Franco Carneiro de Mendonça, Thomazia Neto Carneiro, Maria J^a Emerenciana Neto Carneiro, Silveria Maria de Jesus e outras mais, que permaneceram presas acusadas de envolvimento direto ou de seus maridos no movimento de 1842⁴⁵.

Neste documento a encontramos, pela primeira vez, com seu apelido “Beija”, “Dona Anna Beija”, o que nos autoriza a pensar que o mesmo já devia ter-lhe sido atribuído há tempos, o suficiente para tornar-se do domínio público e de uso corrente, a ponto de ser registrada com ele em um documento oficial, de nível municipal.

O apelido Beija, ou Beja, não tem explicação em bases documentais. Elas fazem parte do relato do mito alimentado pela literatura, onde se encontram as diversas versões sobre sua origem e que serão discutidas oportunamente. Fica, por enquanto, o significado literal da palavra: “ato ou cerimônia de beijar”, mesma palavra que se encontra em “beija-flor”, nome popular do colibri, ave conhecida por sua voracidade, no “hibisco” ou “beijo”, flor conhecida por atrair o beija-flor e em uma planta perene, também chamada “beijo” e conhecida popularmente como “beijo-de-frade” e “maria-sem-vergonha” pela facilidade e a abundância com que brota e se espalha. Em Portugal existe a cidade de Beja na região do Alentejo.

Em 1845 morreu o vigário Francisco José da Silva, figura polêmica que, a julgar pela documentação que se pode manusear, esteve sempre envolvido em disputas políticas

⁴⁴ O documento é oriundo do Poder Legislativo Municipal, encontra-se nos arquivos da Fundação Cultural Calmon Barreto. Até o momento não se encontram organizados nem catalogados, motivo pelo qual não é possível indicar sua localização exata.

⁴⁵ Atas da Câmara Municipal. 1842. Livro s/n. folha. 75. ACM. As outras mulheres foram: Silveria Maria de Jesus, mulher de Benedito Quirino; Rita Maria de Jesus, mulher de Silvestre Quirino; Maria do Carmo, mulher de José Quirino; Francisca Mendes dos Santos, viúva e Anna de tal, mulher de Elias Silva Paz.

locais além de atividades escusas que lhe valeram uma série de denúncias. Isto sem falar nas relações “sacrílegas” que, sabidamente, e “por fragilidade da carne” manteve com Anna Jacintha e com outras mulheres que, além de Thereza, renderam-lhe pelo menos outros dois filhos, também reconhecidos em cartório: Pedro Amado de São Paulo e Placidina Maria de Jesus⁴⁶.

A pesar da legislação colonial estabelecer uma série de limitações para a sucessão dos filhos tidos fora do casamento, a legitimação em testamentos ou através de escrituras era a forma que os pais, inclusive clérigos, tinham para garantir o futuro de seus filhos naturais, possibilitando-lhes o acesso aos bens e ao patrimônio familiar.

Os três foram seus herdeiros nomeados em testamento⁴⁷, embora nele não se esquecesse de Anna Jacintha a quem deixou uma boa soma de dinheiro, em consideração aos bons “serviços” que lhe teria prestado.

Considerando-se a permissividade reinante nos postos avançados de fronteira, não deve estranhar a desenvoltura com que o vigário de Araxá parecia tratar seus assuntos domésticos, incluindo suas relações amorosas e sua descendência. Para Ronaldo Vainfas, o clero *não permaneceu imune ao ambiente social que o rodeava. Por isso, em Minas, foi classificado de 'licencioso e turbulento', mas considerado 'ao natural' com a sociedade de seu tempo*⁴⁸.

O vigário era filho do tenente Gregório José da Silva e de Dona Thereza Thomazia de Jesus, da mesma família e parente próximo dos irmãos Fortunato e Joaquim, este último também genro de Anna Jacintha.

Como se pode perceber, era estreita a ligação que ela mantinha com essa família, uma relação que não se limitava às atividades políticas ou ao terreno estritamente econômico, penetrava no universo doméstico e familiar podendo ser medida, não apenas pela origem paterna de sua filha e o casamento desta com um de seus parentes, mas

⁴⁶ A expressão entre aspas é comum nesse tipo de documentos. Usada na escritura de “perfilhamento” dos filhos Thereza Thomazia de Jesús, Pedro Amado de São Paulo e Placidina Maria de Jesus. 1833. Livro nº4, folha 40v. Cartório do 1º Ofício de Notas de Araxá.

⁴⁷ Inventário do Pe. Francisco José da Silva. 1845. Caixa nº 43. AFTF. Araxá, MG.

⁴⁸ VAINFAS, Ronaldo. “A Condenação e o Adulterio”. In: LIMA, Lana Lage da Gama. (org.). **Mulheres, Adúlteros e Padres. História e Moral na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. p. 58.

também pelo batismo de outros membros e escravos da mesma família, onde Anna Jacintha atuou como madrinha⁴⁹.

O apadrinhamento de parentes e até de escravos também fazia parte das estratégias usadas para ampliar e estreitar as relações familiares, consolidar as alianças políticas e as parcerias comerciais. No caso de Anna Jacintha, essas relações com as famílias importantes do lugar poderiam explicar, em parte, seu aparente sucesso financeiro, atribuído comum e de forma simplista apenas à prostituição, embora esta, como se viu, não estivesse totalmente ausente no rol de suas possíveis atividades.

Sobre sua partida para Bagagem, é difícil precisar quando ocorreu, mas, em 1848, ainda se encontrava em Araxá, segundo se pode concluir por uma ata da Igreja Matriz de São Domingos em que Virginia, *escrava de Dona Anna Jacintha de São José*, aparece participando da eleição para rei e rainha nas festas de Nossa Senhora do Rosário. Assim, o prestígio da senhora parecia extensivo também para sua escrava.

A mudança pode ter ocorrido após 1852 quando morreram Thereza e Joaquim, no pequeno intervalo de quatro meses, deixando seis filhos menores, a mais velha com apenas 14 anos⁵⁰. Por outro lado, Bagagem acenava com a promessa da fortuna, representada pelo peso e brilho dos 254.5 quilates do diamante “Estrela do Sul”, retirado do rio em 1853.

Na impossibilidade de avaliarmos o que significou para ela a morte da filha mais velha e de estabelecermos se sua partida esteve relacionada diretamente com ela, a saída mais fácil seria concluir que, igual a um bom número de araxaenses, certamente Anna Jacintha também partiu “na corrida aos diamantes” e na esperança de se enriquecer rapidamente.

A reconstituição aproximada de seu dia a dia, tanto em Araxá como em Bagagem, somente seria possível através de uma pesquisa paralela sobre o universo doméstico, familiar e do cotidiano desses lugares, na documentação disponível nos arquivos locais,

⁴⁹ Registro de batismo de Maria. 19 de out. de 1836. Livro nº 17, folha 68v. A batizada era filha de Fausta Cabra, *escrava de Dona Anna Jacintha de São José*. Foram padrinhos: Joaquim Ribeiro da Silva e Anna Jacintha. Registro de batismo de Jerônima. 7 de ago. de 1836. Foram padrinhos, *Dona Anna Jacintha de São José e o Pe. batizante*. AIMSD. Araxá, MG.

⁵⁰ Os outros filhos eram: Joaquim, Francisco, Saturnino, José e Antônio. Inventário de Joaquim Ribeiro da Silva Botelho e Thereza Thomazia de Jesus. 1852. Caixa nº 53. AFTF. Araxá, MG.

apoiada na historiografia brasileira sobre o século XIX, o que, embora tentador, nos afastaria de nosso objeto.

Por isso, com base unicamente na documentação e especificamente em seu testamento nos limitaremos a apontar que em Bagagem teve vários imóveis, entre eles uma casa em que vivia na *rua da ladeira*, próxima à que deu a sua filha Joana, casada com Clementino Martins Borges. Estes eram pais de Haideé sua neta predileta de quem foi madrinha de batismo, em 1856, junto com Augusto Montandon.

É possível que a afeição especial demonstrada por esta neta fosse motivada não só pela convivência diária, mas também pela perda, aquele mesmo ano, da outra neta, Theodora Jacintha Fortunata, filha de Thereza, de quem recebera um tratamento respeitoso e cordial. O relacionamento entre elas parece haver-se reforçado durante os períodos, ansiosamente esperados, que Theodora passava em Bagagem para participar das *Missões*, como se pode conferir na correspondência que a moça mantinha com sua tia Joana⁵¹.

A predileção de Anna Jacintha por Haideé pode ser percebida em seu testamento onde a contempla com um legado específico, comum nesse tipo de documentos quando se queria que os agraciados recebessem algo mais que o que lhes corresponderia por lei na partilha⁵². Entretanto, do mesmo documento desprende-se que, pelos “empréstimos” e pela somas que lhe deviam, não deixou de prestar assistência financeira a seus outros netos, também filhos de Thereza e Joaquim, quem, ao que tudo indica, ficaram sob a guarda da família paterna após a morte de seus pais. Não podemos precisar, contudo, quão estritas foram as relações que eles mantiveram com a avó e qual a posição adotada mais tarde, quando se deu a batalha judicial que opôs Anna Jacintha e o viúvo de sua neta.

⁵¹ *Minha prezada Tia. Mandioca, primeiro de outubro de mil oitocentos e cinquenta e seis. Respondendo a sua estimadíssima carta (...). Sobre o dizer que já me esqueci de Vossa Mercê não é possível me esquecer de uma tia a quem tanto amo, se tem havido alguma falta de minha parte a de revela-la, (sic) pois he involuntária. Se eu poder hir (sic) às Missões terei o gosto de estar com Vossa Mercê, e minha avó, e assim satisfarei meus ardentes desejos. Muito me recomendo a minha avó e tio Clementino (...). Disponha com franqueza de quem tem a honra de assignar-se sua sobrinha e Amiga obrigadíssima. Theodora Jacintha Fortunata da Silva. Processo de Reclamação de Herança. 21 de nov. de 1862. Caixa nº 78. folha 43v. AFTF. Araxá, MG.*

⁵² Sobre os procedimentos adotados nas partilhas e legados ver: SAMARA, Eni de Mesquita. As estratégias Familiares na Transmissão do Legado. In: ----- **As Mulheres, o Poder e a Família**. op. cit. pp. 146-163. DA SILVA, Maria Beatriz Niza. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 1978.

Chegada à idade do casamento, Theodora Jacintha Fortunata, a mais velha e a única mulher entre os seis irmãos, casou-se, em 1855, com seu tio Fortunato, morrendo de parto no ano seguinte. Pese a obrigatoriedade da prévia autorização da igreja, os casamentos entre parentes próximos eram freqüentes, sendo realizados para atender aos mais diversos interesses, dentre os que pareciam prevalecer os puramente financeiros. Como na Europa, no Brasil, colônia de uma metrópole européia, o casamento *não consagrava uma relação amorosa sendo apenas (...) um contrato entre dois patrimônios ou duas misérias*⁵³. Contratos que incluíam mesmo as pessoas já ligadas por parentesco.

Diversas genealogias realizadas nas famílias de Araxá confirmam uma alta incidência de casamentos entre parentes, o que pode ser explicado pelo isolamento em que viviam as pessoas, principalmente no meio rural -que era dominante-, onde os contatos e as relações sociais se limitavam ao círculo familiar. Por outro lado, em uma sociedade em que a propriedade da terra tinha um significado que ia além do interesse puramente econômico e do prestígio social, ampliando e consolidando também o poder político, os casamentos entre parentes eram estratégias que, como no caso de Theodora, poderiam combinar tanto desejos genuínos de proteção como interesse pela manutenção das propriedades familiares. Geradoras de poder e representatividade política, a terra devia permanecer sob o controle da família, que ficaria ameaçado pelo o casamento exogâmico de seus membros.

O fato é que o casamento de Theodora, órfã de pais e morta sem ter deixado descendentes, conferiu direitos hereditários à avó, como a única parenta ascendente em linha direta. O processo de reclamação de herança que Anna Jacintha moveu contra o coronel, viúvo de sua neta, foi motivado pela aplicação arbitrária que este pretendia dar à lei de sucessão e pela oportunidade com que ela a aproveitou. Esse processo parece haver comprometido seriamente o “consorcio” que por tanto tempo mantiveram ambas famílias.

Na divisão da herança, o viúvo, que já era abonado antes do casamento, pretendia dividir com ela somente os bens que sua esposa aportou como dote. Mas, Anna Jacintha reclamava direitos sobre o total deles, incluídos ali os que ele havia amealhado desde solteiro, de acordo com a lei que estabelecia o princípio do regime de comunhão universal

⁵³ VINCENT, Gerard. “Uma História do segredo?”. In: PROST, Antoine; ----- (org). **História da Vida Privada, 5:** da Primeira Guerra a nossos dias. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 357.

para todos as formas de casamento, na ausência de qualquer contrato ou cláusula específicos.

Tentando driblar a lei de sucessão, Fortunato alegou a existência de um testamento “nuncupativo” ou feito “de viva voz”, diante de testemunhas, através do qual sua esposa, no leito de morte, o teria nomeado seu herdeiro universal. Mas esse alegado testamento foi considerado nulo por não ter-se realizado dentro das condições mínimas exigidas pela lei nesses casos. Além disso, mesmo que sua validade fosse aceita, de forma alguma poderia excluir a avó da partilha.

Pelo modo e pelo tom da correspondência que Theodora dirigira a sua tia Joana, Anna Jacintha tentava provar, por sua vez, que dado o bom relacionamento que ambas mantinham, sua neta não a excluiria deliberadamente do seu legado, motivo pelo qual, cópia dessa correspondência foi anexada ao processo.

Entretanto, no relatório do Dr. Raymundo Dês Genettes, chamado à Fazenda da Mandioca para atender à parturiente em seu leito de morte, nota-se a ausência da avó ou da tia entre as pessoas mencionadas, em flagrante contraste com a maciça presença dos membros da família paterna, a mesma do marido, rodeando-a até o final.

Para a melhor compreensão dessa presença familiar durante o parto é importante considerar que, apesar da solidão da mulher ao dar à luz, porquanto era essa uma tarefa individual, da qual somente ela podia desincumbir-se, o parto se revestia de um significado coletivo, requerendo a atenção de todos para com a mãe e da participação daqueles que a cercavam. *A atenção da parturiente com o que ocorria com seu corpo reverberava numa participação comunitária cuja carga era tão mais coletiva quanto o ato era dramático*⁵⁴.

Por esse motivo, a ausência da avó, como mulher, ficava ainda mais assinalada, sendo agravada pela orfandade de Theodora que, naqueles momentos, pôde contar apenas com a solidariedade e companhia de seus tios e tias, parentes do marido. A distância, ou a idade, teria impedido Anna Jacintha de acompanhar sua neta durante o parto que lhe custou a vida?

O detalhado relatório do Dr. Dês Genettes, solicitado pela parte de Anna Jacintha, tinha como objetivo provar a falta de condições físicas e psicológicas da enferma nos

⁵⁴ PRIORE, Mary del. **Ao Sul do Corpo**. op. cit. 255.

momentos em que supostamente teria ditado sua última vontade e constitui, hoje, um testemunho valioso, não só do aparato social e familiar que cercava o parto, como do drama vivido pelas mulheres em sua batalha para colocar os filhos no mundo⁵⁵.

Embora esse tipo de documento não o registre, é possível entender a dor, a angústia e o medo, que devia tomar conta das mulheres ante a iminente batalha que deveriam travar sozinhas, ainda que rodeadas da família. Luta solitária, intransferível e frequentemente fatal que, nos partos difíceis, como o de Theodora, culminava, invariavelmente, com a morte de mãe e filho, transformando em trágico fim o que deveria ser o início de uma nova vida. *Maus ou difíceis tais partos dão a medida da confrontação entre a vida e a morte em que viviam as parturientes de nosso passado*⁵⁶.

A descrição do médico segue um tom objetivo e profissional⁵⁷ embora não se possa deixar de considerar um possível comprometimento pessoal com a família, motivado pelo seu casamento com D. Maria Porfírio Alvarez Machado, que tinha um filho natural de

⁵⁵ *Certifico que em oito de novembro de mil oitocentos e cinquenta e seis cheguei ao meio dia na Fazenda da Mandioca, para onde tinha sido chamado a pedido do Senhor Coronel Furtunato da Silva Bothelho, cuja ordem me foi transmitida (sic) pelo Senhor tenente Coronel Francisco José da Silva Botelho, que ao chegar fui recebido pelo Senhor Antônio Theodoro, que me comunicou ao apear-me o estado da Parturiente, dizendo-me que se esperava a cada hora o momento funesto que levaria a parturiente da vida, e que ao vel-a (sic) melhor ajuizaria. Entrando no quarto da enferma achei-a exausta de força, (sic) e custou algum pouco em conhecer-me, só o pulso faltava, o ventre estava extraordinariamente crescido, e denotava huma hemorragia interna, havia ausência de colichas, (sic) que segundo me informaram as Parteiras, cessaram de correr na noite da quarta feira digo de quarta para quinta feira anterior. A criança não existia mais, e declarei a família que qualquer tentativa para extrahi-la (sic) (...) por meio de fórceps, ou da operação Cesaria seria seguida da morte rápida da Enferma, porem que era do meu dever tentar a dilatação do collo uterino e a extração do feto. O senhor Antônio José da Silva declarou-me em nome delle e da família que se oppunha (sic) a qualquer operação. Pratiquei então a tentativa para obter a dilatação (...) na terceira tentativa hum desmaio profundo fez temer pelos dias da enferma (...) e as oito e meia falleceu (sic) a enferma com o feto no ventre (...) As pessoas presentes eram tantas quanto me posso lembrar, o dito Vigário, Eduardo Bernardes, os ditos Antônio José da Silva Sobrinho, e Antônio Theodoro, cunhados da Enferma; José da Costa, Francisco de Salles, João de Tal Mattos, e as mais pessoas cujos nomes não me posso recordar; duas parteiras, Joanna e Anna, a viúva do fallecido José Jacintho e a mulher do Senhor Antônio Theodoro. Durante as horas de minha estadia vieram algumas visitas, entre elas...". Processo de Reclamação de Herança. p. 29-30.AFTF.*

⁵⁶ Idem. p. 261.

⁵⁷ Idem. A autora adverte para a insensibilidade desses relatos médicos que, no entanto, constituem valiosas fontes que permitem “capturar” os comportamentos individuais e do grupo, assim como as estruturas mentais, o imaginário e as práticas sobre o nascimento. *Embora pareçam protagonistas silenciosas, as mulheres deixaram marcas nas falas dos doutores que um dia se debruçaram sobre os mecanismos do parto, e a despeito do testemunho indireto que significa o saber médico, ele apoiava-se em realidades femininas.* p. 256.

Joaquim Ribeiro da Silva Botelho, irmão e sogro do coronel Fortunato, pai de Teodora e genro de Anna Jacintha.

Esse filho, José Porfírio Alvarez Machado, foi criado, aparentemente, sob proteção da família paterna, embora o pai não o tenha legitimado nem conferido o sobrenome. Tudo indica que foi um dos homens de confiança de seu tio Fortunato, como se desprende dos documentos em que figura como procurador do mesmo⁵⁸. Em 1865 conduziu, como capitão, o grupo de “voluntários” que o município de Araxá enviou à Guerra do Paraguai. Seu padrastrô, Dês Genettes, encontraremos, anos depois, liderando um movimento separatista que pretendia anexar a região do Triângulo Mineiro a São Paulo.

Em seu conjunto, os autos desse processo iniciado junto com a década de 1860 e que se prolongou por mais de seis anos, tendo percorrido todas as instâncias judiciais até as da Corte do Rio de Janeiro, constituem os documentos mais consistentes para se tentar traçar o perfil de Anna Jacintha e, principalmente, para se estabelecer o seu caráter transgressor, o que nos levará a analisá-los novamente mais tarde.

Embora a decisão da justiça lhe tivesse sido favorável, não se encontraram documentos que permitam estabelecer se chegou a receber, de fato, sua parte na herança de sua neta e, em 1871, a encontramos às voltas com novas cobranças desta vez dirigidas à Câmara Municipal de Bagagem para requerer o pagamento da quantia que havia investido na reconstrução de uma ponte próxima a sua morada, destruída pelas enchentes do rio que cruza a localidade e que a divide em duas.

De acordo com o documento, sendo essa ponte:

...de mais freqüente transito, tomou (Anna Jacintha) a deliberação de reconstruí-la, a cujo fim empregou os seus maiores esforços e diligências. Com efeito está concluída a obra; e já a extensa e solemne procissão do Mez de Maria pode passar por ella (sic) com toda a segurança⁵⁹.

⁵⁸ Sobre as estratégias familiares adotadas para com os filhos naturais, ver, novamente: SAMARA, Eni de Mesquita. op. cit. p. 70.

⁵⁹ Documento Nº 56. (Cópia.). AMDB.

E agrega que embora a obra tivesse sido orçada em 1 conto e 500 mil réis⁶⁰, ela conseguira realizá-la por apenas 677mil 880 réis, arrecadando em uma subscrição popular apenas 182 mil e duzentos réis, pelo que teve que inteirar do próprio bolso a soma de 495 mil 680 réis que ela *desejaria, porém não pode oferecer ao bem público*⁶¹. No documento consta a chancela do representante da Câmara Municipal autorizando o pagamento da quantia por ela reclamada.

Na cidade de Estrela do Sul, nome atual da antiga Bagagem, rebatizada em memória do famoso diamante, os vizinhos ainda chamam de Ponte da Beija à que substitui aquela que ela reconstruiu e falam na “Virada da Beija” um desvio que teria provocado no curso do rio para garimpar os diamantes em seu leito. Essa operação, ainda utilizada nos rios menores durante a seca, sobrevive na tradição popular como uma de suas façanhas, a prova da mulher empreendedora e dinâmica que era, mas, ao contrário da ponte reconstruída, não se encontraram sinais concretos de sua realização.

Ao morrer, em 1873, seus bens somavam, de acordo com o inventário realizado em fevereiro do ano seguinte, oito contos de réis entre escravos, animais domésticos, móveis e imóveis, utensílios e objetos de cobre, ferro, ouro, prata e roupas. No seu testamento deixou expressa sua última vontade e manifestou seu desejo de ser amortalhada com o hábito de Nossa Senhora do Carmo e enterrada, *se for possível*, na Igreja Matriz sendo acompanhada pelos sacerdotes que estivessem no local, os quais lhe rezariam uma missa de corpo presente e *um oitavário seguido*⁶².

O testamento⁶³, dado a conhecer na década de 1960, segue à risca o padrão encontrado nesse tipo de documentos através dos quais as pessoas, além de expressar sua última vontade sobre seu corpo e propriedades, tentavam acertar as contas com os vivos e, principalmente, negociar a salvação. Assim, vestir-se de santo, diz João José Reis,

⁶⁰ Equivalente a um milhar de “mil-réis”. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. op. cit. pp. 464-465.

⁶¹ Idem. Idem.

⁶² De “oitava” ou *espaço de oito dias consagrados a uma festa religiosa*. O “oitavário” referia-se à celebração de uma missa diária durante os oito dias seguintes após a morte. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque. op. cit. p. 1218.

⁶³ O testamento foi transferido do Cartório de Estrela do Sul para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais onde faz parte do acervo da Memória do Judiciário Mineiro.

*representava desejo de graça, imaginar-se mais perto de Deus, antecipando a participação na Corte Divina. A roupa mortuária protegia os mortos e promovia uma integração ditosa no mundo deles, mesmo que lá o endereço nem sempre fosse o mesmo*⁶⁴. Ter uma cova dentro da igreja era *uma forma de os mortos manterem contato mais amigável com os vivos*⁶⁵, mas representava também um privilégio que refletia e estendia até os terrenos do além as hierarquias e as diversas formas de segmentação social.

Essas mostras de religiosidade e fé, no testamento de Anna Jacintha, interpretadas comumente como as provas de sua “regeneração”, em Bagagem, eram praxe, fazendo parte das formalidades testamentárias. As missas pelas almas do purgatório, dos pais, das pessoas a quem “involuntariamente” pudesse haver ofendido; o dinheiro deixado para esmolas, as mortalhas com hábitos das irmandades, às quais pertencia, eram motivados pelo desejo de acertar as contas com Deus, quando a chegada iminente da morte colocava as pessoas face a face com o mais antigo dos medos cristãos: a condenação eterna ao fogo dos infernos. Capaz de abalar até o mais inveterado pecador, a morte levava os penitentes até os altares à procura do perdão. *A morte era também uma forma de reparação moral (...). Fazer justiça aos que ficavam significava limpar-se para enfrentar a justiça divina. Velhos pecados da carne eram corrigidos na hora da morte*⁶⁶.

Não que se ponha dúvida na fé de Anna Jacintha; fé e religiosidade estavam incluídas na estratégia de normatização da conduta feminina, mesmo entre aquelas mulheres consideradas transgressoras ou transviadas. Mas, certamente, ela não pode ser justificada apenas pelas manifestações de piedade que se encontraram em seu testamento.

Contrariamente ao discurso recente, segundo o qual Anna Jacintha foi uma mulher à frente de seu tempo, o testamento é um bom exemplo de que ela foi, antes de tudo, uma mulher de seu tempo, enquadrada nos valores de seu tempo, cujas atitudes, que alguns querem contestatórias, foram ditadas, em primeiro lugar, pela necessidade de sobrevivência durante a vida terrena e, depois, pela “regeneração”, com vistas à vida eterna.

⁶⁴ REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.114.

⁶⁵ Idem. p. 125.

⁶⁶ Idem. p. 110.

Essa “regeneração”, que todos viram em sua conduta, representada pela vida devota e tranqüila que teria levado ao final de seus dias, significava, certamente, um arrependimento pela vida pregressa com vistas a obter o perdão de Deus, mas, e antes de tudo, uma fórmula conveniente para expressar o perdão que a própria sociedade ansiava por conceder-lhe. Era necessário regenerá-la para poder perdoá-la. Como veremos mais adiante, foi precisamente, na década de 1960, quando o testamento foi publicado nas páginas de um jornal local, que foi permitido a Dona Beja entrar nos lares, fazendo seu “debut” na sociedade de Araxá⁶⁷.

Mitogênese

Após conhecermos o relato do mito assim como o relato historicizado de sua vida será possível proceder à análise dos diversos fatores que podem haver-se conjugado para fazer de Anna Jacintha de São José uma figura “mitogênica”, pelo que será necessário continuar no tempo histórico da personagem quando, ainda em vida, teria começado a forjar-se o mito no imaginário social⁶⁸.

A morte –sabemos-, não constitui um fator indispensável para a mitificação; a gestação do mito pode iniciar-se ainda em vida da pessoa, que pode muito bem contribuir, voluntária ou involuntariamente, nesse processo. É evidente que a morte gera uma forte carga emotiva sendo um acontecimento que, por si só, é suficiente para desencadear toda uma série de discursos e comentários, negativos e, mais freqüentemente, positivos, em torno de quem morre.

É difícil falar mal dos mortos. Diz a voz popular que os que morrem sempre se tornam bons na memória dos vivos. O fato é que, se isso não chega a ocorrer, a morte torna os defeitos mais toleráveis e até perdoáveis. Mas, bem ou mal, sempre se fala dos mortos; a

⁶⁷ Em entrevista realizada em sua casa, a escritora araxaense Maria Santos Teixeira, (1915-2001), confiou-nos que, quando criança, ao perguntar a seu pai quem era Dona Beja, ele a teria mandado calar a boca por não ser esse um assunto próprio para crianças.

⁶⁸ Conjunto de imagens e representações simbólicas socialmente construídas e aceitas que canalizam desejos, esperanças, afetos, emoções, paixões... através do qual se torna possível a realidade instituída, sendo, ao mesmo tempo, seu instrumento de transformação Ver: LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994. BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi. Vol. V Anthropos-Homem** Imprensa Oficial-Casa da Moeda, pp. 296-331.

diferença é que de alguns se fala mais e por mais tempo do que de outros, fenômeno para o qual o mesmo falecido pode haver contribuído ainda em vida, fornecendo os elementos para um possível mito⁶⁹.

O historiador Peter Burke chama de “histórias de livre flutuação” aquelas alimentadas pela imaginação popular em torno de figuras “mitogênicas”, assim consideradas por serem mais susceptíveis de se tornarem mitos, ao ajustar-se consciente ou inconscientemente aos estereótipos, como os do herói ou vilão, vigentes na sociedade que os desenvolve. Ele recorre a Freud e a processos como os de “condensação” ou “nivelamento”, estudados pelos psicólogos, para explicar a assimilação por parte de certas pessoas de um determinado estereótipo que já se encontraria presente no repertório da memória coletiva⁷⁰.

Desta forma, é possível procurar e verificar em Anna Jacintha de São José as condições de sua mitogênese, assim como os estereótipos que teria incorporado voluntária ou involuntariamente.

Tradicionalmente se estabeleceu uma tipologia de caráter maniqueísta para classificar as mulheres em boas ou más, anjos ou demônios, heroínas ou vilãs; fechando-se o espaço para outras possibilidades que não implicassem qualidades negativas ou positivas. Por isso entendemos que, para efeitos metodológicos, a classificação de Anne Higonnet⁷¹ com suas categorias de **musa**, **madona** e **sedutora** para as imagens femininas presentes em todos os registros da cultura ocidental, deixa um lugar para aquelas mulheres que, boas ou más ou, nem boas nem más “antes muito pelo contrário”, são fontes de inspiração, independentemente da moral ou religião. Esses serão os “arquetipos”⁷² segundo os quais

⁶⁹ Cf. NUÑES Becerra, Fernanda. **La Malinche. De la História al Mito**. México, DF: INBAH, 1998. p. 22. A autora analisa o mito em torno da amante indígena de Hernán Cortés e os diversos discursos que se criaram sobre ela através dos séculos.

⁷⁰ Cf. BURKE, Peter. **Variiedades de História Cultural**. op. cit. pp. 79-80.

⁷¹ HIGONNET, Anne. Mulheres e imagens: aparência, lazer e subsistência. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org) **História das Mulheres. O século XIX**. Porto – Portugal: Afrontamento, 1991. pp. 297-349.

⁷² Estamos cientes do determinismo implícito no conceito junguiano de arquetipo, contrário à concepção histórica de “representação”. O mantivemos por entendermos que foi usado segundo a forma convencional, como modelo ou paradigma. Para Jung, o conceito de ‘*archetypus*’ só se aplicava *indiretamente às ‘représentations collectives’, na medida em que designam apenas aqueles conteúdos psíquicos que ainda não foram submetidos a qualquer elaboração consciente.*(...) Nesse sentido, o arquetipo difere

tentaremos identificar em nossa personagem as causas de sua mitogênese, para o que será preciso tipificar cada um.

Para a autora citada, a musa, a madona e a sedutora eram as imagens femininas que, pelo menos até o século XIX, dominavam a imaginação popular no ocidente. Essas imagens eram recorrentes em todos os registros culturais e refletiam não somente os padrões estéticos de perfeição e beleza como também os de conduta. Em termos gerais, a musa seguia sendo a inspiradora, mais uma figura alegórica ou a materialização de uma idéia do que uma pessoa específica. As imagens da madona e da sedutora *organizaram a feminilidade em torno de dois pólos opostos: um normal, ordenado, tranqüilizador, e o outro desviante, perigoso, sedutor*⁷³. À primeira correspondia o modelo de vida familiar, ordeira e tranqüila e à segunda a profissional, ativista e prostituta; definitivamente a transgressora.

Ao traçarmos o perfil biográfico de Anna Jacintha, tentamos estabelecer as bases que nos permitissem identificá-la de acordo com os modelos incorporados pelos discursos misóginos que o ocidente construiu sobre a mulher ao longo dos séculos. Dessa forma, é possível enquadrá-la perfeita ou imperfeitamente dentro dos três, embora o seu papel de maior destaque tenha sido sempre o da sedutora.

Como musa, Dona Beja perpassa todos os outros papéis. Representa o receptáculo, ideal dos sonhos, fantasias, desejos e temores de homens e mulheres, artistas e leigos que, desde o século XIX, vêm atuando sob a inspiração de sua figura, cristalizada no século XX.

Como madona, “rainha do lar” ou “santa mãezinha”⁷⁴, inspirada em Nossa Senhora e modelo perfeito ao que deveria aspirar toda mulher, dificilmente Dona Beja ou mesmo Anna Jacintha se identificariam plenamente. Mas não se pode negar que, embora mãe imperfeita, segundo os padrões da época, desempenhou satisfatoriamente seu papel de chefe de família ao proporcionar a suas filhas um dote e um casamento digno com membros respeitáveis da comunidade, dando-lhes a oportunidade de desempenhar, elas

sensivelmente *da formula historicamente construída*. JUNG, Carl G. **Os Arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução de Maria Luiza Appy; Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis RJ: Vozes, 2000. p. 17.

⁷³ HIGONNET, Anne. op. cit. p. 299.

⁷⁴ Expressão usada por Mary del Priore em **Ao Sul do Corpo**. op. cit. p. 105.

sim, o papel de esposas e mães exemplares que se esperava das mulheres “honestas”. E se Anna Jacintha não foi precisamente uma “santa mãezinha”, foi a maternidade que, com a piedade, lhe possibilitou a redenção final, como se pode verificar na literatura produzida sobre ela.

Como sedutora, Dona Beja é a mundana, a meretriz, a cortesã, seja qual for o eufemismo empregado ou o título que se lhe queira dar. Se o papel de madona lhe cai imperfeitamente, o de sedutora, seu contraponto, lhe serve à perfeição. Nele representa a transgressão: é a mulher proibida, a tentação, o pecado, o descaminho, a perdição. Nele se encontra, certamente, a causa de sua mitogênese, sendo necessário percorrer os caminhos que a conduziram até ele.

Em primeiro lugar estava o fato de ser mulher e, por tanto, da linhagem de Eva, o que já traz implícito sua perversidade natural e a ameaça à paz terrena. O discurso misógino empregado desde a antiguidade pelos mais diversos pensadores e adotado preferencialmente pela igreja católica desde as origens⁷⁵, já vinha prevenindo a sociedade contra as mulheres e o perigo que podiam acarretar para a salvação eterna, ao mesmo tempo em que desenvolvia as estratégias para neutralizá-las.

Essa mentalidade, transportada para o Brasil por figuras do porte do padre Vieira, encontrou na colônia um campo fértil e o momento certo como parte dos mecanismos para a normatização da população feminina. Dizia ele: *Considerai os prejuízos que no mundo tem provocado o pecado e a desonestidade e encontrareis que as mulheres foram a origem*⁷⁶. Como nos informa Del Priore, nesse discurso eclesiástico que se encontrava infiltrado por todos os recantos da cultura desde a literatura até os ditados populares, pode-se perceber *o caráter androcêntrico da sociedade européia transplantada para a colônia,*

⁷⁵ Cf. VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão**. São Paulo: Ática, 1986. pp. 38-39.

⁷⁶ Vieira. Apud DEL PRIORE, Mary. op. cit. p. 133. Em sua “Carta Atenagórica”, Sor Juana Inês de la Cruz envolveu-se numa polêmica em torno de um dos “Sermões” de Vieira, provocando o fim de sua carreira intelectual, ao angariar a antipatia de Aguiar e Seixas, então bispo de Michoacan e depois arcebispo de México, a quem o autor os tinha dedicado. Sob pressão de seus superiores a “Fênix Mexicana” teve que abandonar as letras. Cf. PAZ, Octávio. **Sor Juana Inês de la Cruz o las trampas de la fé**. Barcelona - Espanha: Seix Barral, 1982. pp. 508-533. A poeta “novo hispana” foi autora das célebres “redondillas” com as que admoesta os homens pela sua indefinição sobre o que desejam ou esperam das mulheres: *Hombres necios que acusáis a la mujer sin razón/sin ver que sois la ocasión de lo mismo que culpáis. Si con ansia sin igual solicitáis su desdén/ ¿por qué queréis que obren bien si las incitáis al mal? Combatís su resistencia/ y luego con gravedad decís que fue liviandad lo que hizo la diligencia...*

*trazendo em seu conjunto a mentalidade de uma desigualdade entre os sexos, antídoto contra uma possível insurreição feminina*⁷⁷.

Mas esse temor era legítimo e perfeitamente justificado. Era a palavra de Deus, verdade absoluta sancionada pelas sagradas escrituras. Ali estavam para prová-lo, desde o início dos tempos, Lilith, a “Lua negra”, a primeira companheira de Adão⁷⁸ e Eva, a primeira de uma linhagem de fêmeas bíblicas que povoaram a mente ocidental de figuras femininas nefastas. Ali estavam, também, Salomé e a própria Madalena somente perdoada por “arrependida”. Seguiram-se as bruxas, feiticeiras e sibilas que transformaram a Idade Média numa grande fogueira, cujo combustível eram as mulheres, alvos fáceis para ação do demônio. Como suas sócias e mensageiras, a incineração das bruxas visava apagar os traços do mal na terra⁷⁹. Como mulher, era dessa linhagem que Anna Jacintha descendia.

Mas não era só. Vivia também em “estado de solteira” no qual se manteve até sua morte, o que por si só já representava uma ostensiva e flagrante transgressão, agravada pelo fato de ser, aparentemente, voluntário e não motivado por circunstâncias adversas. No projeto de cristianização e colonização da igreja e do estado durante a colônia, o casamento era um dos mecanismos de domesticação das mulheres. A partir e por meio dele, estabeleciam-se os modelos de comportamento, reorganizando-se as funções do corpo, os gestos, os hábitos e as condutas individuais. *Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório*⁸⁰ que limitava seu campo de ação àquele representado pelo universo puramente familiar onde, sob os auspícios da igreja, se reproduziria o modelo implícito no sistema escravista: a relação senhor-escravo, correspondendo ao marido o primeiro papel e

⁷⁷ DEL PRIORE, Mary. op. cit. p. 130.

⁷⁸ Ver: SICUTERI, Roberto. **Lilith a Lua Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁷⁹ A historiografia sobre a construção das imagens femininas tem uma ampla lista de títulos. Entre os consultados estão: MICHELET, Jules. **A Feiticeira**, 500 anos de transformações na figura da mulher. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; DUBY, Geroges. **Eva e os Padres**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; além dos citados em notas anteriores que, em maior ou menor grau, se ocupam do tema.

⁸⁰ DEL PRIORE, Mary. op. cit. p. 27.

à esposa, o segundo⁸¹. Modelo dentro do qual, de nenhuma forma se enquadraria Anna Jacintha.

Mas não terminava ali sua lista das transgressões. Em “estado de solteira” era, ainda, mãe, o que implicava que, além de não ter nenhuma legitimidade ante a sociedade, sancionada por um estado civil sacramentado pela igreja, não a teria para legar a sua prole. Significava que deveria assumir as rédeas de seu lar, como “cabeça” e à frente de uma família matrifocal, sem uma figura masculina para impor a ordem e o respeito, requisitos exigidos pela sociedade para os lares decentes.

No mundo colonial, mulheres sem marido viviam nos limites da desclassificação social já que o casamento era um sinal de respeitabilidade. Qualquer mulher normal e honesta deveria sonhar com o casamento e esperar por um marido que a legitimasse e lhe desse não apenas credibilidade, mas visibilidade ante a sociedade. Condições que já haviam sido negadas a Ana Jacintha, como filha, também, de mãe solteira, legado negativo de Maria Bernarda à sua prole.

Assim, sem pai, sem marido e sem importar-se em corrigir, pelo menos, o último, diante da sociedade somente poderia ser classificada, ou melhor, desclassificada como prostituta. Não esqueçamos das irmãs Cândidas, prostituídas pela voz popular quando, como mulheres, seu pecado foi o de haver ficado, aparentemente, solteiras.

Na ausência de um marido, Anna Jacintha tornava-se “desfrutável”, perfeitamente disponível para relacionamentos amorosos. Alguns até podiam ser apontados, como os “sacrílegos” que manteve com o vigário mas, quanto aos outros, a principal evidência é a existência de uma segunda filha natural. Havia também outros relacionamentos com homens, considerados ilícitos diante dos costumes, incomuns para uma mulher, mas perfeitamente lógicos e necessários para alguém que como ela, era analfabeta e precisava ser representada “a rogo”⁸², por não saber ler nem escrever, na assinatura de documentos ou transações comerciais. Aparentemente nem sempre essa função era feita por procuradores legalmente constituídos, mas por amigos que deviam gozar de sua confiança.

⁸¹ Idem. p. 29.

⁸² “A pedido”. Expressão usada em documentos cartorários. Antecede à assinatura de quem firma no lugar do analfabeto.

O analfabetismo não diferenciava Anna Jacintha da maioria das mulheres que, tradicionalmente destinadas ao casamento, não precisavam adquirir maior instrução que aquela necessária para cuidar do lar, do marido e dos filhos.

Contudo, não podemos inclinar-nos diante a idéia de que o título de “cortesã”, o eufemismo da prostituta de luxo com que se tornou célebre, lhe tivesse sido atribuído apenas por meras especulações ou fantasias populares. Como mulheres sós, independentes e mães solteiras, ela e sua mãe caíam automaticamente dentro dessa classificação, mas não se pode desconsiderar a prostituição como uma de suas atividades reais já que, aquelas eram as condições que normalmente levavam as mulheres a buscar essa forma de sobrevivência.

Para del Priore, uma definição da prostituição no Brasil da época, certamente teria que levar em conta as estruturas demográficas, matrimoniais, de normalidade ou desvio sexual, os valores culturais e a mentalidade⁸³. Somente o casamento e os votos religiosos poderiam oferecer o amparo legal e social para a mulher. Sem eles todas caberiam dentro de uma classificação genérica como vadias ou prostitutas.

Essa definição parece ser a mais plausível para mãe e filha no período anterior a 1819, quando teriam chegado a Araxá, embora nada de concreto se saiba sobre elas. São considerações apoiadas nos relatos dos viajantes e na historiografia sobre mulheres e gênero especialmente de Minas Gerais, uma vez que, como sabemos, não dispomos de referências documentais específicas.

Quando o naturalista francês August de Sain-Hilaire passou por Araxá, naquele ano, chamou-lhe a atenção o grande número de prostitutas que encontrou ali⁸⁴. Esse não era um fenômeno exclusivo de Araxá nem muito menos de Minas Gerais, era um traço comum no Brasil e principalmente nos centros situados nas fronteiras do mundo civilizado e do “sertão inculto” para onde a ação colonizadora, pouco a pouco, avançava. Caio Prado Jr. já apontava a prostituição como *o mais alarmante sintoma da geral indisciplina de costumes que reinava na sociedade colonial*, constituindo, sem dúvida, um dos traços mais pungentes da presença da mulher na História do Brasil, entre escravas, livres e pobres. Não havia

⁸³ Cf. DEL PRIORE, Mary. op. cit. p. 83.

⁸⁴ SAINT-HILAIRE, August. op. cit. pp. 101-132.

canto na colônia em que a prostituição não tivesse penetrado, desde os grandes ou médios conglomerados, até os menores e mais insignificantes arraiais⁸⁵.

Araxá, evidentemente, não era uma exceção. A concentração de prostitutas que chamou a atenção do viajante francês estava certamente relacionada com a constante afluência de tropeiros e novos moradores que, como mencionamos oportunamente, movimentavam o arraial após a descoberta das fontes do Barreiro.

Embora seus estudos não tivessem contemplado Araxá, as palavras de Figueiredo vêm sob medida para confirmar as observações de Saint-Hilaire:

*A pesar da prostituição estar presente, indistintamente, em qualquer vilarejo da capitania, algumas vilas mereciam posição de destaque pela grande concentração de prostitutas que nelas se verificava*⁸⁶.

Além da afluência de forasteiros, um outro aspecto, apontado por Saint-Hilaire, deve ser considerado ao analisar essa concentração de prostitutas em Araxá. Notou, ele, que a maioria das casas permaneciam fechadas durante a semana sendo abertas apenas quando as famílias iam para assistir à missa de domingo. A maioria dos habitantes vivia nas fazendas, ficando no arraial apenas os artesãos e comerciantes. Eram contadas as vezes que as famílias inteiras se deslocavam até ali, o que ocorria quase sempre na época das festividades religiosas.

Mas os homens precisavam cumprir com suas funções políticas e tratar de seus negócios particulares, o que os fazia ir ao povoado em freqüentes e longos períodos. Dessa forma, a ausência das famílias no povoado e o constante deslocamento dos senhores onde permaneciam sós, deve ter sido um estímulo a mais para a ação das prostitutas ou para o estabelecimento de uma segunda casa. O próprio caráter imposto pela igreja às relações conjugais, carentes de afeto e onde se impunha o discurso contra o amor, a paixão e a sensualidade, *inteiramente asséptico*⁸⁷, impelia os homens para as relações menos

⁸⁵ PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 353.

⁸⁶ FIGUEIREDO, Luciano. op. cit. p. 79.

⁸⁷ DEL PRIORE, Mary. op. cit. p. 131.

comprometidas com os manuais do confessor. *O amor que se desejava em casa se deslocava para a rua, para a outra*⁸⁸.

Como já dissemos, a prostituição estava quase sempre associada às atividades comerciais em pequena escala, o que nos autoriza a considerar também essa possibilidade para nossa personagem feminina. Conforme Figueiredo, o ambiente das vendas e dos pequenos estabelecimentos, controlado em sua maioria por mulheres em vilas e cidades, assemelhava-se ao das tavernas onde os homens se reuniam para beber, divertir-se e até brigar. A pobreza desses estabelecimentos, os míseros recursos que geravam e que mal davam para o sustento das famílias obrigavam a suas donas ou responsáveis a complementá-los com os advindos das atividades ilegais, como o contrabando e a prostituição, atuando diretamente ou como intermediárias facilitando as habitações para a prática⁸⁹.

Embora o autor tenha fundamentado seu estudo em processos judiciais de mulheres predominantemente negras, escravas ou libertas, não se podem excluir as brancas, cuja situação social e econômica era determinada, como já se viu, pelo casamento, e cuja extrema pobreza levava à prostituição, envolvendo muitas vezes viúvas, filhas, irmãs ou casadas abandonadas pelos maridos.

Esse quadro nos permite imaginar Maria Bernarda e sua filha até o momento em que esta iniciou suas relações com o padre e ele a tomasse sob sua “proteção”, algo que não nos deve estranhar embora envolvesse um cidadão comprometido com a igreja e sujeito a votos como o da castidade.

As atividades ilícitas, o “comércio carnal” ou o relaxamento do baixo clero para com certas práticas condenadas pela igreja, como a idolatria, prostituição, concubinato, adultério, entre outras, possui já uma boa produção historiográfica⁹⁰. Luis Mott nos informa

⁸⁸ Idem. p. 132.

⁸⁹ Cf. FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. op. cit. pp. 141-188.

⁹⁰ Ver, entre outros, o capítulo Casamento pela lei da natureza”. In : DA SILVA, Maria Beatriz Nizza. op. cit. LEWCOWICZ, Ida. A Fragilidade do Celibato. In: LIMA, Lana Lage da Gama. op. cit; MOTT, Luis. Cotidiano e vivência religiosa: entre a Capela e o Calundu. In: MELLO e SOUZA, Laura de. (org) **História da Vida Privada no Brasil I** São Paulo: Companhia das Letras, 1990; VAINFAS, Ronaldo. **Tropico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Campus, 1987; ----- **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão**. op. cit; SAMARA, Eni de Mesquita. op. cit.

ainda sobre o grande volume de processos conservados nos arquivos da Torre do Tombo dando conta dos detalhes e das investidas através das quais padres e religiosos praticavam o assédio sexual aproveitando-se do confessionário, *tribunal de penitência* desenvolvido pelos *arquitetos do catolicismo* para ser, ao mesmo tempo, o mais público e o mais privado dos espaços religiosos⁹¹.

Mas, a julgar pelo sobrado que já possuía nos inícios da década de 1830 e pelas demais propriedades que seguia adquirindo, a extrema pobreza, nessa época, parecia não ser mais o problema de Anna Jacintha, embora isso não excluía o comércio e a prostituição entre suas possíveis atividades. Deve-se considerar também o consorcio mantido com o padre como a causa de sua florescente posição financeira, pelo que convém fazer algumas reflexões ao respeito.

É difícil imaginar Anna Jacintha construindo um belo sobrado na Praça da Matriz, apenas com o produto de suas atividades comerciais, lícitas ou ilícitas, por mais “diversificadas” que elas fossem. Seria justo, então, pensar que contava com algum tipo de proteção “fixa”, o que nos autorizaria a considerar a vizinhança de sua residência com a do vigário e a aquisição das novas propriedades que possibilitavam a comunicação direta e discreta dos amantes através de seus respectivos quintais, como uma evidência a mais de que essa “proteção” advinha dele⁹². (Figura 1)

Desde essa perspectiva, a filha que ambos tiveram não seria apenas resultado de um simples “comércio carnal”, “fornicário vago”, “concubinato simples” ou como quer que fossem chamados os relacionamentos amorosos eventuais e esporádicos, tolerados pela lei eclesiástica e ignorados pela civil. A prova está em que Anna Jacintha deu à luz a sua primeira filha na fazenda do vigário, onde permaneceu durante o resguardo.

⁹¹ MOTT, Luiz. op. cit. p. 218

⁹² A reconstrução histórica e documental do sobrado que fizemos a partir de 1864, ano da escritura de compra-venda, nos permitiu concluir que este corresponde ao casarão onde hoje funciona a “Pensão Tormin”. O ano 1907, que consta no medalhão da platibanda refere-se, certamente, à data em que foi reformado pelo então proprietário, o imigrante italiano Guilherme Scarpellini, que deve ter-lhe incorporados os elementos arquitetônicos que descaracterizaram a fachada original. Na primeira década do século XX, funcionou no local o Colégio Nossa Senhora do Carmo e na década de 20, o Colégio Santa Filomena, de Hildebrando Pontes. **Os Casarões de Araxá. Séc. XIX.** O Trem da História. Ano 6, nº 20. abr/mai/jun, 1996. pp. 4-6.

Deve-se considerar que era necessário se guardar por envolver um homem da igreja. Mesmo tratando-se de uma prostituta e além da simples preocupação com as aparências, era importante manter as relações sob controle desde o ponto de vista legal e, tanto quanto possível, ao abrigo dos olhares indiscretos; destituídas do caráter de “concubinato qualificado”, mantido entre *mulher (...) solteira com clérigo (...) teúda, e mantéuda na própria casa*⁹³; crime passível de punição, não só pela Igreja como pela lei civil, mantendo-se os amantes, à vista de todos, em casas separadas.

Para a Igreja, mais interessada em defender o sacramento matrimonial, a castidade de seus clérigos não merecia igual atenção, preocupando-se não tanto com sua conduta, mas com a publicidade que seus atos pudessem receber. Em São Paulo, Maria Beatriz Nizza, pôde perceber o cuidado dos clérigos em manterem suas concubinas em casa de parentes ou de outras pessoas, onde pudessem visitá-las sem comprometimento, tendo em vista a diferença que a Igreja fazia entre o clérigo que tivesse uma *manceba portas adentro e aquele outro que era apenas incontinente e 'fornicário vago'*⁹⁴.

De acordo com a lei civil e na interpretação dos juristas pode-se concluir que a coabitação era condição fundamental para a caracterização de concubinato, mesmo que as relações ilícitas tivessem continuidade. Diziam eles:

*O simples comércio carnal de um homem com uma mulher não constitui concubinato; e não se chamam concubinas as mulheres públicas, ou prostitutas, nem aquelas que admitem clandestinamente algum homem extranho...*⁹⁵.

Sendo reforçado pela historiadora, que acrescenta:

*Mesmo que para a Igreja, tais mulheres fossem concubinas de algum homem, perante o direito civil o fato de não haver coabitação não configurava o crime de concubinato*⁹⁶.

Essa exigência de coabitação, como prova do crime, explicaria a quantidade de mães solteiras, morando sozinhas em suas casas -situação de Anna Jacintha-, que a mesma

⁹³ DA SILVA, Maria Beatriz Nizza. op. cit. p. 44.

⁹⁴ Idem. p. 42.

⁹⁵ SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira de. Apud DA SILVA, Maria Beatriz Nizza. O Concubinato no Direito Português. In: ----- **Sistema de Casamento no Brasil colonial**. op. cit. p. 44.

⁹⁶ Idem. Idem.

autora encontrou nas listas de população da capitania de São Paulo. Para nós, explicaria também que o vigário, sendo homem abonado e visando mantê-la próxima, tivesse-lhe proporcionado os meios de construir uma boa casa vizinha à dele. E explicaria ainda, que anos depois, pudesse ser feita a afirmação de que a filha de ambos teria sido criada ao lado do pai e não da mãe. Morando em casas separadas, mas vizinhas, se salvaguardavam todas as normas e interesses, fossem legais ou pessoais, eclesiásticos ou civis.

Mas, a condição de Anna Jacintha como “barregã de clérigo”; “mula-sem-cabeça” ou “mula-de-padre”, expressões usadas na linguagem jurídica e popular, para caracterizar as mulheres que mantinham relações amorosas com religiosos⁹⁷, certamente constituía outro ingrediente “picante” no “prato cheio” que devia ser sua vida, para a imaginação popular. E embora, como já vimos, essa condição não fosse isolada nem inédita no passado, pelo contrário, bastante comum, não deixava de representar uma séria transgressão às normas.

Aliando-se a tudo isso, um outro fator a considerar, no processo de mitificação de Anna Jacintha é sua partida para Bagagem, local para onde apontavam, na época, as esperanças de riqueza de boa parte dos moradores da região, principalmente, diante do clima que se teria instalado naquele momento e à raiz da descoberta do famoso diamante.

Em lugares como Bagagem, o garimpo, o brilho dos diamantes, a expectativa e o espetáculo de seu encontro, certamente faziam aflorar o lúdico entre seus moradores. Tanto no universo doméstico como no público, instalava-se um clima propício para o exercício da fantasia, alimentado pela pesada rotina da incerteza diária que se manifestava, como ainda hoje, em histórias e lendas⁹⁸.

⁹⁷ Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. op. cit. p. 1168.

⁹⁸ Nas visitas que fizemos a Estrela do Sul onde, ainda hoje, o garimpo faz parte do cotidiano, foi possível conhecer algumas dessas histórias que cercam sempre os achados mais importantes. São histórias exemplares ou sobrenaturais de avisos do além, sonhos e pressentimentos, que acompanham sempre o aparecimento do diamante. Nesse sentido, o capítulo que Michelet dedica às feiticeiras bascas é bastante esclarecedor. O autor aponta para a incerteza que cercava certas atividades, como as dos marinheiros -e, por que não as dos garimpeiros de Bagagem? - como uma das causas para o apelo ao sobrenatural que se manifestou como feitiçaria entre as mulheres bascas do século XVII. Levadas pela necessidade do sobrenatural para garantir o sucesso ou o retorno dos maridos *filhas do mar e da ilusão, a natureza as fez feiticeiras*. MICHELET, Jules. **A Feiticeira** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. pp.161-163.

Embora a promessa de riqueza e ouro a faça aflorar de forma mais intensa ou freqüente, essa predisposição para o maravilhoso não é exclusiva das áreas de mineração; é um dos patrimônios mais ricos do imaginário latino-americano, campo fértil para seu cultivo, onde o fantástico se torna real por seu encontro a cada passo *en las vidas de los hombres* (e mulheres) *que inscribieron fechas em la historia del Continente*⁹⁹. Para o escritor cubano Alejo Carpentier, o insólito na América Latina é e sempre foi cotidiano e sua história não é outra coisa senão *uma crônica de lo real-maravilloso*¹⁰⁰.

Por outro lado, e como já o dissemos sobre a morte, a ausência, mesmo em vida, provoca o surgimento de boatos e falatórios, sobre quem se ausenta. Principalmente se o ausente deixa para trás uma “longa cauda para pisar”. Dessa forma, o clima lúdico e o espaço aberto por sua partida teriam sido propícios para que os conhecidos e até os desconhecidos tecessem suas histórias sobre Anna Jacintha, as repetissem, as enfeitassem e, por fim, aumentadas ou diminuídas as colocassem em “livre circulação”.

Mas, admitindo-se que Anna Jacintha tornou-se um mito no papel de sedutora, o que significa dizer transgressora, uma transgressão maior, além da representada pela sua condição de mulher, solteira, mãe, e prostituta, pode ser considerada como fator dominante na sua mitogênese. Afinal de contas, mulheres nessas condições abundavam, fazendo parte da paisagem cotidiana.

Consideramos o processo judicial de reclamação de herança que moveu contra o coronel Fortunato José da Silva Botelho, seu antigo aliado e marido de sua neta, a peça chave no processo que a levou da boca do povo até a memória e o imaginário social.

Numa sociedade capitalista, eminentemente masculina e de bases agropecuárias, um processo contra um de seus membros mais destacados, envolvendo a propriedade e ainda por cima dirigido por uma mulher, deve ter significado uma transgressão das normas maior

⁹⁹ CARPENTIER, Alejo. **El reino de este mundo**. México DF: Siglo Veintiuno, 1993, p. 16. A semelhança de outros escritores hispano-americanos como o argentino Julio Cortazar e o guatemalteco e prêmio Nobel de literatura, Miguel Angel Astúrias, o contato com os surrealistas franceses revelou ao escritor cubano a compreensão do maravilhoso cotidiano na América Latina, cultivando em sua literatura o que ficou conhecido como “realismo mágico”. O escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez é um de seus representantes mais conhecidos na atualidade. Para o próprio André Breton, um dos criadores do surrealismo, a América estava *enferma de surrealismo*, segundo observou após sua visita ao México em 1938. Ver também: JARAMILLO, Ivan Dario Toro. El Imaginário Europeo y América. In: BESSONE, Tânia Maria Tavares; QUEIROZ, Tereza Aline P. (org) **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1997, pp. 689-699

¹⁰⁰ Idem. p. 18.

do que o desafio aos códigos morais –diga-se de passagem-, atropelados constantemente, inclusive por pessoas das quais se esperaria apenas bom exemplo. Significava uma alteração perigosa nas relações de poder que, representadas pelo coronel, foram desafiadas publicamente e vencidas legalmente.

Essa transgressão às normas quebrou, sim, uma ordem vigente, mexendo nas estruturas sociais que se fundavam na família e na propriedade. A moral contava, mas acima da moral estava a propriedade. Se os amores “sacrílegos” com o vigário, não importa quão públicos e notórios tivessem sido, foram consentidos no passado, foi, justamente, porque não ameaçavam essas estruturas. A ausência de ameaça contra a propriedade permitia à sociedade ser mais tolerante com os deslizes de seus membros e os arranhões à moral.

Prova de que os interesses econômicos familiares foram atingidos desde o principio, são os documentos anexados aos autos do processo que dão conta do encerramento de uma sociedade que Fortunato mantinha, desde 1835, com seu irmão Francisco José da Silva Botelho e desfeita, em 1859, quase no início do processo. Ao que tudo indica, a intenção era desvincular as propriedades que ambos tinham em comum e livrar parte dos bens de serem incluídos no montante sobre o qual Anna Jacintha pleiteava sua herança¹⁰¹.

Também tudo indica que o processo transcendeu os espaços puramente jurídicos alcançando ao povo que devia acompanhar os lances dados por cada uma das partes. Envolvendo a um político e, portanto, um homem público e a uma mulher que já havia sido considerada pública, em uma comunidade reduzida onde quase todo mundo era parente, amigo ou vizinho, a opinião dos outros era importante. Em 1861, Fortunato se dizia

*sofrendo em sua reputação pelas argüições que lhe fez Dona Anna Jacintha de São José, pelo seu advogado João de Souza da Silveira Palhares, em um processo neste juízo e que corre impresso no Jornal do Comercio de 13 de agosto deste ano...*¹⁰².

As “argüições” se referiam a supostas dívidas que Fortunato teria contraído com seu irmão, declaradas por ele no processo, mas qualificadas publicamente como “dolosas”

¹⁰¹ Cópia de uma escritura de dissolução de sociedade. Processo de Reclamação de Herança. 1859. Caixa nº 78. AFTF.

¹⁰² Processo de Reclamação de Herança. 15 de outubro de 1864. Caixa nº 93. AFTF.

pelos autores do mesmo porque visavam, segundo eles, subtrair essa quantia do monto da herança.

Em 1864 foi a vez de Anna Jacintha aludir às “más línguas” que corriam soltas e segundo as quais o sexto vereador, que estava incumbido das funções de juiz municipal, estava sendo pressionado para protelar a execução da sentença favorável a ela. Os cinco vereadores anteriores, a quem caberiam essa função, tinham-se declarado impedidos ou sob suspeição por serem amigos ou parentes do réu¹⁰³. Assim, dizia ela:

muitos porem acreditam, talvez com razão, que a demora do despacho de VS^a é causada pela influência atual do executado, que segundo dizem as mas línguas, exigira de VS^a que não despachasse os autos em quanto certas medidas e planos se não realizarem (sic)¹⁰⁴.

Significativamente, o sétimo vereador em turno escalado para despachar como juiz seria, precisamente, o Coronel Comandante Superior Fortunato José da Silva Botelho.

Para encerrar nossos comentários sobre a publicidade que envolveu o processo, é necessário considerar também a impressão que deve haver causado no povo uma briga desse quilate envolvendo um homem poderoso e uma avó de quem se esperaria, no mínimo, que estivesse “inconsolável” diante da morte de uma neta, tão jovem e em condições tão dramática; atitude mais condizente com a generalizada imagem maternal associada a essas parentas. Em vez disso, o que se via era um homem sendo acuado por uma mulher, que lutava com unhas e dentes pelos seus direitos, tentando arrancar dele o máximo que a lei lhe permitia de uma herança.

Dada a importância que atribuímos a esse processo como peça chave no caminho que levou a Anna Jacintha a instalar-se, ainda em vida, no imaginário popular, acreditamos ser importante dar a conhecer alguns detalhes sobre ele.

O processo de reclamação de herança parece haver-se desdobrado em torno de dois objetivos em etapas sucessivas. Na primeira, levada até o Tribunal Superior de Apelação, no Rio de Janeiro, que deu ganho de causa à autora, após percorrer todas as instâncias

¹⁰³ Cópia do documento em que se informa o impedimento dos vereadores que deveriam exercer as funções de juiz. Processo de Reclamação de Herança. 26 de fevereiro de 1864. Caixa nº 78. AFTF.

¹⁰⁴ Processo de Reclamação de Herança. 6 de fev. de 1864. Caixa nº 78. AFTF.

competentes, discutiam-se a legitimidade dos direitos da autora, como herdeira de sua neta e a ilegitimidade de um testamento “nuncupativo” ou de palavra, que o réu apresentou em seu favor. Na segunda, resolvida com um acordo assinado entre ambas partes, discutia-se o montante dos bens dos quais se deduziria a parte a que ela tinha direito.

Em termos gerais, na primeira fase, Anna Jacintha apoiava suas pretensões como herdeira natural e necessária de sua neta Theodora Jacintha Fortunata da Silva, na qualidade de única parente ascendente em linha direta, uma vez que os pais e avós paternos também eram falecidos e, como se sabe, ela morrera de parto, sem deixar descendência. Ao mesmo tempo contestava a validade do testamento “nuncupativo”, supostamente feito por Theodora em seu leito de morte, beneficiando exclusivamente a seu marido.

A defesa do réu fundava seus argumentos na lei que impedia aos pais de filhos sacrílegos, produtos “de danado e punível coito”, herdar a seus filhos e vice-versa. Dessa forma

...punindo a mãe, autora do sacrilégio com a deserção da filha

ficava quebrada a cadeia sucessória que beneficiaria a avó, já que tal cadeia sucessória podia ser estendida a ela, de acordo, ainda, com o caráter de reciprocidade da lei. Segundo os advogados do réu

sendo considerados sacrílegos os filhos de Padre, e não podendo os pais os succederem à Ordenação do Livro quarto, título noventa e três, Regimento do Desembargo do Paço (...), Ley de sete de janeiro de mil setecentos e cinqüenta (...) por ser Dona Theodora filha de uma filha do Reverendíssimo Vigário desta Freguesia Francisco José da Silva, reconhecida em testamento, por ser já falecido o dito vigário, é claro que se Anna Jacintha de São José não pode succeder (sic) a Dona Theresa, muito menos à sua neta pois já se tinha quebrado a cadeia de sucessão....¹⁰⁵.

Lançando dúvidas sobre a maternidade da autora, alegavam ainda, em favor do suposto testamento feito pela falecida que

nem a supplicante pode assim chamar de filha a Dona Theresa, sogra do supplicado, pois que não a tendo criado em sua companhia antes em casa em poder

¹⁰⁵ Sentença cível no gráo de apelação... (sic.). Processo de Reclamação de Herança. 21 de nov. de 1862. Caixa nº 78, folha 15v. AFTF.

*do referido Vigário no caso de exposta, não tem succesorio (...) e estando assim Dona Theodora desembaraçada de herdeiros necessários podia, como fez, em testamento solemne (sic) instituir a quem bem lhe parecer*¹⁰⁶.

Por sua parte, Anna Jacintha não negava nada, “confessava” ser solteira, sim, e Thereza filha “espúria e sacrílega de danado e punível coito”. Entre os vinte e dois itens em que sustenta sua argumentação, confirmava nunca haver ocultado sua gravidez, fato “público e notório”, comprovado pelo nascimento de sua filha na Fazenda do Campo Aberto, propriedade do vigário onde ela teria recebido

*sem exceção, todas as pessoas que então a procuravam para visitá-la e a nenhuma ocultou a verdadeira causa que a retinha reclusa e de cama durante a necessaria dieta (sic)*¹⁰⁷.

Em relação às dúvidas lançadas sobre seu desempenho como mãe, que jogava com a suspeita de ter ela abandonada sua filha como “exposta” na casa do vigário, declarava havê-la mantido sempre

*publicamente em sua companhia (...) criando-a, educando-a, zelando-a, e finalmente casando-a com Joaquim Ribeiro da Silva Botelho, conferindo-lhe por essa ocasião hum dote proporcionado às forças de sua fortuna (sic)*¹⁰⁸.

Para finalizar a defesa, não precisamente dela, mas de seus direitos, seus advogados argumentavam que se as ordenações citadas pelas partes do réu negavam ao filho sacrílego o direito de suceder a seus pais, dava-lhes, contudo, faculdades para suceder aos avós maternos e a todos os parentes por *trás parte da mãe*. Amparando-se nas palavras: '*Assim poderá suceder a quaisquer outros parentes de e devidos por parte de sua mãe conjuntos*', constantes em *Coelho da Rocha, Direito Civil, paragrapho trezentos e quarenta (sic)* provava-se que os netos, filhos de filhos sacrílegos tinham faculdades de sucederem seus avós o que não excluía à autora,

¹⁰⁶ Idem. Idem.

¹⁰⁷ Idem. Folhas 18v -21v.

¹⁰⁸ Idem. Idem.

*que é avó e não mãe, porque a seu favor prevalece o princípio de reciprocidade de sucessão (e) assim como os nettos espúrios filhos de filha legítima, ou os nettos legítimos filhos de filha de danado coito sucedem a seus avós maternos, também estes sucedem àqueles nettos (sic)*¹⁰⁹.

Assim o entenderam também os juizes que falharam a favor de Anna Jacintha considerando-a *habilitada herdeira de sua finada netta*. Julgando nulo o testamento nuncupativo, a justiça condenava o réu a

*entregar por inventario à referida autora a herança de sua supradita netta (...) com todos os accessorios, fructos e rendimentos desde a morte da mesma, e a pagar as custas da excausa (sic)*¹¹⁰.

Essa sentença foi confirmada pelo Superior Tribunal de Apelação ao qual recorreu Fortunato por não aceitar o resultado do julgamento municipal.

A segunda parte do processo desenvolveu-se em torno da disputa sobre o monto dos bens da falecida que deveriam entrar no inventário, prévio à partilha. Fortunato alegava que deveriam ser apenas os bens que sua finada esposa já possuía de solteira, como herança de seus pais e que aportou ao casamento como dote. Mas Anna Jacintha respondia que, tendo sido realizado o casamento sob o regime de comunhão universal de bens, todos os que o casal possuía tinham que ser incluídos no inventario, inclusive aqueles que Fortunato havia amealhado antes de casar-se.

No meio da fala jurídica pode-se perceber em Anna Jacintha uma mulher que aceitava assumir seus “pecados” em prol de seus direitos e que, pese seu analfabetismo, ou era bem informada sobre eles, ou estava muito bem assessorada, ou ambas coisas, o que a habilitava como uma oponente à altura da força e do poder de um coronel.

Pelo resultado, o processo significou uma vitória para ela, que mesmo não conseguindo toda a soma que pretendia, levou bem mais do que aquela que receberia se fossem distribuídos os bens segundo desejava Fortunato.

No princípio, a causa foi avaliada em trinta contos de réis. Anna Jacintha, por sua parte, pleiteava vinte e cinco, o que considerava ser uma quarta parte do total dos bens do

¹⁰⁹ Idem. Folha 29v.

casal. Ao final, esgotados certamente pela longa disputa, os dois se compuseram por dezesseis contos de réis em um acordo assinado por Fortunato e por Clementino Martins Borges, genro e procurador de Anna Jacintha. De acordo com o documento, esse arranjo foi proposto por dois devedores de Fortunato que assumiram o compromisso de transferir para ela a quantia que deviam a ele, saldando dessa forma a suas dívidas¹¹¹.

Entendemos que, além da pressão da lei, tal arranjo só foi possível porque propunha uma fórmula que, pelo menos na aparência e na visão machista, livrava Fortunato de ter que ceder pessoalmente diante de um oponente do sexo apostado. Dessa forma, transferia para seus devedores, junto com a dívida financeira, o ônus do compromisso de entender-se com Anna Jacintha. Porquanto favorecidos pelo empréstimo que lhes tinha concedido, além de acertar suas dívidas, seus devedores poderiam retribuir-lhe livrando-o dessa situação humilhante.

Durante todo o processo, nos chama a atenção que em nenhum momento se fez alusão à (in)moralidade de Anna Jacintha, a outras relações ou possíveis atividades ilícitas do passado –exceto às que manteve com o vigário–, embora ambos estivessem firmemente empenhados em vencer, como provam os quase sete anos que durou a disputa. Apesar das tentativas de desqualificação como herdeira e ainda como mãe, empreendidas contra ela por parte do coronel, nenhuma acusação mais séria lhe fez, ainda que nos autos do processo se empregassem expressões como “espúrios”, “sacrílegos” ou “danado e punível coito”, termos utilizados nos textos e no “jargão” jurídico para as relações amorosas e os filhos havidos com padres.

E, principalmente, tampouco se fez referência a nenhum crime ou suposto assassinato em que figurasse como acusada e tivesse sido julgada no passado. Acreditamos que se realmente tivesse ocorrido, e mesmo sendo inocentada, essa incursão pelos anais do crime não deixaria de ser usada contra ela, ainda que de forma indireta, pelos advogados de Fortunato; a não ser que existisse a possibilidade de, com isso, envolver outras pessoas, inclusive ele e sua família com quem, como sabemos, Anna Jacintha manteve estreitas relações no passado.

¹¹⁰ Idem. Folha 47.

¹¹¹ “Termo de Composição” (sic). Processo de Reclamação de Herança. 10 de maio de 1867. Caixa nº 93. Os devedores eram Pedro Affonso de Almeida e o Capitão Antonio Pedro da Cunha. AFTF.

Outro aspecto que merece ser destacado nas argumentações de ambos lados, é o tratamento diferenciado que fazia recair sobre Anna Jacintha todo o ônus da ilegalidade e da culpa nas relações “sacrílegas” mantidas com o vigário, a quem sempre se reservou um tratamento devotado como “reverendíssimo”. Era como se em toda essa história que envolvia um homem e uma mulher adultos, às voltas com sua sexualidade, somente um fosse o responsável: a mulher. Ela mesma, ao admitir e “confessar” essas relações, parecia participar implicitamente da mentalidade vigente que insistia em fazer recair a exclusividade da culpa sobre o sexo feminino.

De fato, sabe-se que tanto as leis civis como as eclesiásticas nem sempre se aplicavam na colônia, mas, de acordo com as segundas, as penas aplicadas às concubinas de padres eram maiores do que contra as amancebadas com leigos, sendo a lei civil encarregada da respectiva execução. Em termos gerais, a sexualidade dos padres, como homens, não estava sujeita às penalidades da lei comum, sendo seus excessos ou desvios julgados, quando o eram, pelos tribunais eclesiásticos o que significava colocá-los sob a proteção do abraço maternal e amoroso da Santa Madre Igreja, sempre pronta a ignorar ou perdoar as faltas dos filhos mais favorecidos.

Assim indica a desenvoltura, com que pareceu agir o vigário de São Domingos de Araxá, fazendo jus à tradicional (má) fama do clero secular em Minas Gerais. Para Laura de Mello e Souza, embora os religiosos mineiros não se identificassem *com os desclassificados propriamente ditos (...) apresentavam certa tendência a serem assimilados pelo mundo das infrações*¹¹². Palavras reforçadas pelos diversos documentos encontrados nos arquivos locais, endereçadas às autoridades municipais e provinciais, contendo denúncias e acusações vagas contra nosso vigário, embora nada de concreto e nem de caráter moral fosse mencionado.

Tudo indica que tais acusações eram movidas pelas atividades políticas e “extra-religiosas” em que o vigário andava envolvido e ignoramos se medidas foram tomadas para apurá-las. Entendemos que dificilmente teriam alguma consequência podendo ser neutralizadas pelas vinculações familiares do acusado com os donos do poder.

¹¹² MELLO e SOUZA, Laura de. op. cit. p. 174.

O apelido Beija ou Beja, constitui outro elemento importante na mitogênese de Anna Jacintha de São José, mas deixaremos para comentar seus possíveis significados no capítulo dedicado aos aspectos conjecturais do mito, já que todos os que figuram até hoje foram sugeridos pela literatura. Como Araxá ou Arachá no passado, a ausência de um consenso para a grafia do apelido de Anna Jacintha nos documentos antigos, também é motivo de especulações que, como sabemos, alimentam o mito.

Nesses documentos aparece escrito, indistintamente, como Beija ou Beja, o que pode ser explicado pela alfabetização precária dos funcionários que com frequência desempenhavam as funções de escrivão¹¹³ e pela tendência comum de transformar os ditongos das sílabas tônicas, que antecedem à última sílaba -como brasileiro, cruzeiro ou beijo-, em monotongos, sendo escritas, freqüentemente, tal e como são pronunciadas. Dessa forma a palavra Beija seria pronunciada Beja e escrita dessa maneira.

Essa é, pois, a “saga” de Anna Jacintha de São José, Dona Beja, a “cortesã” que ficou lembrada pelo escândalo que instalou na sociedade araxaense de seu tempo. Não só pelos seus amores ilícitos, mas antes e principalmente, por introduzir a desordem; por cometer a “audácia” de levar um coronel ante os tribunais, por haver-lhe “tomado os cobres”¹¹⁴ e pelos “estragos” que causou na fortuna dos “lascivos capitalistas”¹¹⁵.

Acreditamos que essas expressões são ecos daquele antigo processo; fórmulas familiares e populares com que foram filtradas as impressões sobre seu desfecho e que, como sugere a “lascívia” incorporada na última frase, passaram a ser pintadas com as cores do erotismo, marca registrada do mito no século XX¹¹⁶.

¹¹³ Na palestra inaugural proferida na Universidade Federal de Uberlândia, em 2001, a historiadora Janaina Amado referiu-se a suas pesquisas sobre os degredados no Brasil que apontaram, entre outras coisas, para o alto grau de analfabetismo reinante na colônia. Isso permitia a atuação de gente das mais diversas origens, inclusive os degredados que soubessem ler e escrever, em cargos públicos como os de escrivão.

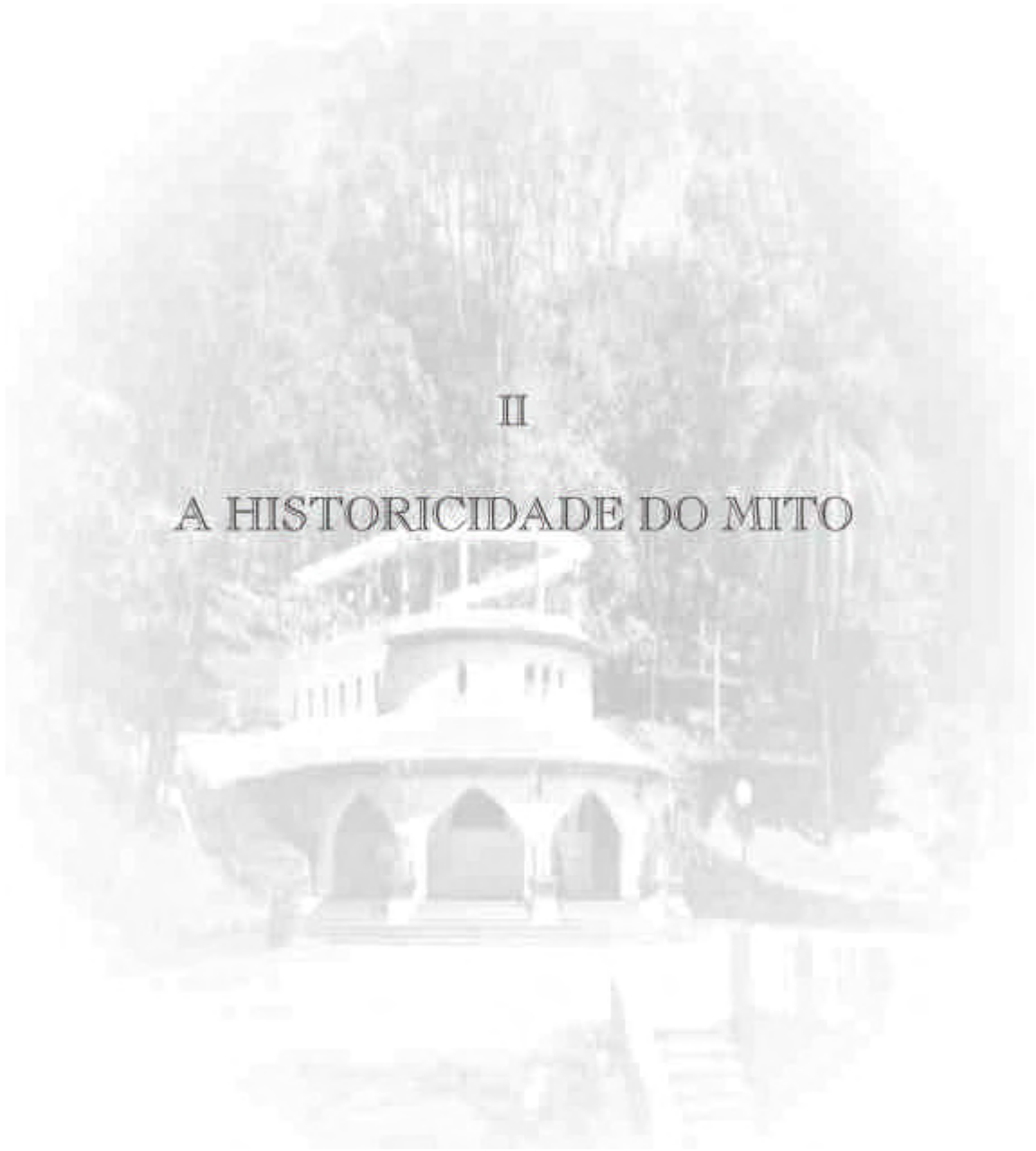
¹¹⁴ Montandon, Elizena Carvalho. Entrevista. Araxá, 11 de julho de 2001. Após diversas conversas e na entrevista gravada em sua casa, Dona Elizena, tataraneta do coronel Fortunato José da Silva Botelho, nos disse que sua avó, Áurea de Castro Botelho, não gostava de falar em Dona Beja, mas que quando o fazia referia-se a ela como “a mulher à toa que tomou os cobres de seu avô”.

¹¹⁵ Sebastião de Afonseca e Silva diz em suas notas pessoais que, embora nos primeiros capítulos da “História de Araxá” falasse em Dona Beja como a heroína da volta do Triângulo Mineiro a Minas Gerais, evitou citar seu nome, deixando para fazê-lo mais tarde, quando ela já estivesse na idade madura e, quando segundo ele, andava causando *verdadeiros estragos nas fortunas dos lascivos capitalistas*. AMDB.

¹¹⁶ Na “biografia” escrita por Hildebrando Pontes, provavelmente na década de 1920, o processo e seus protagonistas adquiriram a seguinte versão: *O coronel Fortunato enviuvava-se ao primeiro parto de sua*

II

A HISTORICIDADE DO MITO



*O Mytho é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
é o mytho brilhante e mudo o
corpo morto de Deus vivo e
desnudo*¹¹⁷.

Os historiadores têm mantido uma tradicional resistência ou uma “prudente” distância com relação aos mitos, justificada pela busca de uma verdade que se pensava única e objetiva enquanto meta final da disciplina. Pensava-se nos mitos como “ficções”, “mentiras”, “invenções”, produtos da imaginação, sem consistência histórica e por tanto alheios aos interesses desta. Essa resistência vem sendo parcialmente quebrada pela abordagem cultural das pesquisas históricas que, em função de seu diálogo com a antropologia, tem permitido a entrada de mitos, lendas e tradições culturais no processo de reconstrução histórica, embora ainda persista uma certa carência historiográfica relacionada a essa temática.

formosa esposa, a quem sobreviveu algumas horas apenas, o recém nascido. Por lei, a avó D. Beija, torna-se herdeira do neto. Mas o coronel Fortunato, firmado na sua grande prepotência e mandonismo, pretendeu de “revogar” a lei e sustentar por muitos anos a ação que perdera em todas as instancias e apelações e por fim, obstinadamente, não cumpriu a sentença, isto é, entregar a ex-sogra o que de direito lhe pertencia como herdeira do neto. (...) Decorridos alguns anos –lá por 1870- graças à benévola intervenção de Clementino Borges, concunhado do coronel Fortunato, foi que o capitalista Pedro Afonso de Almeida, sem ter previamente consultado aquele coronel, pagou a D. Beija, 20 contos de réis pela sua desistência d’aquela herança, com contrato lavrado em cartório. Ciente desse acordo, o coronel Fortunato ficou satisfeítíssimo...PONTES, Hildebrando. “Dona Beija”. 1800 - 1890. Araxá, Estado de Minas Gerais. S/D. pp. 6-7 .

¹¹⁷ PESSOA, Fernando. Os Castellos. In: GALHOZ, Maria Aliete. (org). **Fernando Pessoa. Obra Poética**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965. p. 72.

Um dos mais respeitados estudiosos dos mitos, que defende o aproveitamento da mitologia na produção do conhecimento histórico, é Lévi-Strauss. Ele advoga para que o *muro* que existe entre ambos seja derrubado, sendo os estudos históricos e mitológicos concebidos não mais separados e sim complementares. *Quando tentamos fazer História científica, diz, fazemos por acaso algo científico ou estamos adotando também nossa própria mitologia na tentativa de fazer uma História pura?*¹¹⁸.

No campo da história, Girardet também se propôs justificar o estudo e a utilidade da mitologia, embora não deixe de nos alertar para a estranheza e desconfiança que esses procedimentos podem causar especialmente entre os historiadores¹¹⁹. Mas essa carência historiográfica pode ser suprida pelos trabalhos realizados em outros campos do conhecimento, que se tem ocupado sistematicamente do estudo dos mitos. Ouvindo-os é possível estabelecer as causas de seu aparecimento em determinados momentos da história, sua longevidade, vigência e seus significados para a sociedade.

Os mitos são definidos e explicados de diversas formas segundo o campo em que operam os interessados em seu estudo, entretanto, a maioria coincide em atrelar seu significado à sua função, eliminando a gratuidade de sua existência e tornando palpável sua funcionalidade. Os mitos, segundo estudiosos, são eminentemente funcionais e essa funcionalidade se encontra implícita no seu significado para a sociedade que os cria e cultiva.

Etimologicamente, mito significa “palavra”, daí serem eles apresentados como narrativas ou relatos que podem ser orais ou escritos em torno de fenômenos naturais ou sobrenaturais, pessoas e objetos que contêm mensagens ou discursos codificados, que se instalam no imaginário fazendo parte da memória coletiva e do patrimônio comum no inventário cultural dos povos.

É difícil separar o significado e as funções do mito, sendo estas, também, determinadas e expostas segundo as nomenclaturas próprias de cada campo do conhecimento em que são estudados.

¹¹⁸ LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado**. Tradução de Antônio Márquez Bessa. Lisboa: Edições 70, 1978, pp. 62-63.

¹¹⁹ Cf. GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologia Política**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 82.

A existência dos mitos nas sociedades contemporâneas significaria a sobrevivência ou “interferência” do sagrado entre elas, assim como a necessidade que os humanos ainda conservam dessa sacralidade. A função dos mitos seria, então, a de “exorcizar” os fantasmas, servir como pontes, “mediatizadores” ou “sublimadores” das mudanças ou das rupturas no equilíbrio social, nos campos políticos, culturais, técnico ou econômico, sendo indispensáveis como instrumentos de controle social, radicando também ali sua utilidade nas sociedades, mesmo aquelas consideradas modernas e progressistas.

Entre as condições que podem atribuir estatuto de mito a um determinado fenômeno, personagem, ou evento, está a de não ter origem ou autoria definida. Mesmo quando fosse possível identificar o autor do relato, este seria apenas o escritor ou porta-voz de uma verdade que já circula e da qual o mito é, ao mesmo tempo, condutor e conduzido¹²⁰.

Numa sociedade de consumo, o mito é apropriado por diferentes segmentos e vertentes de interesse, sendo, pois, o seu significado modificado tantas vezes quantas for apropriado, adotando múltiplas formas de representação. Nesse sentido, fica implícita no mito uma historicidade que pressupõe movimento, mudança, processo.

Assim considerado, podemos identificar em Dona Beja e sua história, praticamente todas as condições que a justificariam como um mito, sua origem popular, a longevidade, sua capacidade de transformação e incorporação de diversos discursos, transmitindo diferentes mensagens, atendendo à sociedade não apenas no âmbito local e regional, como também nacional e internacional.

Na análise antropológica que Abreu Filho faz de Dona Beja, segundo os códigos políticos e sexuais, no primeiro representaria a oposição entre o poder local e supra-local e

¹²⁰ Entre os estudiosos dos diferentes campos que se ocuparam dos mitos foram particularmente úteis para este trabalho: BARTHES, Roland. **Mitologias**. 9ª ed. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993; BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia** 25ª ed. Tradução de David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro, 1991; CASSIRER, Ernst. **Linguagem e Mito**. 3ª ed. Tradução de J. Guinsburg e Miriam Schnaider-man. São Paulo: Perspectiva, 1992; DEVEREUX, Georges. **Mulher e Mito**. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas, SP: Papyrus, 1990; ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**; 5ª ed. São Paulo: Perspectiva 1998; FRAZER, Sir James George. **O Ramo de Ouro**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982; GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologia Política**. op. cit; LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado**. op. cit; LUCCIONI, Gennie; BARTHES, Roland, et alii. **Atualidade do Mito**. Tradução de Carlos Arthur R do Nascimento. São Paulo: Duas Cidades, 1977; MORAIS, Regis de. (org.) **As Razões do Mito**. Campinas SP: Papyrus, 1988.

no segundo, as contradições implícitas nas relações sexistas da sociedade¹²¹. Deriva daí sua capacidade de assimilação em diversos tempos e lugares, segundo discursos variados em que atua simultânea ou separadamente como vítima, heroína, revolucionária ou sinônimo de desvio.

Em Araxá o mito falaria diretamente ao povo e por ele, o povo falaria inconscientemente de sua identidade, relacionada diretamente com as águas minerais. Falava de seus conflitos provenientes das lutas pelo poder entre grupos locais e falava das relações contraditórias que, em geral, a sociedade mantém com as mulheres, debatendo-se entre aceitá-las ou rejeitá-las como representantes de um duplo papel: a mãe ou a amante.

Segundo os códigos masculinos, a primeira seria o ideal de toda mulher honesta, a mulher de dentro de casa, a esposa que, mesmo assim, é invariavelmente rejeitada, ainda que nem sempre de forma explícita, em favor da segunda, a “outra”, a mulher da rua, de fora de casa, a vadia que, e em última instância, acabava tornando-se um “mal necessário”¹²².

“Letrados” X “Coronéis”

No aspecto político, o período entre 1913-1915 é um momento altamente significativo para o surgimento de Dona Beja como mito, segundo as reflexões que fizemos anteriormente sobre as condições em que se produzem esses fenômenos. Nele surgiu o relato e começou a desenhar-se sua figura em um veículo de comunicação. A memória pela via oral cedia lugar à história que a incorporou com o status de heroína num relato histórico, onde se encontravam já os ingredientes básicos da personalidade que a tornaria um mito: a beleza, a vitimação e a transgressão.

Seu aparecimento naquele momento, assim como o do relato histórico de que fazia parte podem ser analisados historicamente a partir de duas perspectivas: a primeira, relacionada com a necessidade de legitimação por parte de um setor da classe média urbana

¹²¹Cf. ABREU Filho, Ovídio. Dona Beja: Análise de um Mito. In: FRANCHETO, Bruna et alii.. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. pp. 73-108.

¹²² Cf. SOUSA, Vera Lúcia Puga de. **Paixão, Sedução e Violência. 1960-1980**.. São Paulo: USP. 1998. (Tese de doutorado). Ver Também: RAGO, Margareth. **Do cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1980-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

que lutava por um espaço dentro de um sistema apoiado nas oligarquias agrárias; a outra, com o fortalecimento de uma identidade regional que aflorava com os preparativos para as comemorações, em 1916, do centenário da reincorporação da região do Triângulo Mineiro a Minas Gerais.

Analisando a crise de identidade social e da ação política, presentes na pretensão de instaurar-se a modernidade no Brasil, nos anos 20, Milton Lahuerta se refere ao deslocamento paulatino dessa preocupação em direção ao tema do nacional como uma das conseqüências dos preparativos para a comemoração dos 100 anos da independência, que colocava a descoberto o sentimento de atraso que nutria a sociedade quando comparava o país com a Europa, usando os tradicionais critérios hegemônicos¹²³. Transportando essa problemática para o âmbito e a realidade regional, vamos descobrir em Araxá ecos dessas preocupações, que tinham na imprensa local um veículo natural e legítimo de expressão.

Uma leitura cuidadosa dos jornais locais e principalmente “O Correio de Araxá”, “Semanário independente dedicado aos interesses do povo” -como se auto-intitulava-, o principal instrumento de comunicação de um certo setor da classe média urbana, permite detectar uma parcela desse universo político, econômico e social, assim como certos aspectos conjunturais que refletiam, também em Araxá, o debate geral instalado na sociedade brasileira. Aspectos em que se podem encontrar, em nossa opinião, as causas da irrupção do mito Dona Beja no cenário local e regional e dos quais analisaremos, não suas estruturas internas ou seu processo histórico, mas seus efeitos como fatores determinantes para o nascimento desse mito.

Em primeiro lugar, existia em Araxá um confronto aberto e ostensivo entre dois grupos locais, que poderia ser analisado, naquele momento, segundo o tradicional discurso do embate que opunha civilização e barbárie na América Latina, condição a ser superada por qualquer país que, como o Brasil, se dispusesse a entrar para a modernidade¹²⁴. Esse embate era protagonizado por representante de uma classe média urbana, com veleidades

¹²³ LAHUERTA, Milton. A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno. In ----- **Os Intelectuais e os anos 20: Moderno, Modernista, Modernização**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997. p. 96.

¹²⁴ Cf. DA SILVA, Janice Theodoro. **Descobrimientos e Colonização**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1998. No “vocabulário crítico” que a autora apresenta ao final de seu livro, o discurso é definido como *texto, fala, gesto ou imagem construído por uma sujeito ou instituição. Envolve um conteúdo simbólico cujo significado deve ser decodificado pelo pesquisador*. p.67.

civilizatórias, necessidade de legitimação e justificativa histórica, em um meio impregnado de valores rurais, dominado, tradicionalmente, pelos seus representantes, os coronéis¹²⁵.

Analisando a situação segundo a perspectiva dos historiadores que vêm na história uma função eminentemente legitimadora¹²⁶, ao buscar legitimidade no passado acionam-se mecanismos que criam condições propícias e possibilitam o surgimento de figuras exemplares, heróis ou anti-heróis de suas causas. O exemplo é o legado dos heróis e os conflitos terreno fértil para que apareçam, de acordo com Girardet, para quem: *nesses períodos intermitentes da legitimidade, nos momentos de desequilíbrio, de incerteza ou de conflito estão cronologicamente situados os apelos mais veementes à intervenção do herói salvador*¹²⁷.

Por outro lado, na concepção positivista dominante¹²⁸, a condição de herói era uma das poucas que permitiria a entrada para a história de figuras humanas que não estivessem enquadradas nas categorias que, tradicionalmente, se encontravam no foco de atenção dos historiadores: homens, políticos e dirigentes militares, cientistas ou artistas e nobres. Categorias nas quais, evidentemente, não haveria um lugar para Dona Beja.

Mas, naquele momento, existia um grupo social que requeria uma imagem onde espelhar ao mesmo tempo seu inconformismo e suas contradições, mesmas que se encontravam em pauta no amplo debate social. Uma figura fora da ortodoxia e das normas

¹²⁵ Cf. SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo. Civilização e Barbárie no Pampa Argentino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. Ver também: PRADO, Maria Lígia Coelho. Para Ler o *Facundo* de Sarmiento In: ----- **América Latina no Século XIX. Tramas Telas e Textos**. Bauru: EDUSC; São Paulo: EDUSP, 1999. A dicotomia “civilização” e “barbárie” foi uma das imagens mais presentes no pensamento político latino-americano, que encontrou na obra do argentino Domingo Faustino Sarmiento, publicada em 1845, sua melhor expressão. A primeira edição brasileira foi publicada somente em 1923, pela editora de Monteiro Lobato e a segunda pela Biblioteca do Exército, mas teve admiradores entre os intelectuais brasileiros. *No afã de entender Argentina, (Sarmiento) construiu uma interpretação carregada de idéias, imagens e símbolos, compartilhados, na mesma época, por contemporâneos brasileiros, ocupados com idêntica tarefa de compreender o próprio país. Assim, ao propor a dualidade civilização e barbárie, Facundo ultrapassou os limites da Argentina para se estender pelo território latino-americano(...). Creio que o texto de Sarmiento pode contribuir também para uma reflexão sobre a posição do Brasil na América Latina*.p. 152.

¹²⁶ Ver: FONTANA, Joseph. **História: Análise do passado e projeto social**. Tradução de Luiz Roncardi. Bauru, SP: Edusc, 1998.

¹²⁷ GIRARDET, Raoul. op. cit. p. 89.

¹²⁸ Alguns historiadores chamam “positivista” a história tradicional, factual, política e narrativa...

que constituíam o cerne da tradição e dos costumes em que se fundava o poder daqueles a quem combatiam. Isso não significava que eles mesmos estivessem empenhados na ruptura com as normas, tratava-se, na verdade, de forjar uma “criatura” que o fizesse sem que isso implicasse num compromisso maior para seus criadores.

Como bem observou Angel Rama, invocar figuras marginalizadas da história como bandeiras de reivindicação face *processos incompletos da construção da independência e cidadania política e cultural*¹²⁹ não é um fenômeno estranho na América Latina, onde constituía uma estratégia das camadas médias intelectualizadas, *para habilitar-se no jogo do poder*¹³⁰.

Por isso foi, acreditamos, uma mulher e não um homem que surgiu para substituir o herói, ainda que se tratasse de uma sociedade eminentemente masculina e impregnada de religiosidade. Naquele momento, uma mulher inadequada seria mais condizente (ou convincente?) do que a ordeira e certinha, demasiado identificada com a ordem que se pretendia derrubar. Além disso, as figuras masculinas do passado, ou pelo menos aquelas mais conhecidas, estavam também excessivamente identificadas com a figura do coronel, representante da oligarquia rural hegemônica em um sistema em que a classe média tentava encontrar seu espaço. Porque, afinal de contas, era uma época em que o depoimento oral conferia veracidade e dimensão real à história e Dona Beja estava, como sempre, “disponível”; viva na memória do povo e dos informantes que poderiam avalizá-la com toda idoneidade: o Dr Eduardo Augusto Montandon, Dona Gabriela Franco Carneiro, Antônio Machado de Moraes e Castro. Eles a conheceram e “testemunhavam” em favor de sua veracidade e dos personagens que a rodeavam, também protagonistas de seu próprio histórico familiar¹³¹. Era, por tanto, real e popular, encontrava-se firmemente instalada na

¹²⁹ AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (org) Para Além de Tordesilhas: O Conceito de América Latina e a obra de Angel Rama. In: ----- **Angel Rama: Literatura e Cultura na América Latina**. Tradução de Rachel La Corte dos Santos e Elza Gasparotto. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 20.

¹³⁰ Idem. Idem.

¹³¹ Registro de batismo de Haidee. 20 de agosto de 1856. Padrinhos: Augusto Montandon e D. Anna Jacintha de São José. Arquivo Paroquial de Estrela do Sul, MG. Doravante APES.

Registro de casamento de Eduardo Augusto Montandon e Brasilina Gonçalves Barbosa. 1 de mar. de 1862. Padrinhos: Coronel Fortunato José da Silva Botelho e Coronel Silvestre Ribeiro Barbosa. Arquivo Paroquial de Carmo do Parnaíba. MG. Doravante: APCP.

Dona Gabriela pertencia à família de João José Carneiro de Mendonça, mencionado no primeiro capítulo como possível pai de Joana, segunda filha de Anna Jacintha. Antônio era descendente de Placidina Maria

memória do povo, fazendo parte da tradição oral como portadora e transmissora de um discurso público. Bastava dar-lhe o tratamento adequado, uma certa “higienização” ou “heroificação” para torná-la apta aos propósitos legitimadores.

Segundo aponta Lévi-Strauss, seguido por Girardet, um só mito pode ter diferente ressonância e múltiplos significados em uma sociedade, características que podem ser com frequência opostas, mas também complementares; o que caracterizaria a fluidez dos contornos com que se nos apresentam¹³².

Assim, o caráter ambivalente e polimorfo dos mitos permitiria a aparente contradição que representava o surgimento de uma figura feminina forte e corajosa, características primordiais dos heróis, mas incompatíveis com as da mulher modelar, no seio de uma sociedade masculina. Permitiria que a transgressão que ela encarnava e que a estigmatizava, a tornasse, ao mesmo tempo, vítima e algoz, vilã e heroína, passível de ser identificada e apropriada por diversas causas políticas e sociais, ou capaz de inspirar artistas e escritores que também “sucumbiram” inspirados pela sua beleza.

Quando se fala em tornar a figura de Dona Beja “apta aos propósitos legitimadores” não se pensa em um plano consciente e definido, previamente pensado e determinado, como, veremos, ocorreu depois no Estado Novo, mas em um desejo genérico de união e aceitação, em um espírito de renovação e atualização de uma classe em conflito com a ordem vigente. Mais do que contar os fatos, com sua figura e sua história seria possível conferir-lhes sentido. Além do que, construir heróis torna-se uma tarefa menos difícil quando se tem a favor e se conta, de antemão, com a memória e a imaginação popular.

Visto dessa forma, o Mito Dona Beja foi um produto do século XX, nasceu na cidade, no seio de uma classe média em busca de seu reconhecimento e seu espaço, em uma região que vivia um processo de afirmação de sua identidade.

O cenário histórico de Araxá, naquele momento, pode ser tipificado através da imprensa local e inserido dentro do sistema e da ordem vigente no panorama geral do Brasil. Politicamente, o país vivia na chamada República Velha, caracterizada pelo predomínio incontestado dos grupos agrários que tinham articulado a chegada do regime

de Jesus, outra das filhas reconhecidas em cartório pelo vigário Francisco José da Silva, que reconheceu também um filho: Pedro Amado de São Paulo.

¹³² GIRARDET, Raoul. op. cit. pp. 15-16.

republicano, mais em consonância com seus interesses, já bastante prejudicados pela centralização da monarquia.

Esses interesses se traduziam na ampliação, ao máximo, do poder das oligarquias estatais, apoiadas no “coronelismo” e “localismo”, institucionalizados pela criação dos partidos republicanos estatais. Ao mesmo tempo, esses partidos representavam um sério problema para um sistema republicano que via no fortalecimento do poder central uma condição indispensável para a governabilidade, mesmo centralismo que as oligarquias rurais tentavam combater quando ajudaram a derrubar a monarquia, apoiando a república.

Para Sônia Regina de Mendonça, nesse cenário, no período anterior a 1920, quando se começou a sentir os efeitos das transformações que se processavam no interior da sociedade e na divisão social do trabalho, essa política fundada no localismo não deixava espaço para o surgimento de uma oposição organizada. O coronelismo mostrava-se particularmente violento quando não conseguia impedir o surgimento das oposições locais que, ainda assim, começavam a surgir entre alguns setores da classe média, menos comprometidos com os setores agrários.

Segundo a autora, essas parcelas da sociedade eram formadas por descendentes de latifundiários empobrecidos, profissionais liberais e funcionários nas áreas de serviços que *viriam a ser os agentes articuladores da outra frente de oposição ao regime oligárquico*¹³³, que criticavam o regime, mas cujas críticas e conteúdo continuavam dentro do universo liberal do qual faziam parte, não significando, de forma nenhuma, um desejo nem a possibilidade de aliança com as camadas baixas¹³⁴.

Tomando-se como referencial teórico esses estudos historiográficos, ainda que centrados nos grandes centros como Rio e São Paulo, pode-se perceber que nas cidades do interior se reproduziam algumas das condições e contradições políticas e sociais presentes naqueles. Embora sem a intensidade dos centros maiores, pode-se detectar em Araxá a existência e mobilização de setores trabalhadores. Eram operários, sapateiros, costureiras, alfaiates, balconistas, motoristas, etc. que, já na década de 1920, se organizavam e

¹³³ MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: A consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda. (org.) **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 318.

¹³⁴ Idem. p 330.

congregavam em torno de entidades como a “Associação Operária Araxaense” o “Salão Operário” e tinham no jornal “Minas Brasil”, seu principal veículo de expressão¹³⁵.

Ao mesmo tempo, um setor da classe média que não se identificava totalmente com a oligarquia rural, embora nem por isso fosse alheia a ela, e nem com os trabalhadores, também fazia sentir seu descontentamento e veiculava sua oposição através da imprensa, defendendo causas que, com frequência, mais do que ideologias conflitantes, encerravam interesses pessoais, prosaicos e definidos.

A oligarquia rural era localmente representada pelo coronel Adolpho Ferreira de Aguiar e, depois de sua morte em 1911, pelo seu filho, o coronel José Adolpho de Aguiar, *prestigioso e querido chefe da Política Municipal dominante e illustre presidente do pujante antigo PRM de Araxá*¹³⁶. Tinha seu centro de operações na Fazenda São Mateus, propriedade familiar desde onde comandava seu eleitorado. Seu foco principal era o distrito de São Pedro de Alcântara, hoje Ibiá, ao qual pertencia a fazenda. Em Araxá, onde tinha sua residência, um dos principais “palacetes” da cidade, seus principais agentes eram os comerciantes.

Se o caráter do coronel era *oriundo da própria genealogia, a nobreza, o espírito prestativo e generoso de seus maiores*¹³⁷, seu poder derivava, principalmente, de seu latifúndio, legitimado por títulos de sesmarias pertencentes à família desde finais do século XVIII. Assim como da profunda relação que sua família guardava com a terra desbravada pelos seus antepassados, em torno da qual o coronel organizou sua vida e articulou os mecanismos de poder, em um processo que incluía, entre outras coisas, as conhecidas alianças e consórcios familiares, já mencionados.¹³⁸

Seus opositores, em Araxá, eram encabeçados pelo Dr. Eduardo Augusto Montandon e, principalmente, pelo seu filho, João Jacques Henri Montandon, eleito senador em 1923¹³⁹. O pai havia-se formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

¹³⁵ O Trem da História. Ano 4, nº 13. abr/mai/jun. de 1994.

¹³⁶ Jornal de Araxá. 27 de nov. de 1927, p. 1.

¹³⁷ Idem. Idem.

¹³⁸ **Sobre a Origem das Famílias**. In: O Trem da História. Ano 2, nº 9, abr/mai/jun, 1993. Araxá, MG.

¹³⁹ Cf. TORRES, João Camilo de Oliveira. História de Minas Gerais. 3ª ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980.

em 1859 e militado na política como deputado provincial, em Minas Gerais, e como presidente da Província, em Goiás, cargo que desempenhava e perdeu quando a República foi proclamada.

Os Montandon apoiavam-se em sua formação universitária, complementada, às vezes na Europa¹⁴⁰, o que lhes conferia um verniz intelectual e cosmopolita, como presumidos “agentes da civilização”, embora pelo lado materno fossem genuínos descendentes daquelas oligarquias rurais que, se não completamente empobrecidas, haviam perdido paulatinamente, junto com a terra, o poder que ela conferia.

Embora sua presença em Araxá não tivesse nem um século, a família sentia-se legitimada por descender de uma das mais antigas do cantão suíço de Neuchâtel, cuja origem perdia-se em *la nuit du temps*¹⁴¹, como faziam questão de informar em seu jornal, onde publicaram, em 1914, a transcrição –em francês!- da reportagem de um jornal de Lausanne que noticiava o lançamento do livro histórico e genealógico da família¹⁴².

Eram os “coronéis” e os “letrados” transformados depois e popularmente nos partidos dos “Ferreiristas” e “Jacquistas”. Mas os coronéis também tinham seus “letrados”, jovens profissionais, incorporados às suas fileiras por alianças matrimônias, recém chegavam à Araxá. E ambos grupos tinham seus jornais, “O Jornal de Araxá” e “O Correio de Araxá”, respectivamente, dos quais nos ocuparemos especialmente do segundo, por haver sido ali onde se publicou pela primeira vez, o relato histórico de Araxá e inserido nele a heroína principal: Dona Beja.

As Estratégias do Mito: o Fator Identitário Regional e os Tempos Modernos.

“O Correio de Araxá” foi fundado, em 1913, pelos *juvens Montandon, rebentos vigorosos desse tronco glorioso que é o velho Eduardo Montandon*, como eram chamados

¹⁴⁰ **Partida do Dr Heitor Montandon.** O jornal noticiou a viagem a bordo do “paquete” Aragon, onde o médico recepcionou *com uma taça de champagne* os amigos e parentes que foram se despedir. O Correio de Araxá. 26 de abr. de 1914. p. 1.

¹⁴¹ MONTANDON, Frédéric. **Lê Montandon; Origine - Histoire - Généalogie.** Genève, 1913.

¹⁴² O Correio de Araxá. 18 de jan. de 1914. p. 1

em um jornal de Uberaba¹⁴³. Através de seu semanário passaram a fazer oposição à administração municipal a cargo da Câmara, cujo presidente pertencia às fileiras do coronel. A situação, por sua vez, respondia e atacava desde seu jornal, gerando um intenso debate com críticas, denúncias e respostas de conteúdo político que se sucediam em artigos inflamados e que, freqüentemente, escorregavam para o terreno pessoal.

Ao mesmo tempo, por suas páginas transcorria, semanalmente, a vida do município: a primeira página era dedicada normalmente aos assuntos políticos e críticas à administração municipal; a temas médicos ou relacionados com a saúde, compreensivelmente, à “crenotherapia” (tratamento pelas águas minerais) e a temas relacionados com a pecuária, atividade econômica que vinha sendo reforçada, desde finais do século XIX, com a importação de matrizes e reprodutores zebuínos que futuramente tornariam a região berço da raça “indubrasil”, um dos pilares do desenvolvimento econômico e da identidade regional.

Eram esses os assuntos preferenciais dos leitores masculinos, embora, às vezes, ali fossem publicados também poemas que normalmente ocupariam as páginas internas. Um lugar destacado era dado às notas sociais, nascimentos, batizados, casamentos, recuperação das doenças, falecimentos e toda semana era possível para os leitores acompanhar as constantes idas e vindas das famílias entre a cidade e as fazendas, assim como as viagens que os amigos realizavam para as cidades maiores ou vizinhas.

Nas páginas internas, o rodapé era dedicado à publicação de histórias “edificantes” de amor ou aventura, de autores conhecidos como Eça de Queiroz, Mark Twain e Charles Dickens, leituras que, decerto, eram dirigidas ao público feminino. Marlyse Meyer aponta a ficção no rodapé, visando *a contumaz frivolidade da gentil leitora*, como uma das estratégias indispensáveis para garantir o sucesso de qualquer nova empreitada jornalística¹⁴⁴.

Uma coluna, “Notas de um Errante”, começou a ser publicada nas páginas interiores, mas acabou conquistando espaço na primeira, espaço que só perdia quando assuntos mais importantes ou de destaque nacional o reclamavam, por exemplo: os

¹⁴³ O artigo foi publicado pela Gazeta do Triângulo, de Uberaba, MG. a 07 de fev. de 1915. Foi reproduzido em O Correio de Araxá, em 14 de fev. de 1915.

¹⁴⁴ MEYER, Marlyse. **Folhetim. Uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.298.

programas políticos dos candidatos, os editais convocando os votantes para eleger os colégios e comitês eleitorais e os resultados das eleições.

É possível notar em O Correio de Araxá uma particular atenção para os assuntos relacionados com a saúde pública, o que não deixa de ser compreensível, já que entre seus diretores se encontravam dois médicos e dois farmacêuticos. Mas, em geral, artigos contra a administração, com denúncias e críticas aos estabelecimentos e serviços públicos, como a segurança, o abastecimento de água, a (in)salubridade, a mortalidade infantil, eram as formas preferidas da oposição política.

A “História de Araxá” tem seus antecedentes nas “Notas de um Errante”, do jornalista Clodion Cardoso, fiel colaborador do jornal que combinava nelas histórias variadas, notícias e dados gerais sobre os diferentes distritos do município, aproveitando para apontar, também, suas críticas à administração.

Chamam nossa atenção as notas sobre São Pedro de Alcântara, reduto dos “Ferreiristas” onde, segundo o jornalista, o crime e a desordem era constante, provocada sempre pelos “jagunços” que se impunham pelas “Winchester” e pelo “Smith” e onde também *a faca e o cacete pululavam estando em constante ação*¹⁴⁵. De uma promessa de escrever uma história de Araxá, que fez em sua coluna, surgiu o relato histórico que passou a ocupar o espaço antes destinado aos contos e crônicas já mencionadas.

O clima geral era de insatisfação provocado pelo colapso dos municípios desde finais do império, cuja crise financeira *esmagava e oprimia* o povo de Araxá fazendo-se sentir especialmente no *incipiente comercio*, segundo se denunciava no jornal¹⁴⁶. Ao mesmo tempo, em 1913, começava a ventilar-se publicamente a necessidade de se fazer um acordo com o governo do estado, através do qual lhe fosse cedido o controle sobre as fontes de águas minerais, como única saída para se por fim aos antigos litígios que transcorriam na justiça em torno dos terrenos adjacentes e os direitos sobre eles.

Nesse ponto todos concordavam; a oposição defendia também essa solução e assim se deixou saber em seu jornal, onde foi publicada a lei 248 de 22 de setembro de 1910 que

¹⁴⁵ O Correio de Araxá. 18 de mai. De 1913. **Notas de um Errante**. Idem. 25 de mai. De 1913. **Mais um Crime**. Sobre a agressão sofrida por um cidadão, *depois de fazer seu passeio noturno, tendo a Winchester por companhia, o que é de costume aqui*. p. 3. Idem. 06 de jun. de 1913. **Mais crimes**. p. 1

¹⁴⁶ Idem. 21 de dez. de 1913. p. 1

autorizava ao presidente da Câmara ceder *as águas minerais de Araxá e os terrenos desapropriados, ao governo do Estado de Minas Gerais*. A lei previa, entre outras condições, que o Estado criasse uma prefeitura em Araxá, uma linha de trólebus entre a cidade e o Barreiro, se responsabilizasse pelo beneficiamento das águas e, principalmente, *por pagar a quem de direito, o que fora devido pela desapropriação*¹⁴⁷.

Sem poupar críticas ao abandono em que *a incúria da Câmara Municipal tem deixado as águas* e responsabilizando o governo do Estado que só recentemente havia voltado os olhos para as coisas do Triângulo, os opositores também defendiam como “inadiável” a criação de uma prefeitura. Alegavam que as fontes não poderiam *continuar abandonadas pelos poderes públicos*, ainda que o povo, *em sua ignorante simplicidade*, continuasse recorrendo a elas, desde as mais remotas paragens à procura de remédio para seus males¹⁴⁸. Nos meses seguintes, anunciavam para “breve” a publicação da História de Araxá¹⁴⁹.

Os donos do jornal concordavam porque tinham interesses ligados às fontes ou a seus terrenos vizinhos, sem que isso significasse uma trégua em suas rivalidades. O Dr. Eduardo tinha sido concessionário diversas vezes para a exploração terapêutica das águas, e João Jacques era dono de terras vizinhas das mesmas, que deveriam ser desapropriadas.

Politicamente, o debate nacional girava em torno das eleições presidenciais e da candidatura de Rui Barbosa, do Partido Republicano Liberal que tinha o mesmo Dr. Eduardo como representante do Comitê Civilista em Araxá¹⁵⁰.

Mas o apoio momentâneo às medidas municipais transformou-se em férrea oposição ao conhecerem o conteúdo final da escritura que legalizou, em 1915, a transferência das águas para o Estado. De acordo com o documento, caberia ao Estado como única responsabilidade, criar a prefeitura, recaindo sobre o município a responsabilidade pelas indenizações e pelo eventual descumprimento das cláusulas estabelecidas no contrato.

¹⁴⁷ Idem. 29 de jun. de 1913. p. 1

¹⁴⁸ Idem. 22 de jun. de 1913. p. 1

¹⁴⁹ Idem. 14 de set. de 1913. p. 1

¹⁵⁰ Idem. 24 de ago. de 1913. p. 1

De fato, de acordo com o teor da escritura, publicada pelo jornal, o negócio era desvantajoso e considerado uma *extorsão inqualificável*, principalmente para os proprietários dos terrenos anexos às fontes, que dificilmente receberiam as indenizações de um município que se encontrava à beira da falência¹⁵¹. A tão defendida criação de uma Prefeitura passou, então, a ser considerada um verdadeiro *presente de grego*, mais prejudicial e calamitoso *que um obus alemão explodindo no centro da cidade*¹⁵².

Um dos redatores do jornal, Clodion Cardoso, declarava seu apoio aos que pensavam ser necessário inutilizar os efeitos perniciosos da *caveira de burro* que parecia haver sido lançada em Araxá por seus inimigos políticos, que haviam colocado tantos obstáculos ao progresso da cidade, mais preocupados com seus interesses particulares do que com os da comunidade¹⁵³.

Nesse clima, em março de 1915, começou a ser publicada A História de Araxá, atendendo a um compromisso “irrefletidamente” assumido com os leitores por Cardoso que se responsabilizou pela redação, delegando os créditos pela pesquisa a Sebastião de Afonseca e Silva.

Naquele momento, o relato histórico tinha a função de orientar a opinião, convencer o público e conquistar seu apoio, apelando para um “patriotismo” justificado e legitimamente fortalecido pelo conhecimento de seu passado, capaz de lhe proporcionar os motivos de orgulho e a satisfação necessária ao fortalecimento de sua identidade, mesmo que para isso fosse necessário “construir” alguns heróis ou heroínas e “criar” um ou outro mito. Assim, confirmava-se a idéia segundo a qual o imaginário social, enquanto um dos dispositivos do exercício do poder, precisa, para sobreviver, inventar ou imaginar a legitimidade sobre a qual sustentar-se¹⁵⁴.

As respostas dos leitores que supostamente se manifestaram com suas cartas - devidamente publicadas-, felicitando a iniciativa e qualificando-a de *exemplo de*

¹⁵¹ Idem. 19 de set. de 1915. p. 1

¹⁵² Idem. 05 de nov. de 1915. p 1.

¹⁵³ Idem. 28 de mar. de 1915. p. 1.

¹⁵⁴ Cf. NEIBURG, Federico. Peronismo e Mitologias Nacionais. In: ----- **Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo**. São Paulo: EDUSP, 1997. pp. 86-87.

*patriotismo e amor ao trabalho*¹⁵⁵, pareciam indicar que os objetivos estavam sendo atingidos. Girardet lembra que, como relato de caráter explicativo, *o mito é também uma potência mobilizadora. À função de reestruturação mental do imaginário político corresponde, também, uma outra que é a de reestruturação social*¹⁵⁶.

Alguns aspectos devem ser apontados como evidências da intencionalidade do relato histórico a partir do qual o mito foi criado. São estratégias utilizadas para fixá-lo na memória dos leitores, fazendo dele a expressão permanente da realidade histórica local.

Em primeiro lugar estavam as fontes orais, provenientes de pessoas de reconhecida confiabilidade, que se identificavam como testemunhas dos fatos, parentes ou amigos dos protagonistas, o que conferia credibilidade e “status” histórico ao relato. Este era assinado por um jornalista e por um historiador que garantiam sua seriedade e veracidade com seus nomes e sobrenomes completos, quando o usual era esconder-se por trás de pseudônimos nos artigos dos jornais¹⁵⁷.

Outro dado interessante é a omissão deliberada do nome da heroína logo no início da história que contava o retorno do Triângulo Mineiro a Minas Gerais, sendo mencionado somente nos capítulos subsequentes, com o objetivo, confessado por Sebastião de Afonseca em suas notas pessoais, de prender a atenção do leitor e induzi-lo a continuar comprando o jornal. Seu nome somente foi mencionado na segunda parte do relato histórico quando, segundo ele, na história, já se encontrava na idade madura e promovendo a ruína dos fazendeiros abastados. Poder-se-ia dizer que, em 1915, o autor já aplicava em Dona Beja a lei atual que impede a divulgação na imprensa do nome de menores infratores ou vítimas de crimes.

Outro aspecto a ser destacado é o espaço e a formatação que se deu ao relato no jornal, onde se percebem estratégias para facilitar sua permanência. Seguindo o sistema de fascículos, era publicado sempre no rodapé, com as folhas numeradas alternadamente na frente e no verso e largas margens, que permitiriam que o leitor o recortasse e encadernasse.

¹⁵⁵ O Correio de Araxá. 28 de mar. de 1915.

¹⁵⁶ GIRARDET, Raoul. op. cit. p. 183.

¹⁵⁷ Os mais frequentes em O Correio de Araxá eram: Justus, Ninus, Pollux, D’Ólfa, Molière e Mineiro .

A esse respeito, novamente Marlyse Meyer nos informa que, como método de publicação, o sistema de fascículos ou “entregas” prestava-se a toda série de combinações editoriais, já que as histórias ou romances poderiam ser inseridos, indistintamente, em revistas ou jornais, podendo ser encadernados e publicados num só volume, caso as subscrições fossem interrompidas ou não tivessem sido escoados todos os números¹⁵⁸.

Nascia dessa forma “Subsídios para a História de Araxá e duas palavras sobre o Triângulo Mineiro”, que resgatou Dona Beja como heroína principal. As personalidades ilustres ou políticas do século XIX foram mencionadas rapidamente. Apenas o vigário Cassiano Barbosa de Afonseca e Silva e, de um período mais recente, o próprio Dr. Eduardo mereceram destaque. Um certo presidente da Câmara foi lembrado mais por uma história que o ridicularizava do que por sua ilustre figura.

No capítulo “Apparecimento da Hydra”, relativo ao confronto local entre conservadores e liberais, era especialmente lembrado o coronel Fortunato, cuja gestão à frente da Câmara Municipal entre 1843 e 1854, era qualificada como uma *fatalidade*. Referiam-se a ele como *tyranete* e *arbitrário*; *megalômano incorrigibel* (sic), cujos sonhos de grandeza o teriam levado a aspirar a um título de barão, que lhe foi negado por Dom Pedro ao tomar conhecimento de seus defeitos.

Na visão dos autores, o precário desenvolvimento que Araxá tinha conseguido até aquele momento seria resultado desse confronto, que tal qual uma *hydra horrível*, teria dado lugar a uma *política esquelética* que continuava sendo o *principal elemento desorganizador de nosso progresso e nossa ruína...*¹⁵⁹.

Ainda que não mencionado, a “demonização” de Fortunato era, certamente, reforçada pelo fato de ter sido maçom, fundador, em 1875, do “Asilo da Caridade”, a primeira loja maçônica da cidade, cuja sede abrigava em sua própria casa; um sobrado que disputava o mesmo quarteirão com a Igreja Matriz, presidindo a praça do mesmo nome¹⁶⁰.

¹⁵⁸ MEYER, Marlyse. op. cit. p. 321.

¹⁵⁹ CARDOSO, Clodion; AFONSECA e SILVA, Sebastião de. **Subsídios para a História de Araxá e duas palavras sobre o Triângulo Mineiro: publicação até 1890**. São Paulo: Typographia. 1914. pp. 42-46.

¹⁶⁰ Procuração. 6 de jun. de 1875. Livro nº. 13, folha. 114. Cartório do 1º Ofício de Notas. Araxá, MG. Através desse documento, os assinantes nomeavam procurador o Conselheiro Dr. Joaquim Saldanha Marinho para representá-los na Corte, na defesa de seus interesses que estavam sendo “usurpados” pelas autoridades eclesiásticas. A pressão da igreja católica ainda se fazia sentir em 1945, quando foi criada a “Loja Maçônica Ação e Silêncio”, que retomou as atividades da maçonaria em Araxá, interrompidas com

Dessa forma, o coronel também era responsável por que Deus e o Diabo fossem vizinhos em Araxá,

Se a conhecida religiosidade do memorialista, co-autor do relato, certamente orientou o perfil que criaram do coronel Fortunato, as posições partidárias do redator, francamente a favor do grupo representado pelos donos de O Correio de Araxá, fazem pensar que em suas opiniões sobre ele estivessem implícitos, embora disfarçados, os sentimentos que nutria pelas figuras do inimigo político que tão arduamente combatiam no jornal. Poder-se-ia dizer o mesmo da linguagem usada para descrever o ouvidor, raptor de Dona Beja, tratado como uma figura repulsiva, *monstro horripilante*, comparado a uma *cobra asquerosa* e à *gosma imunda das lesmas*¹⁶¹.

Na já mencionada análise que Abreu Filho faz do mito Dona Beja, o ouvidor estaria relacionado com o poder do Estado, incontrolável, sem regras, ameaçador e usurpador. No rapto estaria a representação de uma oposição entre o local e o supra-local, relação em que, segundo o autor, se negaria ao Estado o direito e a influência no estabelecimento das regras que deveriam reger as relações¹⁶².

Com base nessa interpretação, no momento em que se produzia o relato, o poder supra-local estaria representado pelo poder estadual que, aliado às oligarquias rurais, se fazia representar pelos coronéis na política local. Dona Beja seria identificada com as águas minerais, o maior tesouro de Araxá, às quais se devia sua origem e a vida de seu povo. Tesouro que o Estado lhes seqüestrou, não sem antes enfrentar a luta da oposição.

No relato, essa luta era revestida de traços épicos; ao mesmo tempo eloquente e abundante, salpicado de adjetivos e juízos de valor, onde os índios Araxás eram *invencíveis*, mas *ferozes*; o Quilombo do Ambrósio era *temível* e *pernicioso*, os bandeirantes que os destruíram foram autores de uma *brilhante* façanha, a natureza da região era *generosíssima*, as águas de Araxá eram *virtuosas* e a fauna e a flora *exuberantes*¹⁶³.

a extinção da primeira loja. De acordo com as informações fornecidas em entrevista pelo Sr. Seme Abdala, um dos fundadores, gravada em sua casa, em Contagem, MG, em julho de 1996.

¹⁶¹ CARDOSO, Clodion; AFONSECA e SILVA, Sebastião de. op. cit. p. 11.

¹⁶² ABREU FILHO, Ovídio de. **Raça, sangue e luta: identidade e parentesco em uma cidade do interior.** op. cit. p. 85.

¹⁶³ CARDOSO, Clodion; AFONSECA e SILVA, Sebastião de. op. cit. p. 12 et passim.

Se entre tantos adjetivos, os vilões, o ouvidor e Fortunato, representantes da figura do coronel, passaram por um processo inquisitorial que os condenou, Dona Beja foi submetida, a sua vez, a um processo purificador que a “higienizou”, tornando-a uma heroína, mais condizente com o papel que, a partir daí, deveria desempenhar.

Dois aspectos podem ser destacados nesse processo. Primeiro é a vitimação de Dona Beja, apresentada como “A vítima de 1816”, título do capítulo em que se justifica sua condição de “cocotte”, à que teria sido empurrada depois do rapto, relatado na primeira parte da história. Depois, sua marginalização involuntária. Diziam os autores:

*a que fora um anjo tornara-se um demônio (...) pobre flor condenada a chafurdar na lama pútrida dos alcouces*¹⁶⁴, ainda que, de seus amores voluntários com o padre e de seu confronto aberto com o coronel nada se dissesse.

Em uma sociedade católica e patriarcal, como vítima, não convinha falar das relações de uma mulher com um religioso e nem do confronto e a derrota que infringiu a um coronel. Não era essa uma luta espiritual do bem contra o mal e nem Dona Beja o melhor exemplo para encabeçá-la. Para a mentalidade dominante, ainda que conjunturalmente se identificasse no coronel o representasse do poder temporal que se combatia, expor sua derrota significaria fragilizar valores maiores e indiscutidos, que deveriam ser preservados, como a tão defendida superioridade masculina.

Estava, assim, criada a matriz de uma heroína, inspirada em uma figura real do passado que, se bem não era totalmente perfeita, era o mais próximo e útil que se havia achado. Como mulher poderia ser facilmente alegorizada. A final não eram mulheres a Liberdade, a Justiça e a própria República?

Incorporada ao imaginário popular poderia ser, ainda, a imagem mesma da beleza, glamourizada para vender, primeiro, jornais e depois as benesses das “águas virtuosas”, produtos de beleza, ou cachaça. Como vítima e heroína poderia ser identificada com as inquietudes presentes no seio da sociedade, que podiam ser ao mesmo tempo políticas e identitárias -como as que se discutiam no momento-, ou as feministas, que passariam a ser debatidas mais tarde, nos cenários nacional e internacional.

O fortalecimento da identidade regional é outro dos aspectos fundamentais que devem ser considerados no surgimento do mito. É nítida a preocupação com a identidade

¹⁶⁴ Idem. p. 28

que se percebe na pauta dos debates em torno da iminente comemoração dos cem anos da reincorporação do Triângulo Mineiro a Minas Gerais. Para tal ocasião, projetava-se uma “magna” Exposição Regional a ser realizada em 1916, na vizinha cidade de Uberaba, com a presença de todos os municípios da região.

As exposições regionais ou províncias tinham-se tornado uma tradição a partir do século XIX, quando eram organizadas como parte dos preparativos para a participação do Brasil nas grandes exposições internacionais, vitrine onde exporia sua fachada, através da qual queria ser visto e poderia ser avaliado. Nesse sentido e nas palavras de Sandra Pesavento, as exposições constituíam *o momento privilegiado da representação de uma auto-imagem,(...) o espaço por excelência para a apresentação de uma identidade nacional*¹⁶⁵.

Em termos gerais, as exposições, como seu nome já indicava, eram os veículos para a demonstração e a difusão dos ideais, as imagens e as crenças de uma sociedade que acalentava o sonho da modernização. Ser moderno era a palavra de ordem no país e as exposições universais, tanto quanto as locais ou regionais, funcionavam como *o local de celebração da utopia*¹⁶⁶.

Sebastião de Afonseca e Silva, como sabemos, um dos autores do relato histórico de Araxá e de Dona Beja, escreveu um extenso artigo publicado na primeira página de O Correio de Araxá, em 1914, onde reivindicava para sua cidade o direito “histórico” de sediar o evento. Fundamentava seus argumentos no fato de haver sido iniciativa dos araxaenses as gestões que levaram o Triângulo de volta até os mineiros e de ser de Araxá a jovem que, com seu “sacrifício”, havia motivado a interseção do ouvidor na corte, influenciando na decisão final. Para ilustrar seu artigo e reforçar seus argumentos, solicitou aos donos do jornal a permissão para alterar a ordem dos capítulos da História de Araxá, que estava para ser publicada, ficando decidido que começariam a partir daquele em que se falava da participação de Dona Beja naquele episódio, ainda que sem mencionar seu nome.

¹⁶⁵ PESAVENTO, Sandra. Nós e os Outros: As Exposições Universais e o Imaginário Europeu sobre a América. In: BESSONE, Tânia Maria; QUEIROZ, Tereza, Aline P. (org). **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1997, pp.559.

¹⁶⁶ Idem. p. 558.

Ele reconhecia que o atraso e a *falta de meios de comunicação* impediam a cidade de Araxá de ostentar o *orgulho* de ser a sede da Exposição, mas esse orgulho estaria plenamente justificado pela história, e invocava o direito de, pelo menos, apresentar um projeto detalhado do modelo que deveria seguir o evento.

Na longa explanação de seu projeto, que ocupou as três primeiras páginas do jornal, sobressai a preocupação pela identidade de cada município que deveria ser preservada e ressaltada através de algumas medidas, como a que previa que cada “stand” da feira recebesse o formato do município que o patrocinava de maneira que, embora formando um mapa da região onde estivessem unidos, se mantivessem perfeitamente diferenciados.

Segundo suas indicações, cada “stand” deveria ser ornamentado com amostras da mata virgem, *arbustos, capoeiras e outras riquezas quer vegetais quer minerais (...)* *fazendo assim em confronto, uma franca exibição de sua riqueza* (sic). O projeto previa um torreão no meio do campo da exposição, desde onde o visitante tivesse uma visão completa e pudesse admirar o traçado do mapa da região. Exaltado, o autor acreditava que tal visão...*não deixaria por certo de fazer vibrar as fibras sensíveis do patriotismo, em um brado íntimo e talvez altivo, dizendo: Bello! Estupendo! Viva o Triangulo Mineiro!...* (sic)¹⁶⁷.

Ao mesmo tempo, Clodião Cardoso também externava suas preocupações identitárias e seguia anunciando a futura publicação da história local, *tão necessária ao município* que, até então, somente havia recebido atenção numa pequena obra escrita por Otaviano de Toledo, ainda no século XIX¹⁶⁸.

Nessa mesma linha, desde os números anteriores abundavam os ataques às autoridades, responsabilizando-as pelo pouco desenvolvimento de Araxá nesses cem anos, em comparação com a de outros municípios do estado. Essa discussão, aparentemente localista, era na verdade um dos desdobramentos da insatisfação que se fazia sentir em toda a região e que se encontrava no âmago do movimento separatista do Triângulo, um sentimento de abandono e frustração diante da pouca atenção que se acreditava estar recebendo do Estado.

¹⁶⁷ O Correio de Araxá. 05 de jul. de 1914. pp. 1-3.

¹⁶⁸ Notícia Histórica e Geográfica do Município de Araxá. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Bello Horizonte MG: Imprensa Oficial, Ano VIII, fascículos I-II. Janeiro e Junho de 1903.

Segundo Hildebrando Pontes¹⁶⁹, o movimento pela separação do Triângulo Mineiro teve seu início no município de Prata, por volta de 1857, mas foi formalizado em 1875 pelo médico e político de origem francesa, o nosso já conhecido Raymundo Dês Genettes, através de uma série de palestras proferidas na região e publicadas pelo jornal “O Eco do Sertão”. Dês Genettes foi o criador da denominação Região do Triângulo e defendia, novamente, a separação da região e sua anexação a São Paulo, com quem guardava mais afinidade e de quem esperava receber maior atenção.

Em 1907, o movimento estava sendo revitalizado em Uberaba com a criação do “Clube Separatista” e do jornal “A Separação”, mas já não se pensava em anexação a outro estado e sim na criação de um novo que se chamaria “Entre Rios”, nome que depois mudou para “Estado do Paranaíba” e, finalmente, para “Estado do Triângulo”.

Os argumentos apresentados eram de caráter histórico e cultural, mas os motivos eram principalmente econômicos, entre eles o tradicional descaso do governo estadual para com a região, uma das mais ricas do estado, mas da qual somente se lembrava para recolher o produto dos impostos enquanto lhe tirava uma série de benefícios. Alegava-se também a fragilidade do vínculo com a capital do estado em contraste com sua identificação cultural e sua proximidade geográfica com São Paulo, facilitada, inclusive, pelo sistema ferroviário através do qual podiam comunicar-se de forma mais rápida e eficiente¹⁷⁰.

O texto de Afonseca, no jornal, aponta para o vínculo entre o surgimento do Mito Dona Beja e o antigo sentimento secessionista comprometido com a imagem de modernidade nacional, que se queria nas primeiras décadas do século XX. Pretendendo articular a exposição regional de Uberaba com uma nacional, que estaria sendo projetada em São Paulo para comemorar o centenário da Independência, dizia:

Nos campos próximos ao monumento do Ypiranga (...) quão bello ficaria o triangulo dentro da área de Minas, e com isto tornar-se-a conhecido e saliente perante o mundo civilizado dando a nítida prova de que esta porção de território já constituiria a gloria de uma província e representa atualmente a jóia de Minas (sic)¹⁷¹.

¹⁶⁹ PONTES, Hildebrando de Araújo. **História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central**. 2ª ed. Uberaba, MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978. pp. 108-109.

¹⁷⁰ Idem. pp. 149-150.

¹⁷¹ O Correio de Araxá . 05 de jul. 1914. p. 2.

Com o objetivo de financiar a exposição, propunha a criação de um “Banco Regional Triângulo”, tendo como sócios os dezessete municípios da região. Seria esse um dos primeiros passos para tornar realidade algo que no futuro se apresentava como inevitável, a criação de um estado, aspiração da maioria dos habitantes do Triângulo.

... com sua constituição e seu governo autônomo, medida esta que, se na atualidade nos parece uma arriscada e pernicioso aventura, não podemos negar que às 'gerações futuras', este será um acontecimento fatal, que avolumando e enraizando com o correr do tempo, será transformado em realidade porque a natureza (...) já tem esta região delimitada e facilmente destacável”¹⁷².

A década de 1920 representou um período de latência para a figura de Dona Beja que parece haver permanecido num “casulo” até atingir a forma ideal e sair à luz na década seguinte, motivo pelo qual não se detectaram grandes sinais de sua presença na imprensa ou na literatura. A isso, uniu-se o fato das rivalidades políticas locais terem “contaminado” também Clodion Cardoso e Sebastião de Afonseca, seus “mentores intelectuais”, que entraram em conflito em 1915, não com relação à co-autoria da obra, mas pela interpretação política e partidária que o jornalista dava aos fatos contemporâneos, quando os dois começaram a elaboração da segunda parte da História de Araxá, tornando necessário, aos donos do jornal, anunciar a suspensão da publicação¹⁷³.

Pretendendo manter-se o mais fielmente possível ao que considerava a “verdade” histórica, o memorialista discordava do partidarismo do jornalista, a quem chegou a qualificar de “injusto”, provocando a ruptura. Em 1916, Cardoso publicou a mesma história em livro embora não com esta data, mas com a do ano em que foi feita a pesquisa, 1914, o que lhe conferiu precedência em relação à publicação feita no jornal, ainda que tivesse mantido os créditos pela pesquisa para seu ex-companheiro.

No contexto geral, a década de 1920 representou, culturalmente, a entrada do país na modernidade tendo como marco a Semana de Arte Moderna que estabeleceu os critérios

¹⁷² Idem. p. 3. O movimento é recorrente, vai e vem dependendo para isso do grau de contentamento ou descontentamento de seus simpatizantes com os programas dos governos estaduais ou federais. O último “surto” ocorreu durante a Assembléia Nacional Constituinte em 1988. Na ocasião, o projeto de criação do novo estado foi derrotado.

¹⁷³ O Correio de Araxá. 20 de jun. de 1915. p. 1.

para se ver e pensar o Brasil. Surgia na sociedade uma preocupação genericamente renovadora, uma necessidade de unificação cultural que diminuísse a distância entre o popular e o erudito. Essa “ida ao povo”, de forma alguma significava que entre os intelectuais não seguisse persistindo um certo “culto à erudição” e um sentimento intelectual elitista. Essa ambigüidade é analisada por Milton Lahuerta, para quem:

*O movimento modernista –considerado pela crítica um marco ou uma ruptura- é um exemplo de como uma intelectualidade viajada, apoiada por uma aristocracia ilustrada vai ao encontro do povo como se este fosse uma objeto exótico, quase uma massa à que era necessário dar forma, flertando à distância com ela, mas sem estabelecer relações de aproximação*¹⁷⁴.

Essa proposta de modernidade encerrava, ao mesmo tempo, uma inquietude provocada pela contradição entre os padrões da burguesia e a realidade que derivava de um regime patriarcal assentado na oligarquia rural, que se pensavam característicos de uma república “velha”, que não havia conseguido atender às expectativas e ao vigor de uma classe média em ascensão.

Ao mesmo tempo, o país vivia a aceleração do processo de fragmentação territorial iniciado desde o final da monarquia. Esse processo afetou também Araxá, onde surgiram novos municípios desmembrados de seu território, cujas sedes municipais correspondiam às de seus antigos distritos. Essa fragmentação era encarada pelo povo como consequência das rivalidades internas, que teriam debilitado a representatividade política do município, responsabilidade que cada grupo atribuía a seu contrário.

Contudo, a presença direta do Estado, com a expectativa de grandes investimentos no Barreiro, prometia um fortalecimento econômico que permitiria ao município prescindir de uma grande extensão territorial. Essa redução territorial só resultou útil, mas não precisamente para Araxá, quando, durante o regime militar, foram aplicadas medidas políticas próprias das áreas de segurança nacional às estâncias hidrominerais.

Na década de 1930, em Araxá, o imaginário político articulava seu localismo em torno de dois grupos, os já conhecidos e popularmente denominados “Jacquistas” e “Ferreiristas”, em alusão aos seus dirigentes e também representantes dos grandes partidos

¹⁷⁴ LAHUERTA, Milton. A Década de 1920 e as origens do Brasil Moderno. In: ----- **Os Intelectuais e os anos 20: Moderno, Modernista e Modernização**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997. pp. 96-98

estaduais: o Partido Progressista (PP), representado por João Jacques Montandon e o Partido Republicano Mineiro (PRM) representado pelo coronel José Adolpho de Aguiar.

Em geral, a polarização política, percebida como perniciosa para o desenvolvimento do município, era vista como a continuação das velhas disputas que desde o século XIX vinha opondo liberais e conservadores posicionados, na Revolução de 1842, como “rebeldes” e “legalistas”, também chamados popularmente de “ximangos” e “caramurus”, respectivamente¹⁷⁵. No imaginário social das primeiras décadas do século XX, ambos os grupos haviam adquirido estatuto de partidos, sendo chamados partidos de “Baixo”, os liberais e de “Cima”, os conservadores, em alusão ao lugar na cidade onde se localizavam as residências de seus chefes. Fortunato José da Silva Botelho, representante dos liberais, morava na parte baixa da cidade, enquanto Mariano Joaquim de Ávila, representante dos conservadores, morava na parte alta.

Para os setores médios da sociedade que, nas primeiras décadas do século XX, se projetavam como as forças capazes de romper as ataduras que ainda mantinham o país preso às estruturas do passado, a filiação partidária, legal e ideologicamente constituída, supria a necessidade de legitimação política. O partido respondia por eles e os unia sob uma mesma consigna.

Contudo, ou por isso mesmo, as rivalidades entre os dois grupos locais também se “oficializaram”, tornando-se mais agudas e envolvendo a sociedade que, em geral, se dividia levantando a bandeira de um ou outro. Essa situação era particularmente dolorosa pelo perfil eminentemente familiar da sociedade em Araxá, onde todo mundo era parente, em maior ou menor grau, o que deixou seqüelas ainda não completamente superadas¹⁷⁶.

Embora os propósitos originais agora não mais precisassem de Dona Beja, ela já existia como personalidade “historicamente” sancionada e não mais como “folclore”, transmitido unicamente pela tradição oral. De novo foi incorporada em uma obra

¹⁷⁵ Autos do Processo da Revolução de 1842. AFCCB.

¹⁷⁶ Ao levar para corrigir um texto, a professora de português reclamou enfaticamente de um erro de digitação que fez aparecer “Ferreiristas” com minúscula enquanto “Jacquistas” aparecia com maiúscula. Em uma das entrevistas realizadas, uma senhora de Araxá nos comunicou ainda seu rancor por haver sido preterida, quando jovem, em sua nomeação para professora estadual, por sua família ser Ferreirista. Recentemente, ao levantar os dados biográficos de algumas pessoas com cujos nomes foram batizadas algumas ruas da cidade, o genro de um dos biografados solicitou expressamente que não se mencionasse a que grupo havia pertencido seu sogro, por temer melindrar a família de sua própria nora.

patrocinada por uma administração municipal, a “História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central”, de Hildebrando de Araújo Pontes, em 1930. No capítulo que trata da reincorporação do Trângulo Mineiro ao Estado, o autor reproduziu o relato publicado quinze anos atrás em Araxá e o atribuiu a Sebastião de Afonseca e Silva.

Significativamente, Pontes foi um dos que assinaram a ata de criação do “Clube Separatista”, em 1907, e um ardente defensor dessa causa. Como Dês Genettes, o fundador do movimento, ele também havia morado em Araxá onde fundou, na década de 1920, uma escola no antigo casarão que pertenceu à heroína, mantendo também uma estreita relação com Sebastião de Afonseca, com quem fundou a “Sociedade de Geografia e História do Brasil Central”. Certamente por isso, na década de 1940, a reportagem de um jornal de Belo Horizonte atribuía a ele a responsabilidade por haver “resgatado” a história de Dona Beja, o que indica a pequena divulgação que, além da região, a heroína e seu mentor haviam recebido ¹⁷⁷.

O sentimento geral de renovação cultural foi apropriado pelo Estado Novo com a proposta de criação de uma nova nação que, culturalmente, representava uma desapropriação dos “sonhos utópicos” de renovação que eram cultivados pelos intelectuais desde a década anterior.

O Estado Novo e a década de 1940 foram regime e época em que Dona Beja foi redescoberta, passando a ser divulgada intensamente pela imprensa, superando as fronteiras regionais e alcançando o resto do país. Iniciava sua cristalização no imaginário brasileiro, obedecendo aos desígnios oficiais e à nova ordem estabelecida, para cujos planos nacionalistas sua figura e significado foram ajustados. Sua função legitimadora original passou a fazer parte de um projeto maior e de uma estratégia nacional de governo que, entre outras coisas, previa a penetração e uma maior presença do governo federal no interior do país, como estratégia para acelerar a integração nacional.

Essa integração e a unificação política-administrativa que o Estado Novo idealizou para suas diferentes frentes incluía e seria completada com a criação de órgãos

¹⁷⁷ DORNAS FILHO, João. Dona Beja de Araxá. In: **Serões de um Alfarrabista**. Folha de Minas. 15 de mar. de 1942. (Recorte) AMDB.

*encarregados da tutela e da construção da própria nacionalidade*¹⁷⁸, a partir de onde se deveria modelar uma opinião favorável ao novo regime.

O braço principal do estado, para essa função, era o Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, órgão com *status* de ministério entre cujas funções se encontravam a centralização e o controle da propaganda nacional, a censura e as manifestações artísticas e de informação; o controle dos meios de comunicação e a edição de obras destinadas à divulgação da imagem do presidente perante a juventude.

Uma das conseqüências dessa política foi a apropriação, por parte do Estado, de manifestações culturais de caráter popular e “espontâneo” ou folclórico, numa tentativa de elaboração de um conceito de *cultura brasileira*. No campo cultural, essa centralização se traduziu através de duas tendências básicas: a *definição da cultura como 'matéria' oficial e o esboço de um projeto da nacionalização paternalista que promovesse a elevação cultural do povo*¹⁷⁹.

Alegando uma ausência de integração nacional, propiciada pelas *práticas degenerantes* da República Velha, o novo regime procurava uniformizar e homogeneizar idioma, costumes, comportamento e idéias, por meio da intervenção estatal em todos os domínios da produção e preservação dos bens culturais¹⁸⁰. Incorporou em suas fileiras, voluntária ou involuntariamente, as “cabeças pensantes” do país, criando uma elite intelectual e burocrática, procedente das mais diversas correntes, cujo prestígio científico lhe conferiria legitimidade social.

No âmbito local e de acordo com a estratégia do governo federal, em Araxá, em 1934, o prefeito fez chegar às mãos de Sebastião de Afonseca e Silva, um convite do Ministério da Educação e Saúde, dirigido por Gustavo Capanema, para ser o “informante oficial do município”¹⁸¹. A gestão de Capanema caracterizou-se pela implantação de *um novo padrão de relacionamento com os intelectuais*, transformando o Ministério num

¹⁷⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. op. cit. p. 340. Também os capítulos 4 e 5 de: GOMES, Ângela de Castro. História e Historiadores...

¹⁷⁹ Idem. p. 344.

¹⁸⁰ Idem. Idem.

¹⁸¹ Documento. AMDB.

território livre para a produção de uma cultura oficial que abrigavam correntes ideológicas das mais diversas, desde *modernistas de esquerda até militantes da Ação Católica*¹⁸².

O “intelectual” araxaense certamente se encaixaria na última categoria, como chefe de uma numerosa e religiosa família, que contava entre seus treze filhos uma freira e um sacerdote, Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, futuro arcebispo de São Paulo. O convite oficial conferia legitimidade àquilo que de sua cabeça e punho saísse, principalmente com respeito às informações históricas locais.

Dentro dessa mesma proposta política pode se inscrever, também, a iniciativa oficial do governo do Estado de construir, entre finais da década de 1930 e meados da de 1940, o Grande Hotel, complexo turístico que visava a exploração do potencial hidrotermal do Barreiro e do jogo de seu cassino, legal naquela época.

Desde a década de 1920, o governo estadual havia começado seus investimentos para melhorar a infra-estrutura do local que, contudo, continuava sendo precária. Chegou-se a projetar um balneário que embora tivesse recebido a “pedra fundamental” não foi construído, o que não impedia a afluência de “aquáticos”, como eram chamados os visitantes que recorriam a Araxá para as temporadas de banhos. A Crenotherapia ou a utilização terapêutica das águas minerais gozava de grande prestígio, levando as elites a procurar regularmente as estâncias hidrominerais onde, além dos banhos, poderia praticar o jogo nos cassinos dos hotéis.

A inauguração, em 1926, da estação ferroviária da empresa Oeste de Minas, conectou regularmente Araxá com Belo Horizonte e outras capitais e cidades de maior porte, facilitando a chegada dos turistas. Por volta de 1928, com uma população estimada entre cinco a seis mil habitantes¹⁸³, havia na cidade em torno de vinte estabelecimentos hoteleiros incluindo desde os de maior porte até as modestas pensões familiares¹⁸⁴.

Na mesma época, começou a surgir uma incipiente indústria cosmética utilizando como matéria-prima a lama e os sais sulfurosos, mas nunca passou de uma atividade de

¹⁸² Cf. MENDONÇA, Sônia Regina de. op. cit. p. 345. Ver, ainda, especialmente as 2ª e 3ª parte: Tempo de Ação e Tempo de Reforma. In: SCHWARTZMAN et alii. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984, pp. 79-254.

¹⁸³ SILVEIRA, Victor. (org.) **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 788.

¹⁸⁴ CARVALHO, Horacio. (org.) **Álbum de Araxá – 1928**. São Paulo: Typographia Gutenberg, 1928.

caráter artesanal, embora existisse o projeto de tornar Araxá um grande centro estético¹⁸⁵. Sintomaticamente, também nessa época, Dona Beja inicia sua trajetória como “garota propaganda”, vendendo saúde e beleza ao passar a se chamar com seu nome uma das fontes de águas minerais.

A construção do Grande Hotel do Barreiro começou oficialmente em 1938, durante a gestão do governador Benedito Valadares, e sob o empenho pessoal de seu secretário de agricultura Israel Pinheiro¹⁸⁶. Os trabalhos se prolongaram por mais de seis anos, empregando nos períodos de maior atividade, até oitocentas pessoas, simultaneamente. Deles tomaram parte técnicos e especialistas dos mais variados setores da construção civil, assim como artistas e comunicadores filiados às mais diversas correntes estéticas e ideológicas, de acordo com a política, já mencionada, de cooptação das elites intelectuais do país.

O projeto arquitetônico do Grande Hotel, das Termas e da Fonte Dona Beja foi co-autoria dos arquitetos Luiz Signorelli e seu amigo e sócio Raffaello Berti, embora somente fosse assinado pelo primeiro, em virtude das limitações impostas pelo Estado Novo para a atuação de técnicos e artistas estrangeiros¹⁸⁷. Seu estilo eclético combina uma série de elementos tradicionais reunidos sob a “devotada” denominação de estilo “missões”, que alguns mais irreverentes já chamaram “eclético de fantasia”. (Figura 2))

A fonte de águas sulfurosas “Andrade Júnior” foi projetada pelo arquiteto José Carlos Bologna, em um estilo leve e ondulado que contrasta com a aparência pesada dos edifícios acima mencionados. O projeto paisagístico do Barreiro foi obra de Roberto Burle Marx, que revolucionou o conceito de jardins e fez escola ao liberá-los da rigidez geométrica dos modelos europeus, introduzindo e combinando espécimes da flora nativa

¹⁸⁵ O resultado mais importante dessa indústria em Araxá não se deu nos campos econômico ou da cosmética, mas na poesia. Em 1931 Manuel Bandeira escreveu seu poema “Balada das três mulheres do sabonete Araxá”, inspirado na embalagem de um sabonete de tocador ali fabricado. O poema é citado por Gentil de Faria entre os exemplos da influência da “Belle Époque” francesa na literatura brasileira. Ver. FARIA, Gentil de. **A Presença de Oscar Wilde na “Belle Époque literária brasileira”**. São Paulo: Pannartz, 1988. p. 173.

¹⁸⁶ Israel Pinheiro ganhou as eleições para governador do Estado em 1965, mas e pese o “slogam” “o homem que projetou Araxá”, que lhe creditava entre suas realizações a construção do Grande Hotel do Barreiro, não foi o candidato mais votado na cidade.

¹⁸⁷ Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. IEPHA/MG. **Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte 1894/1940**. Belo Horizonte, MG. pp. 242-244.

em traçados aparentemente livres e soltos que conferem a seus jardins uma aparência espontânea e natural.

A ornamentação interna ficou a cargo de artistas acadêmicos dentre os quais destacamos Joaquim Rocha Ferreira, ex-aluno da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro¹⁸⁸, onde foi colega do artista araxaense Calmon Barreto e como ele, ganhador de diversos prêmios, medalhas e menções de honra em sucessivas edições do Salão Nacional de Belas Artes. Ao que tudo indica, a escolha de Rocha Ferreira teria sido influenciada por sua amizade com o hidrólogo José Ferreira de Andrade Jr, um dos engenheiros encarregado das obras.

Foi ele que, por volta de 1942, introduziu Dona Beja na iconografia, retratando-a em três murais: no interior da rotunda das Termas, em um dos painéis inspirados em episódios da História de Araxá; em um mural de azulejos localizado em um recanto dos longos corredores térreos, na ala esquerda do Grande Hotel e em um mural, também de azulejos, no interior da Fonte Dona Beja.

Dessa forma, a legitimidade histórica de Dona Beja, conferida pelos memorialistas, foi confirmada pelos artistas e pelo Estado que se apropriou dela e a escolheu para representar as benesses das “águas miraculosas” do Barreiro. A partir de então se reforçaram os detalhes de sua aparência física que se tornou oficial: branca, loura e de olhos claros, segundo o modelo que vinha sendo desenhado desde décadas anteriores por Afonseca e Silva.

Uma figura “colunável”

Dona Beja surgiu nas páginas de um jornal local e por elas foi transportada para além das fronteiras regionais. Ao mesmo tempo em que sua figura se materializava plasticamente na iconografia através da pintura, a imprensa se encarregava de divulgá-la. É difícil não perceber a intenção oficial de transformar Dona Beja na “garota propaganda” do projeto turístico do Barreiro, utilizando à imprensa, uma das cinco seções que compunham o DIP e *locus de produção dos elementos do discurso que deveriam ser trabalhados e*

¹⁸⁸ AYALA, Walmir. **Dicionário dos Pintores Brasileiros**. Rio de Janeiro: Spala, 1986. Vol. I p. 307.

*transmitidos por todos os demais meios de comunicação*¹⁸⁹. A estratégia publicitária incluía tanto reportagens em revistas e jornais não só de alcance regional, mas também dos que circulavam nas capitais estadual e federal, como uma peça teatral inspirada nela, que deveria ser encenada como parte do programa da inauguração das Termas.

Durante o período de construção, uma série de reportagens veiculadas na imprensa noticiavam o avanço das obras, chamando a atenção dos leitores para o magno empreendimento que o governo do Estado realizava em nome do progresso e da modernidade do país. Nessas reportagens era incluída, impreterivelmente, a figura de Dona Beja, cuja “biografia”, ou a história de suas aventuras, era contada e recontada exaustivamente. Em 1942, sua figura confirmou a versatilidade que a caracterizou como mito, capaz de portar e suportar as mais diversas roupagens e bandeiras de causas próprias e alheias. Por ocasião do centenário da Revolução de 1842, na qual participaram São Paulo e Minas Gerais, recebeu em um jornal o título de “Heroína da Revolução de 1842”, em “homenagem” à sua suposta atuação naquele movimento¹⁹⁰.

Exaltando-se sempre sua beleza e seu caráter transgressor, em outros artigos era chamada de “Mundana de Alto Coturno”¹⁹¹ ou “Pompadour Mirim”¹⁹², era eleita como a figura exponencial de Araxá e se repetia, exaustivamente, a mesma história, que para essa época era atribuída a Hildebrando Pontes, a quem se considerava responsável por sua *exumação*. Na coluna “Terra Mineira”, em março de 1944, o autor recupera a Sebastião de Afonseca como “mentor” legítimo e a principal fonte sobre Dona Beja e sugere que, havendo chegado ao fim a construção das *suntuosas* obras e diante da iminente inauguração

¹⁸⁹ GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p. 126.

¹⁹⁰ GONÇAGA, Olympio. **Uma heroína da Revolução de 1842**. In: O Diário. 14 de abr. de 1942. Paracatu, MG. (Recorte) AMDB. A Revolução de 1842 teve como cenário as então províncias de Minas Gerais e São Paulo, onde numerosos municípios se levantaram em armas contra as reformas do Código do Processo. Realizadas pelo gabinete de D. Pedro II, dominado pelos conservadores, essas reformas, entre outras medidas, limitavam a autonomia dos municípios.

¹⁹¹ SILVA, Emil. **Dona Beija**. Correio da Manhã. 11 de mai. de 1943. Rio de Janeiro. (Recorte) AMDB.

¹⁹² DORNAS Filho, João. Dona Beija de Araxá. In: ----- **Serões de um Alfarrabista**. Folha de Minas. 10 de mar. de 1942 e 15 de mar. de 1942. Belo Horizonte, MG. (Recorte) AMDB.

do Balneário de Araxá, seria interessante que se desse maior ênfase à *romântica figura* que emprestava seu nome a uma das fontes¹⁹³.

Após a queda de Vargas, em que sua figura entrou num curto período de recesso, Dona Beja seguiu sendo assunto recorrente na imprensa. Em citações casuais ou reportagens exclusivas, atuava por vezes como pivô involuntário em torno de quem se desenrolavam debates e disputas de cunho ideológico e político, que mencionaremos alguns dos mais representativos.

Athayde Martins, articulista de um jornal de Uberaba, criticava o artigo “D. Beija e a separação do Triângulo de Goiás”, em que o autor, José Mendonça, lamentava que ainda não tivesse surgido um escritor de primeira categoria para escrever o romance ou uma peça teatral sobre a vida da heroína. Martins dizia-se surpreso de que o mesmo nunca tivesse ouvido falar na peça teatral que o *ditador* Benedito Valadares havia encomendado e *pagado* ao escritor Viriato Correia, *estranhando* também que uma obra tão *interessante* nunca tivesse sido mostrada ao público.

Anos depois, a um outro jornalista que o instava a oferecer essa obra a alguma companhia teatral para sua encenação, o escritor pessoalmente responderia que se sentia sem direito para fazê-lo já que, de fato, a obra pertencia ao governo do Estado, que a havia encomendada quando pretendia promover Dona Beja como *a figura mais comentada do Triângulo* pois, embora (considerasse que) sua história não fosse mais verdadeira, *o povo já lhe havia dado coloração de lenda*. Ainda, de acordo com ele, a companhia de teatro de Dulcina de Moraes teria chegado a iniciar os ensaios para sua apresentação durante a inauguração do balneário, marcada para janeiro ou fevereiro de 1945, mas a conjuntura política teria obrigado ao presidente Vargas a antecipar o acontecimento, o que teria impedido a encenação. A estas alturas -dizia-, a obra deveria encontrar-se *dormindo* no fundo da escrivaninha de alguma secretaria, pois *os governos (reconheçamos) têm que cuidar de coisas muito sérias, não podem perder tempo com insignificâncias do tipo de Dona Beja*¹⁹⁴.

¹⁹³ Idem. 23 de mar. de 1944 (Recorte). AMDB.

¹⁹⁴ CONDE, José. **Escritores e Livros**. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1959. (Recorte) AMDB.

Mas, e apesar de sua “insignificância”, Dona Beja seguia frequentando a imprensa, como uma das figuras mais “colunáveis” quando se tratava de vender jornais ou revistas. Mesmo que o tratamento que se lhe dispensasse nem sempre fosse cordial, continua sendo útil por mostrar-nos a dimensão que sua figura adquiria e a insistência com que era explorada. Em 1949, um jornalista da “Folha de Minas” dizia-se *entojado*, após sua estadia em Araxá, com a *excessiva projeção* que recebia e transcrevia as palavras de um certo embaixador que, ao visitar também a estância, e *sentindo Dona Beja em tudo quanto o rodeava*, lamentava que o mesmo não ocorresse com outras heroínas mais ilustres¹⁹⁵.

O retorno de Vargas ao poder não significou a reabertura dos cassinos, cujo funcionamento havia sido proibido durante o governo Dutra. O destino turístico do Grande Hotel, como produto de luxo, ponto de encontro exclusivo para as elites ficou seriamente comprometido, embora isso não fosse totalmente percebido pelo público de classe média que o procurava atraído pelo glamour que ainda mantinha e para o qual a figura de Dona Beja seguia colaborando. Os artigos na imprensa continuavam, às vezes ilustrados por poemas e desenhos¹⁹⁶, intensificando-se por volta de 1957, ano em que foram publicados os primeiros romances sobre ela.

Nas décadas seguintes, importantes reportagens sobre a cidade sempre destacaram a Dona Beja, fosse em revistas informativas e de caráter cultural ou de moda, ilustradas e em cores¹⁹⁷. Sua figura seguiu o caminho inverso ao do Grande Hotel; enquanto este definhava lento, mas paulatinamente até ser fechado para sua restauração, em 1994, ela era “incorporada e “atualizada” pelos novos meios de comunicação, como a televisão, e se instalava no inventário cultural do país, como indica sua inclusão em dicionários de figuras e personalidades femininas, publicados nas décadas de 1980 e 1990¹⁹⁸.

¹⁹⁵ SALES, Franklin de. **Dona Beija**. Folha de Minas. 04 de já. de 1949. Belo Horizonte, MG. (Recorte) AMDB.

¹⁹⁶ FRIEIRO, Eduardo. **A Respeitosa do Araxá**. Estado de Minas. 18 de nov. de 1951. Belo Horizonte, MG. (Recorte) AMDB. O artigo foi incluído no livro do mesmo autor **O Diabo na Livraria do Cônego**, publicado pela editora Itatiaia, em 1981. pp. 175-184. DORNAS Filho, João. **Episódios e Vultos da História Mineira**. Folha de Minas. 08 de nov. de 1951, Belo Horizonte, MG. (Recorte) AMDB. O artigo inclui desenhos de Washington Júnior e um poema de Olegário Mariano dedicado à Fonte Dona Beja.

¹⁹⁷ PAIVA, Antônio Callado de; SOUZA, Juvenil. **Histórias dos Sertões dos Araxás**. Revista Geográfica Universal. Nº 68. Rio de Janeiro: Bloch Editores, jul. de 1980.

¹⁹⁸ BITENCOURT, Adalzira. Dicionário Biobibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do

Ambíguas relações

O complexo hidrotermal do Barreiro, com seu Grande Hotel, suas fontes e suas Termas significaram a saída ao mundo não somente para Dona Beja, também para Araxá, cujos setores médios e altos da sociedade foram adotando um perfil calcado no que supunham ser o modelo social desses mesmos setores nos principais centros urbanos.

A imagem urbana e cosmopolita que se desejava para o Brasil nas décadas de 1950 e 1960, acentuada durante o governo de Juscelino Kubitschek, chegava a Araxá através do Grande Hotel do Barreiro que hospedava e recebia em seus salões a elite econômica e política do país, assim como os grandes shows e espetáculos artísticos nacionais e internacionais.

O ideal norte-americano, que naquele momento vigorava como modelo para equiparar o país à modernidade das potências industrializadas, no terreno cultural se traduzia em tendências cosmopolitistas, em lugar do regionalismo e do folclore; na renovação da linguagem jornalística, em lugar das matérias literárias nacionalistas e no crescimento do cinema industrial aliado à introdução da televisão¹⁹⁹.

Em Araxá tomava forma a idéia de sua diferença com relação às cidades vizinhas, como ela, nascidas e criadas no campo em torno das atividades agropecuárias. A diferença estava no turismo, a janela por onde a cidade podia ver o mundo, ao mesmo tempo em que era vista por ele. O contato com o mundo deu aos araxaenses a sensação de fazer parte desse cosmopolitismo que o Brasil pretendia, passando a reproduzir localmente eventos e práticas sociais em voga nas grandes capitais²⁰⁰.

Brasil, citado em SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil** op. cit.

¹⁹⁹ Cf. MENDONÇA, Sônia Regina de. “As bases do desenvolvimento capitalista dependente: Da Industrialização restringida à Internacionalização”. In: LINHARES, Maria Yedda. op. cit. pp. 346-347.

²⁰⁰ Uma das histórias mais conhecidas em Araxá e que freqüentemente ouvimos dos entrevistados mais idosos refere-se à liberdade com que as personalidades célebres e famosas podiam circular pela cidade, sem serem incomodados pela população, que praticamente os ignorava, graças à familiaridade com que se relacionava com as elites, em virtude de seu constante convívio com elas.

Foram os áureos tempos dos “inesquecíveis” concursos de “miss”, dos bailes de debutantes, presentes também em outras cidades, mas os realizados no Grande Hotel, para os araxaenses, tinham um “glamour” especial. Alguns deles sobreviveram até a década de 1990²⁰¹.

No ano de 1965 comemoraram os cem anos de Araxá como cidade. As festas do Centenário representaram também o início de novas relações entre os araxaenses e Dona Beja e o marco de seu “debut” na sociedade, redefinindo-se, a partir de então, o caráter ambíguo que as havia caracterizado.

Essa ambigüidade manifestava-se em atitudes aparentemente contraditórias que os habitantes de Araxá adotavam para com ela. Se por um lado, domesticamente, sua figura era tratada com um certo desdém que freqüentemente se manifestava em dúvidas sobre sua existência, por outro, a cidade se aproveitava de bom grau dela para, junto com o Barreiro, pegar carona em sua projeção nacional.

Uma das intenções declaradas por Sebastião de Afonseca e Silva ao planejar uma obra “histórica” exclusiva sobre Dona Beja e tentar insistentemente fazê-la chegar a escritores e autoridades para sua publicação, teria sido, precisamente, acabar com as dúvidas e críticas que pessoas de Araxá manifestavam com relação à veracidade de sua heroína. Ao mesmo tempo, o caráter dúbio de sua imagem, que a situava como a heroína das causas públicas e a vilã das causas privadas, certamente, estimulava essas reações contraditórias.

Diz-se, em uma ocasião, que, em finais da década de 1950, um candidato à presidência da República, em campanha oficial, dirigiu seu discurso ao *povo da terra de Dona Beja*, sendo interrompido pelas vaias dos araxaenses. Aparentemente, as vaias não significavam uma rejeição ao candidato, mas à personagem e, principalmente, uma resistência popular em identificar-se e ver identificada a cidade com a sua figura²⁰².

²⁰¹ Somente em 1965, Araxá teve sete “misses” e “rainhas”, simultaneamente: Miss Araxá, Miss Congresso, Miss Elegante Bangu, Miss Simpatia, Rainha da Exposição, Rainha dos Estudantes e Rainha do Centenário. Alguns desses eventos sobreviveram até a década de 1990 e outros, como a tradicional lista das “dez mais”, que relaciona anualmente as dez senhoras mais elegantes da sociedade local, desdobraram-se em versões semelhantes como os “momentos” e os “destaques” e continuam premiando todo ano os acontecimentos e personalidades sociais e empresariais, apresentando versões locais das festas “hollywoodianas” como a da entrega do “Oscar”, dando suporte financeiro aos três semanários que circulam na cidade.

²⁰² Cf. ABREU, Filho Ovídio. **Dona Beija: Análise de um Mito** op. cit. p. 80.

Essa atitude contrasta com aquela observação do jornalista, que anos antes se havia sentido “entojado” de tanto ouvir falar de Dona Beja, em Araxá. Mas a contradição é compreensível; enquanto o candidato falava para os araxaenses, em sua cidade e em seu ambiente doméstico, o jornalista estaria escrevendo para um público externo, para o mundo. Se para o consumo interno Dona Beja era desdenhada, como fachada externa podia ser útil e até bem-vinda. O próprio Estado assim o havia decretado ao adotá-la na publicidade de seu empreendimento turístico no Grande Hotel do Barreiro e este, associado justamente a essa figura feminina, havia colocado a cidade no mapa, dando-lhe visibilidade.

O ano de 1965 foi, sem dúvida, marcado pelo “debut” de Dona Beja na sociedade de Araxá. Como nas comemorações dos cem anos da volta do Triângulo a Minas, novamente o espírito cívico afluía tendo como marco, desta vez, o debate em torno da cassação da autonomia política das Estâncias, proposta pelo governo federal e que retiraria aos araxaenses o direito de elegerem seus representantes. Novamente buscavam-se na história os alicerces da cidadania e de novo a figura de Dona Beja era coroada de louros e erguida ao pedestal dos heróis sem que, contudo, isso significasse uma aceitação unânime por parte do público.

A professora Leonilda Montandon omitiu a personagem no seu livro “Vamos Conhecer Araxá”²⁰³ que, em homenagem ao centenário, passou a ser publicado em capítulos no semanário local. Por outro lado, o mesmo jornal noticiava o lançamento do romance “O Solar de Dona Beja”, que com o mesmo motivo foi publicado pela escritora araxaense Maria Santos Teixeira, ao mesmo tempo em que, fazendo prevalecer a boa vontade para com Dona Beja, passava a veicular, regularmente, notícias relacionadas com ela.

Mereceram notícia a descoberta de seu testamento em um cartório de Estrela do Sul, cuja transcrição foi publicada na íntegra²⁰⁴; entrevistas com seus descendentes, que se declaravam orgulhosos de sua ancestral²⁰⁵; a transcrição de reportagens de jornais ou revistas da capital, como a do jornalista José Roberto Pena, que escreveu “Escravos da Bêja

²⁰³ MONTANDON, Leonilda Scarpellini. **Vamos Conhecer Araxá**. Araxá, MG: Prefeitura Municipal, 1987.

²⁰⁴ **Correio Localiza testamento da Bêja**. Correio de Araxá. 03/01/1965. p. 1

²⁰⁵ Idem. **Sou bisneta da Bêja: Correio de Araxá localiza e ouve a filha de Aydee**. 28/03/1965. pp. 1 e 6.

Regavam a Rua com Vinho para a Imagem de Bento Antônio passar”, afirmando que enquanto a imagem passava, Dona Beja, de braço dado com o ouvidor, acompanhava a procissão. E, aticando o fogo em que se forjava o mito, descrevia a decoração de sua casa, as grades fundidas na Bélgica; as cortinas de renda importada de Lisboa; os lustres de cristal da Boêmia e os tapetes orientais sobre o assoalho de bálsamo²⁰⁶.

Até o ouvidor, desta vez, foi homenageado com o título de “Dom Juan Histórico” que, no entusiasmo da festa, lhe foi outorgado por um escritor que levantou também sua genealogia²⁰⁷. Foi composto um hino oficial, mas o que “pegou” foi uma canção com a música de “Luar do Sertão” que, exaltando Araxá, não deixava de louvar a heroína:

*... a Dona Bêja, essa mulher de encanto e glória
transformou a nossa história
com seus dengues, seu amor.
E todo o povo do Brasil conhece
a saga desta luz que não se apaga
dessa 'môça do Ouvidor'...²⁰⁸.*

A publicidade e a atenção despertada entre os meios empresariais e da comunicação, certamente, reforçaram a aceitação de Dona Beja como figura local, embora persistissem, ainda, alguns “focos” da antiga resistência como se desprende da crônica que escreveu um dos colaboradores semanais do jornal, sobre o “Baile Fantástico” com que se encerraram as festas do centenário.

Com a irreverência que lhe era peculiar, o cronista araxaense Ronan Soares foi revivendo, um a um, as personagens locais e ilustres do passado, relembrando as famílias tradicionais que se encontravam representadas na festa de fantasia. O ponto alto foi marcado pela eleição de Dona Beja como “Miss Centenário” que, nas palavras do autor, ganhou por *esmagadora maioria, para desespero das trezentas e cinqüenta matronas* (que) *reúnem-se clandestinamente e tentam impugnar o resultado*. Encerrava a crônica com a

²⁰⁶ Idem. Refere-se às imagens da Igreja Matriz de São Sebastião, atribuídas a Bento Antônio da Boa Morte, escultor de quem pouco se sabe. Na Semana Santa, as imagens são retiradas da igreja e levadas em procissão pelas ruas. 07/ 02/ 1965. pp. 5 e 6.

²⁰⁷ Idem. 28 de set. de 1965. p. 6.

²⁰⁸ Idem. 31 de out. de 1965. p. 4.

citação da “sentença” “*Dulce lex, sed lex*”, trocadilho de uma frase jurídica em latim, que corou com uma observação pessoal: *Ganhou a mulher do sobrado e da chácara*²⁰⁹.

Três anos após o “Centenário”, em 1968, os ecos da rejeição ainda se deixavam ouvir nas páginas do mesmo jornal, onde uma de suas colunistas denunciava o *pesadelo* que representava para os araxaenses o “slogam” “Terra de D. Beja” e lamentava os *frutos amargos* que se começavam a colher graças ao *clima psicológico (...)* *que acaba exercendo influência decisiva, dominadora*, não deixando ninguém a salvo ou completamente imune a essa influência que *imprudentemente* se instalava em Araxá. Lembrava, ainda, que, durante as festas do Centenário, já havia escrito que estátuas e flores deviam ser dedicadas aos heróis e aos santos, pois estimulavam à juventude com seu exemplo muito mais elevado do que o de *uma pobre decaída*. Por isso, levantando a bandeira de uma outra figura que, a seu juízo, era mais digna de representar sua cidade, quando alguém lhe perguntava se era da Terra de Dona Beja respondia *não senhor, sou da terra de Dom José Gaspar*²¹⁰.

Na mesma época, também um dos membros mais jovens da Academia Araxaense de Letras, movido por preocupações cívicas e morais, mostrava seu repúdio provocado pela leitura de uma redação, que teve oportunidade de corrigir, onde uma aluna do 5º ano primário dizia ser Dona Beja *uma grande heroína de Araxá*.

Araxá—dizia ele-, *não necessita buscar numa individuação medíocre, o ideal de seu reflexo externo (...)* *os homens responsáveis pela glorificação do mito não pensaram, certamente, que o lema 'Araxá terra de Dona Beija' traduzia-se por 'Araxá, terra da prostituta'*. O autor propunha destruir, *não a verdade, digna do silêncio*, mas o mito, já que este havia-se transformado em fato histórico, *relevante, porém falso*. Para ele, heroínas tinham sido as mulheres cujos maridos haviam caído *nos alvos leitos das paixões obscuras* e terminava manifestando sua preocupação com o *desvirtuamento progressivo da história real de Araxá, soberbamente limpa, elevada e, conseqüentemente, dignificante*²¹¹.

²⁰⁹ Idem. 17 de out. de 1965. p. 2. A citação correta seria “*Dura lex, sed lex*”: a lei é dura, mas é lei. (deve ser observada). Cf. LUIZ, Antônio Filardi. **Dicionário de Expressões Latinas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 101

²¹⁰ Correio de Araxá. 25 de fev. de 1968. pp. 3 e 6.

²¹¹ Idem. 24 de mar. de 1968. p. 3.

Ainda que três anos antes a cidade já lhe tivesse concedido sua carta de cidadania, essas manifestações contrárias a Dona Beja, vindas de pessoas formadoras de opinião que tinham acesso às páginas do jornal, onde podiam fazê-las chegar a um público leitor, afluíam naquele momento como consequência da projeção que novamente recebera, ao ser escolhida como enredo para o desfile de uma das escolas de samba do Rio de Janeiro.

Mas, voltando às festas do Centenário, a cadeia de eventos que marcaram as comemorações foi iniciada pela abertura da 4ª Exposição Agropecuária e Industrial do Alto Paranaíba, quando se anunciava:

Os homens do campo, unidos num só ideal, farão vibrar a gente de Araxá e de toda a Região. Números inéditos, rememorando outras épocas e outros costumes desta terra serão apresentados ao vivo por uma equipe cheia de ardor e vibrante de entusiasmo, que se propôs, pelo amor que devota ao seu torrão natal, berço de seus ancestrais e dos seus futuros descendentes, a mostrar que um Século não representa apenas 100 anos, mais um marco de glórias e de realizações...²¹².

O roteiro dessa festa cívico-histórica incluía a rememoração de capítulos e personagens da história local, com índios, quilombolas e bandeirantes, sendo encenados por alunos das escolas da rede de ensino pública e particular. Destacando-se sobre todos eles, a *beleza escultural e lendária de Dona Beja, (...) em seu feroso corcel branco*²¹³ foi representada por uma moça loira, de olhos claros, estudante em um colégio religioso.

Dessa forma, uma sociedade assentada em bases patriarcais que, pese seus pendores cosmopolitas, ainda parecia dominada pelo tradicional poder masculino *dos homens do campo*, sancionava uma figura feminina e socialmente “inadequada” como parte de sua história, para onde se voltava procurando, mais uma vez, os elementos de legitimação da sua identidade. Assim, a cidade conferiu a Dona Beja a cidadania araxaense, oficializando-a como seu mito de apresentação, com credenciais diplomáticas para representá-la, convencendo-se escolher, desde então, sem concurso ou eleição, uma jovem loira para caracterizá-la como sua embaixadora em eventos e situações que o requeressem. (Figura 3)

“O Museu da Perene Criatura”

²¹² Idem. 04 de abr. de 1965. p. 2

²¹³ Idem. Idem.

Com esse título²¹⁴, iniciava-se uma das reportagens da imprensa local que noticiava a inauguração do “Museu Regional Dona Beja”, e homenageava a iniciativa de Assis Chateaubriand, *seu predestinado idealizador*²¹⁵. O papel desempenhado pelo “todo-poderoso” dono dos Diários e Emissoras Associados na consolidação da personagem como heroína da cidade, nos remete novamente àquele poder supra-local referido no, já mencionado, estudo antropológico. Como o ouvidor que a raptou no passado e o Estado Novo que dela se apropriou, novamente um poder superior interveio em sua valorização.

Parecera como se na trajetória deste mito contemporâneo ainda repercutissem as ações dos antigos deuses gregos, que transformados em fenômenos naturais ou sobrenaturais e disfarçados de seres mortais, orientavam e desorientavam o destino dos humanos, fazendo nascer em suas vidas a tragédia.

Essa “divindade” caprichosa ou esse poder supra-local chegou, desta vez, transfigurado na figura polêmica do dono das empresas de comunicação que dominavam a imprensa escrita e falada, orientando ou desorientando a opinião pública e que, em 1950, introduziu a televisão no país.

Os mesmos fatos pareciam confirmar, ainda, as palavras de Darcy Ribeiro no prefácio de uma edição brasileira do “Ramo Dourado”, de Sir James George Frazer. Para ele, o trabalho antropológico e o compêndio de fontes mitológicas da obra que prefaciava viriam mostrar:

*através da multiplicidade infinita de suas manifestações, a unidade essencial do espírito humano, expressa na espantosa continuidade dos mesmos arquétipos de pensamento se reiterando ao longo de milênios em povos de toda a terra*²¹⁶.

Dando continuidade às comemorações e como um dos pontos altos do ano do centenário de Araxá, o Museu Regional Dona Beja foi inaugurado em setembro, “doado” à comunidade por Assis Chateaubriand que, acometido por um “surto” museológico, fundou

²¹⁴ Idem. 05 de set. de 1965. p. 3. Expressão usada pelo acadêmico araxaense Heitor Gentil Montandon.

²¹⁵ Idem. Idem.

²¹⁶ RIBEIRO, Darcy. Prefácio. In: FRAZER, Sir James George. **O Ramo de Ouro**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

diversos museus regionais pelo país. Retribuía dessa forma sua estadia de vários meses no Barreiro quando, ao fim e ao cabo ser mortal, havia tentado, sem sucesso, reverter as seqüelas dos derrames cerebrais sofridos alguns anos antes²¹⁷.

Contando com os recursos captados entre a iniciativa privada e a colaboração de Sebastião Paes de Almeida, presidente do Banco do Brasil, arrolado para o empreendimento como filho de Estrela do Sul, cidade que poderia compartilhar com Araxá o título de “Terra de Dona Beja”, os Diários e Emissoras Associados adquiriram o antigo sobrado que havia pertencido às irmãs Herculana Cândida e Cândida Antônia de São José, que por essa época, já era identificado como a casa de Dona Beja.

O sobrado foi reformado sob a responsabilidade da Hidrominas, empresa estatal encarregada das estâncias hidrominerais, e ambientado com objetos e mobiliário do século XIX, incluindo uma “charrete”, adquirida em Cravinhos, SP e noticiada como *carruagem importada por Dom Pedro*. O Museu foi dotado com um acervo pictórico avaliado, segundo se noticiava, em 200 milhões de cruzeiros. Ainda se anunciava, para a abertura, a exposição de obras de Murillo e Van Gogh, adquiridas na Europa pelo seu fundador²¹⁸.

Como de costume, Chateaubriand “fez a (sua) festa” durante a inauguração do museu. Fazendo jus à irreverência, sua marca registrada, e a um poder que ainda lhe permitia desafiar a ditadura militar, mandou hastear a bandeira da União Soviética, cujo embaixador e amigo pessoal André Formim, era convidado de honra entre uma lista de personalidades políticas e da alta sociedade de Brasília, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, que compareceram convocadas pelo anfitrião. Como anfitriã e madrinha do museu, contou com a presença de Dona Yolanda Penteado, também sua amiga pessoal e figura constante nas colunas sociais e nos eventos por ele patrocinados.

²¹⁷ Cf. MORAIS, Fernando. **Chatô o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 655-657.

²¹⁸ Correio de Araxá. 18 de abr. de 1965. p. 1. Na realidade, o acervo reúne obras de artistas brasileiros representantes das diversas escolas pictóricas que vigoravam no país. Entre eles Bonadei, Herculano Campos, Clovis Graciano, Marcelo Grassman, Celso Renato, Petrônio Bax, Álvaro Apocalypse, Yara Tupinambá, Raimundo de Oliveira... O acervo foi restaurado no período de 1999-2000, pelo professor João Augusto Cristeli da “Oficina de Arte Aplicada”, com recursos do Ministério da Cultura, de acordo com um projeto de nossa autoria, como responsáveis pelo Setor de Patrimônio Histórico da FCCB Araxá, durante a gestão do prefeito Olavo Drummond. Ainda na década de 1990, foram incorporados ao acervo, o vestido usado pela atriz Maitê Proença, que representou Dona Beja em 1997 durante a festa da re-abertura das Termas, após vários anos fechadas para restauração e duas pequenas peças: uma medalha de ouro e uma balança de pesar diamantes que, supostamente, lhe teriam pertencido. Ambas peças foram vendidas para o museu por alguns de seus descendentes, moradores em Araxá.

O povo de Araxá, a quem se destinava a obra, teve uma participação mínima. Para agradecer em seu nome foi convidada dona Silvéria de Aguiar, esposa do Coronel José Adolfo de Aguiar, representantes da antiga oligarquia rural e, finalmente, personificando a Dona Beja, heroína em cuja homenagem tinha-se criado o museu, compareceu em trajes de veludo vermelho, a miss Araxá daquele ano.

Era preciso agradecer pela instituição que, *além de um centro regional de cultura, representaria o marco da imorredoura gratidão do povo de Araxá ao Embaixador Chateaubriand, seu predestinado idealizador*²¹⁹.

Como era de se esperar, o evento recebeu grande cobertura por parte da imprensa e “O Cruzeiro”, uma das revistas de circulação nacional, propriedade do anfitrião, ilustrou sua capa com a fotografia colorida da caracterização da heroína, reservando suas páginas centrais para uma extensa reportagem que repetia sua história e aventuras²²⁰.

Chateaubriand deu a Dona Beja um poder de imagens e palavras que Araxá não poderia ignorar. Na década seguinte, o título de cidadania lhe foi confirmado pela cidade com um folder turístico que a Prefeitura Municipal pôs em circulação, através da Secretaria de Turismo, entre 1976 e 1977. O folder foi ilustrado com um quadro de Dona Beja pintado pelo artista araxaense Calmon Barreto e “carimbando” com o brasão da cidade. Na contracapa, junto à foto do museu, trazia o seguinte texto:

*Araxá, cidade que por sua gente e por seus próprios méritos sabe crescer, e crescendo não deixa de ser ao mesmo tempo humilde na grandeza, cristã em suas conquistas e imperturbável (sic.) quando incompreendida e se às vezes açotada por eventuais revezes, responde magnânima e altiva para eliminar os obstáculos. Berço de nossos antepassados e filhos, Araxá é um hino de esperanças no futuro, cujas primeiras notas dormem no passado...*²²¹.

Como fórmulas mágicas e (con)sagradas, novamente a história e Dona Beja eram invocadas para “exorcizar” o presente. O debate que desde 1965 discutia a questão dos

²¹⁹ Idem. 05 de set. de 1965. p. 3.

²²⁰ MARISE, Júnia e LUIZ, Alfredo. **A Vida Fabulosa de Dona Bêja: Romance e Aventura numa História Real**. In: O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 13 de nov. de 1965. pp. 50-60.

²²¹ **Araxá a favorita do Sol**. (Folder). Prefeitura Municipal de Araxá, 1976 / 1977.

direitos políticos das estâncias hidrominerais²²², havia terminado com uma decisão contra a cidadania, cassando aos araxaenses o direito de eleger seus representantes, que passaram a ser nomeados pelo governo do Estado.

Mais uma vez, o mito vinha para cauterizar as feridas que as amputações políticas infringiam à cidade. A imagem alegórica de Dona Beja representando o brio e a coragem com que os araxaenses enfrentavam os “revezes” que lhe impunham os poderes superiores, a convertia em embaixadora de suas queixas e reivindicações. (Figura 4)

Finalmente, e ainda a propósito das ambíguas relações de Araxá com seu mito, cabe observar que em Estrela do Sul, para onde Dona Beja se transferiu em sua velhice e onde acabaram seus dias, os moradores sempre mantiveram com ela um relacionamento de caráter afetivo, ressentindo-se, ainda, pela exclusividade com que ficou associada com Araxá, marcadamente, após a telenovela, que ignorou o período em que a personagem morou em sua cidade²²³.

Os araxaenses, por sua vez, tradicionalmente mantiveram com ela um relacionamento simbiótico, que se pautava no interesse mútuo: enquanto alimentavam o turismo com o mito, este era alimentado pelo turismo. Lembram uma anfitriã que exhibe a “prata da casa”, em ocasiões especiais, quando quer impressionar seus convidados, ainda que nem sempre esteja convencida da “pureza” de seu material.

Por outro lado, Estrela do Sul evoca Dona Beja sem compromisso, como uma personagem ilustre que, igual que os diamantes, abrilhanta seu passado. Colabora para isso o fato de corresponder a essa cidade o período em que tendo abandonado o “mau caminho”, enveredou para a regeneração.

Assim, em 1965, seus descendentes moradores em Estrela do Sul não se furtavam a expor plenamente seu parentesco e a responder às perguntas que lhes fizerem sobre sua ancestral. Ao ser entrevistada, Dona Zita -Amazilis de Souza Braga-, bisneta da Beja, fornecia sua filiação como filha de Aydée Clementina do Amor Divino e de José Gonçalves de Souza, revelando ter recebido seu nome em homenagem a uma tia materna.

²²² **Araxaenses não querem prefeito nomeado. A propósito da propalada cassação da autonomia política nas Estâncias**. Correio de Araxá. 21 de mar. de 1965. p. 1.

²²³ DOS SANTOS, Mário Lúcio. Entrevista. Araxá: 17 de abr. de 2002. A entrevista nos foi concedida quando, o professor e atual Secretário de Cultura de Estrela do Sul, participava do “Primeiro Encontro Estadual do Mito Dona Beja”.

*Dona Zita, de 72 anos, estatura média e olhos azuis*²²⁴, dava notícia de tudo: nomes e idade das outras tias que ainda eram vivas: Mercedes, Ester e Amazilis, assim como de sua irmã, Joana de Souza Aguiar, de 70 anos, que morava em Coromandel. Tampouco deixava de manifestar seu orgulho pela bisavó, de quem apenas parecia lamentar que não soubesse ler nem escrever, pois *apesar de ter seus pecados tinha uma personalidade marcante e inteligência acima do comum, a ponto de mudar o curso da história, pese sua condição de analfabeta*²²⁵.

Hoje, Estrela do Sul convive com ela de forma casual, sem cerimônias, faz parte de seu cotidiano. Cordial vizinha e sem ser “Dona”, a “Ponte da Beija” é nomeada e cruzada diariamente, toda vez que seus moradores se referem a algum determinado ponto em suas imediações ou são obrigados a atravessá-la para ir de um lado ao outro do rio que corta a meio a cidade.

Com o “Dona”, tratamento que deram a “Beja”, os araxaenses por sua vez, batizaram lugares, produtos e serviços, tais como um bairro, hotéis, alimentos –industriais e artesanais-, bebidas, lojas, entre outros. Uma pesquisa realizada na década de 1990, encomendada pela administração municipal, empenhada em traçar as estratégias para incrementar o turismo, concluiu que junto ao Grande Hotel do Barreiro, ela seguia sendo o produto que mais vendia turisticamente Araxá. (Figura 5)

Atualmente, a administração municipal realiza uma campanha de revalorização do mito como alavanca do turismo, através de concursos escolares, peças de teatro amador, encontros intermunicipais e a transformação do Museu na “Casa da Beja”, cenário montado para oferecer ao turista uma “reconstituição” da residência onde teria morado a heroína²²⁶.

²²⁴ **Sou Bisneta da Bêja: Correio de Araxá localiza e entrevista filha de Haydee**. Correio de Araxá. 28 de mar. de 1965. p. 1 e 6.

²²⁵ Idem. Idem.

²²⁶ Em 17 de abr. de 2002 foi realizado o “Primeiro Encontro estadual do Mito Dona Beja”, com a presença dos secretários de cultura e turismo de Estrela do Sul, Paracatu e Formiga, que se reuniram para discutir as estratégias para a exploração turística do mito. Na ocasião, o secretário de turismo e desenvolvimento industrial de Araxá forneceu aos presentes essas informações.

Apropriações do Mito: Na Passarela e na Telinha.

Após a projeção nacional que recebeu em 1965, 1968 pode ser considerado o ano em que Dona Beja caiu, literalmente, na “boca do povo”. Se até então tinha sido do domínio e produto de consumo de uma classe média freqüentadora de balneários, o carnaval e o Grêmio Recreativo Escola de Samba do Salgueiro a fizeram popular, no sentido de seu pertencimento ao povo.

O carnaval pode ser considerado uma das manifestações culturais por excelência para as camadas populares investirem suas energias e exercitar sua capacidade organizacional alternativa, através da qual poder expressar a consciência de sua marginalidade e a dificuldade em superá-la.

No dizer de Bakhtin, o carnaval constitui *o trunfo da liberação temporária de verdades dominantes e do regime vigente, da abolição provisória de todas as relações de hierárquicas, privilégios, regras e tabus*²²⁷. Assim, no Brasil, o carnaval, que “tudo pode”, levou Dona Beja até a Corte, subiu o morro e desceu com ela até avenida, mulata, caracterizada esplendidamente pela estrela da Salgueiro, Izabel Valença, *a mais famosa destaque de escolas de samba da época*²²⁸. (Figura 5)

Para Rachel Sohiet, o carnaval, como toda festa popular, mais do que apenas uma válvula de escape para as tensões do cotidiano, permitida, organizada, estimulada e, além de tudo, apropriada pelos grupos dominantes para reforçar a ordem vigente, *é o palco onde a dialética dominação/resistência marca sua presença*²²⁹.

Foi por isso que depois do Triângulo Mineiro, do Grande Hotel do Barreiro, do Centenário e de todas as causas em que foi utilizada como suporte, a dimensão histórica, política e social de Dona Beja foi apropriada também pela escola que a traduziu na linguagem carnavalesca para a militância em favor de problemas sociais mais atuais. Um povo que, como ela fez no passado, hoje tira proveito de sua beleza, identificando-a como a

²²⁷ BAKHTIN, Mikhail. op. cit. p. 8.

²²⁸ Disponível em: andr @galeriadosamba.com.br. Atualizada em 10 de ago. de 2002.

²²⁹ Cf. SOHIET, Rachel. O Drama da Conquista na Festa: Reflexões sobre a Resistência Indígena e Circularidade Cultural na América. In: BESSONE, Tânia Maria Tavares. (org). op. cit. p. 219.

heroína que toca seus corações por haver enfrentado os poderosos, fazendo sentirem-se redimidos aqueles que, como ela, acusam os efeitos de viver numa sociedade injusta:

Seguindo a linha de enredos sobre personagens da história popular do Brasil, aqueles que não constam nos livros didáticos e não são reconhecidos pelo 'país de cima' (designação dada pelo conhecido escritor e acadêmico Otto Lara Rezende, que diz ser o Brasil dividido em 'país de cima', o oficial, e em 'país de baixo', o não oficial, que obedece, que paga as contas), o Salgueiro decidiu apresentar Dona Beja, a Feiticeira de Araxá, baseado no livro do mesmo título de Thomas Leonardos (...), desenvolvido por Fernando Pamplona com figurinos de Arlindo Rodrigues e Marie Louise Nery”²³⁰.

Sob chuva, desfilaram os 2.500 componentes da escola e suas vozes ecoaram na avenida cantando os versos do samba composto por Aurinho da Ilha²³¹, considerado pelo jurado oficial o de poema mais bonito²³²:

*Certa jovem linda, divinal,
Seduziu com seus encantos de menina
O Ouvidor Geral
Levada a trocar de roupagem / numa nova linhagem
Ela foi debutar
Na Corte, fascinou toda a nobreza / com seu porte de princesa
E seu jeito singular.
Ana Jacintha rainha das flores / dos grandes amores
dos salões reais
com seus encantos e suas influências / supera as intrigas
e os preconceitos sociais.
Era tão linda, tão meiga, tão bela / Ninguém mais formoso que ela
No reino daquele Ouvidor
ela com seus modos inteligentes fez um reinado diferente
na corte de Araxá / e nos devaneios da festa do Jatobá.
Mas antes, com seu trejeito feiticeiro / traz o Triângulo Mineiro
De volta a Minas Gerais.
E até o fim da vida / Dona Beja ouviu falar
E seu nome figurar / na História de Araxá²³³.*

²³⁰ Disponível em: andr @galeriadosamba.com.br. Acesso em: 10 de ago. de 2002.

²³¹ Idem. Nome artístico do compositor áureo de Souza Campagnhac.

²³² ALENCAR, Edigar de. **O Carnaval Carioca através da Música**. 3ª ed. (corrigida e atual). Rio de Janeiro: INL, 1979. pp. 482-492.

Mas, embora o carnaval já fosse a comemoração mais importante do país, no calendário das festas populares e uma excelente vitrine para a cidade, o desse ano não parece haver ficado gravado de forma especial em Araxá -como se poderia esperar-, o que ficou patente na escassa atenção que recebeu na imprensa local, em contraste com a do Rio de Janeiro onde, como de costume, a festa recebeu grande cobertura.

Fosse pelos efeitos da influência de seus detratores que ressurgiram por essa época na imprensa, porque na conjuntura vivida naquele momento a “onda” Dona Beja tinha arrefecido em Araxá e, mais certamente, por tudo junto, desta vez seu “debut” na avenida não provocou maiores reações ou, pelo menos, maiores registros na imprensa local, cujo jornal lhe dedicou apenas uma nota, embora fosse de primeira página.

O motivo da aparente indiferença pode estar na liberdade tomada pelo carnaval e a irreverência com que trata todos os assuntos, inclusive os considerados sérios, que permitiu a Dona Beja ser representada por uma negra, quando, mesmo branca, tinha custado a impor-se em Araxá. Por outro lado, se a presença da cidade na avenida, transportada por Dona Beja caracterizada por uma negra, não chegasse a chocar ainda podia ser interpretada como “brincadeira de carnaval” e, como ele, passageiro, portanto, nada de mais para ser lembrado.

O jornal local “esnobou” Dona Beja em suas manchetes e dedicou ao carnaval uma reportagem que ocupou um quarto da 1ª página, com o título “Salgueiro entra com Artistas da TV e do Teatro no jogo da Avenida”²³⁴. Desta vez, nem o debate separatista que novamente parecia cobrar força, ocupando a atenção da imprensa²³⁵, e que no passado havia impulsionado o surgimento do mito -ou provavelmente por isso-, conseguiu imprimir-lhe maior destaque na atenção local.

²³³ CAMPAGNHAC, Áureo de Souza. Dona Beja a Feiticeira de Araxá. In: ALENCAR, Edigar de. op. cit. p. 492.

²³⁴ Correio de Araxá. 18 de fev. de 1968. A reportagem destaca as personalidades que desfilaram nas 78 alas da escola, *embaixadores de ébano, soberanos, lordes, artistas, jogadores de futebol*. Jairzinho do Botafogo, as vedetes de Carlos Machado, os artistas da Tupi, Hamilton Fernandes (Albertinho Limonta), Zélia Hoffman, entre outros, todos comandados pelos diretores de harmonia em um enredo de Fernando Pamplona, *artista laureado pela Escola de belas Artes*. p. 1.

²³⁵ Idem. 14 de jan. de 1968. “Estado do Triângulo é quase uma realidade. Do Estado de São Paulo, sucursal do Rio de Janeiro”. p. 1

O separatismo e o futuro promissor de Araxá, a bordo das empresas mineradoras, eram assuntos mais sérios com que se ocupar, embora, com a mesma força com que o primeiro irrompeu na imprensa de São Paulo e Belo Horizonte, onde em um jornal era chamado de “surto” e “coqueluche”²³⁶, sua campanha se esvaziara, sendo necessário que o presidente da União para o Desenvolvimento e Emancipação do Triângulo, UDET, se manifestasse desmentindo o esvaziamento²³⁷.

Com relação ao futuro, a promessa com que as mineradoras acenavam para ele, significava um novo impulso para a economia do município. Grande descoberta de urânio, novos processos para a fabricação de fertilizantes e vultosos investimentos eram anunciados como injeções de ânimo para o povo de Araxá.

O Grande Hotel do Barreiro não havia correspondido às expectativas que se depositaram nele como âncora do turismo. A própria população não havia desenvolvido uma “mentalidade turística”, o que era preocupante e tornava urgente a adoção de medidas que corrigissem essa carência²³⁸. Tudo indicava que se Araxá havia deixado o campo pelo turismo, o campo não havia deixado seu povo, pelo que era preciso alertá-lo para a importância de “aprimorar” essa mentalidade divulgando a cidade e mantendo-a limpa e cuidada, como um “cartão postal”.

Significativamente, em agosto desse ano, o jornal noticiava a morte, aos noventa e um anos, de Sebastião de Afonseca e Silva, o “pigmalião” de Dona Beja, graças a quem sua figura cobrara vida, e dois meses depois a doação de seus arquivos ao Museu Regional, batizado com o nome de sua criação²³⁹. Infelizmente, não chegou a ver quebrados pela televisão e de forma definitiva, os últimos e remanescentes resquícios de resistência que

²³⁶ Idem. Idem. A coluna “Araxá Separatista”, assinada por “Elizabeth”, reproduzia: *uma página da história publicada pelo professor Melo Cançado em O Diário de BH com o título Araxá e Cabralia*, onde lembrava a suposta pretensão atribuída ao Coronel Fortunato José da Silva Botelho, de criar, em 1842, a República de Araxá, lembrando que foi ali onde se iniciou o movimento pelo retorno do Triângulo a Minas. p. 2.

²³⁷ Idem. 28 de jan. de 1968. A reportagem “Campanha Separatista não foi esvaziada”, mencionava o resultado favorável do plebiscito realizado para medir a adesão à campanha separatista, que recebeu entre 75% e 94% de aprovação, inclusive em Uberlândia onde, a Câmara Municipal, que em princípio havia sido contra, reverteu seu posicionamento em favor da mesma p. 1.

²³⁸ Idem. 04 de fev. de 1968. **Mentalidade Turística**. p. 6.

²³⁹ Idem. 18 de ago. de 1968 e 27 de out. de 1968.

ainda entulhavam o caminho de sua musa, para quem, no entanto, novos tempos e novas conquistas ainda lhe anunciava.

O processo de redemocratização que se iniciou a finais da década de 1970 e culminou em 1985 com a subida de um civil à presidência da República, depois de vinte anos de regime militar, liberou também a Dona Beja da tutela política a que havia sido submetida desde inícios do século XX. Foi incorporada pela televisão, segundo um discurso ao mesmo tempo erótico e feminista e, principalmente, de acordo com a nova dimensão que, não só as mulheres, como também temas relacionados com o sexo e as relações de gênero, adquiriam através e dentro desse veículo de comunicação²⁴⁰.

Essa nova dimensão deixava espaço para uma maior liberalidade no tratamento de temas e personagens supostamente históricos e tradicionais, aos que se pode carregar com fortes doses de erotismo, permitindo à televisão explorar Dona Beja e aproveitar o grande potencial que lhe oferecia nesse sentido, mas aliada, agora, a uma imagem portadora de um discurso feminista, identificada com a mulher forte, guerreira, que comandava sua sexualidade e seu destino.

Em 1978, Clodovil saiu vencedor no programa “8 ou 80” da TV Tupi, em que por várias semanas, se apresentou respondendo sobre Dona Beja, de quem se dizia fervente admirador.

No mesmo ano, o concurso para eleger a Miss Minas Gerais foi realizado em Araxá, sendo transmitido pela televisão. Os telespectadores da região puderam admirar a representante da cidade anfitriã desfilar fantasiada de Dona Beja, mesma fantasia que foi usada pela vencedora do concurso em nível nacional.

Sintomaticamente, também por essa época, começaram a deixar serem identificados outros descendentes seus em Araxá, que se haviam mantido em um discreto anonimato, possivelmente constrangidos diante da “má fama” de sua ancestral²⁴¹. Anos depois, alguns deles se apresentaram na gincana televisiva, “Cidade contra Cidade”, do SBT, como prova

²⁴⁰ Cf. HAMBURGER, Esther. “Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano”. In: NOVAIS, Fernando A. (org) **História da Vida Privada no Brasil. IV**. op. cit. p. 471.

²⁴¹ Borges, Guaraciaba Teixeira. Entrevista. Araxá: 11 de jun. de 2001. Guaraciaba é artista plástica e tataraneta de Dona Beja.

de que Dona Beja, a principal atração apresentada por Araxá, era fidedigna, o que deu a vitória à cidade.

Assim, a sociedade se rendia ante Dona Beja e, principalmente, ante a TV, cujo poder reside em sua capacidade não apenas de democratizar as informações, mas de legitimar mudanças de comportamento, ditadas e orientadas não mais pelas instituições socializadoras tradicionais, como a família, a igreja, a escola, o partido político e o Estado, mas por mecanismos de mercado, que, por sua vez, são regidos pelo comportamento do público e medido por métodos estatísticos especializados.

Um mercado em que a unidade de referência, segundo Ester Hamburger, são os *indivíduos telespectadores que se formaram como consumidores antes mesmo de ser cidadãos*²⁴².

Dessa forma, a última resistência em Araxá, se é que ainda existia, com relação a Dona Beja, ficou definitivamente enterrada quando a extinta Rede Manchete de TV levou ao ar, em 1986, uma telenovela inspirada nos romances sobre ela e que, diante do grande sucesso alcançado nacional e internacionalmente, foi reprisada em 1993. Protagonizada por Maitê Proença, Dona Beja alcançou não apenas o país, mas o mundo, ao ser exibida com sucesso em países da Europa, Ásia e América Latina. (Figura 6)

Como o gênero mais popular da televisão, a telenovela constitui um fenômeno especial no Brasil, onde, como já dissemos, estabelece padrões de comportamento que, ainda que não sejam da absoluta concordância do público, funcionam como referenciais legítimos para comportamentos e tomada de posições. Assim, a figura de Dona Beja avalizada pela televisão poderia ser aceita sem censuras moralizantes, restrições ou temores ao ridículo, por uma sociedade que, a pesar de seu aparente repúdio, cresceu e se desenvolveu alimentando-se e alimentando-a, em uma simbiose que se iniciou desde as primeiras décadas do século XX.

Mas, ainda que tenham-lhe escolhido porta-bandeira do feminismo e sua milícia tenha-lhe vestido com o uniforme de luta, a novela “Dona Beija” consagrou a fórmula tradicional: a moça bela, mas pobre, humilhada e rejeitada pela sociedade; que consegue reverter esse destino ao retornar poderosa e triunfante, encarnando o sonho de justiça e

²⁴² HAMBURGER, Esther. op. cit. p. 459.

ascensão social perseguidos pelos seus espectadores. A esse respeito, as reflexões de Esther Hamburger são bastante oportunas, ao dizer que:

Quando uma novela galvaniza o país, atualiza seu potencial de sintetizar uma comunidade imaginária cujas representações, ainda que distorcidas ou sujeitas a variações de interpretação, são verosímeis, vistas e apropriadas como reais e legítimas.(...) A representação de uma sociedade ou comunidade imaginária, mais branca e mais susceptível à ascensão social que a sociedade real, foi construída sob o signo da superação do atraso, personificado freqüentemente pela figura dos patriarcas e os personagens femininos limitados ao universo doméstico²⁴³.



Figura 1. Antigo sobrado da Beja. Detalhe da platibanda.

²⁴³ Idem. p. 443.



III

AS VESTES DO MITO:
Imagens e Representações

O escultor Pigmaleão morador de Chipre, ilha célebre por suas cortesãs, resolveu viver em celibato até encontrar a mulher física e moralmente perfeita. Mas como sonhasse constantemente com uma beleza de caráter diferente, esculpiu no marfim uma estátua feminina onde uniu a pureza de expressão e de formas.

Era tão perfeita sua obra que por ela se apaixonou!

No dia da festa de Vênus, celebrada com magnificência na ilha, Pigmaleão dirigiu-se ao templo da deusa que encontrou perfumado com incenso e cercado por novilhas brancas, cujas pontas do pelo haviam dourado antes de sua imolação no altar.

Grande deusa! –exclamou-, me tornai marido de uma mulher tão perfeita como a estátua que esculpi!

E a Deusa comovida, não encontrando em Chipre tal mulher, deu vida à estátua que lhe concedeu como esposa, assistindo pessoalmente ao himeneu²⁴⁴.

O texto sobre Pigmalião, apaixonado pela mulher imaginada, nos pareceu apropriado para abrir o capítulo em que discutimos o surgimento de Dona Beja e sua cristalização no imaginário social, com toda carga de afetividade e de emoções artísticas que isso supõe.

Nesse processo intervém as imagens físicas ou morais, criadas e recriadas, retratadas e divulgadas através da literatura e da iconografia em suas diversas modalidades, motivo pelo qual consideramos de fundamental importância conhecê-las assim como a “matéria-prima” que se encontra nas origens de sua criação.

Mas, ao tentarmos esse conhecimento e a leitura das obras que se ocuparam de nosso mito, não pretendemos esgotar as possibilidades de uma discussão sobre estilos,

²⁴⁴ Cf. **Pigmalião e sua Estátua**. Disponível em: <http://www.terravista.pt/meco/5950/venus.htm>. Acesso em: 17 de nov. de 2001.

técnicas ou mecanismos das linguagens literárias ou iconográficas, senão acompanhar o processo que levou essas formas de linguagem a incorporarem Dona Beja em sua temática, resultando dele sua divulgação e assimilação por parte do público.

Não é a discussão literária ou a iconográfica que nos interessa neste momento. Uma análise do mito, desde essas perspectivas e suas diversas modalidades fugiria à nossa proposta e a nosso campo de ação, apontando, por si só, grandes possibilidades para outros trabalhos, sejam eles de mestrado ou doutorado. O que nos interessa aqui é a atuação dos autores e o papel que suas obras desempenharam no processo de construção do mito, este sim, o objeto de nossa pesquisa.

Por outro lado, a questão em torno da validade da literatura e a ficção literária como ferramentas úteis à pesquisa histórica está, acreditamos, suficientemente debatida e registrada pela historiografia da cultura e seus teóricos, que vêm sustentando repetidamente sua “confiabilidade”, assim como a pertinência de sua utilização.

Essa confiabilidade e pertinência se apóiam na convicção de que o conhecimento literário ou artístico é tão importante quanto o “científico” para a compreensão do mundo, e a literatura, uma das formas de conhecê-lo e descrevê-lo usando a linguagem de forma imaginativa para representar *as ambíguas e imbricantes categorias da vida, do pensamento, das palavras e da experiência*²⁴⁵.

Acaso –pergunta Roger Chartier inspirado em Hyden White- *¿alguien podría creer seriamente que el mito y la ficción literaria no se refieren al mundo real, no dicen verdades sobre él y no nos proporcionan un conocimiento útil de ese mundo real?*²⁴⁶. Inúmeras argumentações têm sido emitidas na historiografia cultural, à guisa de resposta para questionamentos dessa natureza, pelo que consideramos dispensável nos determos nelas.

²⁴⁵ Cf. KRAMER, Lloyd S. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. pp. 171-173.

²⁴⁶ CHARTIER, Roger. **La Historia entre representación y construcción. Conferencia de encerramiento 23 de Octubre**. Atas. Seminário Internacional Dimensões da História Cultural Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999. p. 96. Dentre os historiadores, Chartier é um dos que se tem destacado na discussão em torno da literatura/história, como pode ser conferido, por exemplo, em: CHARTIER, Roger. As práticas do escrito. In: CHARTIER, Roger et alii. (org.). **História da Vida Privada no Ocidente III**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. ----- Textos, Impressões e Leituras. In: HUNT, Lynn. (org.). **Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, entre outros. Ainda, dentro dessa discussão, encontramos também a WHITE, Hyden. **Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX**. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: EDUSP, 1994; ----- **Trópico do Discurso. Ensaio sobre a crítica da Cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994.

Mas, com relação às imagens de Dona Beja que aqui referimos, traduzidas e representadas pela iconografia e a literatura, devemos lembrar que estamos falando de construções baseadas em informações de natureza perceptiva e desenvolvidas no pensamento.

As imagens não são algo concreto, fazem parte e são criadas *como parte do ato de pensar* e não são passivas, pois constituem a forma *como em momentos diversos, percebemos a vida social, a natureza e as pessoas que nos circundam*²⁴⁷. Através das imagens são atribuídas qualidades físicas ou morais àquilo que se conhece, sejam pessoas ou objetos, embora essas imagens nem sempre correspondam à realidade.

A realidade constitui a existência mesma das coisas ou das pessoas, independentemente de como são percebidas e significadas; as imagens que se constroem sobre elas são determinadas pelo corpo de valores sociais e culturais dentro dos quais ocorre essa construção, sendo, nesse sentido, também representações²⁴⁸.

Dessa forma, a multiplicidade de imagens que se associam a Dona Beja corresponde e está relacionada tanto com os diferentes momentos e situações em que surgiram, quanto com os sentimentos, desejos e expectativas de quem assim a concebeu. Mais do que a realidade de Dona Beja como sujeito histórico, suas imagens traduzem as realidades dos momentos e dos sujeitos que a pensaram e retrataram, assim como da sociedade que as incorporou, nossa tarefa é historicizar o surgimento dessas imagens.

Preto, Branco e em Cores: o fator racial na estética de Dona Beja

Na literatura produzida em torno do mito Dona Beja, o texto fundador seria retomado na década de 1950, quando foram publicados os primeiros romances sobre ela, o que não o exclui como fonte de quase tudo que a imprensa e outros memorialistas da região já tinham publicado a seu respeito.

²⁴⁷ Cf. LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997. pp. 10- 11.

²⁴⁸ Idem. Idem. Para o conceito de representação ver: CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Tradução de Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

No campo da iconografia, a pintura passou a retratar Dona Beja na década de 1940, logo, antes dos romances, o que faz necessário remetermos, de novo, a esse relato para localizar a matriz de onde surgiram as imagens que a apresentaram sempre branca, loira e de olhos claros, podendo ser verdes ou azuis e onde a beleza, expressada de forma superlativa, era sempre a tônica dominante. Acreditamos que essa decantada beleza estava intimamente relacionada e caminhava de mãos dadas com sua, também célebre, condição de prostituta de luxo.

Sua personalidade e atuação como sujeito histórico já haviam sido julgados, segundo os critérios morais e de conduta da sedutora, em oposição ao da madona, mas, como musa, sua imagem física seria consagrada no século XX pelos artistas, fossem eles pintores, escultores, escritores ou poetas que passaram a retratá-la através das modalidades que praticaram com maior ou menor talento e sucesso, conforme as técnicas, os padrões culturais e estéticos vigentes.

Mas, se não há descrições documentadas ou registros iconográficos contemporâneos que fundamentassem essas imagens, como foi que se chegou até elas? Nosso propósito é, portanto, discutir os mecanismos que produziram essa estética de Dona Beja e que acreditamos, em princípio, fruto da fantasia e dos devaneios de seu “Pigmalião”, o que nos levará, novamente, a percorrer os caminhos trilhados por Sebastião de Afonseca e Silva, suas concepções e convicções pessoais, como referências que eram de uma determinada época.

Embora o relato fundador de Dona Beja estivesse, como sabemos, baseado na memória de algumas pessoas que a teriam conhecido pessoalmente e desde então tenham-lhes atribuído frases que se tornaram sentenças sobre sua beleza²⁴⁹, essas informações dificilmente poderiam ser complementadas ou confrontadas com descrições ou registros iconográficos, dos quais não localizamos nenhum da época. Por outro lado, a memória tem seus próprios caminhos, atalhos e armadilhas, que nem sempre todos os que se valem dela

²⁴⁹ A frase “A natureza fez a Beija e quebrou o molde” é atribuída ao Dr. Eduardo Augusto Montandon e se encontra impressa na embalagem de um sabonete, fabricado em Araxá, a base da lama e do sal sulfuroso do Barreiro. Recentemente, a frase foi também tema de um “debate”, realizado em um jornal local, com a participação de doze profissionais de diversas áreas que deveriam se pronunciar sobre sua veracidade ou seu caráter fictício, este, produto da fantasia de seu suposto criador. **Trocando em miúdos**. O Tempo. Araxá, 14 de set. de 2000. p. 2.

para “remexer” o passado estão preparados para enfrentar, o que torna indispensável uma série de reflexões que empreendemos a seguir.

O único documento conhecido que se refere à sua aparência física, o Censo Provincial de 1832, apenas a relaciona como branca e ignoramos se teria chegado a conhecimento de seu “criador” que, certamente, se fiou da opinião de suas fontes orais, acrescentando as que foram de suas preferências pessoais, enriquecidas pela sua imaginação.

Por outro lado, existem diversos fatores, relacionados intimamente, que devem ser considerados em uma análise que pretenda destrinchar os “mistérios” da origem do aspecto físico de Dona Beja. E quando dizemos “mistérios” o fazemos baseados nos debates, dúvidas e perguntas tantas vezes formuladas e ouvidas por nós sobre a veracidade de sua beleza ou de sua aparência física.

São diversos os fatores que intervieram em sua definição. Em primeiro lugar, deve-se considerar o passado colonial brasileiro quando se introduziram e adotaram os padrões estéticos que iriam vigorar no país. Outro fator, relacionado com o anterior, pode ser encontrado no sistema escravista, que marcou, de forma indelével, as relações com a população negra, fosse com os escravos ou com seus descendentes, estabelecendo uma série de valores que se dispersaram e instalaram na sociedade. Para finalizar, e certamente influenciada pelos anteriores, estavam as preferências pessoais de seu idealizador.

Através de sua metrópole e com relação às mulheres, o passado colonial legou ao Brasil dos brancos também os “padrões” morais e estéticos ou modelos dominantes, já mencionados anteriormente, que se encontravam presentes em todos os registros culturais do “Velho Mundo”. Com ligeiras variações esses mesmos modelos foram traduzidos por diversos autores que criavam suas próprias tipologias inspiradas nos estereótipos femininos historicamente construídos e sancionados nas sociedades ocidentais. Em 1889, C. de Varigny dizia:

*Cada raça desenvolveu sua concepção particular da mulher. Para os franceses representaria o ideal, para os espanhóis 'Nossa Senhora', para os italianos 'uma flor' e para os turcos 'um utensílio de felicidade'*²⁵⁰. Produto de uma visão eurocentrista, essa era

²⁵⁰ C. de Varigny. Apud GAY, Peter. **A Educação dos Sentidos**. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 138.

uma das fórmulas para retratar o suposto tratamento que cada povo dava às mulheres e que supunha reservar, apenas às orientais, o papel de mulher objeto.

No terreno artístico, desde finais do século XIX, os modelos franceses da “Belle Epoque” exerciam sua influência na cultura nacional transportando para o país uma estética “decadentista” que freqüentemente encontrava inspiração em temas e figuras bíblicas ou mitológicas. Isso pode ser percebido no relato de 1915, com suas referências a Vênus, às estátuas de mármore gregas, às sereias e com palavras francesas como “cocotte”, utilizadas para comparar e descrever metaforicamente a beleza irresistível de Dona Beja e sua condição de meretriz²⁵¹.

Por outro lado, o passado escravista estabeleceu valores que, embora nem sempre fossem assumidos ostensivamente em lugares públicos onde pudessem ser considerados inconvenientes, estavam fortemente arraigados e eram expressos livremente na intimidade dos ambientes domésticos e familiares.

Para Lilia Moritz Schwarcz, embora o Brasil não praticasse uma política discriminatória oficial depois da abolição, o preconceito e a exclusão sempre foram intensos, ainda que camuflados. Ela vê no país *um tipo singular de racismo silencioso (...) e sem rosto que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação*²⁵².

A idéia popularmente sancionada de “quanto mais branco melhor” definiria bem o desejo de “branqueamento” da classe média brasileira e a posição desigual entre negros e brancos que, em sua fase mais aguda, teria visto a mestiçagem como sintoma da *falência da nação*²⁵³.

Por isso, ao buscarmos as causas para a “invenção” visual de Dona Beja, segundo as imagens conhecidas e aceitas, devemos considerar o fator racial que, certamente, também contribui para explicar seu êxito. Para ser aceita, ainda que prostituta -ou justamente por isso-, a cor era importante. Dona Beja deveria ser branca, de preferência loira, traços que

²⁵¹ Para Jung a sereia constitui um estágio instintivo de um ser mágico feminino que pode ser chamado de “anima”. Mesmo papel desempenhado pelas “ondinas”, as ninfas dos bosques e as graças, *que atordoam os jovens, sugando-lhes a vida*. Para ele, essas figuras seriam *projeções de estados emocionais nostálgicos* e, na visão dos moralistas, *de fantasias condenáveis*. JUNG, Carl. G. op. cit. pp. 34-35.

²⁵² SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: ---- (org) **História da Vida Privada no Brasil IV**. op. cit. p. 182.

²⁵³ Idem. p. 176.

mais a aproximariam do modelo europeu, “objeto do desejo” de uma classe média em ascensão, “tingida” de negro com mais frequência do que supunha ou estaria disposta a admitir; preço a pagar pelos mais de trezentos anos de escravidão. Uma classe média que tinha, em Araxá, um competente porta-voz.

Em um dos manuscritos de Sebastião de Afonseca e Silva, onde pela primeira vez traçava os contornos físicos de sua musa, a descreve de olhos azuis, cabelos pretos, pele clara e aveludada, porte regular, linhas e contornos também regulares, que mereciam de todos os que a viam o título de *beleza nunca antes igualada pelas suas conterrâneas*²⁵⁴.

Na publicação de 1915, essa descrição adotou a seguinte forma: *Reunia todos os encantos de uma beleza ideal à esplêndida primavera (...) e no todo harmonioso das linhas e dos contornos, lembrava as formas divinaes (sic) da escrava grega que Paros*²⁵⁵ *imortalizou no mármore*²⁵⁶.

Essa imagem, apenas delineada, foi sendo lapidada por ele ao longo de outras anotações, onde foi-lhe acrescentando ou retirando as características que seu gosto e devaneios lhe ditavam. Os cabelos, que a princípio foram descritos “pretos e longos”, foram clareando até passar a “pretos-castanhos” e finalmente, “aloiados”²⁵⁷. Mas, o que definitivamente não mudou foi a suposta aversão de Dona Beja pela gente de “cor” e é ali onde entra o fator racial na invenção de sua estética.

Se no relato publicado Afonseca se limitava a descrevê-la fisicamente e a compará-la com Vênus, conferindo-lhe os atributos por ele sonhados, são suas notas pessoais que nos dão a conhecer, melhor, suas posições racistas que transferiu para sua criatura e que foram exploradas depois, de forma mais acentuada, na literatura. Não podemos esquecer que essas notas foram, também, fonte declarada de quase todos os escritores que nelas beberam para compor a personagem central de seus romances.

Nesse mesmo manuscrito, ao referir-se ao meio social de Araxá nos tempos de Dona Beja, o autor o descreve formado em sua maioria por negros e mulatos, gente a quem

²⁵⁴ AFONSECA e SILVA, Sebastião de. Manuscrito. s/d. AMDB.

²⁵⁵ Ilha grega dedicada na antiguidade ao culto de Vênus e famosa pela qualidade de seu mármore.

²⁵⁶ CARDOSO, Clodion; AFONSECA e SILVA, Sebastião de. op. cit. p.28.

²⁵⁷ SILVA, Sebastião de Afonseca. Anotações manuscritas. AMDB/FCCB. Araxá, MG.

uma suposta origem nobre da moça, levava a “detestar”. Mas, o racismo do “criador” de Dona Beja ficou público e explícito em um folheto de sua autoria, publicado por volta da década de 1930, em que expõe suas teorias sobre o “tublodismo”, suposto neologismo que, em sua opinião, deveria ser *introduzido na língua brasileira* para “expressar” os resultados da miscigenação e as *individualidades dos mestiços, mulatos, cabritos, caboclos, como portadores de dois sangues*²⁵⁸. O anglicismo era derivado da associação das palavras “two” e “blood”: dois e sangue, respectivamente, que juntas e aportuguesadas, produziram “tublode”.

Desconhecemos a repercussão de suas teorias, mas refletem bem as preocupações e questões presentes em uma sociedade empenhada em identificar suas raízes e preocupada, especialmente, com seu “branqueamento”. O folheto foi citado por Hildebrando de Araújo Pontes, entre as fontes consultadas para sua obra já mencionada, a “História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central” e o próprio Afonseca disserta, detidamente, sobre as questões raciais usando como referência seus filhos, tentando identificar neles traços ou resíduos que acreditava exclusivos dos negros.

Não é difícil entender, portanto, que na literatura produzida com a temática de Dona Beja, uma de suas rivais e inimigas fosse Josefa Pereira, prostituta de segunda, grande prejudicada pela sua concorrência, que lhe reservava apenas os “restolhos” de uma clientela “barata”, como já vimos no primeiro capítulo.

Esse nome não é fictício nem parece haver sido escolhido aleatoriamente. Josefa era realmente vizinha de Anna Jacintha e como ela, andou às voltas com um processo judiciário, que também ganhou, em torno de uma herança. Mas, um detalhe importante: Josefa era negra.

Em 1838, em um dos documentos dos autos do processo, o advogado de sua oponente referiu-se a ela como “Josefa Pereira mulher parda” o que provocou uma reação interessante. Seu advogado respondeu com uma ação contra o colega, solicitando uma multa e sua suspensão das atividades profissionais, alegando que esse adjetivo era desnecessário e somente com o intuito de humilhar a sua cliente, que mesmo não sendo uma “européia”, era uma cidadã brasileira “honra” que muito prezava²⁵⁹.

²⁵⁸ Documento avulso. AMDB/FCCB. Araxá, MG.

²⁵⁹ Inventário de Desidério Mendes dos Santos. 1838. Caixa nº 35. AFTF.

Ao não se poder negar a “negritude”, conseqüência de uma ascendência escrava, invocava-se a cidadania que, em substituição da pele branca, também poderia ser motivo de orgulho e de merecimento a um tratamento digno e justo.

Mas Josefa ganhou a causa e a herança o que a tornou “dona e senhora”, entre outras coisas, de um sobrado vizinho ao de sua contemporânea Anna Jacintha de São José e daí, ao igual que as irmãs Cândidas, também suas vizinhas, até ser conduzida ao prostíbulo foi apenas um passo, na imaginação do povo, dos escritores e, certamente, do “informante” que os alimentava.

No processo não se encontraram referências que pudessem lançar dúvidas sobre sua “honestidade”. A união livre e consensual que Josefa e seu marido mantiveram por anos, legalizada ao final da vida dele, na que poderia estar apoiada qualquer denúncia sobre sua conduta, não era, como sabemos, algo inédito na sociedade brasileira do século XIX e Araxá não era a exceção. As uniões mistas tampouco.

Ao contrário de Anna Jacintha, Josefa tinha uma ficha “limpa” e uma filiação legítima: natural da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Desemboque, onde foi batizada, era *filha legítima do capitão Manoel Gonçalves da Silva e de Anna Pereira da Silva (...). Viúva do Alferes Desiderio Mendes dos Santos, com quem fui casada em face da Igreja e por carta de ametade na forma da Lei do Reino...*²⁶⁰

Mas, como Anna Jacintha, Josefa também transgrediu as normas em que se apoiavam as duas grandes instituições sociais: a propriedade e a família. Alterou a ordem, as relações familiares e de poder ao enfrentar a mãe de seu marido, branco, em função de uma herança. Tudo indica que na construção do mito, ela era necessária como contraponto da prostituta branca e de luxo que teria sido Dona Beja.

Isso não significa que toda prostituta branca fosse de luxo, mas, uma negra dificilmente o seria. Foi precisamente a exceção um dos motivos que tornaram Xica da Silva também um mito, sendo as duas mulheres temas de romance de um mesmo autor, como veremos mais adiante.

Por ter seu nome incluído nos autos de um processo judiciário, envolvendo interesses da família e da propriedade, Josefa Pereira, “mulher parda” foi transportada para

²⁶⁰ Testamento de Josefa Pereira da Silva. 18 de fev. de 1842. Caixa. Nº 61, fls. 1-3. AFTF.

o bordel, como prostituta “barata”, onde pudesse realçar a figura “limpa” e branca de Dona Beja.

A esse respeito, a posição do “pigmalião” de Dona Beja e suas preferências pessoais, refletiam as da sociedade que lhe deu respaldo. No Brasil, diz Marilena Chauí, as fantasias sexuais repressivas estão carregadas de mitologia, preconceito e racismo. A imagem da prostituta superior, limpa, experiente, *professora de sexo*, está fortemente associada à prostituta branca de origem européia²⁶¹. Se Dona Beja foi concebida branca, loira e de olhos claros, imagem com que foi retratada na iconografia e na literatura, foi porque assim era solicitada pela sociedade.

Significativamente, foi de uma mulher a única voz discordante com relação a seu aspecto físico. Ao notar a cor “triguera” de uma bisneta que conheceu na juventude, a escritora araxaense Maria Santos Teixeira teria recebido dela a informação de não existirem loiros na família de Dona Beja. Essa bisneta teria ouvido de uma ex-escrava a seguinte descrição, que a escritora transcreveu imitando o antigo “argot” dos negros: *era morenona, dos cabelos pratinho, que inté briava cumo é qui ela haverá de sê crara si na faminona qui ela dexou tudo é trigêro?*²⁶².

Essas informações a teriam feito mudar de opinião. Acatou a nova aparência que lhe era descrita o que, aparentemente, não afetou a Sebastião de Afonseca, que fez a apresentação do livro publicado em 1965. Como mulher, a autora parecia imune ao apelo erótico de Dona Beja, que inundava as fantasias masculinas com um aspecto físico de inspiração européia. Contudo, nenhum desmentido poderia abalar a certeza daquela aparência; prevaleceu a “ficha” com a imagem da jovem prostituta, branca, loira, de olhos claros, segundo se pode conferir na iconografia e na literatura.

Cores e Formas do Mito

As imagens iconográficas traduzem não apenas as formalidades técnicas e estéticas vigentes em uma sociedade e numa época ou a criatividade e o talento pessoal do artista,

²⁶¹ Cf. CHAÚÍ, Marilena. **Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida**. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 82.

²⁶² TEIXEIRA, Maria Santos. **O Solar de Dona Beja**. Belo Horizonte: Gráfica Santa Edwiges, 1965.

mas, principalmente, as idéias, as representações e os valores presentes no imaginário social, retratados simbolicamente através de imagens, alegorias ou histórias, que os artistas reproduzem em suas obras.

Já dissemos anteriormente que, como representações, tanto a imagem como o símbolo, são definidos pelas relações sociais e *não significam substituições puras dos objetos apresentados na percepção, mas são, antes, re-apresentações (...) do objeto percebido de outra forma, atribuindo-lhe significados diferentes, mas sempre limitados pelo próprio objeto que é dado a perceber*²⁶³.

Resumindo, os símbolos não são a substituição do objeto, apenas o fazem presente por meio de outro, por isso, e para entender o papel que desempenham na iconografia, procuramos na bibliografia especializada o significado simbólico de diversas figuras como cavalos, amazonas, estátuas eqüestres, fontes, ninfas, luvas, chapéus e sombrinhas, elementos constantes nas composições com temática de Dona Beja.

Segundo podemos constatar, como musa, Dona Beja inspirou inúmeros artistas, fossem eles profissionais ou leigos, mas, neste trabalho, analisaremos somente as obras mais conhecidas por encontrar-se expostas em espaços públicos ou acessíveis aos interessados. Muitas outras devem permanecer anonimamente penduradas nas paredes das salas familiares, desconhecidas e fora do alcance dos olhares estranhos²⁶⁴.

Nessas obras encontramos uma série de figuras e objetos cujo significado descrevemos conforme nos foi indicado pela bibliografia específica, na convicção de que sua inclusão nas referidas obras não foi gratuita nem acidental senão que reflete, de uma forma ou outra, o inconsciente não apenas do artista como também da sociedade que ele representa. Para isso, nos apoiamos em historiadores que acreditam ser a psicologia também uma disciplina válida para conhecimento histórico, assim como é imprescindível para o conhecimento do funcionamento da mente humana²⁶⁵.

²⁶³ LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense. 1997. pp. 12-16.

²⁶⁴ Durante nossa pesquisa tivemos a oportunidade de conhecer algumas dessas obras e seus artistas anônimos.

²⁶⁵ Cf. GAY, Peter. **Freud para historiadores**. Tradução de Osmyr Faria Gabbi Jr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. O historiador, que também é psicanalista considera que a estas alturas, as conquistas da psicologia no campo da mente humana são tão conclusivas, que não deixam espaço para dúvidas. Por outro lado, Georges Devereux, em sua obra **Mulher e Mito**, já citada, valeu-se da psicologia para analisar

Como a *Vênus*, evocada por Sebastião de Afonseca, Dona Beja representaria *as forças irreprimíveis da fecundidade (...) a deusa que sublima o amor selvagem, integrando-o a uma vida verdadeiramente humana*²⁶⁶. A *Amazona* simboliza, entre outras coisas, *a mulher guerreira que governa a si própria, matadora de homens: deseja tomar seu lugar, rivalizar com eles, combatê-los em vez de completá-los*²⁶⁷. *Fontes, Água e Banho* possuem significados próximos: *A água da fonte é a água lustral, a própria substância da pureza*²⁶⁸; para Jung, a fonte é o *arquétipo da imagem da alma*²⁶⁹ como origem da vida interior. O Banho tem virtudes purificadoras e regeneradoras. *O primeiro dos ritos que sancionam as grandes etapas da vida, em especial o nascimento, a puberdade e a morte*²⁷⁰. *Caixas* ou *Cofres* são símbolos femininos interpretados como representações do inconsciente e do corpo materno. *Contêm segredo*²⁷¹. Na psicanálise, o *Cavalo* é ligado à impetuosidade do desejo. O cavalo branco representa o instinto controlado, dominado, sublimado. Constitui um dos arquétipos fundamentais da memória humana. *É montaria, veículo, nave; é seu destino, portanto inseparável do destino do homem*²⁷². *Luvas, Chapéus e Sombrinhas* apresentam também significados semelhantes: emblemas de investidura, signos de poder da soberania ou realeza. O ato de tirar o chapéu é um ato de submissão.

A leitura iconográfica que empreendemos está apoiada na metodologia indicada por Panofsky²⁷³ para quem uma análise correta, capaz de penetrar *no significado intrínseco e no*

os mitos femininos na identificação de um suposto regime matriarcal ou matrilinear que teria existido nas sociedades pré-gregas. Considerava que, como os indivíduos, as sociedades também passam de um matriarcado na infância, para o patriarcado na vida adulta.

²⁶⁶ CHEVALIR, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores e números**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. p. 14.

²⁶⁷ Idem. p. 43.

²⁶⁸ Idem. p. 446.

²⁶⁹ Idem. Idem.

²⁷⁰ Idem. p. 119.

²⁷¹ Idem. pp. 103-112.

²⁷² Idem. p. 843.

²⁷³ PANOFSKY, Erwin. **Estudos de Iconologia**. Lisboa: Estampa, 1986. pp. 17-41.

conteúdo de uma obra deve começar por uma descrição prévia dos aspectos formais que nela se encontram.

Cientes de nossas limitações, ao adentrarmos num campo que não nos é familiar, fazemos animados pelo autor, para quem qualquer um pode realizar uma análise dessa natureza, partindo de sua maior ou menor experiência e equipagem cultural.

*Qualquer pessoa pode reconhecer a forma e o comportamento dos seres humanos, animais ou plantas e sabe distinguir entre um rosto zangado e uma expressão alegre*²⁷⁴.

Embora o mesmo autor reconheça que em muitos casos apenas a experiência pessoal não é suficiente para a apreensão do significado completo de uma obra, tentamos, a seguir, uma leitura daquelas mais conhecidas e representativas em cada período e modalidade, apoiados no conhecimento que temos da história, dos artistas e das condições que cercaram sua criação.

Por volta de 1942, Joaquim Rocha Ferreira, um dos artistas que foram contratados para ornamentar o interior das Termas, do Grande Hotel e da Fonte Dona Beja, no Barreiro, incluiu nossa personagem em um dos painéis sobre a história e a evolução do balneário, com a seguinte legenda:

1800. *A fama e a beleza de D. Beja venciam as distâncias e traziam para Araxá admiradores residentes nas mais afastadas regiões do país.* **1890.**

Na cena, encerrada entre duas datas, marco utilizado pelo artista para representar a período histórico dominado pela sua figura, podemos vê-la em seu vestido rosa, cavalcando ereta, em posição feminina, usando luvas e chapéu e segurando uma sombrinha. Dirige-se às fontes à frente de um séqüito de escravos e admiradores, também a cavalo. Um pouco adiante, um cavalheiro –certamente um forasteiro–, de pé, formalmente vestido, aguarda sua passagem e a cumprimenta, galante, “chapéu na mão”, enquanto seus dois criados, de libré vermelha, lhe oferecem flores e presentes²⁷⁵. (Figura 7)

A história é o tema dominante, não apenas nos painéis que ornamentam as paredes do nível inferior e superior da rotunda, mas, também, dos vitrais da cobertura. O artista reservou o primeiro nível para retratar a evolução das fontes e o segundo, ao tema do banho

²⁷⁴ Idem. p. 23.

²⁷⁵ No Museu Histórico de Araxá, Dona Beja, existem dois protótipos em escala reduzida de dois desses painéis, um deles o que descrevemos.

nas diversas civilizações antigas como as: a indiana, egípcia greco-romana, etc. Nos vitrais foram representados os períodos geológico, pré-histórico e histórico do Barreiro.

Dona Beja é também o tema de um mural de azulejos cor sépia em um recanto dos corredores da ala esquerda, no térreo do Grande Hotel. Numa cena que pretende flagrar o cotidiano, pode-se ver ginetes e pessoas de ambos sexos circulando na praça, em frente a uma igreja, levando cestas na cabeça e nas mãos ou conduzindo mulas. Em primeiro plano, ela, com um sorriso discreto no rosto, conduzida numa liteira por dois escravos de cabeça baixa, enquanto é observada por um cavalheiro que parece escoltá-la, e por uma mulher que tece algum comentário com a mucama que a acompanha. (Figura 8)

Ainda do mesmo artista, no interior da Fonte Dona Beja, outro mural de azulejos, de cor azul coroa uma pequena gruta de pedras de onde jorram as águas. No lado esquerdo quatro peões descansam e se refrescam na mata junto a um lago.

À direita, Dona Beja é surpreendida durante o banho. Como uma ninfa, figura mitológica dos bosques, sentada à beira de sua fonte, em um gesto de contida sensualidade. De olhos baixos, branca e nua, recebe os cuidados da mucama que lhe estende a toalha para enxugar seu corpo. Atrás dela, um cão observa fixamente o espectador, protegendo com seu corpo um cofre –quem sabe?- de segredos. Sua verdade parece ser um mistério trancado na arca, pois contrariando sua fama, mostra-se aqui outra, quase pudica, como se estivesse praticando um ritual. O artista conhecia, sem dúvida, a história dos banhos –origem de sua beleza-, que ela religiosamente tomava a cada dia. (Figura 9)

Dona Beja, ninfa das fontes, representa o sonho recorrente dos homens e das mulheres em busca da beleza e da eterna juventude, acenando com a promessa de encontrá-las nas águas “miraculosas” do Barreiro. As árvores, as plantas e os pássaros, que abundam na paisagem, compõem a “visão do paraíso” que o artista oferece e diante da qual somos forçados a lembrar as palavras de Delumeau para quem:

No plano psicológico não se pode duvidar de o regresso à mitologia ter sido, em larga medida, depois do Renascimento, para a civilização ocidental, uma forma de sonhar com a idade de ouro. As inúmeras obras que representam os folguedos das ninfas, e dos

*pastores, o trunfo de Baco, a glória de Vênus (...) recriam um país imaginário em que jovens desnudas e encantadoras arrebatam a vista sem nunca se afanar*²⁷⁶.

Para ele, nenhuma época teria sido tão imitada como a renascentista, quando se empregaram, exaustivamente, tanto as técnicas como a imaginação para evocar os paraísos mitológicos *cujos habitantes, eternamente jovens, só pensam no amor*²⁷⁷.

O elemento indicador de que essa clássica cena idílica tinha lugar no Brasil é a indefectível escrava negra, co-protagonista indispensável em todas as caracterizações que se passaram a fazer da personagem a partir das décadas seguintes.

A Dona Beja retratada por Rocha Ferreira no Barreiro é um produto de luxo, uma imagem comportada e “pasteurizada”, adequada ao consumo de uma classe média freqüentadora de balneários e estâncias hidrominerais. Para Delumeau, poesia pastoril, mitologia e feitiçaria só existem nos sonhos dos ricos. Os sonhos dos pobres são menos requintados²⁷⁸.

Provavelmente o quadro mais conhecido de Dona Beja foi o pintado pelo artista araxaense Calmon Barreto, na primeira metade da década de 1970. Retratou Dona Beja como amazona em um dos quadros mais populares e reproduzidos fotograficamente. Por seu pincel a plácida ninfa abandonou as fontes para cavalgar vigorosa, livre e solta pelos campos da paisagem araxaense, em meio a uma boiada que pasta indiferente. Em 1976 o quadro ilustrou um folder turístico tornando-se alegoria da cidade e hoje se encontra no Museu Calmon Barreto, criado para abrigar a obra do artista mor da cidade, que inclui esculturas, desenhos, medalhas, moedas e livros.

A imagem da mulher decidida, militante e independente que se cristalizava na época, chegou a Araxá com Dona Beja só, cavalcando em pêlo, seu destino, na forma de um belíssimo cavalo branco ao que segurava com firmeza pelas rédeas. O discurso feminista era endossado pelo artista que a retratou com roupas leves de camponesa, descalça, montada como homem, fugindo da (im)posição, eminentemente fêminina, mas segundo a imagem sacramentada: branca, de cabelos loiros, soltos e “esboaçantes”.

²⁷⁶ DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento II**. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1984. p. 17.

²⁷⁷ Idem. p. 18.

²⁷⁸ Idem. Idem.

O tema parece haver sido gerado por volta de 1957 quando o artista ilustrou a capa da primeira edição do romance “Dona Beija a Feiticeira do Araxá”, de Thomas Leonardos. O desenho em “nanquin” mostra, com economia de linhas, uma amazona galopando acompanhada por um pagem, também a galope. O mesmo tema foi repetido numa pequena escultura em gesso, protótipo de uma estátua eqüestre de mármore que o artista projetou para ser instalada em frente ao Grande Hotel do Barreiro, o que não ocorreu pela falta de interessados em financiá-la. A estatueta encontra-se num museu da cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo²⁷⁹. (Figura 10)

Com Dona Beja, o artista traduziu sua preferência, que nunca escondeu, por mulheres loiras e amparado na convicção de que, sendo um produto da imaginação de Sebastião de Afonseca, poderia retratá-la com toda liberdade, segundo ele, diferente à maioria das mulheres de Araxá. Nela plasmou os atributos físicos de uma jovem vizinha que diariamente passava em frente à sua casa, a caminho de seu trabalho²⁸⁰. O gosto e as fantasias pessoais do artista novamente traduziam os sonhos da coletividade e às expectativas sociais, como indica a transformação do quadro em alegoria da cidade.

É interessante notar que artistas e escritores deram atenção diferenciada a alguns dos elementos presentes no Mito Dona Beja. Temas como o banho e figuras, como da amazona e a ninfa, foram explorados por uns e outros; já o rapto, elemento fundamental para a construção do mito, foi ignorado pelos artistas plásticos, mas bastante explorado na literatura.

O rapto constitui uma das formas de violação que, desde a antiguidade, se encontram mais frequentemente presentes no imaginário masculino. A isso se devem as numerosas representações iconográficas que existem sobre o tema²⁸¹. Entretanto, o tema do rapto não parece haver seduzido os artistas inspirados em Dona Beja, embora esteja nas origens de seu mito. Certamente esse foi o motivo pelo qual a indústria editorial teve que acudir à obra “O Rapto das Filhas de Leucipo”, de Rubens, artista flamengo dos séculos

²⁷⁹ Museu Histórico e Ordem Geral “Plínio Travassos dos Santos”. Ribeirão Preto, SP.

²⁸⁰ Barreto, Cordelia. Entrevista. Araxá: 23/ 01/ 2001. Ouvimos essa declaração feita, pessoalmente, pelo artista. Após seu falecimento, foi confirmada por sua irmã, também artista, Cordelia Barreto, quem nos autorizou por escrito sua citação, preferindo não gravar a entrevista.

XVI e XVII, para ilustrar a segunda edição do romance de Leonardos, em uma alusão direta ao que teria sofrido a heroína na adolescência. (Figura 11)

O mesmo não se pode dizer da figura da amazona e das cenas do banho, constantes na iconografia e através das quais, os artistas poderiam imprimir o conteúdo erótico que se encontra subjacente na figura prostituída de Dona Beja. Ainda que, apesar de sua nudez na fonte, como ninfa, e da leveza de suas roupas, como amazona, a sensualidade não fosse a tônica dominante antes da década de 1970, aparecendo sugestivamente de forma leve e contida.

Embora já tivesse sido “carnavalizada”, Dona Beja, na iconografia, continuava sendo um produto destinado a um público consumidor de classe média, mas, no final dessa década, também sua sensualidade se “popularizou”, explodindo nas páginas de uma revista, com a versão quadrinizada do romance de Leonardos e enveredando para um erotismo acentuado que atingiu seu “clímax” na versão televisiva da década de 1980.

A capa da revista ilustrada, em cores, recebeu um tratamento mais elaborado que as páginas internas, em preto e branco. Nela, foram usados todos os elementos que lhe eram característicos: a amazona cavalgando, agora, um corcel negro; o banho; os amantes e no centro, Dona Beja, de enormes olhos azuis e sorriso enigmático; os loiros cabelos recolhidos num complicado penteado, à moda das histórias de capa e espada. Para compensar, os desenhos em preto e branco, embora menos elaborados, receberam uma carga maior de erotismo, protegidos, como estavam, no interior da publicação. (Figura 12)

Sob a lente das câmeras

Outro dos elementos importantes na divulgação e cristalização da imagem visual de Dona Beja é a fotografia. Como a pintura, apresenta uma singularidade, não corresponda diretamente à personagem, sendo realizada apenas sob sua inspiração, constituindo, assim, o material mais abundante e acessível, cuja produção é contínua. Desde 1965 se iniciaram as inúmeras reproduções fotográficas das diversas caracterizações que, a cada década, se

²⁸¹ VINCENT, Gerard. “Uma História do Segredo?. O corpo e o enigma sexual”. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. (org.). **História da Vida Privada**. Da Primeira Guerra a nossos dias. op. cit. p. 361.

fizeram da heroína, constituindo evidências importantes da intencionalidade implícita na manutenção do mito.

Mas são duas as fotografias que merecem um espaço especial em nosso trabalho. Não para confirmarmos ou desmentirmos sua autenticidade, senão como testemunhas, entre outras coisas, de que as “histórias de livre flutuação”, tantas vezes mencionadas, continuam circulando em torno da figura de Dona Beja.

Tudo indica que essas fotografias datam do século XIX ou princípios do XX, de cujos originais teriam sido feitas as cópias doadas ao Museu, fazendo parte de seu acervo.

A primeira, em preto e branco, foi doada por alguns de seus descendentes e nela pode-se ver uma mulher, cuja extrema juventude resistiu e não conseguiu ser encoberta pela sobriedade das vestes e do penteado. Usa uma ampla capa preta cuja função, alguns supõem, seria a de ocultar a gravidez e tem como único adorno um galão beirando as mangas. (Figura 13)

Contudo, considerando a idade de Dona Beja, nascida por volta de 1800, tomando-se como base o já mencionado censo provincial de 1832, a juventude da retratada constitui um empecilho para confirmar sua identidade nessa fotografia.

A técnica fotográfica, segundo a qual se poderiam fixar as imagens pela luz, somente foi desenvolvida por Daguerre e apresentada na Academia de Ciências da França em 1839. No ano seguinte, foi introduzida no Brasil por Dom Pedro II, que se encontrava em Paris durante a apresentação e que o tornou um entusiasta dessa técnica, passando a praticá-la e divulgá-la. Na década de 1850, a fotografia já era bastante conhecida no Brasil, mas foi somente na década de 1870 que se popularizou, graças à redução dos preços provocada pela proliferação de fotógrafos profissionais e itinerantes que a levaram até o interior do país²⁸². Dessa forma, e considerando a juventude da mulher retratada torna-se difícil pensar nela como sendo Dona Beja, de quem desconhecemos qualquer possível viagem para alguma cidade maior que, como o Rio de Janeiro, já tivesse sido alcançada pela técnica fotográfica logo após 1840.

Uma outra fotografia, também em preto e branco, mostra uma senhora de idade avançada, também vestida sobriamente e com a cabeça coberta por uma mantilha.

²⁸² MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org). **História da Vida Privada no Brasil. II.** op. cit. p.

Conhecemos duas versões diferentes sobre sua origem que, se não chegam a se desmentir mutuamente, nos indicam, de forma flagrante, a premeditação de seu forjamento.

A primeira versão nos foi fornecida por um idoso e bastante conhecido fotógrafo profissional da cidade que não quis gravar seu depoimento, preferindo permanecer anônimo. Nos diz haver sido ele o autor da fotografia, realizada a pedido de um funcionário municipal para ser enviada a Clodovil, famoso costureiro que, em 1977, se apresentava em um programa de TV respondendo sobre Dona Beja²⁸³. Seria uma cópia de outra fotografia, não de Dona Beja, publicada em uma revista, escolhida por considerarem a roupa da retratada um bom exemplo da moda, na época em que Dona Beja teria essa idade²⁸⁴. (Figura 14)

Em uma outra entrevista gravada, o próprio funcionário, hoje aposentado, nos deu uma versão diferente. Diz ele que a foto lhe chegou às mãos através de um outro fotógrafo, membro de uma abastada família local e conhecido pela sua irreverência, que lhe teria garantido ser de Dona Beja, mas sem indicar-lhe suas fontes. Assim mesmo, o entrevistado datilografou, pessoalmente, a legenda: *Retrato autêntico de Anna Jacinta de São José (D. Bêja) tirada aos 72 anos de idade, dois anos antes de sua morte. (Do arquivo do Historiador araxaense, Sr. Sebastião de Affonseca e Silva)*, anexada à fotografia antes de fazerem a cópia que foi enviada ao costureiro²⁸⁵.

Nos arquivos mencionados não encontramos cópia dessa foto, apenas uma referência a ela em um “esboço de índice”, destinado a uma futura publicação sobre Dona Beja. Na entrevista, o mesmo funcionário nos disse haver datilografado, a pedido do autor, a maior parte das anotações que pretendia utilizar em essa obra, o que, certamente, lhe deu a oportunidade e a autoridade para incluir o nome do mesmo na fotografia em questão.

Não deixa de chamar a atenção a economia de referências a essa foto nesses arquivos, principalmente por conhecermos o esforço despendido pelo seu dono para localizar os objetos que pertenceram a sua heroína ou, em seu defeito, cópias fotográficas

²⁸³ Programa “8 ou 80”. Rede Globo, 1977.

²⁸⁴ A informação sobre a época em que a foto teria sido feita é inexata uma vez que, segundo podemos constatar, doze anos antes, em 1965, a jornal Correio de Araxá já a publicava na primeira página para ilustrar um artigo sobre a inauguração do Museu.

²⁸⁵ Di Mambro, Luiz. Entrevista. Araxá: 23 de já. de 2001.

dos mesmos²⁸⁶. Tal é o caso dos móveis da alcova, que após intensa correspondência com pessoas da família, foram localizados em São Paulo, para onde tinham sido levados pela esposa de um médico que morou em Estrela do Sul e que os recebeu como presente de alguns descendentes²⁸⁷. Na década de 1950, o memorialista tentou recuperá-los para comporem o acervo de um museu dedicado a Dona Beja, conseguindo apenas a autorização para tirar cópias fotográficas, que conservava zelosamente em seus arquivos pessoais.

Embora nosso entrevistado não o mencione, tudo parece indicar que o nome de Afonseca foi anexado à fotografia para lhe emprestar a credibilidade que seu estatuto de historiador lhe conferia. Esse estatuto, como sabemos, lhe tinha sido atribuído, em princípio e de forma consuetudinária, pela sociedade local e confirmado oficialmente, desde 1934, quando havia sido convidado pelo prefeito de Araxá, Fausto Alvim, para ser o “informante oficial” do município²⁸⁸.

A esse convite tinha agregado outro, em 1939, desta vez de Filinto Müller, chefe de polícia do Rio de Janeiro, a quem interessava saber, por meio de um *dos representantes das profissões liberais e como porta-voz do povo de Araxá*, como este havia recebido o Estado Novo²⁸⁹.

Como sabemos, o projeto nacionalista da época previa a *nacionalização cultural (...)* através da elaboração de um conceito de ‘cultura brasileira’²⁹⁰, o mesmo clima dentro do qual, certamente, se deu a publicação, em 1946, pela Imprensa Oficial do Estado, de uma “História de Araxá”, assinada por Afonseca e Ayres da Mata Machado.

Sebastião de Afonseca era, portanto, o porta-voz “oficioso” e oficial da sociedade, principalmente quando se tratava da história local e de Dona Beja se falava. Nas palavras,

²⁸⁶ Correspondência recebida de: Maria Braga. (carta) Estrela do Sul, 18 de jul. de 1950. Nilce Giselda Jacob. (carta) S/D. Maria. (carta) Sem lugar de origem. 4 de fev. de 1949. Correspondência enviada ao Sr. Paulo Camillier Floresco. Diretor do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. (duas cartas) em 4 e 5 de set de 1964. AMDB.

²⁸⁷ Os móveis pertencem aos descendentes do Dr. Max Rudolph. Em correspondência enviada a Afonseca, um dos donos informava que somente a cama era original; a cômoda e a penteadeira seriam reconstituições realizadas para compor o conjunto. AMDB.

²⁸⁸ Documento nº 112, pasta 2. AMDB.

²⁸⁹ Documento nº 115, pasta 2. AMDB.

²⁹⁰ MENDONÇA, Sônia Regina de. op. cit. p. 345.

já citadas, do jornalista que dizia ser a ele a quem as professoras procuravam quando queriam saber sobre ela.

Dona Beja em Prosa e Verso

Quase todos os estudiosos que se ocuparam do mito nos tempos modernos coincidem na importância da literatura para sua divulgação, cristalização e sobrevivência. Por outro lado, a incorporação da literatura como fonte válida e pertinente em um trabalho de pesquisa histórica nos animou para procurar nos romances e poemas inspirados em Dona Beja, as imagens que prevaleceram sobre ela e a atitude de poetas e escritores ao explorá-las. Partimos do princípio de que, como os artistas plásticos, também eles traduzem as práticas sociais, os discursos e a mentalidade vigente no espaço e no tempo em que operam.

Dessa forma, como mito moderno, Dona Beja não poderia prescindir da literatura, veículo de expressão e penetração que teria ocupado nas sociedades atuais o papel que nas antigas, desempenhava a oralidade na transmissão dos contos, lendas e mitos. Para Mircea Eliade, a literatura e, especialmente, o romance conferem veracidade ao mito e com isso uma dimensão aparentemente histórica, assim, ao decompor-se a estrutura de certos romances modernos, é possível identificar neles os elementos de antigos mitos e rituais. Para ele, ainda que despojado de seu significado religioso, o pensamento mítico não foi totalmente abolido, sobrevivendo, no cotidiano, comportamentos, também míticos, que traduzem os desejos e obsessões inerentes aos seres humanos, o que não signifique que, com isso, pretenda confirmar a sobrevivência de mentalidades arcaicas.

Mais do que a sobrevivência de seu significado sagrado, os mitos seriam a sobrevivência da necessidade que os seres humanos, inclusive os modernos, ainda têm do sagrado. *Hesitamos -diz-, em afirmar que o pensamento mítico tenha sido abolido.(...), ele conseguiu sobreviver, embora radicalmente modificado(...). E o mais surpreendente é que, mais do que em qualquer outra parte, ele sobrevive na historiografia!*²⁹¹.

No campo da literatura, para Ítalo Calvino, o mito é primordialmente uma narrativa, uma linguagem ou um discurso ao qual as palavras, mas também os silêncios, dão vida. É a

²⁹¹ Cf. ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. op. cit. pp, 100-102.

parte escondida ou subterrânea de toda história; a zona inexplorada por ainda não se terem sido encontradas as palavras para se chegar até ela. Nesse sentido, a linguagem literária facilitaria o caminho uma vez que sua força radica justamente em dar a palavra a tudo que não se há podido dizer ou permanece no inconsciente. É o redescobrimto de palavras e histórias que foram deixadas de lado ou abandonadas pela memória individual ou coletiva²⁹².

A arte em geral, e a literatura, em especial, são consideradas por Antônio Cândido como uma necessidade vital e inerente aos seres humanos, não apenas por facilitar ou tornar possível a comunicação, mas a própria vida. Para ele, a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo sendo, como toda manifestação artística, *a elaboração estética de um problema fundamental: o do ajuste ao meio físico para a sobrevivência*²⁹³. Tudo é possível de se tornar mito, diz Roland Barthes, desde que seja susceptível de ser julgado por um discurso.

Assim, enquanto memória, a entrada de Dona Beja, para a linguagem escrita conferiu-lhe uma dimensão nova. Vítima, sedutora e heroína, pode ser moldada segundo a figura da prostituta literária, produzida pela literatura pornográfica do século XVII, retocada no século XVIII.

A prostituta da literatura “seiscentista” era concebida como a “libertina”; independente, bem sucedida financeiramente, sensual, experimentada, desdenhosa dos ideais femininos de virtude e vida familiar. Figura que foi transformada, no romance romântico e sentimental do século seguinte, na “cortesã virtuosa” que retratava a prostituta como um ser fundamentalmente bom, vítima involuntária e desafortunada da sociedade e dos baixos instintos masculinos. Jovem pobre, quase sempre originária das classes populares, dominada e maltratada física e espiritualmente pela sociedade e especialmente pelos homens. Ambos modelos poderiam corresponder a um mesmo personagem em diferentes épocas, podendo conviver perfeitamente em um mesmo texto²⁹⁴.

²⁹² Cf. CALVINO, Ítalo. A Combinatória e o Mito na Arte da Narrativa. In: LUCIONNI, Gennie; BARTHES, Roland et alii. **Atualidade do Mito**. Tradução de Carlos Arthur R. do Nascimento. São Paulo: Duas Cidades, 1977. p. 77

²⁹³ MELLO e SOUZA, Antônio Cândido de. **Literatura e Sociedade**. 8ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 49.

²⁹⁴ Cf. NORBERG, Kathryn. A Prostituta Libertina: Prostituição na Pornografia Francesa, de Margot a Juliette. In: HUNT, Lynn. (org). **A Invenção da Pornografia**. São Paulo: Hedra, 1999. pp. 241-272.

Esse foi o caso de Dona Beja que recebeu, primeiro, um tratamento próximo à cortesã virtuosa, vítima do rapto perpetrado pelo ouvidor, violência que, junto à intolerância e a rejeição social, teriam determinado sua opção pela prostituição. Desse modelo passou-se para o da “prostituta libertina”, onde parece haver-se instalado comodamente, realizando-se com plenitude.

Reabilitada primeiro como a heroína do Triângulo Mineiro e, mais recentemente, como a “mulher libertária” ou feminista precoce, a imagem literária de Dona Beja, em 1915, pode ter recebido a influência da “Salomé”, obra teatral de Oscar Wilde, que teve grande repercussão no Brasil a inícios do século XX. Como a figura bíblica wildeana, Dona Beja também se inscreve no modelo da mulher fatal, que conquistou numerosos admiradores entre os escritores e leitores brasileiros.

Diversas obras testemunham a enorme influência que o dramaturgo inglês, na época vivendo na França, onde também conquistou numerosos admiradores, exerceu na literatura brasileira. Gentil de Faria aponta a “receita” de alguns dos escritores nacionais, na criação das mulheres fatais que povoaram essas obras:

*Junte-se ao texto a imagem dos imitadores e os sonhos sensuais, (e) teremos a imagem célebre da Salomé wildeana, modelo de`mulher fatal'; perturbadora, admirada e temida pelos homens*²⁹⁵.

Em um artigo sobre o impacto dessa obra na literatura brasileira, Orna Messer Levin²⁹⁶ informa o papel desempenhado pela tradução de João do Rio por meio da revista “Kosmos”, seguida pela edição de Garnier, em 1908. Para autora, João do Rio, um dos cultores do “dandismo inglês” no país, criou personagens refinados através dos quais introduziu o relato de taras, vícios e fobias, de inspiração européia. Outros autores, como Gastão Cruls e Gonzaga Duque, também teriam se inspirado nela para construir personagens femininos. Todos eles seriam exemplo *da prosa contaminada pela ação*

²⁹⁵ FARIA, Gentil. **A Presença de Oscar Wilde na “Belle Époque” literária brasileira** op. cit. p. 169.

²⁹⁶ LEVIN, Orna Messer. **Mutações da Mulher Fatal**. Folha de São Paulo, caderno Mais. São Paulo, 26 de nov. de 2000.

*perversa da fêmea enigmática e misteriosa, que se misturou à moda helenística pela que foi reabilitada a mulher-esfinge*²⁹⁷.

Ainda segundo a autora, fosse por referências diretas a Salomé ou por indícios de *corrosão moral*, a literatura daquele período teria captado *os sinais de renovação que o esteticismo decadentista oferecia*, sentindo-se a presença da obra de Wilde entre escritores, hoje parcialmente esquecidos, que produziram um tipo de “subliteratura” contemporânea ao modernismo²⁹⁸.

Através desses autores e das revistas que os publicavam chegava até o grande público a influência que a Belle Époque francesa exercia na literatura brasileira. Como jornalistas, alguns deles circulavam livremente nos diversos meios sociais; eram freqüentadores das estâncias hidrominerais, lugares onde se encontravam, em algumas épocas do ano, as elites políticas e sociais, razão pela qual não se pode desprezar sua penetração e a conquista de leitores no interior do país.

Não encontramos exemplares de nenhuma dessas obras nos arquivos do autor a quem creditamos a “construção” da matriz de onde se tiraram as imagens de Dona Beja, o que poderia dever-se a um número infindável de motivos. Mas, se não podemos afirmar e confirmar que as tivesse conhecido, o contrário também é válido, e nada temos para provar que nunca as leu ou que não sofreu sua influência. Como já dissemos anteriormente, no relato original se encontram alusões a figuras mitológicas, herança também do romantismo e expressões em francês, que freqüentavam a literatura inspirada na Belle Époque²⁹⁹.

Todas as versões literárias que foram escritas, a partir da década de 1950, têm como base esse relato e alguns escritores admitem haver conhecido as anotações particulares de Afonseca, a quem agradecem seu acesso.

²⁹⁷ Idem. p. 11.

²⁹⁸ Idem. Idem. Ver também: MEYER, Marilyn. op. cit. A autora chama de “segundo time” ou “sem fronteiras” as novelas francesas e inglesas que aportavam no Brasil, *precedendo e abrindo caminho para a popularidade do folhetim*. p. 17.

²⁹⁹ A esse respeito é muito interessante a experiência da historiadora Janaína Amado que relata em seu artigo “O Grande Mentiroso” os misteriosos caminhos pelos quais “Don Quixote” foi lido, apreendido e reelaborado em uma comunidade rural no interior de Goiás. Cf. AMADO, Janaína. **O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral**. In: História. São Paulo, 14: 125-136, 1996.

Nem todos os elementos encontrados nessas notas foram aproveitados pelos escritores. A maioria deles tinha na literatura uma atividade complementar à que exercia profissionalmente e escrevia para um público familiar, motivo pelo qual, se não resistiram completamente ao conteúdo erótico que aquele passou a dar às descrições sobre sua personagem, as aproveitaram, moderadamente, adequando-as ao público que pretendiam atingir.

Tem-se a impressão de que, com o passar do tempo, a convivência de tantos anos entre “criador e criatura” havia estreitado a tal ponto da “relação” haver-se transformado em íntima e pessoal, embora ele tivesse nascido em 1877, quatro anos após a morte dela.

Às descrições de sua beleza física e moral, resultado de seu *sangue azul* transmitido pela *alta linhagem de seu ignoto genitor*; ao racismo e sua franca *aversão ao sangue da raça preta*, o autor acrescentou habilidades ou talentos naturais que *a diferenciavam de outras mulheres*; “indiscrições” e particularidades sobre seus atributos sexuais, que somente poderia conhecer quem convivesse intimamente com ela³⁰⁰.

O autor oferecia, em primeira mão, material pornográfico explícito, porém, a maioria dos escritores optou por dar a suas obras um caráter “biográfico”, temperado com leves pitadas de erotismo, mas ainda apropriadas para o consumo familiar.

Se a sexualidade é inerente aos seres vivos e se as diversas modalidades que envolvem as práticas sexuais estiveram sempre presentes nas preocupações dos humanos, o termo pornografia, que as designa, foi usado pela primeira vez somente no século XVIII, por Restif de la Bretonne, para referir-se *menos à sexualidade e mais aos discursos por ela gerados*³⁰¹. Por outro lado, a proximidade entre erotismo e pornografia torna difícil sua

³⁰⁰ Segundo Afonseca, *a sábia natureza* teria aprimorado os dons dessa *bela entidade feminina* com um *equilíbrio fisiológico* que se manifestava em seus *hirtos e volumosos redondos seios*. O potencial de sua genitália manifestavam-se na *bela cor sempre rósea e sua epiderme clara*. Seu Gyneceu era *Vibrátil, Contrátil, Sucçante (sic), Aspirante, Envolvente, Deglutante, em seu Paroxismo Libidinal. O homem que já estava embevecido e deslumbrado pelo perfil de sua beleza física, de seu organismo, era vencido e jugulado pelo potencial feminino semelhante a uma corrente elétrica de dez mil volts que o deixava exangue e quase desfalecido!!!*. AFONSECA e SILVA, Sebastião de. “**Os sete predicados intrínsecos e pessoais de Anna Jacintha de São José, conhecida por (Dona Beja)**”. Documento nº 48, pasta 1. AMDB.

³⁰¹ GERARD, Vincent. “Uma História do segredo?: O corpo e o enigma sexual”. op. cit. p. 379.

demarcação já que, grosso modo, está relacionado com o que é aceito ou condenado na exposição da sexualidade. Robbe-Grillet diz que *a pornografia é o erotismo dos outros*³⁰².

Ao deter-nos nas notas e nos devaneios eróticos (ou pornográficos?) de um cidadão aparentemente apaixonado, qual Pigmalião, por sua criatura, o fazemos por entender que não eram confissões secretas, íntimas e escondidas, escritas para ficarem guardadas no fundo de uma gaveta, ou para serem destruídas pelo fogo, logo que seu autor tivesse “esfriado a cabeça” ou “recuperado o juízo”.

Como já vimos, elas deram fruto. Foram escritas e assinadas para serem publicadas, como sugere seu título “Rascunhos e apontamentos para a organização da vida de Dona Beja”; o mesmo autor admite havê-las remetido a diversas pessoas com o intuito de vê-las publicadas em uma biografia sobre sua heroína, permitindo seu acesso aos escritores que o solicitaram. Foram escritas e assinadas por um cidadão, a quem a comunidade e as autoridades tinham concedido o estatuto de historiador; depositário de sua memória e, principalmente, porque estão, hoje, doadas pela família, nos arquivos públicos de uma instituição cultural.

Sebastião de Afonseca e Silva foi um cidadão “acima de qualquer suspeita”. Nasceu em Araxá em 1877, foi coletor municipal entre 1901 e 1908 e federal até 1911, quando recebeu da Diretoria de Saúde Pública a licença para atuar como farmacêutico prático. Casou-se, em 1896, com Dona Prosolina Porfírio com quem teve treze filhos, dentre os quais destacou-se Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, Arcebispo de São Paulo, falecido em um acidente aéreo, em 1942³⁰³. Atuou também como conselheiro ou membro da diretoria em entidades assistenciais e irmandades religiosas de Araxá.

Pela palavra “oficiosa” e “oficial” de Sebastião nasceu, branca e bela, Dona Beja, “Vênus do Sertão”.

Como os artistas plásticos, os escritores, poetas e compositores também são portavozes da sociedade à qual pertencem, cuja ideologia, contradições, expectativas e desejos são traduzidos por meio de suas obras. Sua habilidade ou sucesso para transmiti-las é

³⁰² Idem. Idem. Também ver: HUNT, Lynn. (org). **A Invenção da Pornografia**, op. cit.

³⁰³ AFONSECA e SILVA, Sebastião de. Notas históricas sobre o casal Sebastião de Afonseca e Silva e Prosolina Porfírio de Afonseca. Documento nº 101, pasta 2. AMDB.

refletido no êxito das mesmas, avaliado e medido pelo número de edições que recebem ou de admiradores e leitores que conquistam.

Para Antônio Cândido, a criação literária pressupõe três grupos de fatores que influem, de maneira variada, no processo artístico em geral: em primeiro lugar, manifestam-se mais visivelmente na definição da posição social do artista ou na configuração dos leitores; os segundos, na forma e conteúdo da obra; os terceiros, na sua fatura e transmissão. Esses fatores marcam os quatro momentos de uma produção artística, assim, sob o impulso de uma necessidade interior, o artista os orientaria, segundo os padrões de sua época; selecionaria certos temas; usaria determinadas formas e a síntese do resultado agiria sobre o meio³⁰⁴.

Mas, nessa relação que o escritor e sua obra estabelecem com o leitor, como a *síntese do resultado que age sobre o meio*, se encontra a propaganda que opera através de um duplo processo: por um lado o produto anunciado ocupa o lugar daquilo que se deseja, ainda que sem proporcioná-lo diretamente, por outro estabelece os padrões para os desejos e objetos de satisfação. Assim, o sucesso do autor é também “ajudado” pela propaganda.

O papel da propaganda é transformar em ideal social até aquilo que, muitas vezes, a moral reprime ou condena. Nesse caso, induz ao consumo do proibido, que é consentido porque traz retorno financeiro. Por essa forma de operar a propaganda acaba escondendo a repressão moral dando a ilusão de que alguns objetos e produtos permitem o que a sociedade proíbe³⁰⁵.

É dentro desse contexto que entendemos o fenômeno literário em torno de Dona Beja, cuja constante exposição conferiu a seu mito e seu nome uma representatividade e um caráter comercial com um apelo que, enquanto objeto de desejo, poderia ser extensivo ao produto que o usasse. Daí que em Araxá, seu nome apareça constantemente em eventos, lugares, objetos e produtos diversos³⁰⁶ (fig...) e que a indústria editorial não o tivesse

³⁰⁴ MELLO e SOUZA, Antônio Cândido. op. cit. pp. 20-21.

³⁰⁵ Cf. CHAUI, Marilena. op. cit. pp. 160-162.

³⁰⁶ Recentemente uma cachaça foi lançada ao mercado com a marca “Dona Beja” e o jornal “Correio de Araxá” noticiou em abril de 2002, o lançamento da boneca Dona Beja em um artigo intitulado “O Mito Dona Beja”. Foi noticiada também a realização do “1º Encontro Estadual do Mito Dona Beja”, com a participação de representantes de Paracatu, Estrela do Sul, Formiga e Araxá, para debater o mito e as estratégias para sua exploração turística. Correio de Araxá, 18 de abr. de 2002. Araxá, MG. No mesmo encontro, os participantes foram informados da transformação do Museu Histórico de Araxá, Dona Beja

deixado passar despercebido, como bom produto comercial. Existe um número significativo de publicações que ostentam no título seu nome ou fazem alusão à personagem e que, a miúdo e quando muito, dedicam a ela apenas um capítulo.

Esse é o caso de “Da Maloca ao Palácio”³⁰⁷, publicado por primeira vez em 1950 com uma segunda edição em 1987, após a morte de seu autor. E “O Sertão dos Araxá e os amores do D. Bêja”³⁰⁸, escrito quando seu autor, vítima de uma doença fatal, passava por dificuldades financeiras.

“Dona Beja a Feiticeira do Araxá”³⁰⁹ e “A Vida em Flor de Dona Bêja”³¹⁰ foram lançados em 1957, receberam repetidas edições e junto com “O Solar de Dona Beja”³¹¹, de 1965, foram as obras em que se baseia uma análise estrutural no mito realizada em 1981 para uma dissertação de mestrado em antropologia social. A terceira delas, de 1965, tem ainda a peculiaridade de ser a primeira obra escrita por uma mulher quando, e como sabemos, nossa personagem tinha sido sempre “assunto de homens”. Em 1979, outra mulher se ocupou dela e foi lançado o “Romanceiro de Dona Beja”³¹². “Dona Beja nua e crua”³¹³ e “Dona Beja a Flor do Pecado”³¹⁴ são dois títulos diferentes para a obra de um mesmo autor. A telenovela inspirou “Dona Beja em Versos” e um jornalista de Estrela do Sul escreveu um livro, tendo como base apenas as declarações e depoimentos dos descendentes. Um jovem espírita a psicografou, o que resultou num livro e na criação de

na “Casa da Beja”, cenário montado para oferecer ao turista uma “reconstituição” da residência da heroína. Ao mesmo tempo, foi possível confirmar, em entrevista com o diretor de um dos jornais locais, que toda vez que há falta de assuntos ou notícias de interesse, a figura de Dona Beja é, invariavelmente, “exhumada”, o que a torna um tema jornalístico recorrente.

³⁰⁷ COSTA, Waldir Luiz. **Da Maloca ao Palácio**. 2ª ed. Goiânia, GO: Gráfica Popular: 1987.

³⁰⁸ ALMEIDA, J.G. **O Sertão dos Araxás e os amores de Dona Beja**. 2ª ed. São Paulo: J. Bignhard & Cia, 1967.

³⁰⁹ LEONARDOS, Thomas. **Dona Beja a Feiticeira do Araxá**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

³¹⁰ VASCONCELOS, Agripa. **A Vida em Flor de Dona Bêja. Romance do ciclo de povoamento das Gerais**. 2ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1985.

³¹¹ TEIXEIRA, Maria Santos.. cit. op

³¹² ALVIM, Maria Lúcia. **Romanceiro de Dona Beja**. Brasília, DF: INL; Rio de Janeiro: Fontana, 1979.

³¹³ D’ÁVILA, Ângelo. **Dona Beja Nua e Crua** Riode Janeiro: Lais Costa Velho/ CODPOE, 1992.

³¹⁴ D’ÁVILA, Ângelo. **Dona Beja a Flor do Pecado**. Brasília DF: Códice, 1999.

uma fundação legalmente constituída com o nome “Ana Beija”. Em todas as obras, a musa inspirou os autores que se ocuparam principalmente da sedutora, mas, ao final, a redimiram como madona.

Algumas características são comuns a elas; a maioria dos autores se declara movida por motivos mais elevados que os interesses puramente comerciais, justificados pelo caráter histórico ou biográfico que imprimem a suas histórias. Todos se sujeitam à versão original e partem do relato histórico de Araxá dentro do qual inserem a personagem. Todos, também, centralizam sua atenção na imagem da sedutora e em sua transgressão de caráter moral, embora alguns se posicionem como defensores e outros prefiram explorar o lado mundano e desviante.

Dentre os elementos deste mito, presentes na literatura e sempre explorados está o rapto, violência que sempre dá espaço para comentários e considerações de ordem moral, cuja lógica é pautada nos códigos machistas. No capítulo dedicado a Dona Beja, o autor de “Da Maloca ao Palácio”, ao falar do rapto, habilmente transforma o vilão em vítima quando assim se expressa:

*Todos os raptos têm, no velado consentimento da vítima, se não sua co-autoria, a razão de seu êxito e da consumação de seu fim passional. Daí ser a vítima aquele que o sente e não quem dele participa*³¹⁵.

Mentalidade ainda não superada nem no senso comum nem nos tribunais, quando freqüentemente, se vê a mulher, quando vítima de violência sexual, passar de acusadora a acusada e que está por trás, inclusive, dos autores que justificaram as culpas de Dona Beja assumindo o papel de defensores contra os que insistiam em expô-las “impiedosamente”. Ao justificar sua conduta, admitiam implicitamente uma culpa, daí a necessidade de defesa. Contudo, houve aqueles que, sem defendê-la ou culpá-la, simplesmente deixavam-se levar pela sua “inspiração”.

Entre os primeiros vamos encontrar Thomas Leonardos que, tudo indica, foi o primeiro a dedicar uma obra inteiramente à nossa personagem. O autor aproveitou quase a totalidade dos apontamentos que recolheu de Afonseca, a quem chama de “patriarca” e a quem concede todos os créditos pela pesquisa que lhe teria possibilitado dar consistência

³¹⁵ COSTA, Waldir Luiz. A Flor do Fango. In: ----- **Da Maloca ao Palácio**. op. cit.

aos fatos e a “interpretação psicológica” que considerou acertada para a personagem que se propunha defender.

Para avaliar o caráter histórico de sua obra, na primeira edição, o autor o anexou uma bibliografia e a relação de todos os que tinham escrito direto ou indiretamente sobre Dona Beja, casos de Olegário Mariano que escreveu um poema sobre a Fonte Dona Beja; Viriato Correia, autor de uma peça de teatro já mencionada e Ademar Tavares que escreveu um poema à imagem de Nossa Senhora das Dores da Igreja Matriz de São Sebastião de Araxá, que inspirou, a sua vez, a frase *senhora também das dores, do povo de Araxá*, na canção-tema da telenovela, em 1983. Anexou também algumas das críticas recebidas pelo seu livro nos jornais, dentre as quais destacamos a assinada por “Eneida” que se refere a Sebastião de Afonseca, principal “fonte” do autor, como *um homem que é a crônica viva de Araxá, escritor e historiador que dedicou sessenta anos de sua vida aos estudos sobre a vida de Dona Beja*³¹⁶.

A intenção do autor, exposta no prefácio também da primeira edição, era a de reabilitar sua heroína escrevendo um “romance biográfico”, onde pudesse fazer, segundo suas palavras, uma revisão serena das narrativas distorcidas que foram-lhe feitas ou, conforme uma entrevista publicada em “O Fluminense”, em 1986, reconduzi-la ao lugar que deveria ocupar, sem omitir seus pecados mas sem exagerá-los morbidamente.

Leonardos discordava –e assim o dizia no prefácio da segunda edição- do tratamento que foi dado a Dona Beja por outro autor, Agripa Vasconcelos, em cujo romance, *A Vida em Flor de Dona Bêja*, também publicado em 1957, era retratada como “perversa” ou “pervertida”, sem existir, na opinião de Leonardos, fundamentos para isso. Mesmo em sua defesa, o autor recria em sua Dona Beja as eternas imagens femininas, que, contudo, não lhe eram inerentes, mas determinadas pelo espírito e a atitude dos homens. Dizia ele:

*Ninguém poderia ficar indiferente à súbita presença da moça. Para aquele cujo espírito podia elevar-se Ana Jacinta lembraria um anjo, uma aparição celestial em forma de mulher. Mas para os que estivessem com os sentidos a rastejar, ali estava em carne e osso a mulher-sensação, a mulher-pecado, a eterna perturbadora*³¹⁷.

³¹⁶ LEONARDOS, Thomas. op. cit. p. 155.

³¹⁷ Idem. p. 92.

Ainda que, segundo ele, não pretendesse fazer comparações, mas *associações de idéias*, aproximou, como heroínas, Joana D'Arc e Dona Beja pois, assim como os franceses devem àquela a sua integridade territorial, os mineiros devem ao “sacrifício” desta que o Triângulo seja Mineiro e não goiano. *A primeira foi queimada como uma bruxa para depois ser levada à santificação. A segunda foi estuprada para depois baixar aos infernos da prostituição*³¹⁸.

Como já o mencionamos, o romance de Leonardos inspirou o enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, no carnaval de 1968. As boas relações do autor -também advogado e em cuja função foi presidente da OAB- com o então secretário de turismo do Rio de Janeiro, o jornalista e crítico Carlos Mafra Laert que assinava com o pseudônimo de João Ega, possibilitaram esse acontecimento.

Consideramos, também, um dado interessante. Naquele mesmo carnaval foi lançado, com grande sucesso, “O Samba do Crioulo Doido”, uma *deliciosa pilheria* de Sérgio Porto para retratar os malabarismos histórico-poéticos a que eram submetidos os autores dos sambas-enredo³¹⁹. Entre 1971 e 1986, o romance de Leonardos recebeu diversas edições, inclusive duas versões “quadrinizadas”.

Outro dos autores mais conhecidos dentre os que escreveram sobre Dona Beja foi Agripa Vasconcelos, que também apresenta sua obra como histórica, produto de anos de pesquisa, de viagens e das informações “fidedignas” que recolheu de pessoas idosas de Araxá, Paracatu e Estrela do Sul. Junto com “Chica da Silva” e “Joaquina de Pompeu”, “A Vida em Flor de Dona Bêja” faz parte de uma trilogia de mulheres mineiras, “biografadas” pelo autor.

Em sua estrutura o contexto histórico de Araxá é apresentado segundo se convencionou desde 1915: o nascimento de Desemboque pela descoberta de ouro, os índios Araxás ilustrados pela lenda de Catuíra, Ambrósio e a destruição do quilombo, o final do apogeu do ouro, a descoberta das fontes de águas minerais do Barreiro e o surgimento do Arraial de São Domingos. A partir da chegada de Dona Beja, começa o romance de sua vida.

³¹⁸ Idem. Idem.

³¹⁹ ALENCAR, Edigar de. **O Carnaval Carioca através da música**. op. cit. p. 482-499.

Diferentemente de Leonardos, Vasconcelos, médico que costumava passar longas temporadas em Araxá, hospedado no Grande Hotel do Barreiro, a convite da Hidrominas, entretém o leitor com longas descrições da paisagem e dos costumes, retratados por uma prosa abundante em regionalismos. Mas a semelhança da obra anterior, a vida de Dona Beja transcorre aqui pelas mesmas passagens e peripécias, apenas mais enfeitadas e emolduradas por um maior número de personagens e histórias paralelas.

De início, o que chama a atenção neste romance, cuja primeira edição foi ilustrada por Yara Tupinambá, é a dramaticidade dos títulos de alguns capítulos. Inspirados em temas bíblicos e mitológicos, associados a imagens funestas como: A Ira de Nêmesis, O Rio Lêtes, O Monstro de Olhos Verdes, A Mulher dos Sete Demônios, O Diabo no Corpo e aliados a outros títulos violentos como: Sangue na Terra e A Bofetada vão preparando o espírito do leitor para o encontro com a heroína que, comparada com Helena, Cleópatra, Inês de Castro e Marília, este autor também pretende biografar.

Já nos primeiros capítulos, o autor informa didaticamente ao leitor sobre o papel que a mulher deveria desempenhar na sociedade, assim, a mãe andava *sempre de luto, considerando-se renegada, (como) mulher apanhada em falta*³²⁰. Mais adiante, valendo-se de uma orquídea recebida por Dona Beja como presente, o autor incumbe um velho escravo da seguinte lição: *a orquídea, diz o velho, dirigindo-se à moça, é muito bela (...) mas é flor parasita. Vive da seiva das árvores e do ar(...). Ninguém deve ser como as orquídeas, vivendo da vida alheia –e do ar-. A mulher honesta deve ter raízes na virtude bem plantada na alma. Deve viver do seu esforço e do seu trabalho e não do ar que é vazio*³²¹.

Nos capítulos seguintes carrega as tintas nos episódios em que o racismo e o sadismo de sua personagem se manifestavam, tanto com os negros como com os galãs indesejados; “perversões” que o autor, anteriormente comentado, contestava.

Em uma passagem em que Dona Beja é descrita ainda criança como *precoce e cheia de imprevistos*, o autor nos informa que ao se aproximar de algum escravo ela cerrava o cenho e calava, pois *como não fora criada com mães-prêtas, traia reserva (sic) sobre os*

³²⁰ VASCONCELOS, Agripa. op. cit. p. 65.

³²¹ Idem. p. 85.

*negros, de quem tinha medo*³²². Mais tarde, motivado pela admoestação que recebeu do avô, deu-se o seguinte diálogo:

*Você não gosta de gente preta, minha neta? Não gosto. Pois ouve; eles são como nós (...) você não gostando de negros não gosta de Moisés que é nosso escravo. Beja saiu-se com facilidade: Mas Moisés não é negro!. Que é então?. –Moisés é bom*³²³.

Em outra passagem, ocorrida anos mais tarde, Dona Beja teria mandado açoitar um admirador bem abonado, mas “de cor”, que imprudentemente pretendeu comprar seus favores. Neste romance, o sadismo é confirmado pela própria personagem que dizia:

*Tenho enorme prazer de martirizar a quem me quer. Isto é delicioso, vale mais que a posse de um deles. E assumindo sua perversidade: A mentira pra mim é melhor que o vinho (...) por fora sou cordial e política: dizem que sou bela, mas eu sei que sou é mulher perversa*³²⁴.

Por essas passagens, Dona Beja era retratada como a própria *imagem da desordem (...) o paradigma do desvio feminino, definido a norma pela transgressão*³²⁵. Fiel à estrutura do relato original, este romance também termina de forma exemplar. A mulher fatal, a “devoradora” de homens é redimida, ao final de sua vida, pela maternidade, a idade e a fé quando, mãe, anciã e avó devotada, termina seus dias, confortada (ou derrotada?) pela santa religião.

A escritora araxaense Maria Santos Teixeira publicou seu romance, “O Solar de Dona Beija”, em 1965 como uma homenagem ao centenário da cidade. Nele, a autora ameniza solidariamente as características que destacaram a personagem como sedutora, pois, *sendo mulher, pode (sic) com mais facilidade descrever e interpretar o verdadeiro sentimento que vai ao coração de outra mulher*³²⁶.

³²² Idem. p. 69.

³²³ Idem. Idem.

³²⁴ Idem. p. 339

³²⁵ FRANCHETO, Bruna et alii. Apresentação. In: ----- **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. op. cit. p. 10.

³²⁶ AFONSECA e SILVA, Sebastião de. Apresentação. In: TEIXEIRA, Maria Santos. op. cit. p. 8.

Na visão feminina da autora, ao acentuar sua condição de vítima as culpas da heroína são atenuadas, em uma versão bem mais “benevolente” que a do autor anterior. Ao contrário das amigas, admiradas com tamanha “louvação” por alguém que teve um passado “tão suspeito”, a autora parecia conhecer bem *o grande coração, uma dignidade relativa e uma beleza incomparável*³²⁷ que Dona Beja possuía, qualidades que ficavam ocultas pela sua vida dissoluta. Se algum vilão existia nessa história, esse era o ouvidor, *gordo, balofo, (...) de lábios grossos e sensuais, (...) cujo olhar despedia chispas de ódio e desejo*³²⁸.

Na autora parecia sobreviver a velha e antiga idéia de ser a beleza física o reflexo da alma, através da qual Deus se manifesta.

*A beleza é uma irradiação de Deus, sua ‘fonte perene’. E a beleza é ‘flor de bondade’. A primeira revela-nos a segunda: nós nunca entenderíamos nem apeteceríamos a bondade oculta no interior das coisas se a ela não fôssemos conduzidos pelos sinais e marcos da beleza exterior. E nisso se vê a admirável utilidade da beleza e do amor, que é seu companheiro*³²⁹.

Segundo esses princípios, se a beleza e o amor são expressão da bondade, o feio e o ódio, são da maldade. Logo, o amor e a beleza de Dona Beja só poderiam refletir sua bondade interior, tanto quanto o desejo odioso, a obesidade, os lábios grossos e a sensualidade refletiam a maldade do ouvidor. E foi somente por ter a beleza maculada ante a violência sofrida em mãos de seu algoz e pelo sofrimento da rejeição social, que o amor transformou-se em ódio e a “bela jovem” viu torcido seu destino. Tomada por desejos de vingança enveredou pelo “mau caminho”; como o sugere o título do capítulo “A Flor que tombou no lodo”.

Para a escritora, esposa e mãe araxaense, a história de Dona Beja esteve tingida desde o princípio pelas cores da tragédia: a mãe da *infeliz donzela*, morta no parto, tinha sido seduzida por um rico mancebo e a avó, não resistindo à dor da perda, havia preferido, por isso, mudar-se para Araxá³³⁰.

³²⁷ Idem. p. 12.

³²⁸ Idem. p. 35.

³²⁹ Cf. DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento II**. op. cit. p. 93.

³³⁰ TEIXEIRA, Maria Santos. op. cit. p. 23.

O rapto da Beja é apresentado como a “fatalidade” que determinou seu destino, porquanto perpetrado por um ser poderoso e superior, contra o qual era inútil lutar. Assim o indicam as palavras proferidas pela heroína como resposta aos reclamos amorosos de um admirador apaixonado, quando ainda vivia em Paracatu:

*Meu senhor, não sou senhora de meus atos; estou em poder daquele homem que tudo pode e não me atrevo a cair no seu desagrado e contrariar a sua vontade, porque sei do que ele é capaz*³³¹.

A tragédia estava, pois, perfeitamente caracterizada. Na análise desse gênero literário, Marilena Chauí diz que para ela existir é necessário que na trama exista um ser humano como sujeito, ou seja, um agente dotado de vontade e responsável pelos seus atos, embora saiba que o que faz depende, em último caso, da decisão e da vontade superior. *Sem a contradição entre a vontade livre e responsável e o sentimento de cumprir um destino inevitável, não pode haver tragédia*³³².

Para a autora do romance, como *infeliz criatura* e vítima involuntária, a culpa de Dona Beja poderia ser compreendida e tolerada, segundo o percebeu também a esposa de Antônio, o amante. Como mulher, a esposa também tinha sua vida dirigida e controlada por forças superiores, era grata à sua rival pelos amores que mantinha com seu marido e os aceitava como um “mal menor”, porque contribuíam para manter a harmonia em seu lar³³³.

O vigário, indefectível em todos esses romances, bondoso conselheiro, também enxergou a tragédia que permeava a vida daquela ovelha desgarrada, que havia perdido o caminho, mas não a devoção. Assim, acreditando que ainda tivesse salvação lhe fez apelos para que não mais pecasse. E diante dos argumentos que ela apresentou em seu favor, compreendendo a inevitabilidade de seus pecados, reduziu suas exigências: pediu-lhe que, pelo menos, poupasse os homens casados³³⁴. Ela aceitou e por isso foi perdoada. Negociando perdão e culpa com a pecadora, o fiel e plenipotenciário ministro de sua igreja,

³³¹ Idem. p. 45

³³² CHAUI, Marilena. op. cit. p. 59.

³³³ TEIXEIRA, Maria Santos. op. cit. p. 67.

³³⁴ Idem. p. 83.

conseguia preservar a família e o sagrado sacramento do matrimônio. Ela, eterna Madalena, “A Flor que Tombou no Lodo”³³⁵, ficaria com a redenção, por arrependida.

Outra mulher que também se ocupou de Dona Beja na literatura foi Maria Lúcia Alvim em sua obra “Romanceiro de Dona Beja”, ilustrada com desenhos de José Pedrosa e acrescida de um poema de Sylvio da Cunha. A autora reúne poesia em estilos diversos, inspirada em nossa personagem e produzida no período entre 1965 e 1975.

Para Alphonsus de Guimaraens Filho, em uma das apresentações do livro, tudo se conciliou para conferir à obra *nota própria e acentuar-lhe a diversidade dentro de uma nítida e evidente unidade*³³⁶ e, ainda que de forma brilhante, em nossa opinião, a autora organizou seus poemas segundo a temática e a seqüência convencional que se deu à narrativa do mito, introduzindo a heroína segundo a versão já conhecida.

Em outra das apresentações do livro, Ivo Barbiere remete o leitor à *semântica mítico-poética de seu discurso*, à necessidade de desvendar as origens e a uma *ânsia de remissão do destino*³³⁷ que teriam movido à autora para a realização dessa obra. Nesse sentido, sua busca, através da poesia, necessariamente deveria levá-la até o Sertão, o Largo da Matriz e a Chácara do Jatobá, lugares e nomes com os quais conviveu quando morou em Araxá, como filha do Dr. Fausto Alvim, prefeito em finais da década de 1930. Seriam elas *projeções simbólicas que depositam nas coisas circunjacentes o matiz íntimo de quadros evanescentes*. Nessa busca *do mito inaugural, excavação no tempo e na paisagem intestina, inquirição dos signos gravados na terra e dispersos no ar*³³⁸, a poeta procuraria encontrar os testemunhos verdadeiros da trajetória humana que lhe desvendassem as origens.

Desde esse prisma, ao levantar a problemática das origens e da busca de identidade, provavelmente seja essa autora quem melhor pressentiu o significado de Dona Beja como uma representação sócio-cultural inscrita em um discurso a partir do qual se poderia pensar na identidade de Araxá e, ainda, da região, o que a teria levado a dedicar um livro completo de poemas para tentar definir e desvendar o mito.

³³⁵ Idem. p. 59.

³³⁶ ALVIM, Maria Lúcia. op. cit. p. 11.

³³⁷ Idem. p. 13.

³³⁸ Idem. p. 15.

Segundo Peter Gay, Freud invejava os romancistas e os poetas pela rápida e, quase instintiva apreensão que tinham dos processos psicológicos ocultos. Gay também defende a verdade que existe tanto na história como na poesia e embora elas sejam de caráter diferente, não são por isso menos válidas. Os romancistas e os poetas, diz, não são alheios à pesquisa³³⁹.

Na busca pelas origens com que a autora desafiava, em vão, o tempo, confirmava-se, segundo Barbieri, o Mito do Eterno Retorno, onde retornar é renascer. *O retorno ao passado da história, da poesia, da emoção, é ainda caminhar na direção do nascente*³⁴⁰.

Se “poetizando” Dona Beja a autora tenta um retorno a suas próprias raízes e um resgate de sua identidade, em troca reserva para sua musa a solidariedade feminina e a redenção que aquela buscava e que lhe foi negada em seu retorno a Araxá. No banho e na fonte existe a purificação:

*A fonte lava
E mortifica
Livra da culpa
Seca na bica*³⁴¹.

Na poesia da autora vamos encontrar presente toda a variedade de imagens e elementos associados com Dona Beja, sejam eles provenientes de antigas mitologias ou da cultura regional. A universalidade dos símbolos e mitos é visível novamente no retrato que lhe faz como a ninfa que convida para um mergulho na fonte, no diálogo com **As Musas**. Entre perguntas e respostas a autora nos apresenta entre outras mulheres inspiradoras de poetas como: Bárbara Heliodora, *a bela*; Marília, *cujo nome passa*; Glaura, *nua na relva blanda*; Eulina, *de ingrata sorte*; Ifigênia, *a amada filha* e Ismália, *a louca das longas trança*, para encerrar:

*Quem é aquela
Desconhecida,
Alderabã,
Em pleno dia?

É Dona Beja
de sua fonte*

³³⁹ GAY, Peter. **Sobre o Estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 172.

³⁴⁰ BARBIERI, Ivo. op. cit. p. 15.

³⁴¹ **Entre duas Fontes**. In: ALVIM, Maria Lúcia. op. cit. p. 101.

*Que me convida
A mergulhar*³⁴²

Na poesia da autora, Dona Beja é também a musa flagrada num monólogo concebido num momento em que a mulher começa a descobrir-se e a despertar:

*...de penitentes abismos
Em campo aberto e fecundo
Na cadência policiada
do coração, pela cor
refluindo em mil acordes
no calor das almofadas votivas,
paisagem amanhecida
como se fora sonhada
como se fora de fora
e não dentro possuída;
flora de negra magia
pancada de chuva forte
cheiro de terra molhada...*³⁴³

A constante preocupação da autora com tempos e lugares; o título de alguns poemas como **As raparigas em flor**³⁴⁴ ou **O Tempo Referto**³⁴⁵; a diligência e a intimidade com a que insiste em acompanhar Dona Beja após sua **Chegada a São Domingos**³⁴⁶, **O Rapto**³⁴⁷, a **Volta**³⁴⁸ e a forma como invade todos os cantos de sua casa, já seja na **Sacada** ou na **Escadaria**, a **Sala de Visita**, o **Salão de Música**, a **Sala de Jantar...**, até o **Pátio**³⁴⁹, nos sugerem uma busca, como a de Proust, também de seu “tempo perdido”, numa caminhada ao passado em que recupera, também, o tempo de Araxá.

³⁴²Idem. **As Musas**. p. 77.

³⁴³ Idem. **Monólogo de Dona Beja** p. 85.

³⁴⁴ Idem. p. 76.

³⁴⁵ Idem. 172.

³⁴⁶ Idem. p. 74.

³⁴⁷ Idem. p. 81.

³⁴⁸ Idem. p. 98.

³⁴⁹ Idem. pp. 115-130.

Junto com Dona Beja, a poeta revê os lugares e na **Chácara do Jatobá**³⁵⁰, a acompanha, amiga, na intimidade de sua **Casa**: *Na lucidez de uma taça o veneno escorre, lento...* Na **Alameda** passeia com ela enquanto percebe, sem estar certa, que *uma porteira batia onde e quando não sei bem...* Juntas, poeta e musa, seguem pelo **Caminho das Águas** chegando até a **Estância** onde são eternamente rendidas pela onipresença das águas: *à pontualidade das águas nos rendemos sob a púrpura pátina do tempo...* Em **Progenitura**, a espia, curiosa, na **Concepção**: *Á força de sofrer engravidamos, com certa indolência compassiva...*; e vigia as transformações que se operam em seu corpo durante a **“Gestação”**: *O corpo é o artesão que mistifica...* Com ela conhece o paraíso da **“Maternidade”** e lamenta sua perda: *É duro conhecer o paraíso e dele ser expulsa...* e, quando, finalmente, se despedem em **Diamantina do Bagagem** com a **Balada da Estrela do Sul**: *Subirei pela noite acima com os teus olhos diamantinos...* Trespasadas pela **Agonia e Morte**, juntas, elevam uma última oração à padroeira, **Nossa Senhora Mãe dos Homens**: *Maria, tua glória conjuramos sob o manto acetinado....* Uma oração que lhes garanta a salvação antes de Dona Beja ditar sua última vontade e seu em **Testamento**: *Declaro ter vivido sempre em estado de solteira...*

Tanto quanto a pintores anônimos ou escritores de tempo parcial, Dona Beja também inspirou poetas bissexto que encontravam nos panfletos ou impressos particulares o único recurso para verem seus poemas e homenagens publicadas. Encontramos um desses exemplares nos arquivos de Afonseca e ainda que cronologicamente não pertença ao período dos autores que mencionamos, não poderíamos deixar de incluí-lo ao lado dos representantes da poesia, por entendermos constituir uma forma de expressar o sentir popular e o modo como a figura de Dona Beja era apreendida, enquanto era identificada com Araxá e com as fontes do barreiro.

Dona Beja continuava sendo a “mensageira” de sentimentos interessados (ou interesseiros?). Das homenagens às autoridades, à cidade e ao povo, daqueles que com e em seu nome pretendiam também exercitar seus dons artísticos. Em **O Canto do Araxá**,

³⁵⁰ Idem. p. 132 et passim.

*dedicado a Adelmar Tavares, Fausto Alvim, Álvaro Cardoso e ao Povo Araxaense*³⁵¹, o tenente do exército Plínio Faclante da Câmara começa com ela sua louvação à cidade:

*Minha gente, ora veja!
A senhora dona Beija
Que não casou pela Igreja,
Foi mesmo predestinada...
Levou uma vida agitada,
Entre sonhos e desejos
Entre prazeres e beijos...
Na velhice –recatada,
Na mocidade estouvada,
Teve um romance de amor,
Com um audaz Ouvidor,
E nos deu de “mão beijada”
Essa terra idolatrada,
Que é bem a glória de Minas,
Araxá abençoada,
Cheia de graças divinas (...)
Araxá de encantos mil,
Sanatório do Brasil.
De águas maravilhosas
Que lhe dão tão grande fama,
Araxá de boa lama...*

Tudo indica que, para Ângelo D’Avila, na década de 1990, escrever sobre Dona Beija foi uma boa oportunidade de expor as teorias desenvolvidas por Afonseca sobre seus talentos sexuais. Foi o único que explorou o filão erótico apontado por aquele, valendo-se dela para falar do “Suxantismo”, um dos seus sete predicados “intrínsecos” e uma suposta técnica erótica oriental, da qual, na versão deste autor, ela teria sido eximia praticante.

Em suas obras “biográficas”, “Dona Beija nua e crua” e “Dona Beija a Flor do Pecado”, essa técnica teria sido introduzida no Brasil pelos portugueses mas era conhecida desde a Idade Média, tendo sido mencionada por Rusticiano de Pisa que recolheu os relatos de Marco Pólo. O autor, morador de Brasília, funcionário aposentado, membro da

³⁵¹ Adelmar Tavares foi jornalista e poeta; Fausto Alvim e Álvaro Cardoso foram prefeitos de Araxá nas décadas de 1930 e 1940, respectivamente. O autor não colocou a data, mas incluiu sua fotografia na capa e um glossário ao final, para explicar ao leitor termos como “ouvidor”, “bouganvile” (sic), “Pau-de-binga”, entre outros, assim como fatos locais mencionados no poema. Pelas homenagens acreditamos haver sido escrito na década de 1940. DA CÂMARA, Plínio Faclante. **Canto do Araxá**. S/D. Doc. Nº 16. Cx. 1, AMDB.

Academia de Letras de Brasília e ganhador de diversos prêmios literários, aproveita para descrever a metodologia e as diferentes etapas que a envolvem³⁵². Durante a colônia, as mulheres ter-se-iam-se valido de um “pega-rapaz”, mecha de cabelo caído sobre a testa, à guisa de código secreto que indicava o conhecimento da técnica na qual se haviam especializado.

Nas primeiras páginas de uma dessas obras, o autor nos oferece um retrato da heroína, produzido segundo a técnica da “regressão computadorizada”, a partir de uma fotografia de quando ela era sexagenária, à que acrescentou a conhecida sentença ligeiramente modificada: “Deus fez a Beja e perdeu o molde”, atribuída ao Dr. Eduardo Montandon.

Não comentamos os outros autores porque nada de novo encontramos em seus trabalhos a não ser o desejo de aproveitarem o “boom” do momento e a boa receptividade do título Dona Beja, decorrente do êxito atingido pela telenovela. Esse parece haver sido o caso de Bordignon, que resumiu em versos o roteiro da mesma, o que vem a confirmar seu impacto ante o público³⁵³.

Analisar a obra “psicografada” do goiano Juliano Aarão³⁵⁴ requer cuidados especiais, senão pelas qualidades literárias, que não discutimos em nenhuma das obras referidas, pelo seu significado, enquanto inserida no processo de expansão do fenômeno religioso espírita. O espiritismo tem em Uberaba um centro de irradiação nacional, alavancado pela figura do “médium” Chico Xavier e seu estudo requer tempo e espaços próprios motivo pelo qual não pode ser tratado superficialmente³⁵⁵.

³⁵² Cf. D’AVILA, Ângelo. **Dona Beja a Flor do Pecado**. op. cit. De acordo com o autor, as quatro principais fases desse *método científico* seriam: *Excitação da Parceira, Cavalgamento sobre o Parceiro, Orgasmo no Ponto de Vênus e Relax Dorsal*. pp. 34-36.

³⁵³ BORDIGNON, Luiz Ignácio. **Dona Beja em Versos: Atualidades e Reminiscências**. São Paulo: Pannartz, 1989.

³⁵⁴ AARÃO, Juliano. **Anna Beja. Memórias**. Goiânia: Gráfica e Editores Bandeirante, 1997.

³⁵⁵ Cf. DA SILVA, Raquel Marta. **Chico Xavier: Imaginário religioso e representações simbólicas no interior das Gerais – Uberaba 1959-2001**. (Dissertação) Mestrado em História. Uberlândia MG: UFU, 2001. A autora discute o processo realizado com o consentimento e interesses mútuos, através do qual a imprensa se apropriou da figura do médium ao mesmo tempo em que ele facilitava e consentia nessa apropriação. Analisa o imaginário construído em torno de sua figura, sua incorporação pela sociedade local e seu papel na projeção de Uberaba no âmbito nacional.

Entretanto, registramos o lançamento do livro “Ana Beija Memórias”, no Museu Histórico de Araxá Dona Beja, em 1997, ante um público formado, principalmente, por espíritas, como um indicador da dimensão adquirida pela figura da heroína; a intensidade de sua presença no imaginário social, tornando-a passível de apropriações de toda índole e finalmente, sua capacidade de responder a inquietações e motivos diversos, que podem vir cobertos (ou encobertos?) sob o amplo manto da religiosidade e das crenças populares, avalizando sua legitimidade como manifestação cultural.

Essa rápida amostragem, objetiva, também, enfatizar a versatilidade de Dona Beja e sua capacidade “caleidoscópica” de se transformar segundo o ângulo e o movimento que se adotem ao enxergá-la, radicando nisso, certamente, uma das principais características que a posicionam como mito, confirmadas pela literatura e a iconografia, de onde se extraiu apenas um pequeno repertório de imagens.

Como produto destinado a um público que quanto maior torna-se “melhor”, fotografias forjadas, caracterizações, citações e referências bibliográficas, depoimentos orais de pessoas “reais” e conhecidas, tecnologia computadorizada, mediunidade, tudo, tem sido utilizado para convencer, agradar, conquistar ou manter os admiradores, vendendo-lhes aquela Dona Beja que melhor atenda a seus gostos, expectativas e ideologias.

1876.

Júlio de Oliveira ;
da Comarca de Rio Grande em
Cidade da Bagagem.

Inventaria dos bens
depois do falecimento de Manoel
de Almeida Guacimã de São José

IV

CONJECTURAS SOBRE O MITO:

Diálogo com os Documentos

Annuaire Documentaire
de l'Etat de Rio Grande du Sud de 1876
contient une notice sur le
Cidade da Bagagem, Comarca de
Rio Grande, Provincia de S. Pedro
de Rio Grande, em sua carteira autogra-
pha p. 124. In: Livro de Registros de
Cidade da Bagagem de S. Pedro de
Rio Grande e parcellas adjacentes
muito fideis, e lido e copiado
de modo veridico: de que se
consta que a cidade de Bagagem
em Comarca de Rio Grande
depois do falecimento de Manoel
de Almeida Guacimã de São José
depois do falecimento de Manoel
de Almeida Guacimã de São José

Faz parte da miséria do homem o não poder conhecer mais do que fragmentos daquilo que já passou, mesmo no seu pequeno mundo; e faz parte de sua nobreza e da sua força o poder conjecturar além daquilo que pode saber³⁵⁶.

Dialogando com os documentos.

O que deveriam ser somente as considerações finais desta pesquisa transformou-se aos poucos num quarto capítulo que consideramos indispensável para dar voz a uma série de dados, referências e informações localizadas em fontes primárias de diversas origens, que não foi possível ou oportuno inserir na composição da trama central do texto, mas que existem e por algum motivo estão ali, em documentos do século XIX, como “evidências circunstanciais” e testemunhas mudas, precisando serem ouvidas.

São, por vezes, referências rápidas e curtas, soltas e sem conexão aparente, pedindo explicações, assim como sua inclusão, ainda que periférica, no eixo central deste trabalho embora, neste caso, nem sempre isso tivesse sido possível, precisando nos contentar com inserir a maioria deles nesta última parte situada no escorregadio terreno das conjecturas.

Beatriz Sarlo refere-se à *impossibilidade de falar de um fato sem incluí-lo numa trama, que não (seja) necessariamente apenas uma ordem cronológica mas também uma ordem de níveis*, uma vez que,

³⁵⁶ MANZONI. Apud GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de 'Il ritorno de Martin Guerre' de Natalie Zemon Davis”. In ----- et alii. **A Micro-História e outros Ensaios**. Tradução de Antônio Narino. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 197.

é a trama que define *a pertinência das inclusões e das exclusões*. É sua interpretação para as palavras de Paul Veyne que diz que *os fatos não têm dimensão absoluta*,³⁵⁷.

Analisando a construção do mito em torno de Dona Beja desde essa perspectiva, vamos encontrar uma série de inclusões e exclusões com o objetivo de se criar uma trama que carregasse e desse sentido ao discurso que se construía em torno de sua figura, que funcionava, ao mesmo tempo, como porta-voz e representação da sociedade que a inventou.

As reflexões, também de Sarlo, vêm ao encontro de nossa necessidade de justificar a inclusão em “nossa” própria trama de dados que, ou não constam explicitamente na trama do mito, ou constam de forma arranjada previamente, mas nem por isso deixaram de ser importantes para dar-lhe sentido, fazendo parte das exclusões necessárias para conferir-lhe aquele que lhe desejava dar.

Ao mesmo tempo, e não obstante sabermos que uma das contribuições da antropologia à história cultural foi mostrar que os mitos não pertencem somente ao campo do “sagrado”, exclusivo dos estudiosos das religiões e que os graus de fantasia e realidade que apresentam não fazem parte da ordem de problemas propostos pelos historiadores, mas às preocupações daqueles, não resistimos à tentação de tentar um exercício historicizante: estabelecer o grau de “historicidade” ou fundamento histórico contido em alguns elementos do mito, tais como personagens e situações, também encontradas nas versões literárias ou na telenovela.

Esses elementos, após buscarmos suas origens, apresentaram graus variados de realidade histórica, o que nos levou a classificá-los segundo o material documental localizado e disponível para garantir-lhes a categoria que lhes demos. Da tentativa de relacionar os indícios e sinais soltos e espalhados na documentação consultada com os diversos graus de historicidade, que apresentaram alguns desses elementos surgiu esta parte de nosso trabalho.

De fato, foi irresistível tentarmos um diálogo entre esses elementos e a documentação; entre a personagem e as circunstâncias que a ligavam a outros personagens

³⁵⁷ SARLO, Beatriz. *Clio Revisitada*. In: ----- **Paisagens Imaginárias. Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação**. Tradução de Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 77.

ou a situações diversas, fosse no mito ou na história. Também foi irresistível tentar achar uma forma de atar os cabos soltos, representados por essas informações e por uma lista de personagens que surgiram ao longo de nossa pesquisa e que, mesmo não tendo uma participação direta na trama central do relato ou em nosso trabalho, foram encontrados na documentação periférica e complementar consultada para tentarmos obter um quadro mais completo do processo de construção do mito. Ainda que mantidos anônimos e nem sempre aparentes esses elementos, certamente, fizeram parte da dinâmica interna que gerou o mito, parecendo, apenas, não haver encontrado o espaço adequado para sua aparição ou exposição.

Mais do que respostas conclusivas, alguns desses dados levantam ainda mais interrogações, condizentes com os mistérios do que parece ser uma trama policial subjacente ao mito ou submersa por ele.

Ainda que cientes dos excessos em que se pode incorrer, sob o amparo da flexibilidade temática e metodológica da História Cultural, dos quais tentamos fugir, e embora nossa “especulação investigativa” possa parecer temerária, a fizemos inspirados na convicção de que dúvidas e interrogações são inerentes a uma “história-problema”, segundo a concebiam Marc Bloch e Lucien Febvre³⁵⁸. Mais do que a busca por respostas e verdades definitivas, os “enigmas e mistérios” que pressupõe a problematização da história, constituem um dos principais motores da pesquisa histórica.

Além do que, e para legitimar ainda nossas conjeturas e as dúvidas que delas derivaram, sabemos que um dos motivos que mais contribuíram para o sucesso entre a comunidade acadêmica da nova concepção da história é precisamente não tentar impor novos dogmas ou uma nova filosofia da história, mas convidar os historiadores para mudar seus modos e métodos de trabalho³⁵⁹.

Assim sendo, a proposta geral deste trabalho de recuperação do processo de construção do mito não implica, como condição básica para seu resultado final, na possibilidade de responder de forma absoluta e definitiva a todas as interrogações que o

³⁵⁸ BLOCH, Marc. **Introducción a la Historia** México DF: Fondo de Cultura Económica, 1952.

³⁵⁹ BARRACLOUGH, Geoffrey. Apud: CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e Paradigmas Rivais”. In: ---- VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1977. p. 7.

cercam; a problematização e a formulação de hipóteses já representariam um passo à frente na construção do conhecimento histórico local.

O que pretendemos aqui é, também, uma demonstração das tentativas de seguirmos todas as pistas -por menores que parecessem-, que, de um jeito ou outro, apontassem, se não para respostas conclusivas, ao menos para uma ampliação nas possibilidades de abordagem desse processo; abordagem que nem sempre poderia obedecer a procedimentos convencionais, dando ampla margem para as conjecturas às quais somos forçados quando as limitações permitem, somente, o conhecimento de “fragmentos” daquilo que já passou. Como ensina Manzoni, convenientemente citado por Ginzburg, conjeturar faz parte da grandeza humana.

A esse respeito, Tzvetan Todorov também nos acenou com seu consentimento. Diante da dúvida de se valer ou não dos textos que lhe apresentavam a visão indígena da conquista, por terem sido produzidos após a mesma e, portanto, sob a influência dos conquistadores, viu-se ante o seguinte raciocínio, em sua obra “A Conquista de América. A questão do outro”: se renunciasse a esse tipo de informações não poderia substituí-las por outras, a menos que renunciasse a qualquer tipo de informações a respeito. Assim, o único remédio era tentar ler esses textos não como enunciados transparentes, mas considerá-los dentro das circunstâncias em que foram produzidos. Dessa forma, a questão não o remetaria a um conhecimento verdadeiro do acontecido, mas à sua verossimilhança³⁶⁰. E é à verossimilhança dos fatos analisados que nos remetemos.

Para muitas das interrogações que foram surgindo ao longo da pesquisa fomos tentando dar resposta através de conjecturas, enunciando-as à medida que o conhecimento e o acesso aos documentos o permitiam. Certamente, essas dúvidas e os “enigmas” que as conjecturas suscitam, também fizeram parte da curiosidade popular contemporânea de Dona Beja e assaltaram, depois, os “inventores” do mito, o que as tornam elementos ativos na mitogênese e no seu processo de instalação no imaginário social.

Não as mencionamos no momento em que debatemos esse tema pela sua natureza eminentemente subjetiva e pela sua carência de suporte historiográfico local, que não combinaria com o teor da discussão que propomos naquela parte de nosso trabalho.

³⁶⁰ Cf. TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América. A questão do outro**. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 64.

Por outro lado, sabemos e estamos cientes, que, na medida em que avançarem as pesquisas históricas locais, algumas dessas conjecturas podem ser revistas e re-visitadas, confirmadas ou desmentidas. Mesmo respondidas as interrogações e resolvidos os enigmas representados pelas lacunas documentais, não é inválido o risco de tê-las apresentado e formulado neste trabalho.

Portanto, e fazendo um balanço final dos elementos que possibilitaram e dinamizaram o processo de construção do mito e devidamente ancorados nas fontes documentais e na bibliografia consultada, encontramos três momentos que abrangem um período amplo em sua inserção na história de Araxá: o primeiro, no século XIX, quando Anna Jacintha de São José viveu, até por volta de 1885, quando encontramos as últimas referências documentais de seu nome e apelido.

O segundo, no século XX, a partir de 1915, quando se resgatou a personagem da tradição oral e se construiu o mito dando-lhes uma dimensão histórica, até a década de 1940, quando se passou a explorá-lo na imprensa e na pintura, em função do empreendimento turístico do Estado.

E, finalmente, na década de 1950 até nossos dias, quando foi incorporado pela literatura e pelas artes da representação, em suas diferentes modalidades, levando o mito até os âmbitos nacional e internacional.

Corresponde ao século XIX, quando viveu a personagem histórica que originou o mito, o período mais desconhecido e difícil de completar seqüencialmente, quando surgiu a maior parte desses indícios e referências que nos levaram às conjecturas que até aqui tentamos justificar.

Mas antes de analisarmos os diferentes graus de historicidade que cercam os fatos e os personagens relacionados com o mito é importante começar reiterando a historicidade da personagem que o inspirou, cujo respaldo documental é indiscutível, centrando-se nossa análise no que se diz e se continua dizendo sobre ela.

Entre os acontecimentos relatados no mito, encontramos alguns que não foram possíveis confrontar com a documentação direta ou indiretamente relacionada com Dona Beja, seja para negá-los ou confirmá-los, motivo pelo qual foi necessário nos valermos da interdisciplinaridade, através da bibliografia produzida em outros campos do conhecimento, para tentar encontrar uma explicação para sua inserção na trama de nossa personagem,

enquanto fenômenos socialmente produzidos. Sugerem-nos apropriações, para as quais foi nulo o grau de fundamento documental relacionado diretamente com Dona Beja. Ainda que, como veremos adiante, eles não tenham deixado de acontecer.

Em segundo lugar, e em um processo semelhante ao anterior, encontramos uma série de dados que podem ser cotejados documentalmente, embora nem sempre as informações que fornecem os documentos correspondam aos personagens ou às circunstâncias locais com que foram relacionados no mito. São informações que apareceram desde as primeiras versões dos memorialistas e que se mantiveram em alguns romances, mas que parece haver sido deslocadas em sua passagem desde os documentos até os relatos. Para alguns deles já apresentamos alguma análise e nos sugerem transferências ou deslocamentos, através das quais se embaralharam nomes e acontecimentos, cujo resultado final acabou sendo uma mistura de história e imaginação.

Em terceiro lugar, estão as referências ou “indícios”, que encontramos soltos e espalhados na documentação, que envolvem não somente o nome e apelido de nossa personagem, como também o de pessoas e situações aparentemente alheias que, se bem não estão diretamente relacionadas com os fatos relatados, não podem ser simplesmente deixados de lado, já que estão ali, registrados nos documentos por algum motivo.

Apropriações

Entre as apropriações que consideramos mais flagrantes, e para a qual procuramos detidamente apoio documental, está o suposto rapto, perpetrado pelo ouvidor Joaquim Ignácio Silveira da Mota contra Dona Beja, na sua adolescência, e que constitui a peça chave e a coluna fundamental que sustenta o mito, já que dele derivaram todas as circunstâncias que cercaram a história da personagem.

Como já se mencionou anteriormente, não localizamos evidências documentais que o pudessem fundamentar historicamente. Como consequência, tampouco se localizaram documentos que pudessem fundamentar a permanência do ouvidor e sua amante em Paracatu e nem a interferência dos dois na reintegração do Triângulo Mineiro a Minas Gerais.

Os nomes são reais, mas as circunstâncias que os relacionam, aparentemente, são imaginárias ou parecem pertencer a outras “histórias” e a outros lugares, que podem ter sido inseridas para iluminar ou preencher as lacunas que existem no período inicial da vida de Anna Jacintha em Araxá e para compor a seqüência cronológica, indispensável a um relato “histórico”, segundo era concebido e segundo as normas que vigoravam quando se criou em 1915.

Na busca por “provas” documentais não estivemos sós. Ainda que levados por objetivos diferentes, antes de nós, historiadores tradicionais mineiros já o tinham tentado, movidos pela preocupação de expurgar a história dos elementos fictícios que minariam sua credibilidade. São historiadores que, se bem enxergam a disciplina histórica desde a perspectiva de uma busca pela “verdade” e o esclarecimento das inverdades que com freqüência encontram refugio na história, são úteis pela minúcia com que procuram essas provas documentais nos arquivos, para provar ou desmentir os fatos que estudam.

Isso de misturar lenda ou romance com história, geralmente traz confusão aos desprevenidos, diz um desses historiadores³⁶¹. Ele encontrou nos arquivos do Estado os autos de um processo por rapto, em que pode estar inspirado o de Dona Beja, caracterizando-se como a “apropriação” de um fato ocorrido em Serro, antiga Vila do Príncipe, em Minas Gerais. Segundo a documentação, em 1801, nesse lugar, um ouvidor de nome Antônio Seabra da Mota foi acusado de raptar a filha de um comerciante português, a quem devia dinheiro. O ato teria como objetivo forçar a realização de um casamento, através do qual poderia saldar sua dívida. O pai da jovem moveu um processo de indenização contra o raptor, cujos autos constam nos arquivos³⁶².

Os autores de outras publicações também se preocuparam em apontar as incongruências dessa “estória”, como era chamada para assinalar seu caráter fictício, contestando, entre outras coisas, a impossibilidade de um ouvidor de Goiás poder fugir para Paracatu, em Minas Gerais, e continuar exercendo tranqüilamente suas funções³⁶³.

³⁶¹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. op. cit. p. 32.

³⁶² BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. p. 217.

³⁶³ BARBOSA, Maria Claret Carneiro. **A Participação da Mulher na História de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986. pp. 69-75. A autora cita as “Efemérides Mineiras” de Xavier da Veiga, em 3 de novembro de 1801, que registram a *Ordem do governo de Lisboa ao governador da capitania, mandando facilitar a Francisco José Monteiro os meios de tirar sua filha violentamente roubada pelo Ouvidor*

Mas, verídico ou não, o rapto de Dona Beja mereceu credibilidade apesar dos desmentidos por parte dos historiadores preocupados com a “verdade histórica”. Acreditamos que a coincidência dos sobrenomes dos ouvidores Seabra da Mota e Silveira da Mota e do nome dos lugares “Vila do Príncipe” e “Paracatu do Príncipe”, cenários onde transcorrem ambas histórias, possam ter contribuído para aproximá-las, facilitando sua apropriação, fenômeno que não é raro encontrar e observar nas sociedades humanas.

Para auxiliar-nos na compreensão desse fenômeno devemos lembrar, novamente, as observações de Levi-Strauss em um texto onde discute, precisamente, a aproximação da mitologia e da história. Ele se refere à apropriação de tradições, personagens e histórias orais, em diversos povos, ainda que provenientes de outras comunidades, segundo se desprende de suas palavras:

Parece-me muito interessante considerar o modo como, quer no norte, quer no Sul da América, e na realidade em todas as partes do mundo, um indivíduo que recebeu, por direito ou herança, um certo relato da mitologia ou da tradição lendária de seu próprio grupo reage ao ouvir outra versão diferente, contada por alguém pertencente a um clã ou linhagem diferente, a qual é semelhante em certa medida, mas, noutra perspectiva, é também extremamente diferente³⁶⁴.

Em nossa opinião, neste caso, um rapto “arranjado” para Dona Beja seria uma solução conveniente para uma relação inconveniente: aquela que sabidamente nossa personagem manteve com o vigário. Uma releitura que também forneceria a justificativa válida e necessária para a prostituição da heroína que se pretendia criar. Um rapto, com a carga de violência e onipotência que carrega, exerce um impacto mais marcante na imaginação dos leitores, além do que, uma conduta desviante proveniente de uma “fatalidade” como essa, seria bem mais aceitável que a derivada apenas dos baixos e conhecidos instintos femininos, dos quais, como mulher, Dona Beja, era “portadora”. Não esqueçamos as considerações de Delumeau sobre o rapto e o tratamento de tragédia que a escritora araxaense deu, em seu livro, à personagem e a sua história.

*Antônio Seabra da Mota e Silva (...). Ver também o artigo de OLIVEIRA MELLO. **Dona Beja, Paracatu e o Triângulo**. Publicado no Estado de Minas, na década de 1980 em que desmente a “farsa gritante” da participação de Dona Beja na anexação do atual território do Triângulo Mineiro a Minas Gerais.*

³⁶⁴ LEVI-STRAUSS, Claude. Quando o Mito se Torna História. In: ----- **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 1978, pp. 62-63

Outra leitura e na suposição de que tivesse realmente acontecido um rapto na vida de Anna Jacintha, é a possibilidade dele ter sido cometido não pelo ouvidor, mas pelo próprio vigário, seu amante confesso. Levantamos esta hipótese apoiados nas informações e questionamentos de Maria Beatriz Nizza da Silva sobre a atenção que se dava nas Constituições Primeiras do Bispado da Bahia se dava para as punições por crimes de rapto e sedução cometidos por membros da Igreja, as quais dão a impressão de visarem principalmente os clérigos, o que teria levado à autora a se perguntar se isso não ocorreu porque eram eles quem mais comumente os cometiam³⁶⁵.

Nesse caso, estaríamos ante a possibilidade de um encobrimento deliberado, ou não, da real identidade do criminoso, cuja culpa teria sido transferida para outro, a fim de proteger, mais do que a reputação do autor, a da instituição da qual era representante. Já que, como veremos oportunamente, a preocupação pela preservação do “bom” nome das pessoas não foi uma das principais características dos que inventaram e mantiveram o mito.

Sendo procedente ou não a história do rapto, novamente Todorov nos auxilia quando aponta, não a importância de um fato ter ou não ter acontecido, conforme e segundo apresenta algum cronista, mas de ele ter podido afirmá-lo e, principalmente, ter contado com a aceitação do público. E isso seria tão importante e revelador quanto se tivesse ocorrido, algo que, ao final, poderia dever-se ao acaso.

Para ele, a recepção dos enunciados é mais reveladora do que sua produção e as mentiras ou enganos cometidos por um autor seriam mais significativos do que as verdades que pudesse emitir. Desde essa perspectiva, a noção de falso ou verdadeiro ficaria desqualificada, já que a importância recairia mais no fato de que o texto produzido pudesse ser aceito, ou não, por seus contemporâneos³⁶⁶. Resumindo, a credibilidade que merece uma inverdade e a descoberta ou conhecimento da intencionalidade subjacente à sua enunciação e utilização se torna, e a torna, mais significativa do que o descobrimento da própria “verdade”.

³⁶⁵ DA SILVA, Maria Beatriz Nizza. op. cit. p. 75.

³⁶⁶ TODOROV, Tzvetan. op. cit. p. 64.

Transferências

Nesta segunda categoria incluímos principalmente personagens reais que foram arrolados como atores na trama de alguns romances ou relatos supostamente históricos, mas que foram deslocados espacial ou cronologicamente, atribuindo-lhes funções irreais que, aparentemente, tiveram como objetivo dar maior volume à história, funcionando como coadjuvantes da estrela principal.

Esses parecem ser os casos do próprio ouvidor Silveira da Mota, pivô da história, transformado em raptor e que de fato atuou em Araxá em princípios do século XIX, como pode ser conferido em documentos judiciais; de Josefa Pereira, analisado oportunamente; das “Candinhas” e Candinha da Serra, prostitutas que figuram no relato e nos romances como vizinhas e rivais “baratas” de Anna Jacintha.

Esses últimos nomes podem estar relacionados com os das irmãs Herculana Cândida de São José e Cândida Antônia de São José, assim como com o de sua mãe, também chamada Herculana Cândida de São José, filhas e esposa do capitão Antônio José de Araújo, proprietário do sobrado da esquina, vizinho ao de Anna Jacintha.

Também é possível que da “Serra” esteja relacionado ou aluda a alguma das fazendas do capitão, entre elas uma sesmaria localizada no Sertão dos Araxá, *abaixo da Serra*³⁶⁷. Abaixo ou acima da “serra” eram referências e nomes frequentes para as propriedades rurais situadas próximas ou *não longe das Serras da Pirapitinga, do Araxá, da Boa Vista e do Monte Alto nas contravertentes do Barreiro*³⁶⁸.

Outra possibilidade é o nome ter sido inspirado no de alguma personagem real, prostituta ou regente de algum estabelecimento, cujo nome tivesse tornado genérico e extensivo a suas pupilas, transferidas para o casarão, por um desses engenhosos mecanismos utilizados no mito e que fizeram possível, por exemplo, que Josefa Pereira se tornasse também prostituta e o coronel Fortunato um boticário.

Após a morte de seus pais, três anos antes de Anna Jacintha vender seu sobrado, as duas irmãs Cândidas venderam sua propriedade para o capitão Marcelino Manoel Teixeira,

³⁶⁷ Sesmaria. 1782. Caixa nº 3. AFTF.

³⁶⁸ AFONSECA e SILVA, Sebastião de; MACHADO, Ayres da Mata. **História de Araxá**. op. cit. pp. 8-10.

em 1861. Mas na reconstituição cronológica que fizemos, a partir desse ano, até o de 1965, quando se instalou no sobrado o Museu Regional Dona Beja, não encontramos nenhuma referência associada ao nome “Candinhas”. Esse nome foi encontrado num documento de 1892, batizando um local na chamada rua das Flores, situada entre o cemitério municipal e a Igreja Matriz de São Sebastião³⁶⁹.

A deliberação municipal que desde 1873 instituiu a denominação oficial das ruas, parece que ainda não tinha sido assimilada pelo povo que seguia o antigo costume de registrar as vias públicas, inclusive nos documentos oficiais, com o nome, a ocupação de seus vizinhos ou segundo as peculiaridades que uns e outros apresentassem. Tudo indica que a rua onde ficava o local das “Candinhas” era a mesma que no século XX ainda era conhecida popularmente como a “zona”, abreviatura para “zona do meretrício”, denominação que recebia pela concentração de estabelecimentos dedicados a esse tipo de comércio.

Contudo, não se pode descartar a possibilidade de que na memória popular, após sua partida para a *Freguesia de São Francisco de Salles, no Município da Villa do Prata*³⁷⁰, onde moravam na época da venda, as filhas do capitão, antigas moradoras do sobrado, fossem lembradas como as “Candinhas”, sendo identificadas ou confundidas posteriormente, com as “Candinhas”, da “zona”.

Um outro caminho para se entender o que levou às três Cândidas de São José, históricas, até o prostíbulo de “Candinha da Serra” ou às “Candinhas” da “zona”, no imaginário social, seria conhecer as regras impostas pela sociedade às mulheres, ante a necessidade de normatizar sua conduta e legitimar sua condição através do casamento. O estado civil, como se viu oportunamente, era fundamental na distribuição dos papéis sociais que, segundo as normas consuetudinárias, eram atribuídos às mulheres, não somente no passado como até hoje.

A ausência de assinaturas ou referência dos maridos nas procurações que fizeram para vender o sobrado, assinadas “a rogo”, por não saberem ler nem escrever, sugere que ficaram solteiras, já que se fossem casadas, e ainda que fossem representadas por terceiros,

³⁶⁹ Escritura de compra-venda. 1892. Livro nº 23, folha 80. Cartório do 1º Ofício de Notas de Araxá, MG.

³⁷⁰ Idem. Idem.

os nomes e as rubricas de seus cônjuges constariam, como “cabeças de casal”, nas procurações e no documento de venda. Contudo, não se pode eliminar a possibilidade de que, ao tempo do negócio, ambas fossem viúvas e sem filhos, o que na prática e na (des)consideração social não as diferenciaria muito das “solteironas”.

O mesmo nome São José, das proprietárias dos dois sobrados vizinhos, explicaria também a confusão que levou o povo a denominar o casarão da esquina como “sobrado da Beija”, nome que um século depois já constava nas escrituras, embora o que realmente lhe pertenceu esteja situado no meio do quarteirão.

Outro caso de transferência de nome e identidade parece ser o de Fortunato, identificado nos livros e na telenovela como um *boticário que virou rapidamente coronel e um dos maiores latifundiários de Araxá, ambicioso e inteligente*³⁷¹, figura carimbada como um dos amigos incondicionais de Dona Beja. Essa figura pode ter sido inspirada ou parece corresponder a de um neto do coronel Fortunato, chamado Fortunato Botelho, “Natinho”, farmacêutico nas primeiras décadas do século XX e um dos filhos de Idalina de Castro Botelho. Idalina era filha natural do coronel, de quem foi sua única herdeira, após ter sido devidamente reconhecida e legitimada em cartório. Como mandava a tradição, era casada, desde 1876, com seu primo Francisco Jacintho da Silva Botelho³⁷².

Outros personagens, protagonistas anedóticos de histórias engraçadas ou curiosas, que constam em alguns romances inseridos na trama principal como admiradores afoitos ou candidatos a seus favores, rejeitados por atitudes caprichosas da personagem ou por serem “de cor”, receberam nomes e sobrenomes de pessoas reais do passado, embora a documentação consultada não nos tivesse lançado nenhum sinal que justificasse esse tratamento. Aparentemente, são personagens e histórias que, em princípios do século XX, faziam parte da comicidade popular, pertencendo ao inventário dos “causos” da memória e do anedotário coletivo, mantidos vigentes pela transmissão oral, e que foram introduzidos

³⁷¹ ROSA, Pedro Divino. **Dona Beja**. 3ª ed. Edição Independente, 1999. p. 55. VASCONCELOS, Agripa. op. cit. p. 94 et passim.

³⁷² Inventário do Coronel Fortunato José da Silva Botelho. 1890. Caixa 180, AFTF.

nos romances sobre Dona Beja para dar-lhes maior volume. Não esqueçamos que a maioria dos escritores obteve suas informações da mesma fonte em Araxá³⁷³.

Esse é o caso de Felício da Rocha Roriz, incorporado às histórias de Dona Beja por memorialistas e romancistas como um avarento agiota que teria tentado comprar seus serviços, sendo rejeitado de forma pouco comedida, por ela não admitir entre seus clientes gente de cor³⁷⁴. Em 1890, Otaviano de Toledo se refere a esse personagem, com cujo nome foi batizado um dos becos do centro antigo da cidade, como *um dos homens mais trabalhadores de Araxá*, ligado principalmente à construção da Igreja de Nossa Senhora D'Abbadia³⁷⁵. Na documentação consultada podemos conferir que se tratava de um comerciante, *homem pardo que vive de seu negócio de secos e molhados*³⁷⁶, mais tarde também “fabeiqueiro” daquela Igreja, encabeçando com vinte contos de réis a lista dos que colaboraram para as obras de sua construção³⁷⁷.

Chama a atenção que para Francisco Antônio Rodrigues, aparentemente o único irmão de Anna Jacintha, mencionado por ela em seu testamento, documento freqüentemente invocado para conferir veracidade a tudo que se escrevia sobre ela³⁷⁸,

³⁷³ No prefácio das três edições de sua obra, “Dona Beja a Feiticeira do Araxá”, Thomas Leonardos refere-se a Sebastião de Afonseca e Silva, a quem chama de “patriarca” e ao acesso que teve a seus arquivos sem os quais não poderia ter escrito seu livro. Waldir Luiz Costa, autor de “Da maloca ao Palácio” se refere a ele no prefácio como *venerando senhor (...) respeitável barão de Plutarco* (de quem) *não se poderá, hoje como nunca, escrever uma frase sequer sobre a história de nossa terra e de nossa gente, sem ouvir-lhe a palavra abalizada, que se inspira numa vida de pesquisa honesta e de trabalho meritório*. O livro de D. Maria Santos Teixeira, “O Solar de Dona Beja” foi apresentado por ele, que incorporou a seu nome o título de “historiador aos 86 anos”. J.G Almeida dedica “O sertão dos Araxás e os amores de Dona Bêja” ao *venerando e venerável historiador e arquivista da Cidade*. Agripa Vasconcelos não o menciona, mas faz questão de dizer que em sua obra: *As lendas inverosímeis foram desprezadas. Todos os nomes, datas e lugares são, a rigor, exatos. Os fatos em geral aqui aflorados foram ouvidos de mais de um informante (...) uns poucos nomes(...) aparecem como parônimos, por viverem ainda pessoas de seu sangue, e pela escabrosidade dos fatos em que se envolveram*.

³⁷⁴ PONTES, Hildebrando de Araújo. “**Dona Beja**”. 1800 – 1890. Araxá, Estado de Minas Gerais. S/D. TEIXEIRA, Maria Santos. op. cit.

³⁷⁵ TOLEDO, Octaviano de. op. cit. pp. 282-283

³⁷⁶ Autos do Processo da Revolução de 1842. AFCCB.

³⁷⁷ A Igreja foi demolida cedendo seu espaço para a atual Igreja Matriz de São Domingos.

³⁷⁸ *Em nome de Deos Amen. (sic). Eu Anna Jacintha de São José nascida e batizada na Freguesia de São José digo na Freguesia da Cidade da Formiga, desta Província de Minas Gerais, filha natural de Maria Bernarda dos Santos, já fallecida, faço o meo testamento e disposição de ultima vontade pela maneira seguinte (...). Nomeo epeço que sejam meos testamenteiros, em primeiro lugar meo genro Clementino Martins Borges; em segundo lugar meo neto Doutor Francisco Feancisco (sic) Ribeiro da Silva, e em*

nenhum memorialista, cronista ou romancista tenha encontrado utilidade na trama que se construía, sendo ignorado em favor de uma lista de personagens fictícios incorporados nos romances. Isso pode ser explicado pelo fato dos principais romances terem sido escritos antes da “descoberta” do testamento, dado a conhecer pela imprensa em 1965, quando a “febre” de Dona Beja acometia Araxá, em função da “cruzada” histórica provocada pela comemoração do primeiro centenário de sua elevação a cidade.

Contudo, dois casos merecem uma reflexão mais detalhada, porquanto envolvidos com acontecimentos e crimes reais que foram relacionados diretamente com a trama central da história, mas com a qual não conseguimos vinculá-los diretamente. O primeiro é o de Manoel Fernandes de Sampaio, suposto amante de Dona Beja a quem a tradição popular e os romances atribuíram a paternidade de Thereza. O outro é seu suposto assassino, chamado Antônio Ramos³⁷⁹ ou Antônio Almeida Ramos³⁸⁰, também apresentado em alguns romances como um escravo a quem ela teria encomendado o assassinato do amante.

O sobrenome Almeida Ramos foi localizado em uma documentação judicial, relacionada com ações e processos de falência da firma “Almeida & Filho”, de Antônio Almeida Ramos e seu filho José Almeida Ramos, na década de 1880³⁸¹, mas não conseguimos localizar nenhuma referência ou documento que relacionem esses nomes com o crime. Até porque não localizamos nenhum documento sobre o mesmo crime.

Mais enigmática ainda, é a inclusão de Sampaio na página policial da história de Dona Beja. Nas páginas amorosas é figura constante como o amante, algumas vezes chamado Manoel e outras Antônio, que por ciúmes teria aplicado uma surra a nossa personagem. Sobre ele, podemos apurar que, de fato, foi assassinado, mas não conseguimos estabelecer, em princípio, um vínculo entre eles.

Entretanto, uma leitura que cedesse um espaço maior à conjectura teria que levar em conta uma série de dados ou, ainda, a ausência deles que, se não lançam maiores

terceiro lugar meo Irmão Francisco Antonio Rodrigues (...): e por não saber ler enem escrever, vai escripta eassignada ameo (sic) rogo por Francisco de Paula Ramos Horta. Memória do Judiciário Mineiro. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

³⁷⁹ ALMEIDA, J.G. **O Sertão dos Araxás e os Amores de Dona Bêja** op. cit. p. 64.

³⁸⁰ VASCONCELOS, Agripa. op. cit. p. 317 et passim.

³⁸¹ Inventário de Antônio Almeida Ramos. 1888. Caixa Nº 171. AFTF.

esclarecimentos, deixam no ar uma série de interrogações sem resposta. A ausência de dados muitas vezes produz silêncios mais eloqüentes que as próprias palavras, se seguirmos a orientação de Carlo Ginzburg e seu “paradigma indiciário”³⁸².

Inspirado na técnica de Giovanni Morelli que desenvolveu uma metodologia para a atribuição das obras de arte, deslocando a atenção *das características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis*³⁸³ e fixando-a em detalhes secundários ou periféricos aos quais, normalmente, não se dava atenção, como o lóbulo da orelha, os dedos e as unhas, menos influenciados pelas características do artista ou de sua escola. O historiador italiano propõe a utilização de técnica semelhante na pesquisa histórica diminuindo o foco da atenção dos elementos mais visíveis e sobressalentes em uma história ou documento e transferindo-a para detalhes periféricos e aparentemente secundários; “indícios” reduzidos ou escondidos, consciente ou inconscientemente, por trás de dados e informações nucleares, por quem os registrou ou produziu. Esse método teria sido usado por Freud e por Arthur Conan Doyle em seu célebre personagem Sherlock Holmes.

Não apenas os pequenos detalhes, mas a mesma ausência deles tornaram-se indícios, para nós, na história de Manoel Fernandes de Sampaio, que viveu e morreu em Araxá, no século XIX, sendo contemporâneo, quatorze anos mais velho, de Dona Beja. No censo provincial de 1832 foi relacionado como homem branco, de 46 anos, casado com Anna – Anna Felizarda de Resende ou “Aninha Felizarda”, em romances e telenovela-, de 24 anos, pai de dois filhos: Placidina, de 6 anos e Forbes, de 2, morador na vila, onde possuía onze escravos. Nas Atas da Câmara Municipal e em documentos do poder Judiciário também consta a atuação de Sampaio como vereador e Juiz de Órfãos.

Em 1833, Sampaio foi objeto de uma ação judicial por calúnia e ofensas movida contra ele pelo seu compadre e tio de sua mulher o comerciante Antônio da Costa Pereira, a quem chamou de *alcoviteiro dos diabos e filho da puta*, em público, quando estava sentado na porta de seu negócio e na frente de varias testemunhas, que presenciaram quando passou cavalgando, apressado, proferindo tais ofensas. Segundo as testemunhas, essas palavras

³⁸² GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma Indiciário. In: ----- **Mitos - Emblemas - Sinais: Morfologia e História**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 143-180.

³⁸³ Idem. p. 144.

foram a resposta às perguntas que o comerciante lhe dirigiu sobre o motivo para sair de viagem, o porquê de tanta pressa e para onde se dirigia³⁸⁴.

A primeira frase sugere a possibilidade de uma natureza passional para a causa da ira do agressor, uma vez que alcoviteiro é aquele que serve de intermediário, encobre ou protege relações de alcova, ilícitas e secretas. Ao que tudo indica, a segunda já era, como hoje, uma fórmula para ofender sem que aludisse, necessariamente, a algum detalhe específico ou real da vida ou do comportamento da mãe do ofendido.

Se as palavras eram ou não procedentes foi irrelevante para acusação, que se baseou na ofensa que elas representavam,

...não só por ofensivas ao decoro do cidadão pasifico, mas também ao seo crédito e honra, que vive manço e pasifico, (sic) que não ofende a seos concidadãos, mas que também vive sujeito às Leis, as Authoridad's constituídas, que he Fiscal da Câmara desta Villa e della Vereador Suplente..³⁸⁵.

Agravadas pelo fato de terem sido proferidas em público e diante de pessoas que nada podiam ou pareciam saber dos motivos que poderiam tê-las inspirado, detalhe que tampouco foi apurado nem lhes foi perguntado.

A justiça se manifestou com a severidade que requeria a posição do ofendido, que vivia de seu negócio de “fazendas, secos e molhados”, com fazendas de plantações, e criações e, ao que tudo indica, era a mesma pessoa que em 1816 teria atuado como procurador na Corte e portador do abaixo-assinado através do qual os moradores do Julgado de Araxá solicitaram e obtiveram do Príncipe Regente a sua anexação a Minas Gerais³⁸⁶.

Sampaio foi condenado a pagar uma multa de trinta mil réis, a um mês de prisão, a pagar as custas do processo, sendo destituído, ainda, do cargo de vereador. Três anos depois, em 1836, foi *despiadadamente* assassinado com uma bala e treze *caroços de chumbo grosso*, disparados por uma espingarda, no dia treze de junho, por volta das sete

³⁸⁴ Libello. 1833. Caixa nº 30. AFTF.

³⁸⁵ Auto Summario de Corpo do Delicto. (sic) 02/ 07/ 1833. folha. 2. Caixa nº 30. AFTF.

³⁸⁶ Cód. Col. Nº 368, S.G, folha 125 e Cód. Nº 656, DF, folhas 163-163v. APM. Belo Horizonte, MG.

horas da noite, segundo consta no termo de abertura de inventário solicitado por sua esposa³⁸⁷.

Aqui estamos ante um fato e um personagem real, para os quais, embora constassem em diferentes versões do mito, não conseguimos encontrar um lugar pertinente na trama do perfil biográfico que fizemos de Anna Jacintha, cuja historicidade foi baseada unicamente em documentos primários e fontes historiográficas.

Mas, se não pode ser incluído na trama historicizada da vida de Anna Jacintha, Sampaio é uma figura onipresente na trama do mito em torno de Dona Beja, o que nos obriga a dedicar-lhe algumas de nossas mais demoradas reflexões.

O Sampaio histórico foi uma figura com uma posição de certo relevo em Araxá na primeira metade do século XIX, a julgar pelo fato de haver ocupado uma cadeira no legislativo municipal, o que somente poderia ocorrer em se considerando sua posição financeira como dono de terras e escravos³⁸⁸. Por outro lado, por sua posição e por terem sido violentas as causas de sua morte, esta não poderia passar despercebidas ou sem registro.

Entretanto, a única alusão que encontramos a ela foi, curiosamente, como se “contrabandeada” na documentação relacionada com seu inventário. E ao dissermos “curiosamente” o fazemos baseados na leitura de um bom número de inventários onde não é comum encontrar esse tipo de referência. Neles, no termo de abertura, os autores ou procuradores limitavam-se a registrar, laconicamente, a data e o lugar do óbito que justificaria o início do processo.

O contrabando por nós empregado refere-se e nos foi sugerido, pelas palavras *despiadado*, *atraiçoadamente* e *desastroso falleciment^o* (sic), expressões de forte carga emocional, estranha nesse tipo de documentos, mas empregadas pela viúva para referir-se à causa do óbito em dois únicos documentos em que solicita, em primeiro lugar, a realização do inventário e, depois, uma autorização para atuar como tutora dos filhos³⁸⁹.

³⁸⁷ Inventário de Manoel Fernandes de Sam Paio. 1836. Caixa n° 33. EFTF.

³⁸⁸ Idem. op. cit. p S/N.

³⁸⁹ Idem. Ilm° Sn'r Juiz d'Orphãos Inter°. *Diz D. Anna Felizarda de Rezende, Viúva, q' ficou de Manoel Fernandes de S. Paio, q' sendo o dito finado despiadadamente atravessado de hu'a bala, e 13 caroós de chumbo, no dia 13 de Junho de cad anno, ehavendo nesse mm° dia dado alma ao Creador...(sic).*

A gravidez da viúva à época do crime e seu iminente parto quando, seis meses depois, solicitou a realização do inventário, constituíam um reforço para o tom emocional que percebemos nessas expressões, que podem ser interpretadas como a única oportunidade de dar vazão à dor e à indignação, não apenas pela perda do marido como pelo mesmo crime³⁹⁰.

Por outro lado, devemos considerar que, o tom dramático com que se dirige às autoridades, principalmente no segundo documento, poderia ter como objetivo provocar uma reação favorável ou simpática a ela, já que o que solicitava era a tutela dos filhos. Garantindo não ter dado motivo a falar sobre seu procedimento que merecesse censura, salvo qualquer calúnia que gratuitamente lhe fizessem e sem poder constar que ao menos, pelo mais leve pensamento, tivesse tratado ou prometido passar a segundas núpcias, como “terna Mãe” solicitava a tutela e a administração dos bens de seus filhos³⁹¹, o que lhe foi concedido após serem devidamente registrados os depoimentos em seu favor, prestados sob juramento pelas testemunhas apontadas por ela, entre eles o alferes Desiderio Mendes dos Santos, o Coronel João José Carneiro de Mendonça e Augusto Montandon,

Chama a atenção a assistência prestada à viúva pelos notáveis da vila, na realização do inventário e na obtenção da tutela dos filhos em contraste com o descaso que sugere a ausência de documentação relacionada com o crime. O fato de Sampaio não mais pertencer à Câmara Municipal, assim como as circunstâncias que provocaram sua exclusão, não lhe retiravam, certamente, a condição de membro influente da comunidade, o que torna ainda mais significativa essa aparente ausência de documentos ou referências sobre alguma possível investigação ou processo movido em decorrência de seu assassinato.

Esse silêncio documental em torno de um crime de morte, envolvendo um membro de uma família influente da comunidade, torna-se mais significativo principalmente ao ser

³⁹⁰ Idem. *Ilmº Sn'r Juiz d'Orphãos Interº. Diz D. Anna Felizarda de Rezende, Viúva e Cabeça de Casal, q'ficou do falecido seu marido Mel Frz de S. Paio, q'avendo ommº sido dezpiadadamente assacinado com uma balla, e treze caroços de xumbo groço, provinientes dum Tiro de Espingarda q'atraiçoadamente lhe foi impregdº nesta Vª asete horas pouco mais ou menos, da noite do dia treze ... (sic).*

³⁹¹ Idem. *Q'a Supp. E desde o falecimentº daquelle seu marido the agora tem constantemente vivido debaixo de toda a honestidade das regras da desencia, de manrª, q' ao menos está perçuadida de q'nada tem dado a falar de seu procedimentº, que mereça sençura (...). Finalmente, que a Supp. he a mesma em sua idêntica pessoa (...). Portanto, e pelo que se vem desprender he, q'a Supp. requer a VS pª que nos trºs da dª legislaçam pelas testemunhas que nomeia o Cel. João Jé carneiro de Mendonça, e o Alfes. Deziderio Mdes. Dos Santos...*

comparado com a documentação que detalha as circunstâncias que lhe renderam, três anos antes, um processo e uma pena por crimes menores, como os de calúnia e ofensas, já mencionados.

Assim sendo, e ainda que saibamos dos estranhos caminhos que conduziram outras pessoas até situações com as que, aparentemente, nada tiveram a ver, por conhecermos a relação que no mito se lhe atribui a Sampaio com Dona Beja e a relação que, de fato, esta manteve com João José Carneiro de Mendonça; pela relação que o último manteve com a viúva, como avaliador e testemunha nomeado por ela na realização do inventário; pela frequência com que encontramos esses nomes presentes nos diversos episódios de nossa história, não seria descabido nos perguntarmos qual teria sido o verdadeiro teor da relação de todos eles.

Por que e como foi possível esse silêncio documental em torno de um fato que, sem dúvida, deve ter provocado uma comoção e concorrido para uma grande alteração na tranqüilidade da comunidade. Quais teriam sido os misteriosos caminhos que conduziram Dona Beja até o banco dos réus no mito, acusada de ser a mandante desse crime.

A questão poderia ser resolvida se vista como um fenômeno de transferência ou apropriação semelhante ao rapto, em que o processo de reclamação de herança pudesse ter sido reelaborado na memória social e transformado em um processo de crime, perpetrado contra o amante, aproveitando-se das lembranças ou notícias que ainda se tinham daquele assassinato e da ausência de documentos esclarecedores. Isso, se não existissem “indícios”, que discutiremos oportunamente, de algum tipo de vínculo entre eles, numa trama oculta e apenas sugerida pelo nome e o apelido de Dona Beja associado às propriedades rurais da família de Sampaio.

Mas, ainda que estranhos, os caminhos de “nosso” mito podem ter mão dupla e o contrário também ser válido. Se, por um lado, essa ausência de documentos pode estar relacionada com uma ação deliberada para ocultar fatos ou pessoas, envolvidas com a vítima e o crime, também é possível que a relação dela com a vítima e com o crime tenham sido construídas posteriormente, reforçados pela ausência de registros, causados por não saber que motivos, permitiram uma livre associação entre os personagens e os acontecimentos, já que nada ou ninguém poderia desmenti-los.

Mas, com ou sem documentos, o fato é que o crime ocorreu e ainda era conhecido ou lembrado por alguém no século XX, tanto que foi incorporado à trama do mito. Como já observamos anteriormente, quando o primeiro relato foi produzido, o tempo e o imaginário social, força reguladora da vida coletiva, já se teriam encarregado de envolver a memória em uma teia fantástica em que os fios da história e do mito se encontravam fortemente entretecidos.

Ainda assim, a dificuldade em localizar documentos ou notícias sobre o crime, seja por sumiço, ausência, extravio ou desapareição, deliberada ou não, e mesmo a ausência de qualquer notícia sobre alguma investigação ou processo decorrente tornam a história toda ainda mais suspeita, justificando este exercício conjectural paralelo³⁹².

Em se tratando de reflexões de caráter conjectural, não podemos deixar de observar a temeridade ou impunidade com que no mes de pessoas reais foram usados de forma nem sempre simpática, associados e entrecruzados, de forma aparentemente tão livre e arbitrária, com situações irreais ou parcialmente reais, em uma história desenvolvida em uma comunidade pequena e familiar onde haveria o risco de aparecer alguém interessado em seu esclarecimento ou verificação. O que parece não haver ocorrido, como confirmam os sucessivos romances que mantiveram essas informações.

Os mesmos motivos que teriam levado alguns dos parentes de Dona Beja a se manterem no anonimato, por temer ser relacionados com uma pessoa de passado tão duvidoso, podem ter movido também os parentes dos outros atores envolvidos na história, o que caracterizaria um calado consentimento para tudo quanto se dissesse.

Deve ainda considerar-se a possibilidade de alguns dos fatos relatados conterem doses variadas de realidade e, nos casos em que a ficção fosse completa, a força da memória socialmente construída e legitimada pela palavra escrita teria-se encarregado de aparar as arestas das inverdades.

Por outro lado, são inúmeros os motivos que podem ter causado o mudo consentimento e a aceitação passiva dos fatos segundo eram relatados pelos seus autores.

³⁹² Não faltam notícias de funcionários antigos ou ex-funcionários do fórum que “sabem”, ou viram algum juiz levar para casa documentos que achavam interessantes. Para conferir, inquirimos um deles que, evidentemente, negou tais afirmações. Entretanto, vale registrar que os autos do processo contra os acusados de envolvimento na Revolução de 1842, pertencentes ao Poder Judiciário, foram “doados” aos arquivos da Fundação Cultural Calmon Barreto por um funcionário público aposentado.

Ou porque os envolvidos não deixaram descendentes diretos que pudessem desmentir-lhes ao sentirem-se afetados, ou porque os vínculos familiares se diluíram junto com os sobrenomes ao desaparecerem ou se modificarem pelas alianças familiares e a incorporação de outros sobrenomes, perdendo-se com eles os elementos de uma identidade familiar original. Ou simplesmente porque, ainda que parentes ou descendentes, a ninguém interessava envolver-se em polêmicas em torno de personagens e de fatos ocorridos no passado, sancionados, que eram, por pessoas que tinham a autoridade para fazê-lo.

De algumas protagonistas da história, ainda que em papéis secundários, sabemos que as Cândidas, e Anna Felizarda, por exemplo, haviam-se mudado de Araxá; Josefa Pereira não teve descendentes diretos, sendo seus sobrinhos os herdeiros de seus bens após sua morte³⁹³. Mas, em 1915, ano da publicação do primeiro relato, a morte do coronel Fortunato, um dos envolvidos, ocorrida em 1890³⁹⁴, estava relativamente recente sem contar a existência de uma filha, irmãos, sobrinhos e netos que poderiam ressentir-se da forma pouco cortês com que seu ancestral era tratado.

A pouca repercussão que possivelmente teve, de início, a história de Araxá e de Dona Beja e o conseqüente desconhecimento delas podem também ser somados às causas para não haver ocorrido qualquer manifestação a favor ou contra os fatos contados. O estatuto de historiador do encarregado da pesquisa, o peso e a reputação dos que forneciam as informações verbais, e o prestígio que conferia ver o nome ou sobrenome da família ou de um ancestral incluído em um texto tomado como histórico podem também ter coibido qualquer manifestação, considerando-se ainda o peso e a credibilidade que a escrita confere à palavra.

Aparentemente, para todos, como estavam as coisas estavam bem e assim deveriam permanecer, como de fato aconteceu. Mas não para nós. Ainda consideramos necessário nos determos em outra categoria de sinais ou indícios que encontramos na ampla galeria de personagens que, ainda que não explicitamente, acabamos sempre encontrando relacionados; vizinhos e até, quem sabe, cúmplices em nossa trama.

³⁹³ Inventário de Josefa Pereira. 1854. Caixa nº 61. AFTF. No relatório sobre as esmolas que foram distribuídas entre os pobres, segundo a vontade registrada em testamento por Josefa, constava: *receberão esmolla (sic) no dia 23 de 7bro (sic) de 1854, na Porta da Igreja de S. Sebastião (...) Rita mer pobre em casa de Beija. .*

³⁹⁴ Inventário do Coronel Fortunato José da Silva Botelho. 1890. Caixa Nº 180. AFTF.

Indícios

Nessa categoria incluímos os dados, já analisados, que permitem associar Dona Beja e o coronel João José Carneiro de Mendonça, como possível parente, pai ou avô de Joana, tomando-se como base a inclusão de seu nome como padrinho no registro de batismo da menina e com base na conhecida estratégia usada para dissimularem-se paternidades ou parentescos inconvenientes ou que não se queria assumir publicamente.

Na mesma categoria de indícios poderíamos discutir uma possível relação entre a partida de Carneiro de Mendonça para o Rio de Janeiro, em 1841 e a morte de Sampaio, o que colocaria a Dona Beja em relação com a mesma.

Como já vimos anteriormente, e de acordo com os depoimentos das testemunhas no processo da Revolução de 1842, o coronel João José Carneiro de Mendonça e seu filho João, que nos romances aparece sempre como o amante por quem Dona Beja teria dispensado o Fernandes, teriam sido os principais responsáveis pelas desordens ocorridas, dois anos antes, quando eles e seus aliados, os Botelho, teriam expulsado o juiz encarregado de presidir um julgamento que queriam impedir. Não encontramos notícias da natureza do julgamento, da identidade do réu ou das acusações que se lhe faziam, apenas encontramos o nome de Anna Jacintha de São José nas atas da Câmara Municipal, em sessão permanente, que o juiz, Antônio da Costa Pinto Jr, registrou desde seu “exílio” em Desemboque, como a dona da casa onde os revoltosos se reuniam para planejar as ações³⁹⁵.

Após esses acontecimentos, e ainda segundo essas testemunhas, os dois “suspeitos” pela paternidade de sua filha mais nova, tanto o coronel como seu filho o Doutor João Carneiro de Mendonça teriam desaparecido da cena de Araxá. O primeiro, pela sua partida para o Rio de Janeiro e o segundo, por ter morrido, em algum momento do ano de 1842, segundo se pode deduzir dos depoimentos em que as testemunhas no processo contra os revoltosos de 1842 se referem a ele como o “finado”. Por esse motivo, nem um, nem o outro teriam sido arrolados nesse processo, não ocorrendo o mesmo com outros membros da família, entre os que se encontravam Josefa Maria Roquete Franco Carneiro de Mendonça, esposa e mãe, respectivamente, e seu genro, o português Antônio Pestana.

³⁹⁵ Atas da Câmara Municipal de Araxá. 1840. Livro S/N. ACM.

Algumas testemunhas confirmaram saber por ter “ouvido dizer” que, embora esses membros da família estivessem envolvidos e a própria Josefa responsabilizara seu filho Joaquim como o principal líder do movimento, não o marido, que teria marchado para aquela província, desde 11 de janeiro, onde teria comprado uma fazenda, havendo insinuações de que sua partida estaria relacionada com os já mencionados acontecimentos ocorridos há dois anos ³⁹⁶.

Tratando-se de uma comunidade pequena, algumas evidências apontam para uma relação entre o Carneiro de Mendonça e a família de Sampaio, como o fato de ter gozado da confiança da viúva que pessoalmente o nomeou avaliador dos bens na realização do inventário e testemunha para a obtenção da tutela de seus filhos menores, e depois teria mudado com eles para Bagagem. Além disso, um dos parentes de Anna Felizarda faz alusão à ruptura que teriam sofrido as relações da família com os Carneiro de Mendonça, a raiz da morte de Sampaio ³⁹⁷.

Realmente, seria impossível, se não temerário, chegar a qualquer conclusão a partir de evidências tão vagas e circunstanciais, mas pela constante relação que encontramos entre as mesmas pessoas, cujos nomes aparecem sempre associados, elas têm que ser registradas, ainda que seja para constar e sem que nunca se possa chegar a nenhum resultado conclusivo.

A desarmonia mencionada pode ter sido provocada por inúmeros motivos e só pode ter ocorrido após a realização do inventário, já que até então, Mendonça contava com a confiança da viúva ³⁹⁸. O que ocorreu depois poderia muito bem estar relacionado com a atuação de Mendonça durante ou após a realização daquele inventário, ainda que não tenhamos encontrado nele nenhuma evidência de alguma possível ação que pudesse justificar tal desarmonia.

³⁹⁶ Autos do Processo da Revolução de 1842. Depoimento de Antônio Pereira da Costa Guimaraens. Folha 188.

³⁹⁷ Idem. No depoimento Guimaraens diz *aos costumes que desde a morte de seu cunhado Fernandes para cá que não viveu em harmonia com a família do coronel João Carneiro (sic)* folha 189.

³⁹⁸ *Ilmº Snr. Juiz d'Orphãos Inter.º. Diz D. Anna Felizarda de Rezende (...) como meeira e cabeça de casal, pª q'VS em conformidade da Lei se digne proceder aaq.le Inventrº pelos avaliadores, q'a Suppe desde já nomeia o Coronel João José Carnrº de Mendonça, e o Alfs. Diziderio Mendes dos Santos...Inventário de Manoel Fernandes de Sampaio. op. cit. folha nº 2.*

Um documento bastante instigante é uma carta um tanto quanto confusa, sem falar na caligrafia praticamente ininteligível de Josefa, apreendida com seu genro e anexada aos autos do processo, como prova da participação de ambos na rebelião de 1842. Ainda que não possamos relacioná-la diretamente com Dona Beja, é interessante mencioná-la pelo que as duas mulheres tinham em comum: a relação com João e João José Carneiro de Mendonça, filho e marido da primeira e suposto amante da segunda.

Nessa carta, Josefa se refere a um crime envolvendo seus filhos Joaquim e João, se queixa amargamente de suas doenças, suas desgraças e dos nove anos que teria passado e perdido, provavelmente, em Araxá, onde lhe teriam tirado tudo que lhe era prazeroso. Fala de ter prevenido seu marido do risco de deixar junto dela um desses filhos, aparentemente envolvido publicamente com uma mulher muito “doida”³⁹⁹.

A carta não tem data, mas foi apreendida com o genro quando ele foi preso no Desemboque antes de estourar o movimento em Araxá, ocorrido em julho. Assim, a morte de João, que a mãe ainda menciona em sua carta, deve ter acontecido entre esse mês e o de dezembro, quando se realizou o processo em que as testemunhas já se referiam a ele como “finado”.

É importante considerar que a missiva parece dirigida a outro de seus genros, seu “caro compadre e amigo do coração”, Antônio Paulino Limpo de Abreu, apontado como um dos líderes da revolução em Barbacena, alguém que gozava da confiança da autora e

³⁹⁹ *Meu charo comp, e e amigo do coração. Pello correio paçado mandei fallar no crime de Joaqm. e o João, e q' davão fiança pelo contrario clasificarão bofetadas tentativas de morte e ordem p^a serem prezos ontem mandou-me o compe dos (...) avisar q'(...) com uma excolta q'fizece retirar o Joaqm por (...) e oje não veio o Joaqm. o Fortunato levou p^a Mandioca e ao outro mandei p^a Pitangui numa cobrança outro começou cobrança tão avoltada e ainda não deu um paso tantas vezes dise ao seu compe q'tinha medo de ficar com este rapaz prencipalmente com amizade com q'esta q'não nus era estranha por cer pública pois nunca se vio uma molher tão douda e vê já a m^a desgraça (...) sempre criminoza e cheia de encomodo por causa destes e outros tais: a cobrança q'esta comigo, e o compe. Pestana, e de fazer qto. estiver do meu alcance dispaxo elle e conforme eu acho acertado separar me da m^a chara família já não poso ando em comodada com as pernas enxadas porem saio se morer é outros q'acontece o mesmo e q'fazem mais falta do q'eu ei de fazer e emqt^o viver ei de praguejar este maldito (?) donde abita o canalha enferma q'já se vão nove anos q' p^a minha desgraça aqui estive nov^a emtrão os dias dam^a vida nesinferno apanharão mo tudo q'me podia llesongiar (?): conforme as notas de S. ainda ei de me...Julia sabe, e o grande P. sabem desta amizade danada e porem o mandou pr. com d' mentiras exconda delle tudo q' é pesam^o inferior diga a seu compe q' mande dizer a Joaqm q' saia com crime e tudo p^a as cobranças amosa não deixa elle sair, e recomendar q'não faça despezas o compe Pestana já (?) porem nada se faz pr q'elles são tudo Marianno Suterio Simão porem (?) esta acabando de colher o feijão eterna Sés. dei estimo gozasem e todos da família Vinhag'aja esta pr sua S^o a todos. Sua comte ante. Obr^a. (...) Caetaninha se recomenda ao meo comp. A Vinha os menino o Melchior. Josefa. Autos do Processo da Revolução de 1842. Folha 99. FCCB.*

que, dado seu caráter pessoal e clandestino, não poderia referir-se abertamente aos fatos. Sem se tratar de um verdadeiro código secreto, podemos deduzir que palavras como “cobrança”, constantemente usada por Josefa, poderiam estar sendo usadas para disfarçar seu verdadeiro significado, o mesmo que “negócio”, usada normalmente para substituir quase tudo, dando como suposto que a pessoa a quem se destinava já estivesse a par dos fatos, o que também supõe terem sido suficientemente comentados em família ou discutidos previamente.

A mulher aludida como alguém com uma conduta fora do comum, a relação que um dos filhos de Josefa mantinha com ela e a relação que o filho ou o marido mantinham com Dona Beja, apoiada pelo registro de batismo de Joana, nos levam a pensar se as duas mulheres não seriam a mesma. Da mesma forma seria factível estabelecer uma seqüência entre a morte de Sampaio, em 1836, o nascimento de Joana, em 1838, os distúrbios para se impedir um juízo contra um protegido dos Carneiro, em 1840 e esse filho envolvido com uma mulher “doida” e morto em 1842.

Da mesma Josefa existem nos arquivos do Poder Judiciário seus pedidos, dirigidos às autoridades, para que se amenizassem as condições do lugar em que era mantida presa após os acontecimentos de 1842⁴⁰⁰.

Não nos deixa de chamar a atenção a pouca atenção que Josefa recebe nas histórias sobre Dona Beja. Apesar de sua participação política e social, ainda que no âmbito local, tendo desempenhado um papel atuante nesses acontecimentos, a ponto de ter sido presa e julgada como uma das principais ativistas na Revolução e de ser Dona Gabriela Franco Carneiro, uma das informantes ouvidas para compor o relato, membro de sua família -ou, quem sabe, por isso mesmo-, Josefa não mereceu maior crédito, ficando seu nome relegado como mãe de um dos amantes da heroína central.

Parece como se, a pesar de sua solidez histórica, não tivesse havido interesse em realçar sua figura, assim como nenhuma outra que pudesse eventualmente rivalizar com Dona Beja na atenção dos leitores. Como todas as outras figuras femininas, ela também desempenhou um papel secundário sendo incluída, quando foi, apenas como coadjuvante para compor o marco histórico da figura principal, uma vez que a combinação de

⁴⁰⁰ Autuação. 20 de dez. de 1842. Caixa nº 42. AFTF.

personagens reais ou identificáveis, ainda que fosse apenas pelos nomes, conferiam veracidade aos relatos, dando-lhes uma dimensão aparentemente histórica.

O casarão dos Carneiro de Mendonça, situado na praça, ao lado esquerdo da Igreja Matriz, constitui outro elo entre essa família e outra das envolvidas diretamente na trama de Dona Beja, a do coronel Fortunato, a quem passou a pertencer em algum momento após os acontecimentos de 1842, segundo consta no processo de reclamação de herança já analisado, onde aparece relacionada entre os imóveis que ela pretendia que fossem incluídos na partilha. Isso não ocorreu como o indica sua menção e avaliação entre os bens inventariados após a morte de Fortunato, herdados pela filha e o genro. Quando foi demolido, nas primeiras décadas do século XX era conhecido como Sobrado do Zeca da Cunha, nome de seu último proprietário.

Com relação ao sobrenome, escrito indistintamente Beija, Bêja ou Beja, acreditamos ser este o momento oportuno para abordá-lo, por considerarmos pertencer ao terreno das conjecturas todas as explicações que, na literatura, se deram para sua origem, sem que seus autores tenham como fundamento ou fonte nada além daqueles em que fundamentam suas próprias histórias e sua personagem. Não que esperássemos encontrar na literatura o mesmo tipo de informação que se pode esperar de um trabalho histórico produzido dentro dos parâmetros indicados pela academia, mas é importante ouvir essas explicações, porque se inscrevem na relação de significados legitimados pela cultura popular.

Uma explicação relaciona o apelido que se deu a Anna Jacintha com a cidade portuguesa de Bêja, na Região do Alentejo e teria a ver com a suposta origem portuguesa que alguns atribuíram ao seu pai. A maioria o relaciona com “beijo” e com o “ato de beijar”, palavra que se encontra em “beija-flor”, nome que também se dá ao colibri, ave graciosa, nativa da América, com uma variedade em torno de 330 espécies, 86 delas no Brasil. Conhecida pelo seu apetite voraz seu nome sugere que beija as flores para se alimentar de seu néctar sem pousar em nenhuma⁴⁰¹. Beijo também é o nome que se dá popularmente ao hibisco, flor de origem polinésia aclimatada no Brasil e conhecida por

⁴⁰¹ DALGAS, Christian; Johan Frisch. **O Jardim dos Beija-Flores**. Disponível em: www.petbrazil.com.br/bicho/aves/. Acesso em 23 de jun. de 2001 e atualizada em 8 de ago. de 2002.

atrair o beija-flor. O hibisco é chamado de outros nomes como os sugestivos “Mimo-de-Vênus” e “Hibisco-Colibri”⁴⁰².

Mas, beijo é o nome popular das também populares “Maria-sem-vergonha” ou “Beijo-de-frade”, plantas rústicas cujo nome científico é “Impatiens”, nas variedades “Walleriana” e “Balsamina”. Existe em torno dessas flores também uma “história” segundo a qual Dom Pedro I as teria escolhido para ornamentar o caminho que o levava até sua amante, a Marquesa de Santos⁴⁰³.

Outra versão supostamente recolhida da tradição oral em Araxá faz derivar o apelido da expressão “beija, primeiro!”, que Dona Beja, *fiel à divisa de seu brasão*, dirigia como cumprimento aos admiradores que *a seus pés iam depor a fim de conhecê-la*⁴⁰⁴. Um conhecimento no sentido bíblico, como faz questão de esclarecer seu autor.

Como se vê, tentar uma explicação definitiva ou objetiva para o apelido, seria quase impossível e teria que ficar no terreno das hipóteses e das conjecturas, como tantas outras questões a respeito da nossa personagem, já que dificilmente poderíamos fazê-lo com base em informações documentais oficiais. Tanto o significado encontrado na botânica como as versões literárias sugerem um apelido derivado de uma conduta feminina desviante ou à margem dos padrões de comportamento convencionais, desejados na mulher da sociedade do século XIX. Uma conduta que na sua acepção mais branda sugeriria caracterizações como “leviana” ou “fácil”, mesmas que se poderiam aplicar às “maria-sem-vergonha”, que proliferavam na região tanto quanto as prostitutas.

O mais prudente é ficar nas aproximações sugeridas pela botânica e pela tradição popular. Os apelidos - também os sobrenomes, em sua origem, se valeram de ambas - pertencem ao domínio popular e funcionam como nomes paralelos aos oficiais ou de batismo, identificando as pessoas segundo suas peculiaridades, incluindo-se ali as qualidades ou defeitos, que as destacam e diferenciam na sociedade. São rótulos ou marcas que indicam a forma como a pessoa é vista ou como ela mesma, às vezes, insiste em ser

⁴⁰² **Hibisco**. Disponível em: www.com/flores/hibisco.htm. Acesso em 24 de jun. de 2001 e atualizada em 8 de ago. de 2002.

⁴⁰³ **Impatiens ou Maria-sem-vergonha**. Disponível em: <http://www.jardimdeflores.com.br/CONSULTAS/mariasv.html>. Acesso em 24 de jun. de 2001.

⁴⁰⁴ AZEVEDO, Vicente de Paulo de. D. Beija. In: O Estado de São Paulo. Suplemento Literário. 19 de nov. de 1966. p. 3.

vista e identificada, o que supõe uma cumplicidade entre ambas partes. Mas nem sempre os apelidos são diminutivos ou carinhosos, surgidos no ambiente familiar e doméstico; sugerindo qualidades e portados voluntariamente. Com frequência são, como as caricaturas, grotescos, irreverentes e até ofensivos encerrando crítica ou censura.

Em sua obra sobre a cultura popular na Idade Média e o Renascimento, Bakhtin observou que os apelidos desempenhavam um papel similar ao das máscaras no carnaval, que define como *expressões das transferências, das metamorfoses, das violações das fronteiras entre o natural e o ridículo*⁴⁰⁵.

Luciano Figueiredo observou que uma das características das prostitutas durante a colônia era serem portadoras de apelidos, geralmente depreciativos⁴⁰⁶. Mas o de Anna Jacintha embora, aparentemente não o fosse, traduzia de alguma forma as impressões que povo ou quem assim a batizou tinha sobre ela, estivesse o apelido baseado no seu aspecto físico ou nos traços de sua personalidade que a destacavam ou distinguiam das outras mulheres. As “insinuações”, que acreditamos encontrar na botânica, apoiadas na tradição popular, denunciam, mais do que verdades ou mentiras sobre sua portadora, a criatividade, a imaginação e a irreverência que ela fazia aflorar nos outros.

Além dos indícios que sugerem as atividades comerciais de Anna Jacintha e os que apontam para sua origem, já analisados no capítulo correspondente, seu nome e apelido aparecem relacionados com alguns imóveis rurais, em documentos cartorários. Essas referências já foram analisadas no capítulo em que se discutem suas propriedades, mas será necessário voltar a elas para se discutir, novamente, suas possíveis ligações com...Sampaio!

Como já se sabe, Dona Beja foi proprietária de uma chácara próxima a Araxá que, segundo a documentação correspondente, estaria localizada nas cabeceiras do Córrego do Retiro, mesmo nome da fazenda onde, em 1867, nada menos que Forbes Fernandes de Sampaio, filho de Manoel Fernandes de Sampaio, vendeu uma sorte de terras de seis alqueires de cultura e sessenta e quatro de campos.

⁴⁰⁵ BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987. p. 35.

⁴⁰⁶ FIGUEIREDO, Luciano. *Mulheres nas Minas Gerais*. op. cit. p.157.

Situadas na Fazenda do Retiro, nas margens do Ribeirão da Capivara, essas terras eram parte da herança paterna e nelas existia um local batizado com o título, nome e sobrenome de “Dona Anna Jacintha de São José”.

Vendendo ele todos os campos e culturas dentro desses limites, assim como também a Capoeira de Dona Anna Jacintha de São José e os fundos da mata da mencionada capoeira...⁴⁰⁷,

O que nos obriga a novas reflexões. Em primeiro lugar, está o costume de batizar as propriedades rurais segundo as peculiaridades que apresentam, freqüentemente inspiradas nos acidentes geográficos localizados próximos ou dentro dos limites das mesmas. Nomes como “Fazenda Pé da Serra”, “Fazenda do Morro Alto”, “Fazenda do Córrego Grande”, “Fazenda do Córrego do Ouro”, são alguns exemplos encontrados nos registros cartorários, aos quais viria a se juntar a “Fazenda do Retiro”, que pode muito bem ter recebido o nome do Córrego do Retiro ou, ainda, emprestado o nome ao córrego, por estar localizado próximo ou dentro de seus limites⁴⁰⁸. O mesmo córrego, em cujas cabeceiras se localizava a “Chácara da Beija”, o torna, geograficamente, a ligação entre ambas as propriedades.

Existe também a referência ao *Retiro de Dona Anna Jacintha de São José*, mencionado em um depoimento no processo da Revolução de 1842. Esse depoimento foi feito por um dos acusados de liderar o movimento, aliado e aparentado com os Botelho, logo, com Joaquim Ribeiro da Silva Botelho, genro de Dona Beja, motivo pelo qual dificilmente poderia ter-se enganado a respeito do nome de sua proprietária.

⁴⁰⁷ Escritura de compra-venda. 5 de out. de 1867. Livro 12. Cartório do 1º Ofício de Notas. Araxá, MG. *Saibão quantos este publico instrumento de Escritura publica de compra e venda divida obrigação virem que sendo no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e secenta (sic) e sete Aos cindo dias do mês de Outubro do dito anno nesta Cidade de Sam Domingos do Araxá Comarca do Parnahyba em meu Cartório compareceram as partes havidas e contractadas (sic) de uma como vendedor Forbes Fernandes de Sampaio na pessoa de seo procurador o Major Antonio Manoel da Apresentação (...) Procuração bastante que faz Forbes Fernandes de Sampaio como abaixo se declara (...), que por este publico instrumento ena melhor forma de direito nomiava (sic) ao Major Antonio Manoel da Apresentação com poderes especiais para vender as terras que elle outorgante pussui (sic) na Fazenda do Ritiro (sic) que elle houve por Herança Paterna sendo centro e cincoenta e quatro alqueires de campos e sete de cultura... folhas 79v-81v.*

⁴⁰⁸ Em geral, “retiro” é uma fazenda onde o gado fica durante certa parte do ano. Em Minas Gerais, um “retiro” pode ser um *local um tanto retirado da sede da fazenda onde se solta o gado para engorda, ou rancho para a guarda de gado invernado*. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. op. cit. p. 1501. .

E existe ainda outro depoimento referindo o *Retiro de Dona Anna, viúva do finado Fernandes*⁴⁰⁹, onde estaria escondida uma pessoa de sobrenome Batista que os Botelho iriam procurar, “arranxando” depois em Araxá, o que acrescenta mais um “retiro” a essa lista de propriedades, tornando todas elas vizinhas e próximas da vila⁴¹⁰. (Ver mapa)

Quando Sampaio foi assassinado seu filho maior, Forbes, tinha seis anos, idade com que foi relacionado no título de herdeiros no inventário de seu pai. Não podia, evidentemente, assumir sua parte na herança, tendo-se transladado para Bagagem junto com sua mãe e irmãs, a mais nova nascida após a morte de Sampaio. Na época da venda ele já estava viúvo pela morte de sua mulher Antonia Perpetua Baptista e era pai de um filho, Fernando Baptista Sampaio que morava com a avó, Anna Felizarda.

Reforçando o imaginário, novamente encontramos Sampaio e Dona Beja relacionados, desta vez, em documentos imobiliários, o que poderia ser caracterizado, segundo o “paradigma indiciário” de Ginzburg, como uma forte evidência, mais do que circunstancial, de algum possível vínculo entre eles. A final de contas, por que nas terras que haviam pertencido a Sampaio haveria, no mínimo, três lugares que, tantos anos após sua morte, ainda eram chamados com o nome ou o apelido da mulher com quem o imaginário o associou como amante?.

E, mais uma vez, o caminho que os une tem mão dupla. Os lugares teriam sido batizados assim em decorrência da relação amorosa que de fato existia entre eles? Ou essa relação surgiu no imaginário como resultado da coincidência e da vizinhança dos lugares?

Mas qualquer que tenha sido a direção do caminho tomado para associá-los, ainda havia o fato concreto e explícito de existir nas terras de Sampaio um lugar denominado “Capoeira de Dona Anna Jacintha de São José”.

O nome Anna Jacintha de São José, que foi dado ao lugar, aponta para diversas possibilidades, como a de que essas terras, compradas ou ganhadas, já lhe tivessem pertencido, ainda que não se tivessem localizado documentos que, como no caso de seu

⁴⁰⁹ Autos do Processo da Revolução de 1842. Depoimento de José Maximiano de Cerqueira. Segundo ele, Fortunato Botelho e Joaquim Carneiro *disserão a elle testemunha que havião de prender a Carlos Batista Maxado que estava escondido no retiro de Dona Anna Viúva do finado Fernandes e que no outro dia haviam de arranxar na villa...* folha nº 354v.

⁴¹⁰ Seguindo as referências documentais e de acordo com o mapa do Município de Araxá elaborado pelo Departamento de Cartografia do IBGE, a “Fazenda do Retiro” devia estender-se por uma ampla área,

sobrado, dessem notícia de qualquer transação imobiliária em torno deles. Que esse local tivesse sido batizado assim, em sua homenagem, por estar próximo ou ser vizinho a sua propriedade. Porque, como ocorreu com a fonte no imaginário social, era um lugar frequentado por ela, ou por quaisquer outros motivos e fatos que a associaram com ela.

Mas, afinal, significava que o lugar estava fortemente identificado com ela e que essa relação nome-lugar estava devidamente legitimada pela memória e pelo costume, sendo por isso registrado como referência de localização em documentos oficiais.

Podemos aplicar o mesmo tipo de raciocínio ao “Espigão da Beija”, referência de localização encontrada em outro documento, ainda que isolada e que parece referir-se a uma área situada próxima à propriedade denominada “Chácara da Beija”.

Contudo, o nome e apelido de nossa personagem, tanto num como noutra lugar, parece haver-se eclipsado da memória local junto com a chácara, depois que a mesma desapareceu de fato por volta de 1889, possivelmente demolida ou “desmanchada”, como já vimos no primeiro capítulo. A chácara e não mais sua dona, que estava ausente de Araxá fazia mais de vinte anos e tinha morrido em 1874, alimentava a memória, funcionando como a referência básica para esses lugares. Parecera como se com a desaparecimento da chácara tivesse desaparecido o motivo para manter nesses lugares a memória de seu nome.

Após esse ano, não encontramos mais seu nome e apelido em documentos cartorários associados a esses lugares. A Chácara da Beija deu lugar à “Chácara do Jatobá”, nome genérico do lugar onde se localizava e que foi incorporado a diversas outras propriedades rurais situadas nessa área, ao norte da cidade. A essas alturas, o nome de sua própria casa também já tinha sido transferido para a de suas antigas vizinhas.

Mais do que o sobrado na cidade, é a chácara que no mito aparece mais associada à sua imagem de cortesã, já que teria sido esse o cenário de suas aventuras na difícil “vida fácil”, que tão caras saíam para os usuários. Esse fato acentua a importância e o significado do lugar na construção dessa imagem.

Na estrutura do mito, a casa representaria a sede familiar, onde bem ou mal; de acordo ou em desacordo com os códigos sociais, Dona Beja desempenhava o papel de chefe e mãe de família. E, como não foi por essas características que ela sobreviveu no

cortada pelo Córrego do Retiro, dentro do atual perímetro urbano da cidade onde, ainda hoje, existem várias propriedades rurais que mantêm esse nome.

imaginário, esse imóvel pode ser mais facilmente descolado da figura de sua dona, sendo transferida para o sobrado vizinho. Nesse lugar, instalação de uma instituição cultural com seu nome contribuiu para resguardá-lhe o papel de sua suposta residência.

No caso da chácara, que não mais existia materialmente, a memória e o imaginário puderam atribuí-lhe com inteira liberdade a locação de suas atividades amorosas no terreno profissional, dando vazão à fantasia erótica daqueles que contribuíram para torná-la uma figura ao mesmo tempo fascinante e marginal. No imaginário local, a Chácara do Jatobá passou a funcionar como eufemismo de bordel de luxo, onde todas as licenças eram concedidas no terreno erótico.

Mais condizente com uma visão empresarial moderna, chegou-se a precisar em duzentos mil réis o preço fixo que ela cobrava, no século XIX, pelo simples ingresso ao local, independentemente dos serviços pessoais e profissionais que, eventualmente, os pagantes pudessem vir a receber dela, ainda que lá fossem servidos com bebidas, comida e música.

Toda a fantasia que os “bons costumes”, ancorados na tradição religiosa, impediam de aflorar e tornar realidade⁴¹¹ era transportada pela imaginação e pelo imaginário para a Chácara do Jatobá, até que puderam ser supridos pelos recursos modernos e sucumbiram a outros apelos, notadamente, os provenientes da mídia.

Significativamente, após seu desaparecimento, o local foi “consagrado” a fins bem mais nobres: ali se localizaria atualmente uma chácara pertencente às freiras da ordem dominicana. Responsáveis por um tradicional colégio que tem educado sucessivas gerações de meninos e meninas, que mantêm vivos a tradição, a moral e os bons costumes dos araxaenses.

Quis o “destino” que o tempo, com seus aliados a memória e o esquecimento se encarregaram da “recuperação” de um lugar que, ainda que palco de prazenteiras fantasias, fora no passado a morada do pecado, reservado-o para o descanso e o lazer das “noivas” do Senhor.

⁴¹¹ Na década de 1920 existiam em Araxá em torno de dez associações religiosas como: as de São José, Filhas de Maria, São Francisco e São Sebastião, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito...



CONSIDERAÇÕES FINAIS

α

Tendo estruturado nosso trabalho em capítulos independentes que contém suas próprias conclusões, só nos resta, finalmente e segundo mandam as normas técnicas, apontar nossas últimas considerações sobre as pesquisas realizadas em torno do processo de construção do mito aqui abordado.

Como esperamos ter mostrado, esse processo envolveu um conjunto amplo de fatores de natureza política, econômica e cultural que se articularam no cenário histórico e social de Araxá, abrangendo os quase dois séculos de sua existência. (Des)construir o Mito Dona Beja, junto ao qual a cidade cresceu e se desenvolveu, equivaleu a desvendar uma boa parcela de seu passado.

Quando Rocha Ferreira encerrou seu mural das termas no recorte cronológico situado entre 1800 e 1890, o fez para assinalar o longo período histórico de Araxá dominado pela figura de Dona Beja. De fato, todos fios que entrelaçam os marcos históricos do século XIX, construídos pela memória local conduzem até ela. Nesse longo trajeto memória, imaginação e história harmonizaram-se para, juntas, cristalizar como realidade histórica uma memória socialmente construída, capaz de atender e explicar satisfatoriamente um povo e seu passado.

Seria uma temeridade dizer que um povo não conhece ou não tem história porque o que conhece de seu passado está fundado em mitos ou lendas. Foi-se o tempo em que para os historiadores mito era sinônimo de mentira. Mas, admitindo-se que o fossem, segundo os critérios históricos tradicionais para caracterizar a verdade e a mentira, a história e a ficção ainda podemos argumentar que são mentiras ou ficções construídas e re-significadas por uma sociedade e, portanto, portadoras de “sua verdade”.

Cada povo constrói sua história e representa seu passado da maneira como melhor atenda a sua necessidade de legitimação e procura dos elementos com os quais construir sua identidade, não sendo o papel do historiador ir atrás do que julgue ser mentira ou verdade, senão dos processos que deram lugar à sua construção.

Por outro lado, e com relação à contribuição para a (re)construção do conhecimento histórico local, podemos afirmar que o tema que exploramos não se esgota neste trabalho, podendo dar origem a muitos outros, de orientação política e econômica. Provavelmente a contribuição mais consistente seja, além do levantamento de fontes, o universo de possibilidades temáticas derivadas delas e que nos apontam para temas relacionados, por exemplo, com a condição feminina no âmbito local que, acreditamos, poderia confirmar ou reforçar os que consideram exagerada a suposta passividade das mulheres durante o período colonial e imperial.

Outra possibilidade temática derivada desta pesquisa aponta para as estruturas sociais e familiares, para natureza particular das relações econômicas e políticas que nas vilas e arraiais, como Araxá do século XIX, distantes dos grandes centros urbanos e de poder adotavam um caráter localista movendo-se na dinâmica de um universo paralelo.

Desenvolvidos com a complacência social, assuntos eclesiásticos e leigos, amorosos e políticos, familiares e públicos se teciam numa intrincada rede de relações que dão uma pista da tênue fronteira entre o conhecido e desconhecido dos espaços públicos e privados. Prostitutas e donas de casa, compadres e políticos, curas e coronéis atuando promiscuamente, livre e de comum acordo em todas as esferas da vida pública e privada, ao amparo de uma benevolência informal que contradiz a suposta rigidez moral do passado.

Ainda em relação às inúmeras possibilidades temáticas derivadas e complementares desta pesquisa podemos apontar também, em seus capítulos locais e regionais, as que se desprendem da Revolução de 1842, do movimento separatista do Triângulo Mineiro, do modernismo das primeiras décadas do século XX e o projeto de modernização da era Vargas, com a construção do Grande Hotel do Barreiro; do elenco de imagens e representações do mito na literatura, na iconografia, na festa e na mídia que, em conjunto ou individualmente, podem produzir trabalhos de enfoque cultural tendo com objeto o mito Dona Beja na fotografia, pintura, poesia, música popular, carnaval e televisão.

Finalmente, para encerrar nosso trabalho e fazendo uma avaliação do objeto que estudamos, podemos concluir que ainda que “inventado” sobre um cenário predominantemente rural, o Mito Dona Beja é um produto urbano, concebido e mantido em função de conflitos e interesses eminentemente urbanos, daí que seu público consumidor esteja localizado também nas cidades, mais facilmente alcançado e susceptível aos apelos da mídia, veículo por excelência do mito moderno.

Não são apenas os sonhos de sucesso econômico e ascensão social que Dona Beja representa. Há também sonhos de autonomia, independência e liberdade por trás de seu sucesso entre mulheres e homens. Há ainda o desejo de proteção e limite que inspira uma personalidade forte, assim como as fantasias sexuais e os devaneios eróticos provocados pela mulher proibida e pecadora.

E essa é uma das características mais singulares de sua trajetória mítica, que lhe tem garantido a longevidade, atualizando sempre sua vigência, dotando-a da capacidade de mudar facilmente de roupagem, em uma camuflagem camaleônica que lhe permite ser confundida com todas as causas que a reclamem e identificada com todos os discursos que a proclamem.

A natureza versátil de sua figura foi material dócil e moldável na construção do mito, o que não deixa de admirar quando o que se criou foi a imagem de uma mulher forte, rebelde, guerreira, que a seu modo e nem sempre com as armas convencionais, se impôs num mundo dominado pelos homens. Do barro mole, novamente se construiu um ser resistente que, como a mesma humanidade, desde os princípios da criação, vem resistindo aos masculinos desígnios “divinos”.

Uma figura que seduz a todos com sua identidade versátil, por aliar aos encantos femininos convencionais, os, também convencionais, atributos masculinos de poder, coragem e força. Mulher travestida em homem? Homem travestido em mulher?

Como representação feminina cuja imagem se desdobra em múltiplas formas e matizes, Dona Beja novamente nos remete à mitologia grega, especialmente ao mito segundo o qual a jovem Cênis, virgem raptada por Poseidon, foi por ele metamorfoseada em homem, forte, invulnerável, como recompensa ou compensação por havê-la mantido em sua companhia e para que nunca mais pudesse ser violada.

Forte e poderosa, voltou como Ceneu, “o domador de cavalos”, fincou sua lança no meio da praça e obrigou o povo a cultuá-lo, tornando-se um tirano. Indignado, Zeus enviou os centauros para castigá-lo e estes, lembrando-se de que era invulnerável, o golpearam com troncos de abetos, enterrando-o como uma estaca. Um adivinho viu um pássaro surgir dentre a pilha de troncos e nele reconheceu a alma de Ceneu e somente se descobriu que era mulher quando foram lhe dar sepultura ⁴¹².

Como a antiga Cênis do mito grego, a moderna Dona Beja do mito brasileiro também foi violada e devolvida à sua cidade rica, invulnerável, poderosa e intocável. Tornada máscula, como Ceneu, pelo poder que o ouvidor lhe conferiu, Dona Beja também se fez objeto de adoração pública, plantando no meio da praça seu sobrado. Arrogante e tirana, contrariou os “sagrados” desígnios masculinos, e desafiando um coronel incorreu na ira divina, sofrendo os duros golpes dos “centauros”. Como um pássaro, seu espírito, beija-flor, voou até o imaginário. Perto do fim, embora invulnerável, buscou o perdão, e abandonando a armadura que a tornara masculina, permitiu-se voltar a ser mulher, piedosa e frágil.

Caracterizada como uma metáfora da própria cidade que o criou e que, apesar de sua aparente resistência, acabou por adotá-lo para se fazer representar, refletindo nela seu cosmopolitismo e desejando-se cada vez mais branca e “limpa”, O Mito Dona Beja é a própria imagem de Araxá, que vive em, e por ela.

Como Dona Beja do relato original, Araxá também nasceu camponesa, foi dotada pela natureza de encantos e belezas não iguais pelas suas conterrâneas: suas fontes de águas minerais, que a singularizaram entre suas irmãs e vizinhas. Como Dona Beja, Araxá também conheceu a adversidade e foi objeto do desejo de poderes superiores. O Estado apropriou-se de suas fontes, maculando sua beleza, ainda que a recompensasse provendo-a de um rico patrimônio. Pelo Grande Hotel do Barreiro, Araxá conheceu o mundo e o mundo a conheceu e, deixando para trás a vida de modesta camponesa, passou a “vender” saúde e beleza, em embalagem de luxo. Mundana, escolheu o turismo de “alta classe” para ganhar fama e fortuna.

⁴¹² Como no mito de Cênis, a origem paterna de Dona Beja também é polêmica. Tampouco teve descendência com seu violador, nascendo suas filhas após seu retorno a Araxá. Cf. DEVEREUX, Georges. Cênis-Ceneu. Um pênis como indenização por uma violação. In: ----- **Mulher e Mito**. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas, SP: Papirus, 1990. pp. 227-244.

Rosa Maria Spinoso de Montandon

Hoje, Dona Beja é Araxá. Espelho de suas contradições, metáfora de suas convicções e resposta a seus desejos. Nela se refletem, simultaneamente, as imagens do presente, as representações históricas e “verdades” míticas de seu passado e as projeções do seu futuro. Esse é, pois, o segredo de sua “teia”:

*Revelado e nunca dito,
decifrado sem ser escrito,
arrancado e não cedido;
mensagem em código, mito (des)construído.*

E essa é, também, a chave de sua “Juventa”⁴¹³, fonte de vida, de sua sedutora beleza e eterna juventude.



Fonte Dona Beja

⁴¹³ Nos romances e na novela sobre Dona Beja, a “Juventa”, fonte da eterna juventude da mitologia clássica, foi transformada em “Fonte da Jumenta”, onde ela se banhava diariamente.

1 DOCUMENTAIS

Arquivos da Fundação Cultural Calmon Barreto. Araxá, MG.

Autos do Processo da Revolução de 1842.

Arquivo do Museu Dona Beja.

Arquivo da Câmara Municipal.

Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, MG.

“Mappa Populacional da Província de Minas Gerais”. 1832

Arquivos Cartorários.

“Coleção Augusto Eduardo Montandon”. (Cartório do Primeiro Ofício de Notas)
Araxá, MG.

“Coleção Joaquim de Paula”. (Antigo Cartório do Segundo Ofício de Notas)
Araxá, MG.

Cartório de Registro de Imóveis. Araxá, MG.

Arquivos Eclesiásticos.

Igreja Matriz de São Domingos. Araxá, MG.

Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens . Estrela do Sul, MG.

Arquivo Paroquial de Carmo do Parnaíba, MG.

Fórum Tito Fulgêncio. Araxá, MG.

Autuação. (contra) Josefa Maria Roquete Franco. 1843. Caixa N° 42.

Inventário de Antônio Almeida Ramos. 1888. Caixa N° 171.

Inventário de Desidério Mendes dos Santos. 1838. Caixa N° 34.

Inventário de Francisco José da Silva. 1845. Caixa N° 43

Inventário de Felício da Rocha Roiz. 1885. Caixa N° 164.

Inventário de Fortunato José da Silva Botelho. 1890. Caixa N° 180.

Inventário de Ignácio Affonso de Almeida. 1870. Caixa N° 170.

Inventário de Josefa Pereira. 1854. Caixas N° 61 e 67.

Inventário de Manoel Fernandes de Sam Paio. 1836. Caixa N° 33.

Inventários de Joaquim Ribeiro da Silva Botelho e Tereza Thomazia de Jesus. 1852. Caixa N° 57.

Libello Cível. (contra) Manoel Fernandes de Sam Paio. 1833. Caixa N° 30.

Processo de Reclamação de Herança. (contra) Fortunato José da Silva Botelho. 1861, 1863, 1867. Caixas N° 74, 78, 93.

Memória do Judiciário Mineiro. Belo Horizonte, MG.

Inventário e Testamento de Dona Anna Jacintha de São José. 1874.

Literatura

AARÃO, Juliano. **Anna Beija. Memórias.** Goiânia: Gráfica e Editora Bandeirante, 1997.

ALMEIDA, J.G. **O Sertão dos Araxás e os Amores de Dona Beija.** 2ª ed. São Paulo: J. Bignard & Cia. 1967.

ALVIM, Maria Lúcia. **Romanceiro de Dona Beja.** Rio de Janeiro: Fontana; Brasília: INL, 1979.

BORDIGNHON, Luiz Ignácio. **Dona Beija em versos: Atualidades e Reminiscências.** São Paulo: Pannartz, 1989.

COSTA, Waldir Luiz. **Da Maloca ao Palácio.** 2ª ed. Goiânia: Gráfica Popular, 1987.

D'AVILA, Ângelo. **Dona Beja Nua e Crua.** Rio de Janeiro: Laís Costa Velho/CODPOC, 1992.

----- **Dona Beija. A Flor do Pecado. (uma mártir prostituída pela sujeição de um potentado e a rejeição de uma sociedade).** Brasília: Códice, 1999.

FRIEIRO, Eduardo. A “Respeitosa” do Araxá. In: ----- **O Diabo na Livraria do Cônego.** 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1981. pp. 175-184.

GUIMARÃES, Bernardo. **O Garimpeiro.** 7ª ed. São Paulo: Ática, 1982.

LEONARDOS, Thomas. **Dona Beija: a Feiticeira do Araxá.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

----- **Dona Beija: a feiticeira do Araxá.** Quadrinização de Pedro Anísio; texto Orestes de Oliveira Filho e José Menezes. Rio de Janeiro: Ed. Brasil-América, 1979.

PONTES, Hildebrando de Araújo. **“Dona Beija”. 1800 – 1890.** Araxá, Estado de Minas Gerais. S/D.

ROSA, Pedro Divino. **Dona Beija.** Edição independente, 1999.

TEIXEIRA, Maria Santos. **O Solar de Dona Beija.** Belo Horizonte: Gráfica Santa Edwiges, 1965.

VASCONCELOS, Agripa. **A Vida em Flor de Dona Bêja.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

Discografia e Vídeo.

BRANT, Roberto; TISO, Wagner; VIVA VOZ. **Trilha Sonora da Novela Dona Beija.** Disco em vinil; 33 rpm. São Paulo: RCA, 1983, 1 disco sonoro. (Acervo da Rádio Imbiara de Araxá).

DONA BEIJA. A Novela Paixão. Rio de Janeiro: Manchete Vídeo, NTSC. 3 vídeos cassete (seis horas). VHS, som, cor. (Acervo do Museu Histórico de Araxá, Dona Beija).

Iconografia.

ALFREDO, Luiz. Fotografias. **A Vida fabulosa de Dona Beija.** Texto de Júnia Marise. In: O Cruzeiro. 13/ 11/ 1965. Rio de Janeiro, GB.

ANÍSIO, Pedro. Quadrinização. **Dona Beija: a feiticeira do Araxá.** Texto

Orestes de Oliveira Filho e José Menezes. Rio de Janeiro: Ed. Brasil-América, 1979.

BARRETO, Calmon. **Dona Beja e seu Pagem**. Escultura em gesso. 0.65m X 0.60 m. Museu Histórico e Ordem Geral “Plínio Travassos dos Santos”. Ribeirão Preto, SP.

----- **Dona Beja**. OSD. 1.45m X 1.80m. Museu Calmon Barreto. Araxá, MG.

FERREIRA, Joaquim Rocha. Encáustica. Termas do Barreiro. Araxá, MG.

----- Mural em azulejos. Grande Hotel e Termas do Barreiro. Araxá, MG.

----- Mural em azulejos. Fonte Dona Beja. Barreiro. Araxá, MG.

SOUZA, Juvenil de. Fotografias. **Histórias dos Sertões dos Araxás**. Texto de Antônio Callado de Paiva. In: Revista Geográfica Universal. Nº 68. Julho de 1980.

Periódicos

Correio de Araxá. 1913-1916. Araxá, MG. Acervo da Rádio Imbiara de Araxá, MG.

Correio da Manhã. (Recortes) 11/ 05/ 1943; 22/ 08/ 1957; 23/ 11/ 1957. Rio de Janeiro, GB. AMDB.

Estado de Minas. (Recorte) 18/ 11/ 1951. Belo Horizonte, MG. AMDB.

Folha de Minas. (Recortes) 10/ 03/ 1942; 23/ 03/ 1944; 04/ 01/ 1949; 08/ 11/ 1951. Belo Horizonte, MG. AMDB.

Gazeta do Araxá. 1917. Araxá, MG. AFCCB.

Gazeta do Triângulo. (Recorte) 1913. Uberaba, MG. AMDB.

Jornal de Araxá. 27/11/ 1926. Araxá, MG. AFCCB.

Jornal do Commercio. (Recorte) 19/ 04/ 1953. Rio de Janeiro, GB. AMDB.

O Correio de Araxá. 1964, 1968, 1978, 1983, 1999, 2000, 2001, 2002. Arquivos do jornal. Araxá, MG.

O Cruzeiro. 13/ 11/ 1965. Rio de Janeiro, GB.

O Diário. (Recorte) 16/ 04/ 1942. Paracatu, MG. AMDB.

O Globo. (Recorte) 05/ 08/ 1957. Rio de Janeiro, GB. AMDB.

O Trem da História. 1994-1997. Araxá, MG

O Triângulo. (Recorte) 12/ 01/ 1949. Uberaba, MG. AMDB.

Revista Geográfica Universal. Nº 68. Julho de 1980

2 ORAIS

Entrevistas

Sr. Atanagildo Côtes. 6 de novembro de 2000.

Sra. Elizena carvalho Montandon. 11 de julho de 2001.

Sr. Giordano Vieira de Carvalho. 11 de abril de 2002.

Sra. Guaraciava Teixeira Borges. 11 de junho de 2001.

Sr. Luiz Di Mambro. 23 de janeiro de 2001.

Sr. Mário Lúcio Costa. 11 de abril de 2002.

Sra. Maria Santos Teixeira. 16 de fevereiro e 19 de novembro de 2000.

Sr. Leandro Haddad. 17 e 23 de janeiro de 2002.

3 BIBLIOGRAFIA

ABREU Filho, Ovídio de. Dona Beija: Análise de um Mito. In: FRANCHETO, Bruna et alii. (org.) **Perspectivas Antropológicas da Mulher.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

----- **Raça, sangue e luta: Identidade e parentesco em uma cidade do interior.** (Dissertação) Mestrado em Antropologia Social. PPGAS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1980.

AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Gardini T. (org.) **Angel Rama. Literatura e Cultura na América Latina.** Tradução de Rachel la Corte dos Santos e Elza Gasparotto. São Paulo: EDUSP, 2001.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida doméstica. In: MELLO e SOUZA, Laura de. (org.) **História da Vida Privada: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 83-154.

ALENCAR, Edigar de. **O Carnaval Carioca através da música**. 3ª ed. (Corrigida e atual). Rio de Janeiro: INL, 1979.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: ---- (org.) **História da Vida Privada no Brasil. Império: A Corte e a Modernidade Nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

AMADO, Janaína. **O Grande Mentiroso: Tradição Verdade e Imaginação em História Oral**. São Paulo: História. (Fundação para o desenvolvimento da UNESP), 14: 125-136, 1995.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. pp. 45-77.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. (dir.) **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

AYALA, Walmir. **Dicionário de Pintores Brasileiros**. Rio de Janeiro: Spala, 1986.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. IN: **Enciclopédia Einaudi. Volume V Anthropos-Homem** Imprensa Oficial-Casa da Moeda.

BÁEZ-JORGE, Félix. **Las Voces del Agua. El simbolismo de las Sirenas y las mitologías americanas**. Xalapa, Veracruz, México: Universidad Veracruzana, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HICITEC; Brasília, EDUNB, 1987.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

----- **Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

----- **A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, UFMG, 1971.

BARBOSA, Maria Clarete. **A Participação da Mulher na História de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 9ª ed. Tradução de Rita Buongermino e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BESSONE, Tânia Maria Tavares; QUEIROZ, Tereza Aline P. (org.) **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. São Paulo: EDUSP, 1997.

BLOCH, Marc. **Introducción a la Historia**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1965.

BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia. História de Deuses e Heróis**. 25ª ed. Tradução de David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BURKE, Peter. (org.) **A Escrita da História**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1992.

-----**Variedades de História Cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALVINO, Ítalo. A Combinatória e o Mito na Arte da Narrativa. In: LUCCIONI, Gennie; BARTHES, Roland et alii. **Atualidade do Mito**. São Paulo: Duas Cidades, 1977. pp. 75-81.

----- **As Cidades Invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (org.) **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Clodion. **Subsídios para a História de Araxá e duas palavras sobre o Triângulo Mineiro: publicação até 1890**. São Paulo, 1914.

CARPENTIER, Alejo. **El reino de este mundo**. 8ª ed. México DF: siglo veintiuno editores, 1997.

CASSIRER, Ernst. **Linguagem e Mito**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CARVALHO, Horácio. (org.) **Álbum de Araxá**. São Paulo: Typographia Gutemberg, 1928.

CASTRO, Hebe Ma. Matos de. Laços de Família e Direitos no final da Escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) **História da Vida Privada no Brasil. Império: A Corte e a Modernidade Nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.337-384.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Meneses, revisão técnica (de) Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

----- **La Historia entre representación y construcción. Conferencia de encerramento 23 de Octubre**. Seminário Internacional Dimensões da História Cultural. Atas. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida**. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores e números**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de. (org.) **Literatura e Cultura na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2001.

DA SILVA, Janice Theodoro. **Descobrimento e Colonização**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

DA SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial** São Paulo: EDUSP, 1978.

DA SILVA, Raquel Marta. **Chico Xavier: Imaginário religioso e representações simbólicas no interior das Gerais-Uberaba 1959-2001**. (Dissertação). Mestrado em História. Uberlândia: UFU, 2001.

DE SOUSA, Vera Lúcia Puga. **Paixão, Sedução e Violência. 1960-1980**. (Tese) Doutorado em História. São Paulo: USP, 1998.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. Mulher e Sentimento na Iconografia do Século XIX. In: LIMA, Lana Lage da Gama. (org.) **Mulheres, Adúlteros e Padres. História e Moral na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. pp. 69-90.

----- O Corpo Feminino e o Amor: um Olhar. In: D'INCAO, Maria Ângela. (org.) **Amor e Família no Brasil**. Contexto, 1989, pp. 31-56.

----- Imagens da Terra Fêmea: a América e suas mulheres. In: VAINFAS, Ronaldo. (org.) **América em Tempo de Conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. pp. 149-162.

----- **Ao Sul do Corpo. Condição Feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DEL PRIORE, Mary. Ritos da Vida Privada. In: MELLO e SOUZA, Laura de. (org.) **História da Vida Privada: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.275-330.

DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1983. 2 vol.

----- **História do Medo no Ocidente. 1300-1800, uma cidade sitiada**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DETIENNE, Marcel. O Mito. Orfeu no mel. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História Novos Objetos**. 4ª ed. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. pp. 52-67.

DEVEREUX, Georges. **Mulher e Mito**. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas: Papyrus, 1990.

D'INCAO, Maria Ângela. (org.) **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

----- O Amor Romântico e a Família Burguesa. In: -----. **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

----- Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DÓRIA, Carlos Alberto. Viagem intelectual pelo Fantástico e Fabuloso. In: BESSONE, Tânia Maria Tavares; QUEIROZ, Tereza Aline P. (org.) **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. São Paulo: EDUSP, 1997. pp. 361-378.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org.) **História das Mulheres no Ocidente**. Tradução de Alberto Couto, Maria Manuela Marques da Silva, Maria Carvalho Torres, Maria Tereza Gonçalves. Porto: Afrontamento, 1990. 5 vol.

DUBY, Georges. **Damas do Século XII. A lembrança das ancestrais**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

----- **Eva e os Padres. Damas do século XVII**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DUMÉZIL, Georges. **Do Mito ao Romance**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ÉLIADÉ, Mircea. **Mito e Realidade**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

----- **O Mito do Eterno retorno**. Tradução de José Mª Ceschin. São Paulo: Mercury, 1992.

Enciclopédia dos Municípios Mineiros / vol. 2 Idealizador e organizador: André Carvalho; redação: Alencar Abujamra e Ivani Cunha. Belo Horizonte: Armazém das Idéias, 1998.

FARIA, Gentil de. **A Presença de Oscar Wilde na “Belle Èpoque” literária brasileira.** São Paulo: Pannartz, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Luciano. **O Averso da Memória: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no século XVIII.** Brasília: EDUNB, Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

----- Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997. pp. 141-188.

FINDLEN, Paula. Humanismo, Política e Pornografia no Renascimento Italiano. In: HUNT, Lynn. (org.) **A Invenção da Pornografia: Obscenidades e as Origens da Modernidade. 1500-1800.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 1999, pp. 49-114.

FLORESCANO, Enrique. (cord.) **Mitos Mexicanos.** México, DF: Taurus, 2001.

FONTANA, Joseph. **História: Análise do passado e projeto social.** Tradução de Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas.** Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FRANCASTEL, Pierre. **A Realidade Figurativa.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1964.

FRAZER, Sir James George. **O Ramo de Ouro.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal.** 35ª ed. São Paulo: Record, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar. (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

FREITAS, Wilcevanda de Oliveira. **Nas Sombras do Poder: Estratégias Femininas nas Minas Gerais dos Séculos XVIII e XIX.** (Dissertação). Mestrado em História. Niterói: UFF, 2001.

GALHOZ, Maria Aliete. (org.) **Fernando Pessoa. Obra Poética**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. A Educação dos Sentidos**. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

----- **Freud para Historiadores**. Tradução de Osmyr Faria Gabbi Junior. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

GINSBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

----- et alii. **A Micro-História e outros ensaios**. Tradução de António Narino. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: MORITZ, Lilia Schwarcz. (org.) **A História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

----- **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: MORITZ, Lilia Schwarcz. (org.) **A História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 439-488.

HIGGONET, Ane. Mulheres e Imagens: aparência, lazer e subsistência. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org.) **História das Mulheres no Ocidente. O Século XIX**. Tradução de Alberto Couto, Maria Manuela Marques da Silva, Maria Carvalho Torres, Maria Tereza Gonçalves. Porto: Afrontamento, 1990. pp. 297-349.

HUNT, Lynn. (org.) **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

----- **A Invenção da Pornografia: Obscenidades e as Origens da Modernidade. 1500-1800**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 1999.

Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais/IEPHA. **Dicionário de Construtores e Artistas de Belo Horizonte-1894-1940**. Belo Horizonte, 1997.

JARAMILLO, Ivan Dario Toro. El Imaginário Europeo y América. In: BESSONE, Tânia Maria Tavares; QUEIROZ, Tereza Aline P. (org.) **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. São Paulo: EDUSP, 1997.

JESI, Furio. **O Mito**. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1988.

JUNG, Carl Gustav. **Os Arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução de Maria Luíza Appy; Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: O Desafio Literário de Hayden White e Dominick Lacapra. In: HUNT, Lynn. (org.) **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. pp. 131-177.

LAHUERTA, Milton. **Os Intelectuais e os anos 20: Moderno, Modernista, Modernização**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é Imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (org.) **História: Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens**. 4ª ed. Tradução de Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

----- **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

LEITE, Miriam Moreira; MASSAINI, Márcia Ignez. Representações do Amor e da família. In: D'ÍNCAO, Maria Ângela. (org.) **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

LEVIN, Orna Messer. **Mutações da Mulher Fatal**. São Paulo: Folha de São Paulo. Mais!, 26 de nov. de 2000.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Mito e Significado**. Lisboa: Edições 70, 1978.

LEWKOWICZ, Ida. A Fragilidade do Celibato. In: LIMA, Lana Lage da Gama. **Mulheres, Adúlteros e Padres. História e Moral na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. pp. 53-68.

LIMA, Lana Lage da Gama. A boa esposa e a mulher entendida. In: ----- **Mulheres, Adúlteros e Padres. História e Moral na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

LINHARES, Maria Yedda. (org.) **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LUCCIONI, Gennie; Barthes, Roland et alii. **Atualidade do Mito**. Tradução de Carlos Arthur R. do Nascimento. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

MACHADO FILHO, Aires da Mata; AFFONSECA e SILVA, Sebastião de. **História de Araxá**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1946.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e Auto-imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) **História da Vida Privada no Brasil. Império: A Corte e a Modernidade Nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.181-232.

MEDEIROS, João. **Dicionário de Pintores do Brasil**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1988.

MELLO, Antônio Oliveira de. **Preservação da Memória**. Brasília: edição do autor. 1993.

MELLO e SOUZA, Antonio Candido de. **Literatura e Sociedade**. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.

MELLO e SOUZA, Laura de. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feiticeira e Religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

----- **Desclassificados do Ouro. A pobreza Mineira no século XVIII**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

----- **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

----- Formas Provisórias de Existência: A Vida nos Caminhos, nas Fronteiras e nas Fortificações. In: ----- (org.) **História da Vida Privada. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.41-82.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: A consolidação da República Oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp. 316-326.

MEYER, Marlyse. **Folhetim. Uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MICHELET, Jules. **A Mulher**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

----- **A Feiticeira. 500 anos de transformações na figura da mulher**. 3ª ed. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História Novos Objetos**. 4ª ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. pp. 99-110.

MONTANDON, F. J. **Le Montandon; Origine-Histoire-Généalogie**. Genève, 1913.

MONTANDON, Leonilda Scarpellini. **Vamos conhecer Araxá**. Araxá, MG: Prefeitura Municipal, 1986.

MONTANDON, Rosa Maria Spinoso de. **Dona Beja. Um Mito em la Sociedad Brasileña. Siglos XIX-XX**. (Tesis de Graduación) Xalapa, Veracruz, México: Universidad Veracruzana, 2002.

MORAIS, Fernando. **Chatô. O Rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAIS, Regis. (org.) **As Razões do Mito**. Campinas: Papyrus, 1988.

MORITZ, Lilia Schwarcz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: ----- (org.) **A História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 173-244.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a Capela e o Calundu. In: MELLO e SOUZA, Laura de. (org.) **A História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 155-220.

NEIGBURG, Federico. Peronismo e Mitologias Nacionais. In: ----- **Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo**. Tradução de Vera Pereira. São Paulo: EDUSP, 1997. pp. 86-117.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A Problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Proj. História, dez. 1993.

NORBERG, Kathryn. A Prostituta Libertina: Prostituição na Pornografia Francesa de Margot a Juliet. In: Hunt, Lynn. (org.) **A Invenção da Pornografia: Obscenidades e as Origens da Modernidade. 1500-1800**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 1999, pp.241-272.

NÚÑES, Becerra, Fernanda. **La Malinche. De la Historia al Mito**. 2ª ed. México. DF: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1998.

PANOFSKY, Erwin. **Estudos de Iconologia**. Tradução de Olinda Braga de Souza. Lisboa: Estampa, 1986.

PAZ, Octavio. **Sor Juana Inês de la Cruz o Las Trampas de la Fe**. 10ª ed. México, DF: Seix Barral, 1998.

PESAVENTO, Sandra. Nós e os Outros: As Exposições Universais e o Imaginário Europeu sobre a América. In: BESSONE, Tânia Maria Tavares; QUEIROZ, Tereza

Aline P. (org.) **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. São Paulo: EDUSP, 1997. pp. 557-568.

PONTES, Hildebrando de Araújo. **Notícia Estatístico-chorográfico e histórica do Município de Araxá**. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura Serviço de Estatística Geral, 1928.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX. Tramas, Telas e Textos**. Bauru: EDUSC; São Paulo: EDUSP, 1999.

----- Para ler o Facundo de Sarmiento. In: ----- **América Latina no século XIX. Tramas, Telas e Textos**. Bauru: EDUSC; São Paulo: EDUSP, 1999.

PROUST, Marcel. **Em Busca do Tempo Perdido**. Tradução de Mario Quintana, Manuel Bandeira, Lourdes de Sousa Alencar, Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Globo, 1989.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) **História da Vida Privada no Brasil. Império. A Corte e a Modernidade Nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.95-142.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (org.) **Para uma História Cultural**. Tradução de Ana Moura. Rio de Janeiro: Estampa, 1998.

ROCHA, Everardo. **O que é Mito**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RUTHVEN, KK. **O Mito**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem às Nascentes do Rio São Francisco**. Tradução de Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As Mulheres o Poder e a Família. São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado de Cultura, 1989.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias. Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação**. Tradução de Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: EDUSP, 1997

SEIXAS, Jacy Alves. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão tão sensível**. Campinas: EDUNICAMP, 2002.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In BURKE, Peter. **A Escrita da História**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1992.

SICUTERI, Roberto. **Lilith. A Lua Negra**. Tradução de Norma Telles e J. Adolfo S. Gordo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SILVA, Ângela Maria et alii. **Guia para Normalização de Trabalhos Técnico-Científicos: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses**. Uberlândia: EDUFU, 2000.

SILVEIRA, Victor. (org.) **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

SOHIET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

----- O Drama da Conquista na Festa: Reflexões sobre Resistência Indígena e Circularidade Cultural na América. In: BESSONE, Tânia Maria Tavares; QUEIROZ, Tereza Aline P. (org.) **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. São Paulo: EDUSP, 1997.

THÉBAUD, Françoise. Mulheres, Criação e Representação. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org.) **História das Mulheres no Ocidente. O Século XX**. Tradução de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura. Porto: Afrontamento. São Paulo: EBRADIL, 1991, pp.157-200.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

TITIEV, Mischa. **Introdução à Antropologia Cultural** 8ª ed. Tradução de João Pereira Neto. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América. A questão do outro**. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TOLEDO, Octaviano de. **Notícia Histórico-Geographica do Município do Araxá. Annotada por Lafayete de Toledo**. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano VIII. Fascículo I-II. Jan/Jun. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1903.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. 3ª ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980.

TRUNBACH, Randolph. Fantasia erótica e libertinagem masculina no Iluminismo Inglês. In: HUNT, Lynn. (org.) **A Invenção da Pornografia: Obscenidades e as Origens da Modernidade. 1500-1800**. Traduzido por Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 1999, pp.273-308.

TUCHMAN, Bárbara W. **A Prática da História**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

----- **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão**. São Paulo: Ática, 1986.

----- Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

----- A Condenação do Adultério. In: LIMA, Lana Lage da Gama. (org.) **Mulheres, Adúlteros e Padres. História e Moral na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. pp. 35-68.

----- Moralidades Brasílicas. In: MELLO e SOUZA, Laura de. (org.) **História da Vida Privada. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Mineiridade. Ensaio de caracterização**. Belo Horizonte, 1968.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se Fala e o que se Lê: Língua, Instrução e Leitura. In: MELLO e SOUZA, Laura de. (org.) **História da Vida Privada. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 331-387.

VINCENT, Gerard. Uma História do Segredo? In: PROST, Antoine e VINCENT, Gerard.(org.) **História da Vida Privada: Da Primeira Guerra a nossos Dias**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 155-307.

WANDERLEY, Márcia Cavendish. **A Voz Embargada. Imagens da Mulher em Romances Ingleses e Brasileiros do Século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1996.

WHITE, Hyden. **Trópico do Discurso: ensaio sobre a crítica da Cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994.

----- **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: EDUSP, 1994.

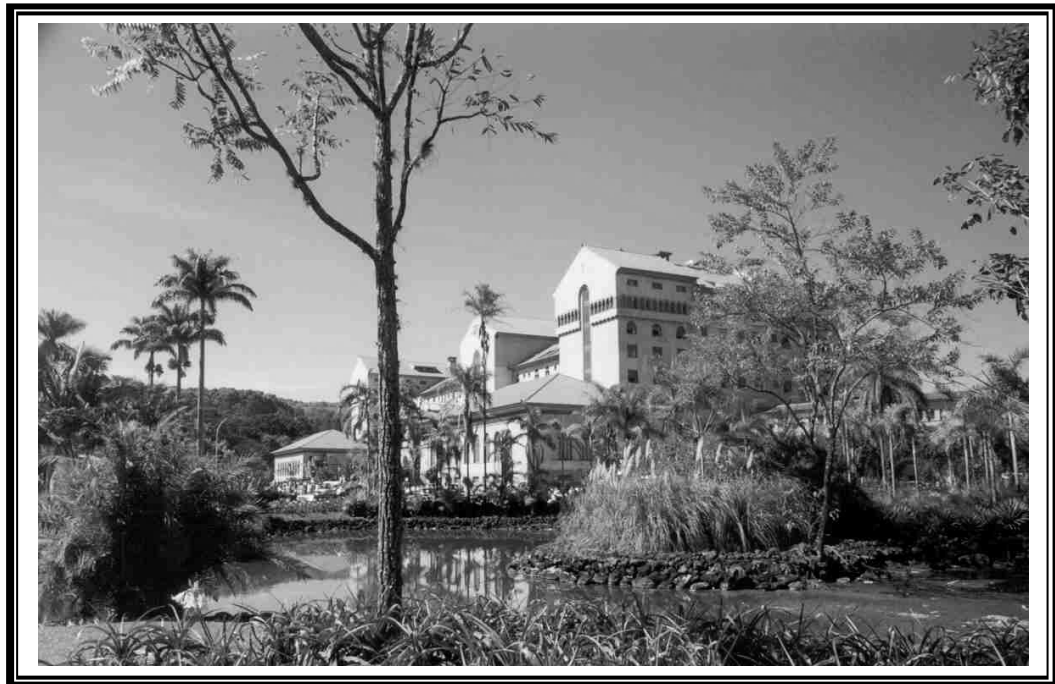


Figura 2. O Grande Hotel do Barreiro.



Figura 3. Desde 1965, Araxá teve sempre como representante uma “Dona Beja” .



Figura 4. "Araxá, cidade que pela sua gente sabe crescer por seus próprios méritos..."



Figura 5. "...a mais famosa destaque das Escolas de Samba do Rio de Janeiro"

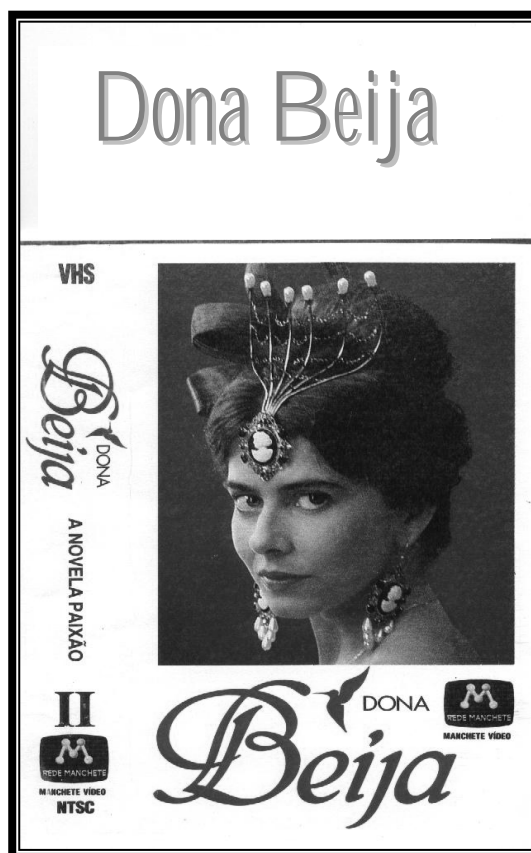


Figura 6. Dona Beija: "a novela paixão"



Figura 7. “A fama e a beleza de Dona Beja venciam as distâncias...”



Figura 8. Dona Beja em sua liteira



Figura 9. Dona Beja "a ninfa das fontes"



Figuras 10. “Dona Beja e seu Pajem”



Figura 11. Capa da 2ª edição de “Dona Beja Feiticeira do Araxá”



Figura 12. Revista ilustrada



Figuras 13 e 14. Fotografias atribuídas a Dona Beija.

Coquetel Dona Beja

Ingredientes:
- 100 ml de licor de amêndoas, uva
- 100 ml de suco de laranja
- 1 colher de sopa de leite condensado
- 1 colher de chá de leite
- 1 colher de chá de açúcar

MODO DE PREPARAR

Colocar o licor de amêndoas, o leite condensado, o leite e o açúcar em um copo e bater bem.

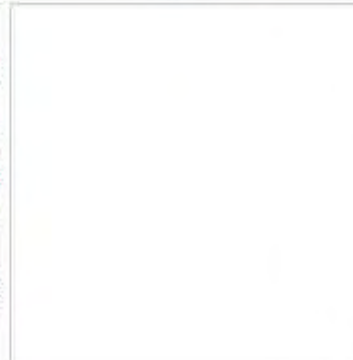
Em um outro copo colocar o suco de laranja, o leite e o açúcar e bater bem. Juntar o licor de amêndoas e o leite condensado e o leite e o açúcar e bater bem.

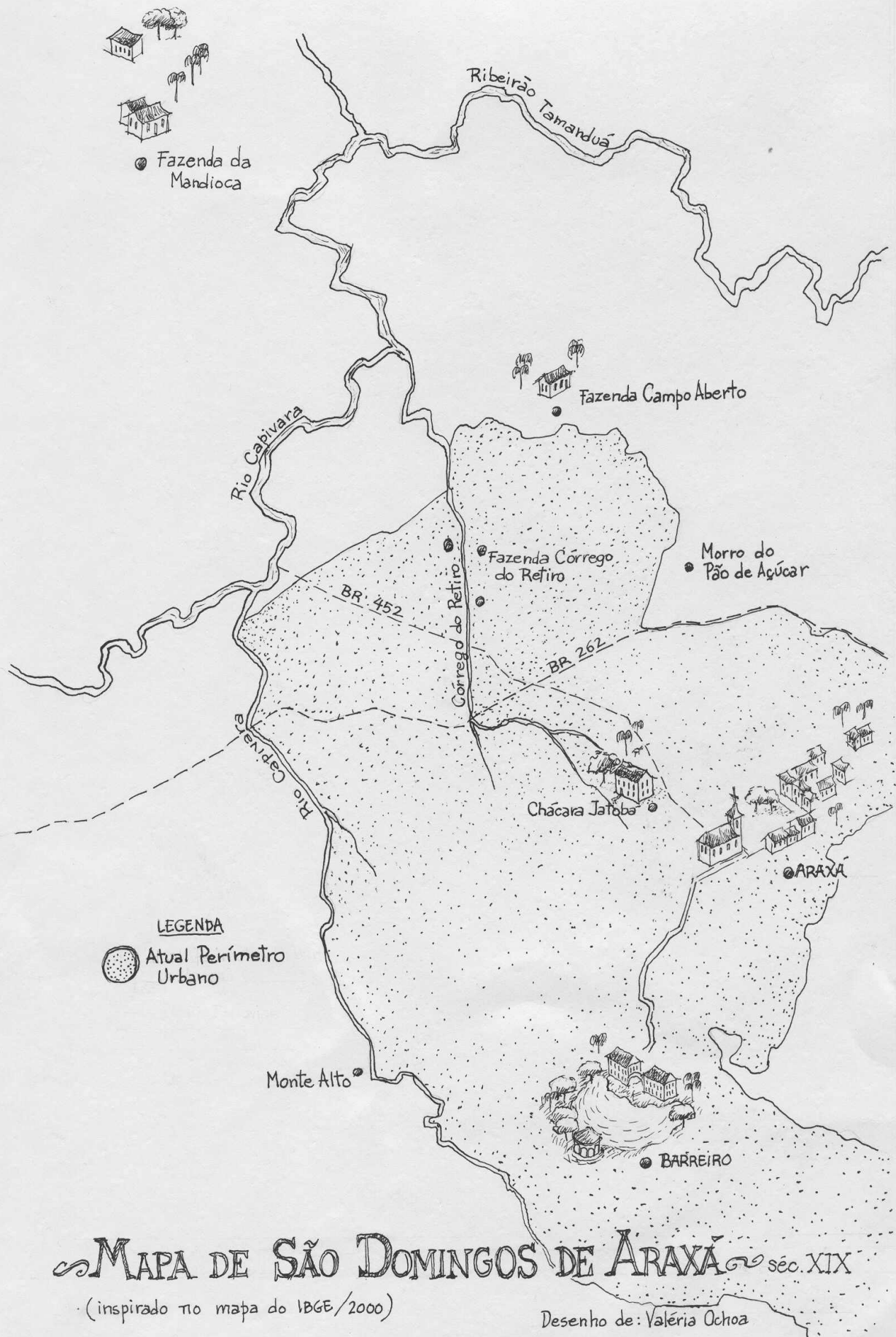
DIRETIVAS

Este coquetel pode ser preparado com qualquer licor de amêndoas e com qualquer leite condensado e leite e açúcar.



Bonecas "Dona Beja"





LISTA DE ABREVIATURAS

AFCCB - Arquivos da Fundação Cultural Calmon Barreto.

ACM - Arquivo da Câmara Municipal.

AMDB - Arquivo do Museu Dona Beja.

AFTF - Arquivo do Fórum Tito Fulgêncio.

AIMSD - Arquivo da Igreja Matriz de São Domingos.

APCP - Arquivo Paroquial do Carmo do Parnahiba.

APES - Arquivo Paroquial de Estrela do Sul.

APM - Arquivo Público Mineiro.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Antigo Sobrado de Dona Beja. Fotografia de Rosa Maria Spinoso de Montandon, 2001.
- Figura 2. Grande Hotel do Barreiro. Fotografia de Rosa Maria Spinoso de Montandon, 2002.
- Figura 3. Jovens araxaenses caracterizadas como Dona Beja. In: Revista O Cruzeiro, 1964; Revista Geográfica Universal, 1978; Embalagem de café; acervo particular.
- Figura 4. Araxá. *A Favorita do Sol*. Folder. Secretaria Municipal de Turismo, 1976/77.
- Figura 5. Isabel Valenya. Destaque da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, 1968. Disponível em: andre@galeriado samba.com.br.
- Figura 6. *Dona Beija. A Novela Paixão*. MancheteVideo, SID.
- Figura 7. Joaquim Rocha Ferreira. Mural das Termas do Barreiro. Fotografia de José Augusto MontandonNeto. 2001.
- Figura 8. Joaquim Rocha Ferreira. Mural do Grande Hotel do Barreiro. Fotografia de João de Lima, 2002.
- Figura 9. Joaquim Rocha Ferreira. Mural da Fonte Dona Beja. Fotografia de Rosa Maria Spinoso de Montandon, 2001.
- Figura 10. Calmon Barreto. *Dona Beja e seu pagem*. Fotografia de Jose Augusto Montandon Neto realizada no Museu e Ordem Geral Plinio Travassos dos Santos, Ribeirão Preto, SP, 2002.
- Figura 11. Rubens. *O Rapto das Filhas de Leucipo*. (capa) In: LEONARDOS, Tomas. *Dona Beja a Feiticeira do Araxá*. Rio de Janeiro: Record, 1979.
- Figura 12. Pedro Anisio. Quadrinizaçã. In: LEONARDOS, Tomas. *Dona Beja a Feiticeira do Araxá*. Rio de Janeiro: Brasil-América, 1979.
- Figura 13. Fotografia. Acervo do Museu Histórico de Araxá, Dona Beja. SID.
- Figura 14. Fotografia. Acervo do Museu Histórico de Araxá, Dona Beja. SID.